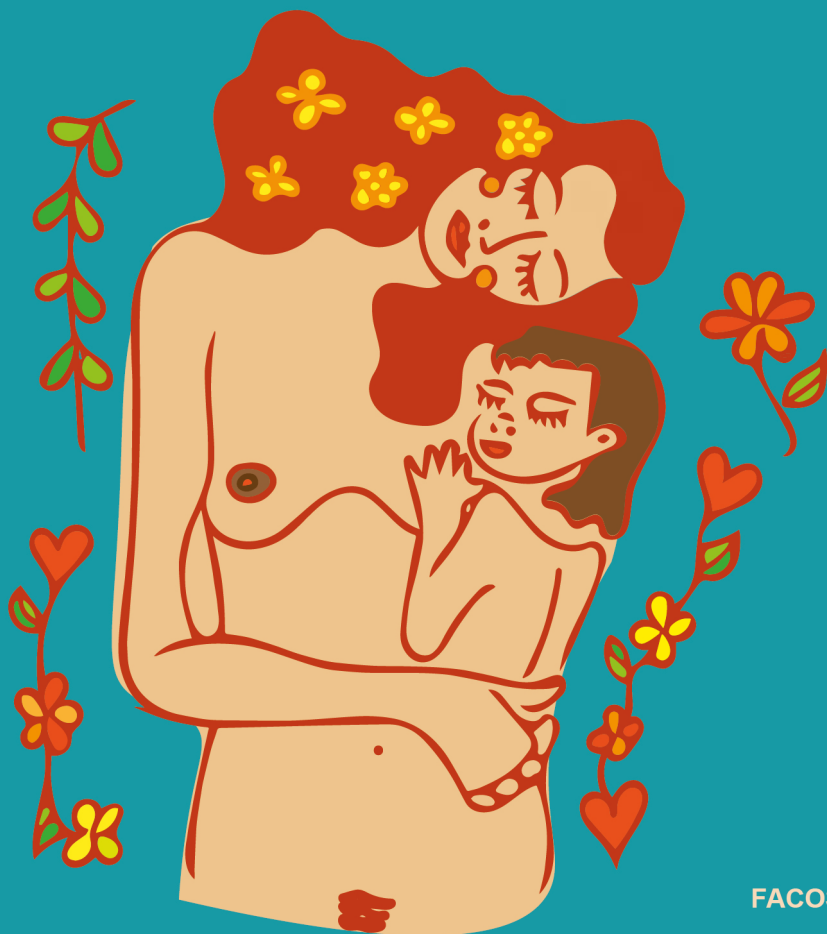


Maternidade nas mídias

Milena Freire de Oliveira-Cruz e
Maria Collier de Mendonça (Org.)



Milena Freire de Oliveira-Cruz
Maria Collier de Mendonça (Org.)

Maternidade nas Mídias

FACOS - UFSM

Santa Maria

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

Centro de Ciências Sociais e Humanas
Departamento de Ciências da Comunicação

Reitor

Paulo Afonso Burmann

Vice-Reitor

Luciano Schuch

Diretor do CCSH

Mauri Leodir Löbner

Chefe do Departamento de Ciências da Comunicação

Cristina Marques Gomes

Capa

Maria Collier de Mendonça

Projeto Gráfico

Camila Menegali e Maria Collier
de Mendonça

Diagramação

Camila Menegali

ISBN 978-65-5773-024-9 (impresso)

ISBN 978-65-5773-025-6 (e-book)

M425 Maternidade nas mídias [recurso eletrônico] / Milena Freire de
Oliveira-Cruz, Maria Collier de Mendonça (org.). – Santa
Maria, RS : FACOS-UFSM, 2021.
1 e-book : il.

1. Comunicação social 2. Maternidade – Redes sociais
3. Mídia – Maternidade 4. Estudos de gênero 5. Maternagem
I. Oliveira-Cruz, Milena Freire de II. Mendonça, Maria Collier de

CDU 316.77:396
396:316.77

Ficha catalográfica elaborada por Alenir Goularte CRB-10/990
Biblioteca Central - UFSM



Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons: Atribuição-Não Comercial-Sem Derivações 4.0 Internacional (by-nc-nd). Os termos desta licença estão disponíveis em <<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/legalcode.pt>>. Direitos para esta edição compartilhados entre as autoras e a Editora FACOS-UFSM. Obra sem fins lucrativos e com distribuição gratuita.

FACOS - UFSM

Diretora Editorial

Ada Cristina Machado da Silveira

Editora Executiva

Sandra Depexe

Conselho Editorial

Ada Cristina Machado Silveira (UFSM)
Eduardo Andres Vizer (UBA)
Eugenia Maria M. da Rocha Barrichelo (UFSM)
Flavi Ferreira Lisboa Filho (UFSM)
Gisela Cramer (UNAL)
Maria Ivete Trevisan Fossá (UFSM)
Marina Poggi (UNQ)
Monica Marona (UDELAR)
Paulo Cesar Castro (UFRJ)
Sonia Rosa Tedeschi (UEL)
Suzana Bleil de Souza (UFRGS)
Valdir José Morigi (UFRGS)
Valentina Ayrolo (UNMDP)
Veneza Mayora Ronsini (UFSM).

Comitê Técnico

Profa. Dra. Sandra Depexe (UFSM)
Dda. Camila Hartmann (UFSM)
Ddo. Mauricio Fanfa (UFSM)
Mda. Alexandra Martins Vieira (UFSM)
Mdo. Jean Silveira Rossi (UFSM)
Mdo. João Vítor da Silva Bitencourt (UFSM)

Esta coletânea é dedicada a todas as mulheres e mães brasileiras engajadas nos trabalhos de cuidado e maternagem durante a pandemia da COVID-19.

Sumário

Clique nos links para acessar os capítulos

[Apresentação](#)

Maternidade nas mídias 9

Milena Freire de Oliveira-Cruz e Maria Collier de Mendonça

[Capítulo 1](#)

Maternidades digitais: identidade, classe e gênero nas redes sociais 14

Adriana Braga

[Capítulo 2](#)

A maternidade “real” no Instagram: uma reflexão sobre as temáticas predominantemente compartilhadas por mães influenciadoras 38

Milena Freire de Oliveira-Cruz, Camila Tatsch Ferrari, Kalliandra Conrad, Maria Eduarda Brendler Nosvitz e Marina Judiele dos Santos Freitas

[Capítulo 3](#)

Mães de todo mundo, uni-vos! Ativismo nos blogs maternos 71

Elaine Muniz Pires e Ana Laura Godinho Lima

[Capítulo 4](#)

Maternidade e ciência nas mídias sociais: da invisibilidade ao Lattes 102

Ângela Lovato Dellazzana e Letícia Lovato Dellazzana-Zanon

[Capítulo 5](#)

Textão-desabafo no Facebook: categoria discursiva para debates sobre a maternidade 133

Ana Luiza de Figueiredo Souza e Beatriz Brandão Polivanov

Capítulo 6

Mães de anjos: a constituição da maternidade, na perspectiva da página União Mães de Anjos (UMA) 164
Vívian Campos

Capítulo 7

Amamentação, faxina e os discursos de amor e cuidado maternos nas redes sociais 191
Tayná Leite e Renata Garcia Senlle

Capítulo 8

A maternidade na publicidade de mídia impressa: aprendizados em Toronto e São Paulo 221
Maria Collier de Mendonça

Capítulo 9

Perspectivas da maternidade no cinema: A Cor Púrpura, sororidade e empoderamento feminino 251
Elizabeth Souto Maior

Capítulo 10

Big Little Lies: ambivalência materna e maternidade moral ...275
Patrícia Fonseca Fanaya

Capítulo 11

O corpo materno no espaço público: uma análise dos mameços no jornalismo on-line nacional294
Ariene Rodrigues e Irene Rocha Kalil

Capítulo 12

Reflexões sobre imagens de parto, artes visuais e mídias: um mergulho nas obras de Monica Sjöö e Lia Menna Barreto 318
Clarissa Monteiro Borges

Sobre as autoras 345



Apresentação

[Voltar ao sumário](#)

Esta coletânea explora a Maternidade nas Mídias considerando a interdisciplinaridade dos estudos maternos e o dinamismo do cenário midiático atual. Nossa proposta é investigar imagens, mensagens, repercussões e valores culturais que têm circulado nas mídias sobre maternidade e maternagem. Por um lado, investigamos representações sobre o tema nas mídias impressas e audiovisuais que sintonizam a cultura da maternidade patriarcal. Por outro, exploramos novas miradas sobre a maternidade e a maternagem para darmos visibilidade aos modos como as mães expressam suas identidades e subjetividades nas redes sociais digitais; criticam desigualdades e injustiças nas comunidades on-line; discutem questões cotidianas e relatam suas experiências de maneiras coletivas ou individuais.

De acordo com Andrea O'Reilly (2010, p 2-3), os estudos maternos abarcam as ciências humanas, sociais e biológicas. Além disso, dialogam frequentemente com os estudos de gênero e os estudos feministas, estendendo-se a três temáticas principais: a) a discussão crítica de políticas públicas, leis, ideologias e imagens maternas, que sustentam a opressão das mães fundamentada na permanência de valores patriarcais; b) o estudo das experiências práticas relacionadas aos cuidados das filhas e filhos; c) as repercussões que o tornar-se mãe desencadeia nas identidades, subjetividades, autoestimas e autoimagens das mulheres, ou seja, os modos como a cultura da maternidade e as experiências de maternagem transformam as mães nas dimensões identitárias e subjetivas.

A segunda articulação desta obra, centrada nas mídias, compreende um termo frequentemente utilizado sem demarcações precisas de sentidos. Como nos lembra Lucia Santaella (2003), geralmente há definições mais restritas da palavra mídia, que são

associadas aos meios de comunicação de massa (jornal, revista, *outdoor*, rádio e televisão). Já os significados mais amplos abrangem a comunicação teleinformática, inúmeros aparelhos, dispositivos e programas atuantes nos processos comunicativos em virtude da evolução tecnológica e difusão exponencial das mídias sociais digitais (*ibid.*, p.61-63).

Ao combinarmos dois termos tão vastos e complexos, esta coletânea reuniu olhares distintos – provenientes da comunicação, educação, história, psicologia, sociologia, artes plásticas, literatura, saúde pública, filosofia e outras áreas –, para expandirmos o debate sobre a maternidade nas mídias. O livro apresenta doze capítulos, escritos por autoras de diferentes universidades e regiões do país. A maioria dos textos utiliza abordagens qualitativas e interpretativas como a análise do discurso, a análise semiótica ou a netnografia. Suas autoras frequentemente ancoraram-se nos estudos maternos, nas perspectivas feministas e nos estudos das mídias.

Os capítulos resultam de investigações sobre fóruns de discussões on-line, narrativas de mães blogueiras ou influenciadoras digitais; representações e modelos maternos na publicidade, no cinema e em seriados de televisão. Mas também discutem a cobertura midiática sobre manifestações artísticas e práticas ativistas envolvendo o parto e a amamentação. Na perspectiva coletiva, podemos observar questionamentos comuns nas análises de diferentes objetos e contextos explorados. Dentre eles, destacaram-se significados e discursos circulantes nas mídias acerca da maternidade e maternagem, muitas vezes contraditórios ou performáticos; críticas às desigualdades de gênero, classe e renda; sentimentos de opressão e ambivalência materna; o acúmulo de trabalho materno, doméstico e remunerado; bem como, a construção de narrativas “de resistência” nas mídias para desconstruir a

romantização da maternidade. E, ainda, a recorrência de adjetivos midiaticamente atribuídos às mães “cuidadoras”, “guerreiras”, “dedicadas”, “elásticas”, “exaustas...” ou à maternidade, propriamente dita, “real”, “ativa”, “compulsória”.

Além da abrangência teórica e empírica desta obra, gostaríamos de ressaltar sua relevância como um agrupamento de vozes e reflexões situadas em um contexto social, político e histórico muito particular. Segundo relatório divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP, 2020), o Brasil ocupa atualmente a 84ª posição no ranking mundial do Índice de Desenvolvimento Humano, o qual nos compara com 189 países. Isso ocorre porque nosso país possui problemas estruturais gravíssimos relacionados a desigualdades de renda, educação, pobreza, raça, gênero; além de altos índices de violência doméstica que afetam sobretudo as mulheres e, especialmente, as mães e as crianças brasileiras. Nesse contexto, a cultura patriarcal segue influenciando os modos como muitas mulheres brasileiras cuidam de suas filhas e filhos individualmente com pouquíssimo apoio social ou suporte governamental (MENDONÇA; OLIVEIRA-CRUZ, 2020).

Dados publicados pelo IBGE indicam que as mulheres brasileiras constituem a maioria da força de trabalho responsável pelo cuidado das crianças: o que compreende postos de trabalho referentes a serviços domésticos, enfermagem, pedagogia, psicologia, ensino fundamental e médio (PERISSÉ; LOSCHI, 2019). A desigualdade de gênero também persiste na academia, pois, ainda existem menos mulheres do que homens trabalhando como líderes de grupos e projetos de pesquisa, professores titulares, chefes de departamentos e reitores universitários no Brasil (BATISTA; RIGHETTI, 2017).

Para que possamos transformar este cenário, precisamos incentivar o debate sobre a maternidade e maternagem na

sociedade, nas mídias e nas universidades do país. Sem dúvida, a prevalência da cultura patriarcal sustenta desigualdades de gênero dentro e fora dos lares brasileiros. De modo semelhante, os valores capitalistas e neoliberais acentuam a desvalorização socioeconômica do trabalho materno e, conseqüentemente, aumentam as dificuldades enfrentadas pelas mães brasileiras, sobretudo pelas mulheres cujas famílias sobrevivem precariamente.

Entendemos que as mídias são fundamentais para darmos visibilidade ao questionamento de tais desigualdades, por isso, acreditamos que o debate aqui proposto deve ser estimulado a partir das universidades brasileiras. Quando decidimos empreender esforços, dedicação e afeto para organizar esta coletânea, pretendíamos reunir pesquisadoras brasileiras, interessadas em fortalecer os estudos maternos no Brasil em diálogo com os estudos de gênero e da comunicação. Esperamos que as reflexões presentes neste livro reverberem dentro e fora da academia, para que possamos incentivar a inserção e permanência de mães estudantes e pesquisadoras nas universidades brasileiras. Como se trata de um esforço coletivo, esperamos que este livro simbolize um primeiro passo.

Esta obra foi impressa pela FACOS Editora da Imprensa Universitária da Universidade Federal de Santa Maria, com recursos do Fundo de Apoio à Pesquisa da UFSM. Registramos nossos agradecimentos à FACOS/UFSM, à CAPES, ao CNPq, à Universidade Federal de Santa Maria, à Universidade Federal de Pernambuco e, especialmente, às nossas coautoras e à Camila Menegali, *designer* gráfica responsável pela diagramação do livro.

Boa leitura!

Milena Freire de Oliveira-Cruz e Maria Collier de Mendonça

Referências

- BATISTA, Everton L.; RIGHETTI, Sabine. Mulheres já produzem metade da ciência no Brasil, diz levantamento. **Folha de São Paulo**, 8 Mar. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/sobretudo/carreiras/2017/03/1864542-mulheres-ja-produzem-metade-da-ciencia-do-brasil-diz-levantamento.shtml>. Acesso em: 25 abr. 2021.
- MENDONÇA, Maria Collier de; OLIVEIRA-CRUZ, Milena Freire de. The Challenges of Being a Mother and an Academic Researcher during the COVID-19 Pandemic in Brazil. **Journal of the Motherhood Initiative for Research and Community Involvement**, Toronto, v.11, n. 2/ v.12, n 1, Double Issue Fall 2020/Spring 2021, p. 287-308. Disponível em: <https://jarm.journals.yorku.ca/index.php/jarm/article/view/40621>. Acesso em: 25 abr. 2021.
- O'REILLY, Andrea (org.). **Twenty-first-Century Motherhood: Experience, Identity, Policy, Agency**. New York: Columbia University Press, 2010.
- PERISSÉ, Camille; LOSCHI, Marília. Trabalho de mulher. **Retratos: revista do IBGE**. Jul-Ago, 2019, p.19-25. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/b06abac34a-360666981b4b86621776f2.pdf. Acesso em: 25 abr. 2021.
- SANTAELLA, Lucia. **Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura**. São Paulo: Paulus, 2003.
- UNPD United Nations Development Programme. **Human Development Report 2020**. Latest Human Development Index Ranking. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/content/latest-human-development-index-ranking>. Acesso: 25 abr. 2021.

Capítulo 1



[Ler capítulo 1](#)

[Voltar ao sumário](#)

Capítulo 1

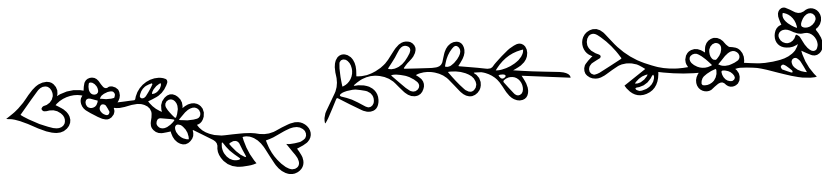
Maternidades digitais: identidade, classe e gênero nas redes sociais

Adriana Braga
PUC-Rio/CNPq

Resumo

Este capítulo estuda a pluralidade de fóruns de internet que se dedicam a tópicos relacionados à maternidade, onde negociações de sentido são propostas pelas participantes, nas quais se refletem articulações e desafios entre componentes tradicionais e processos sociais amplos e atuais referentes à experiência da maternidade. Em particular, são analisadas questões referentes às ambiguidades do trabalho doméstico em relação à luta de classes, além de questionamentos à hegemonia da cultura de gênero, com críticas à “maternidade compulsória”, à estigmatização e à questão de identidade materna em relação às demais identidades de gênero.

Palavras-chave: Maternidade. Trabalho doméstico. Identidade de gênero. Classes sociais. Interações digitais.



Introdução

A cultura feminina, entendida como processo dinâmico, instável, em fluxo, registra modificações nas formas de controle e autoridade no interior da família, nos comportamentos, visões de mundo e valores morais disseminados pela sociedade ao longo das décadas. Mudanças consequentes do processo de industrialização, urbanização, acúmulo e distribuição social do conhecimento, e o impacto gerado pelas correntes feministas no processo de emancipação da mulher resultaram em uma reorganização da sexualidade feminina, relativização do poder das relações de parentesco e maior complementaridade de funções entre papéis de gênero. Todo esse processo provocou impacto sobre as subjetividades e fez surgir novas práticas sociais. Entre as alterações nas formas de organização da família, testemunhamos durante as últimas décadas a implementação de propostas alternativas a uma visão tradicional de maternidade e a um conjunto de referências tidas como ultrapassadas, tanto da medicina tradicional e da psicanálise clássica quanto pela herança de valores e comportamentos tradicionais.

Os ambientes digitais proporcionados pela Internet disponibilizam espaço social para a revitalização e atualização da cultura de gênero, de troca de saberes entre mulheres, instrumentalizando novas gerações de mulheres para o enfrentamento cotidiano das demandas da maternidade, sexualidade e atividade profissional.

Este capítulo estuda a pluralidade de fóruns de internet que se dedicam a tópicos relacionados à maternidade, onde negociações de sentido são propostas pelas participantes, nas quais se refletem articulações e desafios entre componentes tradicionais e processos sociais amplos e atuais referentes à experiência da maternidade¹.

¹ Uma versão preliminar desta reflexão foi publicada anteriormente em BRAGA, 2008.

Em particular, são analisadas questões referentes às ambiguidades do trabalho doméstico em relação à luta de classes, além de questionamentos à hegemonia da cultura de gênero, com críticas à “maternidade compulsória”, à estigmatização e à questão de identidade materna em relação às demais identidades de gênero.

Interação social em ambientes digitais

Os ambientes de Internet são largamente utilizados por usuárias/os não especializados/as como meio de expressão individual e coletiva, operando como espaço social para apresentações do *self*, onde são veiculadas representações de identidade e de individualidade, em uma dinâmica análoga ao que Goffman (1998) denomina “gerenciamento da impressão” (*impression management*). Tais ambientes apontam para uma mediação preferencial pela forma da sociabilidade (BRAGA, 2011). Em uma interação de sociabilidade, o/a participante se apresenta equipado/a apenas de sua humanidade, renunciando às “qualificações objetivas de sua personalidade” (SIMMEL, 1983, p. 171). Mesmo que conflitos ocorram, é possível observar nesses ambientes, a partir de uma consciência tácita, uma disposição tolerante e amável por parte dos/as participantes que poderia ser categorizada como reguladora dos limiares da sociabilidade.

A dinâmica interacional entre os/as participantes aponta para a manutenção do consenso operacional deste ambiente. Quando um/a participante traz um assunto pessoalmente importante naquele momento, os/as demais imediatamente acolhem aquele conteúdo emitindo opiniões sensatas, de apoio, que se reiteram, estabelecendo esse consenso. Tal acordo tácito parece pretender mais acatar a pessoa que expôs seu problema do que obter uma concordância de fato sobre a situação em si.

Entretanto, a categoria “participante” não é homogênea. Existe uma espécie de hierarquização que se manifesta por exemplo no retorno dado a uma crítica nesses ambientes, que pode ir do ostracismo, ironia ou agressão até uma justificativa respeitosa acerca do ponto criticado. Ou seja, estabelece-se nesses ambientes uma espécie de julgamento das questões em conflito, em que a posição vencedora é a que capitaliza mais manifestações de apoio e de maior peso simbólico, definindo, nos termos do grupo, padrões de ‘certo’ e ‘errado’. Assim, granjear o apoio expresso dos/as coparticipantes garante reconhecimento e pertencimento. Nos casos de rechaço da crítica, um argumento que frequentemente é empregado para encerrar uma questão consiste no apelo aos objetivos declarados daquele espaço como um local pessoal, de liberdade de expressão. As críticas têm como resposta o ostracismo, a ironia ou a agressividade, uma justificativa ou explicação.

Maternidade e cultura

Através da observação de dois grupos de mães, das décadas de 1950 e 1980, Almeida (1987) constata uma predisposição do grupo mais jovem de se distanciar da ameaça de reprodução do modelo de maternidade de suas mães visando a conquista de padrões de atitudes vividos como modernos e libertadores face ao elenco de valores familiares percebidos como arcaicos e tradicionais. A investigação procurou captar linhas de continuidade e descontinuidade entre os dois universos simbólicos. Entretanto, a autora constata que os índices evidentes de modernização acelerada ao longo das três décadas não corresponderam à modernização que se processou no âmbito das subjetividades, ou seja, não houve uma descontinuidade marcante de visões de mundo entre os dois grupos.

A considerar a movimentação feminina pela estrutura social ao longo da história, mudanças substantivas foram registradas em pesquisas das mais diversas áreas, e que podem ser observadas cotidianamente. Tudo se transforma rapidamente nas relações das mulheres com o trabalho, com os recursos tecnológicos, com o entorno sociocultural, mas uma coisa permanece constante: a maternidade, instituição remota e fundante da própria humanidade, continua na pauta e na prática das mulheres. Na pauta de mulheres que fazem do acesso às mídias digitais espaço próprio, espaço de expressão.

A tecnologia computacional participa como elemento ativo na comunicação cotidiana entre grupos de interesse, oferecendo condições específicas para rearticulações de sentido. Com as tecnologias de informação e comunicação, ampliou-se a oferta de sentidos acerca das representações do “feminino” no campo das mídias, trazendo novas expressões ao já intrincado e complexo campo simbólico das representações midiáticas sobre a mulher e a maternidade.

Entretanto, o descompasso entre as mudanças tecnológicas e a permanência de categorias tradicionais nas mentalidades e na cultura parece prosseguir pelo século XXI. Nos fóruns de discussão sobre maternidade, cuidado infantil e trabalho doméstico nas redes sociais, os intensos debates evidenciam dilemas importantes desta complexa situação. Na tensão entre permanência e mudança, tradição e modernidade, é questionado o papel social da mãe, da maternidade e do cuidado infantil.

Na década de 1980, Elisabeth Badinter (1985), a partir de uma análise histórica sobre o amor materno na França entre os séculos XVIII e XX, já relativizava a ideia de o sentimento materno ser um procedimento da “natureza feminina” a partir da observação da evolução das práticas e atitudes maternas ao longo dos séculos

e assim demonstrou que a própria noção de amor materno é um mito, variável conforme épocas, costumes e comportamentos.

A temática da maternidade tem chamado a atenção de vários setores da sociedade nos últimos anos, resultando em pesquisas científicas de diferentes áreas do conhecimento, programas de televisão, postagens, palestras e eventos que exploram suas dimensões socioculturais, simbólicas, econômicas e políticas.

Estudos recentes enfrentam temas tabu que desafiam o suposto amor materno com trabalhos que discutem a opção de ser mãe. A relação indissociável da identidade feminina com a maternidade foi trabalhada por Escosteguy (2008), enquanto trabalhos mais recentes, com o objetivo de refletir acerca do estigma e conjugalidade presentes na opção de não ter filhos, identificam o sofrimento de casais submetidos à pressão social em função de suas escolhas (RIOS e GOMES, 2009). Donath (2017), ao lidar com mulheres que se arrependeram da decisão de ter filhos/as, entende que ao contrário do que diz o senso comum as mulheres não são livres para decidir se querem ou não ter filhos. A partir de um caso de tentativa de infanticídio, Vera Iaconelli discute algumas condições para a construção da “função materna”, entendida como “uma construção psicossocial atravessada pela lógica dessubjetivante da contemporaneidade” (IACONELLI, 2015).

O fenômeno é notável: o formato de família que mais cresceu no Brasil no início do século XXI foi o casal sem filhos/as, registrando um crescimento de 36% entre 2000 e 2010 (FERNANDES, LACERDA, 2012). Tais números chamam a atenção do mercado, que identifica aí um novo filão a ser explorado, com a oferta de serviços e produtos especializados para atender esse novo público. Os casais sem filhos/as, chamados pelos setores econômicos por “DINC” (Double Income No Children), impactam a economia com suas rendas maiores que a de casais

com filhos/as e altos padrões de consumo. A partir de dados econômicos, sociais e históricos, estudos tentam contextualizar e explicar o fenômeno de interesse aos setores imobiliário, hoteleiro, de turismo e outros (FERNANDES, LACERDA, 2012).

Notas metodológicas

Na construção teórica e metodológica desta pesquisa, alguns conceitos estão articulados, a saber, “interação social” (Goffman, 1999), que visa a dar conta dos processos de trocas simbólicas entre os/as participantes de uma situação social e “enunciação” (Benveniste, 1989), que se refere à dimensão descritiva dos modos através dos quais se elaboram discursos.

Por sobre os elementos estruturais da Internet é possível perceber nas interações um conjunto de princípios, valores e interpretações sobre os acontecimentos. Negociações de sentido realizadas por interações de modo dinâmico, que negociam sentidos a partir de perspectivas e métodos práticos de enfrentamento de situações concretas e posicionamentos das/os participantes da interação. Estas perspectivas e posições são afirmadas e registradas através de discursos que se materializam em textos escritos, vídeos, imagens e memes. Assim, fragmentos de definições da realidade aparecem como tópicos de debate, seguidos de outros posicionamentos relativos, resultantes de um duplo ordenamento: do discurso e da interação.

Nas interações ocorrentes nos ambientes digitais observados, há um processo social que se constitui a partir de uma maternidade em ação na qual se pratica e se expõem posições que parecem indicar redirecionamentos acerca de práticas e papéis sociais femininos em nossa sociedade. Vale ressaltar o caráter plural da maternidade midiática: são várias maternidades resultantes

das práticas de cada ambiente onde elas são geradas, referentes a diferenças de identidades de gênero, de classe social, grupo etário, regionalidades etc.; mais ainda, cada uma dessas maternidades é desdobrada, pensada a partir de tópicos específicos, tornadas matérias significantes. Assim como é difícil falar “mídia” em um sentido unitário, é também difícil pensar em uma “maternidade” midiática, na medida em que são resultado de um complexo processo discursivo de debate entre diferentes agentes no contexto do campo das mídias, sendo ambos, mídia e maternidade, entidades plurais.

Os ambientes interacionais e discursivos da internet podem ser pensados como um front de lutas por definições de realidade, que produz sentidos e disputam espaço de legitimidade. No entrecruzamento de pressupostos morais, cultura de consumo, saberes tradicionais e relações históricas de poder, definições da realidade são propostas, negociadas e transformadas no âmbito da constituição desses discursos.

Nos ambientes digitais, há um processo social que se constitui a partir de uma feminilidade em ação na qual se pratica e se expõem posições que parecem indicar redirecionamentos acerca de práticas e papéis sociais femininos em nossa sociedade.

Os processos de enunciação dos ambientes midiáticos operam no interior do contexto sociocultural que os cerca. Eles são parte de processos maiores de âmbito histórico, a que Foucault (1986) denomina “formação discursiva”, um sistema complexo de “condições de produção” dos discursos, definida como:

... um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa (FOUCAULT, 1986, p. 153).

Nesse sentido, os enunciados acerca da maternidade encontrados no material discursivo sob investigação neste estudo dizem de um feminino específico de um tempo e de um contexto – uma maternidade contemporânea considerando o nosso momento histórico, o que aponta para o caráter processual desta definição.

A estrutura conceitual que anima a dinâmica comunicacional dos fóruns digitais não é homogênea. Operam nesse ambiente hierarquias simbólicas de poder entre participantes, em que se entrecruzam cultura de consumo, habilidades tecnológicas, pressupostos feministas, saberes tradicionais e alternativos sobre a feminilidade/maternidade, idealizações de atributos e papéis de gênero, troca de informações e experiências pessoais, intervenções interpretativas de participantes que apresentam lógicas alheias, além dos valores, interesses, repertório e realidade particular de cada indivíduo materializado em cada subjetividade.

Maingueneau (2001, p. 52) destaca várias características na noção de discurso, demonstrando, entre elas, a sua dimensão interativa. A noção de enunciação é definida por Benveniste (1989) nos seguintes termos:

Enquanto realização individual, a enunciação pode se definir, em relação à língua, como um processo de apropriação. O locutor se apropria do aparelho formal da língua e anuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro (BENVENISTE, 1989, p. 84).

No caso da enunciação midiática, o processo de elaboração discursiva está condicionado por um lado, por “códigos” maiores como a língua, as matrizes de cultura, a ética e por outro, por códigos diretamente ligados à produção, às possibilidades e limites impostos pelo suporte técnico e pelas habilidades do/a

usuário/a de Internet. Nessas condições, o “sujeito” discursivo atua apropriando-se dos “códigos” para fazer anunciar o seu modelo de “realidade”, configurando uma modalidade discursiva que se articula com os movimentos históricos e às práticas de outros campos sociais.

Maternidade nas mídias digitais

A tematização da experiência materna entre mulheres no contexto social se tornou facilmente ligada a uma perspectiva tradicional da feminilidade, que se relaciona com a vida doméstica. Desta forma, na medida em que a maternidade e o cuidado infantil como tópico de conversa parece ter perdido espaço nos contextos sociais tradicionais, a Internet apresenta ambientes sociais, locais de encontro e tematização da maternidade, livres da conotação pejorativa, uma vez que se articulam aos significados positivamente valorados da atualização tecnológica e da participação na esfera pública midiática.

As mídias digitais provocaram, entre outras alterações, uma dispersão da produção e veiculação midiática de conteúdos pela quantidade de pequenos novos sujeitos enunciativos em condição de disponibilizar representações sociais em larga escala. Assim, essa tecnologia configura, além de uma multiplicidade de oferta enunciativa, ambientes de interação social, que são apropriados por grupos diversos, que, constrangidos pelos limites e possibilidades tecnológicas, estabelecem diferentes formas de interação. A dinâmica da presença dessa diversidade de vozes e representações no campo das mídias digitais promoveu uma radicalização da segmentação midiática nesses ambientes, permitindo a criação de ambientes tratando de uma miríade de diferentes perspectivas relacionadas à mulher e à maternidade.

A atividade comunicacional online motivou muitas mulheres a criarem seus próprios perfis, páginas e canais nos sites de redes sociais tematizando a experiência pessoal com a maternidade e assuntos relacionados. Nas duas últimas décadas surgiu uma infinidade de páginas dedicadas a este tópico. Assim, o ambiente digital midiático é socialmente apropriado por mulheres, resgatando uma prática social feminina que havia se tornado envelhecida, articulada a uma definição da conversa entre mulheres como assunto essencialmente fútil e desnecessário, enquadrado por uma ordem masculina. Do ambiente de trabalho ou doméstico, a partir do acesso às mídias digitais, a interação feminina encontra na Internet um lugar renovado de expressão.

Vários estudos se voltam para o tema da maternidade na tentativa de realizar um panorama da variedade de manifestações existentes nas mídias digitais. Em um esforço de tipificação, foram identificados perfis “afetivos, informativos, dedicados à ‘maternidade real’, dirigidos a tabus maternos e ativistas” (FIGUEIREDO SOUZA, 2019). Ainda na mesma perspectiva, uma nova categoria surge com presença ativa no Instagram, as *baby influencer*, perfis pessoais de bebês – principalmente meninas – , administrados pelas mães, com forte apelo para consumo de produtos fashion para crianças de 0 a 2 anos de idade. É possível identificar a partir dos produtos oferecidos nesses perfis, majoritariamente femininos, uma forte afirmação da identidade de gênero heteronormativa materializada em produtos e adereços relacionados à sexualização das mulheres, como meias-arrastão, cintas-liga, laços e roupas pretas (MONTEIRO, 2019).

Uma característica que definiria as mulheres nesses ambientes é a procura por informações e dicas sobre gravidez, parto, legislação, maternidade e cuidado infantil. Além disso, é notável em tempos recentes a presença substantiva de uma temática tabu

nas mais diversas sociedades que passa pela negação da maternidade, ou seja, ambientes digitais que defendem a expressão dos direitos por opção, do arrependimento da decisão de ser mãe e até mesmo do ódio à maternidade.

Essas mulheres, não buscam na experiência de suas mães ou profissionais os saberes que orientariam suas práticas, mas parecem buscar no saber científico, alternativo, dos livros e das parceiras de geração, o repertório de informações que compõe suas possíveis linhas de ação.

Patroa vs. Empregada: uma silenciosa luta de classes

A inserção feminina no mercado de trabalho é um ponto fulcral na configuração contemporânea de gênero. Esta questão é complexa, e vai muito além da constatação das disparidades entre os salários pagos a homens e mulheres para uma mesma função. Mesmo que, nos dias de hoje, a participação feminina no mercado de trabalho seja um ponto relativamente pacífico, há que se destacar a limitação das condições sociais para o pleno exercício das atividades profissionais femininas.

Na arena pública, as mulheres trabalhadoras passam a incorporar demandas profissionais; no âmbito doméstico, coloca-se a difícil negociação com o parceiro na divisão das tarefas, naturalizadas como papel feminino. Há que se considerar ainda que o exercício da atividade profissional por parte das mulheres de classes média e alta no Brasil muitas vezes depende da delegação do cuidado das crianças e do trabalho doméstico a empregadas, mulheres, muitas vezes mães, de uma classe social mais baixa. Esse arranjo torna, de certa maneira, a emancipação feminina um processo social vinculado a um recorte de classe, que envolve muitas vezes tensões de ordem afetiva, trabalhista e étnica.

Na medida em que no Brasil existem poucas políticas públicas que assumam o cuidado infantil como tarefa social, o custo desta ausência do enfrentamento da contradição entre práticas femininas tradicionais e demandas do exercício profissional resulta que cada mãe trabalhadora precise assumir com soluções individuais o gerenciamento deste acúmulo de atividades.

Sendo mães e trabalhadoras, essas mulheres necessitam de ajuda alheia nos cuidados com os/as filhos/as. Cuidados que são geralmente assumidos por outras mulheres, seja na creche, na casa das avós, das vizinhas ou dentro da própria casa pela empregada doméstica. A relação entre empregadoras e empregadas domésticas é permeada por tensionamentos de ordem afetiva, étnica, econômica, trabalhista e social. No Brasil, país de grande desigualdade social, um viés de classe atravessa o próprio movimento de emancipação feminina, na medida em que uma elite usufrui os benefícios resultantes das conquistas feministas enquanto mulheres pobres dão suporte para que mulheres das classes média e alta trabalhem na sua própria emancipação. Mesmo que as empregadas domésticas também estejam exercendo atividades profissionais fora de casa enquanto cuidam de casas alheias, é um trabalho da mesma natureza daquele que elas exercem em suas próprias casas, diminuindo a possibilidade de realização profissional com tal atividade. Parece não haver muitas certezas sobre a melhor opção nesse sentido, insegurança que se apresenta em forma de tópicos em vários fóruns. Nos ambientes digitais, o tema é discutido com densidade por muitas mulheres, incluindo referências a estudos sociológicos avançados.

O levante feminista das novas gerações tem buscado avançar a reflexão sobre a situação social feminina, resultando em maior reflexividade, autocrítica e o surgimento de uma diversidade de novos grupos com demandas e lugares de fala também

diversos. Nesse sentido, vale reproduzir a crítica contundente à situação do trabalho doméstico no Brasil a partir de um viés de gênero feita pela autora do blog intitulado *À Margem do Feminismo: um blog negralista*. No dia 03 de julho de 2017, a blogueira publicou uma postagem com um título desafiador: “Feminista com Empregada Doméstica – Algo, quando não-hipócrita, racista mesmo - Uma classe étnica eternamente servindo a outra. E esta serviliência começa onde? No ambiente mais íntimo, no lar”. O texto aponta uma contradição importante sobre a complexa questão de gênero no Brasil, considerada na sua interseccionalidade:

E muitas feministas têm empregadas e maridos, e colocam a culpa no marido. Ora, são duas pessoas fazendo sujeira numa casa e não limpando a própria sujeira. Coloque este homem para fora de casa e o trabalho se reduz. Mas não mantenha seu casamento seguro e sem conflitos às custas da retroalimentação da miséria e violência alheia. (...) Seu casamento sobrevive porque você transfere a opressão do seu macho sobre outra mulher. Esta mulher é o capacho do seu casamento. (03 de julho de 2017)

Por fim, em tom de denúncia, a autora explicita interrelações nem sempre visíveis, ou invisibilizadas, entre a cultura de gênero e étnica sob a perspectiva do trabalho doméstico:

Eu acho que o feminismo tem que sair urgente da zona de conforto da falta de auto-crítica e da omissão sobre como as brancas ajudam a manter o sistema de classe, porque esse sistema de classe não é fruto de um capitalismo universal, não, ele é fruto da supremacia racial. Não são pobres servindo ricos, há tempos que não é assim. São negros servindo brancos. E negras servindo feministas, seja em casa, seja nas lojas e shoppings, seja nos banheiros das universidades, seja no próprio movimento feminista. (03/julho/2017)

As intensas discussões geradas por este post evidenciaram questões cruciais acerca dessa contradição na atual sociedade urbana brasileira: as relações étnicas, de classe e trabalho na movimentação social feminina. Entre aspectos desse tema, pode-se destacar o estatuto trabalhista da empregada doméstica, seu papel na emancipação das mulheres de classe média, intimidade e assédio sexual no ambiente doméstico, maus-tratos infantis, gosto de classe e hierarquias nas relações de trabalho no lar. Os dados explicitam, nas diferentes posições manifestadas, as contradições e paradoxos do trabalho doméstico na sociedade brasileira, uma silenciosa manifestação doméstica de luta de classes (BRAGA, 2008).

Ser ou não ser mãe, eis a questão

A hipersegmentação midiática promovida pela comunicação digital possibilitou a emergência de temas que não eram contemplados pelas mídias. Assim, a maternidade como tópico de conversação passou por um processo de segmentação nos ambientes digitais promovendo uma pulverização dos ângulos tratados acerca desta temática, abrindo espaço para que temas considerados tabu na sociedade fossem expressos e debatidos.

A considerar o processo dinâmico de atualização da cultura de gênero, no contexto interacional das redes sociais, é interessante notar o uso particular que as mulheres fazem das categorizações ligadas à maternidade e ao papel de gênero feminino em suas vidas cotidianas. Enquanto grande parte dos ambientes dedicados à temática da maternidade celebram os prazeres e alegrias de ser mãe, atualmente é possível encontrar uma quantidade expressiva de páginas, canais, blogs e sites onde as mulheres argumentam a opção de não ter filhos/as ou ainda sobre o arrependimento de ser mãe. Defensoras da liberdade de escolha,

desafiando a naturalização do “amor incondicional”, sentimento ímpar que supostamente somente as mães seriam capazes de ter, essas mulheres expressam indignação contra a forma de coerção social a que chamam de “maternidade compulsória”.

Nesse sentido, são interessantes os títulos das páginas que se dedicam ao tema. Enquanto em alguns ambientes os discursos apontam no sentido de defender o direito de fazer a opção por não ter filhos/as e ser respeitado e há os ainda mais radicais que abrigam discursos de “ódio” à maternidade. A seguir, apresento três diferentes abordagens de negação da maternidade abrigadas em ambientes digitais:

- a) “*Maternidade compulsória*”: contra a estigmatização;
- b) “*Odeio ser mãe*”: negação e arrependimento;
- c) “*Não me chamo mãe*”: gênero e identidade.

a) “Maternidade compulsória”: contra a estigmatização

A opção pela não maternidade por grupos de mulheres que se encontram nas mídias digitais se apresenta sob diferentes discursos, lógicas e argumentos. Em muitos casos os grupos disponibilizam ambiente de acolhimento e troca de informações para mulheres que não querem ser mães por opção, entendendo a maternidade não como um destino, mas como uma escolha. Os títulos dos perfis e páginas deixam claro esta abordagem. O grupo de Facebook *Eu não quero ter filhos*, por exemplo, se define como sendo “Muito mais do que uma página para julgar ou criticar os que decidem ter filhos, é uma página para acolher os que decidem não tê-los.” A página Mulher *Childfree* explica que “Childfree não tem nada a ver com não gostar de mães ou de crianças: é um estilo de vida onde não há espaço para crianças”, entretanto deixa claro que “Esta página não é de militância feminista”.

Outras páginas seguem o mesmo padrão, como é o caso do grupo de Facebook *Sem filhos por opção* ou do *Laqueadura sem filhos*, no qual sua autora se define como uma pioneira “que em pleno século XXI teve que lutar pelos direitos sobre seu corpo! Fui à TV para divulgar o tema, conseguindo assim finalmente a minha cirurgia!” A partir daí, a autora criou a página com o objetivo de “sempre divulgar todas as informações possíveis com outras pessoas e assim mostrar que a laqueadura em mulheres sem filhos é um direito que deve ser respeitado”.

Nesses ambientes, é recorrente a manifestação de desconforto diante da estigmatização e sanção social que decorre desta posição. Frases como “saco cheio de cobranças e pressões para que venham a partir” ou “costuma provocar muitos olhares de reprovação” são recorrentes. Nesse sentido, a imagem de apresentação da página *Mulher Childfree* exibe uma frase crítica: “A sociedade condena as mulheres que escolhem não ter filhos, mas tolera os homens que, mesmo tendo filhos, escolhem não ser pais”.

b) “Odeio ser mãe”: negação e arrependimento

Um exemplo particularmente agudo da dimensão contra-hegemônica dos discursos apresentados nos grupos é a negação frontal da premissa do amor materno. O tabu das mães que se arrependem de ter tido filhos/as não é novidade. Em 2009, a autora francesa Corine Maier lançou o livro *No kids: 40 good reasons not to have children* questionando o fato de que sentir-se realizada com a maternidade ainda seja um sentimento compulsório nas sociedades contemporâneas. A autora entende que esta pressão sobre as mulheres fomenta o acréscimo do número de microconsumidores/as que não se cansam nunca do capitalismo, pois é em nome das crianças que pais e mães compram carros, casas, eletrodomésticos e *gadgets*.

Nos recônditos das mídias digitais, mulheres participantes de grupos secretos no Facebook, como o *Odeio ser mãe*, declaram abertamente seu ódio à maternidade. Depoimentos pouco usuais fora daquele contexto detalham o desgosto com a experiência materna relatada por aquelas mulheres. Algumas mães declaram que a “vida acabou após a maternidade. Sou a única mãe que tem a coragem de dizer isso com todas as letras e sou duramente criticada, chamada de esquisita pelas mães que se dizem perfeitas”. Descrentes de que “ser mãe é maravilhoso”, afirmam ser “Pura utopia, para alguns pode ser mas para mim tornou minha vida um inferno”. De modo radical, uma mãe participante do grupo registrou em um comentário: “Preferia estar morta a viver essa vida que tenho hoje”. Pressupondo a presença de muitas outras na mesma situação, uma participante deixa o seguinte comentário:

Sou mais uma que odeia ser mãe! Depois de um parto “seco” que me deixou extremamente traumatizada, tive depressão pós-parto. Hj nove anos depois ainda sinto vontade de sumir no mundo por causa da minha filha, tive que sair do meu trabalho por causa dela, sofro com incontinência urinária por conta do parto desumano, tive que largar os estudos, enfim... prefiro a morte que ser mãe mais uma vez.

A partir de uma posição ainda mais radical, várias páginas nas redes sociais defendem uma posição “antinatalista”. O grupo de Facebook Antinatalismo: não ter filhos é um ato de amor se apresenta como “um movimento social e político em torno do direito da não procriação”. Entendendo que “a forma mais funcional de poupar o sofrimento humano e animal é trabalhando para diminuir as ideologias do nascidouro, amor parental (principalmente o materno) e a da sacralidade da vida”, os grupos

antinatalistas convocam a mobilização “pela mais nobre luta da humanidade, a única que redimiria todos os seus pecados: Deixar de existir. E não mais bilhões irão sofrer futilmente e, finalmente, existirá paz”.

c) “Não me chamo mãe”: gênero e identidade

Existe uma abstração sobre os atributos que comporiam um perfil de mãe “ideal” ou “típica”. Nessa caracterização, a mulher, ao se tornar mãe, passa a ser definida socialmente com relação à maternidade, com relação à prole e com relação a um suposto modelo social “adequado” para o papel materno. Assim, a identidade de uma mulher é em larga medida constituída/substituída pela sua posição com relação à identidade de mãe.

Um aspecto essencial na caracterização das mulheres que interagem nos ambientes digitais que tematizam a maternidade e suas nuances é a atuação profissional: muitas vezes, são mães que atuam no mercado de trabalho e lidam com as vicissitudes desta dupla inserção social. Entre as demais características, destacam-se uma relativização da culpa com relação à criação de filhos/as e a busca de individuação através da reivindicação de uma identidade autônoma, independente da maternidade.

Em uma entrevista, uma blogueira esclareceu: “só porque viramos mães não deixamos de nos interessar por moda, comportamento e música” (IstoÉ, 2014). Alguns grupos deixam bem clara, já no título da página, a ruptura com os valores tradicionais e a reivindicação de identidade própria, que não se esgota na experiência da maternidade. O perfil de Facebook *Não me chamo mãe*, por exemplo, se apresenta com o seguinte texto: “Ser mãe não nos define. Ser mãe é apenas mais um aspecto das nossas vidas. Acima de tudo somos todas MULHERES”.

Considerações finais

Pode-se pensar as posições assumidas pelas mulheres frequentadoras dos ambientes digitais acerca da maternidade, em seus discursos e práticas, como teorizações informais sobre a situação feminina e a tensão entre permanência e mudança nos atributos de gênero. Esta participação nas mídias digitais, entretanto, mesmo que muitas vezes se apresente como “ativismo”, parece consistir essencialmente em métodos práticos de enfrentamento de situações concretas vividas no cotidiano, como “etno-métodos” (GARFINKEL, 1984), não como reflexão organizada que visaria, por exemplo, uma ação política transformadora da situação social feminina.

A partir do reconhecimento da existência de preconceitos e tabus, essas mães encontram a saída desse impasse no que concerne ao gênero e à maternidade em soluções individuais, de âmbito privado. Assim, os ambientes digitais sobre a maternidade operam fundamentalmente como local de acolhida, de recepção de discursos, depoimentos, relatos, testemunhos e apoio, muito mais do que um local de organização de ação política e coletiva consequente.

Se no início do século XXI, grupos de mulheres-mães pioneiras começavam a questionar os tabus da maternidade nos recentes ambientes digitais criados pelas tecnologias de informação e comunicação (BRAGA, 2008), hoje a hipersegmentação promovida pela dinâmica comunicacional das redes dá emergência a uma imensa variedade de grupos nas redes sociais que tratam: das ambiguidades do trabalho doméstico em relação à luta de classes; ou grupos secretos que tratam de assuntos “proibidos” nos ambientes sociais tradicionais, mas que encontram na web esconderijos para a realização de encontros entre mulheres que não querem ter filhos/as, que odeiam a maternidade ou as que, arrependidas, afirmam

preferir a morte à experiência materna. Essas mulheres participantes de ambientes digitais enfrentam os tabus relacionados à maternidade para, nas redes sociais, questionar o feminismo; criticar a “maternidade compulsória”; expressar arrependimento e ódio à maternidade; e reivindicar identidades próprias.

Interessadas em toda informação a respeito da realidade que vivem como mães, essas mulheres posicionam-se frente aos saberes tradicionais, aos saberes especializados e alternativos, às posições pessoais díspares das amigas digitais, a elaborar uma teorização informal sobre a maternidade que orienta suas ações no cotidiano para fins práticos, mas não políticos, pois discutem, experimentam e teorizam a maternidade como questão pessoal.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Referências

- ALMEIDA, Maria I. M. **Maternidade: um destino inevitável?** Rio de Janeiro: Campus, 1987.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BRAGA, Adriana. **Corpo-Verão: jornalismo e discurso na imprensa feminina.** Rio de Janeiro, Ed.PUC-Rio, 2016.
- Disponível em: <http://www.editora.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start>.

- htm?infoid=394&sid=3 . Acesso em: 12 mar.2020.
- _____. Sociabilidade Digitais e a reconfiguração das relações sociais. In: **Desigualdade & Diversidade**, n. 9, dez., 2011. Disponível em: http://desigualdadediversidade.soc.puc-rio.br/media/09%20DeD%20_%20n.%209%20-%20artigo%204%20-%20ADRIANA.pdf . Acesso em: 14 mar.2020.
- _____. **Personas Materno-Eletrônicas**: feminilidade e interação no blog Mothern. Porto Alegre: Editora Sulina, 2008. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/Personas-Materno-Eletr%C3%B4nicas-Feminilidade-Intera%C3%A7%C3%A3o-Mothern/dp/8520505082>. Acesso em: 12 abr.2019.
- _____. **CMC, Identidades e Gênero**: teoria e método. Coleção Estudos em Comunicação. Covilhã/Portugal: Universidade da Beira Interior, 2005. Disponível em: <https://labcom-ifp.ubi.pt/livro/57>. Acesso em: 14 mar.2020.
- DONATH, Orna. **Mães arrependidas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- FERNANDES, Edson; LACERDA, Margareth. **Sem filhos por opção: Solteiros e casais, e muitas razões para não terem filhos**. São Paulo, Nversos, 2012.
- FIGUEIREDO SOUZA, Ana Luiza de. Maternidade nas mídias digitais: uma análise exploratória. In: **XVI PósCom PUC-Rio**. Rio de Janeiro, 4-8/novembro/2019. Disponível em: <http://poscom.com.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=7> . Acesso em: 12 mar.2020.
- GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- GOFFMAN, Erving. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- IACONELLI, Vera. **Mal-Estar na Maternidade. Do Infanticídio à Função Materna**. São Paulo: Annablume, 2015.
- MONTEIRO, Carolina. Iti mália, tem um neném fofo passando na sua timeline:

- quem são os baby influencer do Instagram. In **XVI PósCom PUC-Rio**. Rio de Janeiro 4-8/novembro/2019.
Disponível em: <http://poscom.com.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=7> . Acesso em: 12 mar.2020.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de Comunicação**. São Paulo: Cortez, 2001.
- ORTNER, Sherry. “Is Female to Male as Nature Is to Culture?” In: ROSALDO, M. e LAMPHERE, L. (eds.) **Woman, Culture and Society**. Stanford: Stanford University Press, 1974.
- POSTMAN, Neil. **Tecnopólio: a rendição da cultura à tecnologia**. São Paulo: Nobel, 1994.
- RIOS, Maria G.; GOMES, Isabel C. **Estigmatização e conjugalidade em casais sem filhos por opção**. *Psicol. estud.* 2009, vol.14, n.2, pp.311-319. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722009000200012>.
Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v14n2/v14n2a11.pdf> . Acesso em: 14 mar.2020.
- SCHÜTZ, Alfred. **Collected Papers**. The Hague: M. Nijhoff, 1962.
- SIMMEL, Georg. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

Capítulo 2



[Ler capítulo 2](#)

[Voltar ao sumário](#)

Capítulo 2

A maternidade “real” no Instagram:

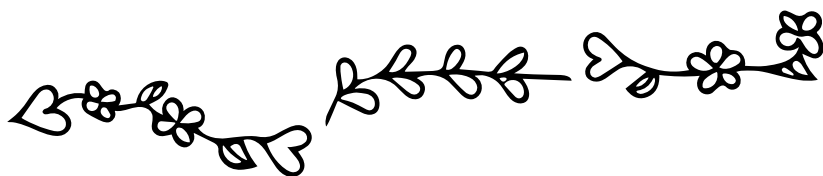
Uma reflexão sobre as temáticas predominantemente compartilhadas por mães influenciadoras

Milena Freire de Oliveira-Cruz, Camila Tatsch Ferrari, Kalliandra Conrad, Maria Eduarda Brendler Nosvitz e Marina Judiele dos Santos Freitas
Universidade Federal de Santa Maria

Resumo

Este texto é parte de uma pesquisa que analisa os sentidos sobre a maternidade circulantes no *Instagram* e as formas pelas quais estes discursos podem potencializar a subjetivação das identidades maternas entre as mães internautas. Tendo em vista a necessidade de reconhecer, como ponto de partida da investigação, quais são as narrativas postas em circulação de forma proeminente, a análise deste capítulo se foca na análise do perfil e postagens de três mães influenciadoras: @maeforadacaixa, @familiaquilombo e @maternidade.com.ciencia. Como principais resultados, enfatizamos a perspectiva dos capitais social e cultural para compreender que a maternidade “real” possui diferentes matizes, que tanto podem reafirmar os discursos que circulam na internet quanto podem vir a construir posições de resistência em relação à maternidade patriarcal e às práticas de maternagem intensiva vigentes.

Palavras-chave: Maternidade real. *Instagram*. Influenciadoras digitais.



Introdução

Este capítulo é fruto de uma pesquisa em andamento que tem como objetivo central compreender de que forma os sentidos sobre maternidade circulantes no *Instagram* são interpretados pelas mães que narram e compartilham suas histórias na rede e como (ou se) a escrita de si incide na subjetivação das identidades maternas. Parte do princípio de que, no contexto atual em que se inscreve a relação entre mídia, cultura e subjetividade, a circulação desses discursos nas redes sociais digitais reflete-se nas experiências das usuárias e na percepção sobre seus próprios papéis sociais, enquanto mulheres e mães.

Tendo em vista que o foco da investigação se concentra nas mães e suas interações com as redes, entende-se que é necessário, primeiramente, refletir sobre o elas que dizem e como se constroem os discursos sobre a maternidade circulantes no ambiente digital. Assim, este capítulo discute as abordagens proeminentes sobre maternidade no *Instagram*, tendo como foco específico a análise de perfis e postagens de mães influenciadoras,¹ que evidenciam os temas mais repercutidos, mais comentados, os quais sugerem mais buscas das internautas ou estimulam um maior número de interações.

Neste ponto, é importante ressaltar que as formas pelas quais a maternidade é representada nas redes sociais digitais são múltiplas, podendo conjugar sentidos semelhantes ou aparentemente

¹ Comumente é utilizado o termo *influencer* para caracterizar um usuário ou usuária de redes sociais que se propõe, como o nome já diz, influenciar seus seguidores a respeito de determinado assunto. Neste capítulo optamos por utilizar o termo em português: influenciadora (pois a pesquisa foi feita com mulheres) por considerar importante a tradução de termos importados, como é o caso e por tratar-se de uma pesquisa produzida em português e no Brasil, portanto, para facilitar a compreensão das leitoras e leitores.

contraditórios. Assim, além da circulação de postagens que reverberam a exaltação e a romantização da maternidade (a partir de sentidos de realização e felicidade advindas dessa experiência), existem relatos que problematizam essa idealização do “ser mãe”, apontando sua construção social/histórica e reivindicando um debate que apresente as dificuldades e as ambivalências experimentadas pelas mais diferentes vivências maternas.

Tendo em vista a necessidade de recortarmos o debate aqui exposto, nos dedicamos a refletir sobre os sentidos atribuídos à maternidade “real”, em que as mães se posicionam de forma oposta ao sentido dominante (HALL, 2009) e criticam de forma mais contundente a idealização da maternidade, expõem suas dificuldades, suas angústias, resistem à lógica do instinto e do amor maternal como um sentimento de toda mulher.

A definição do *corpus* de análise se deu a partir da escolha de um conjunto de três perfis do *Instagram*, aqui classificadas como mães influenciadoras, que abordam em suas postagens diferentes formas de perceber e questionar a rotina vivida por elas. As internautas escolhidas para serem observadas são reconhecidas como influenciadoras por manterem um fluxo de publicações sobre a maternidade, assegurando um grupo de seguidoras que consomem, reproduzem e interagem com o seu conteúdo por possuírem interesse na temática. Importante apontar que o número de seguidores/as não foi o principal parâmetro considerado na seleção, sendo relevante, também, a interação entre as seguidoras e influenciadoras, além das múltiplas perspectivas de suas abordagens – o que contribui para o caráter mais amplo e qualitativo da discussão aqui proposta.

Em termos metodológicos, a coleta de dados foi feita a partir do acompanhamento dos perfis *@familiaquilombo*, *@maternidade.com.ciencia* e *@maeforadacaixa*, entre outubro e novembro de

2019, sendo as postagens organizadas em um protocolo a partir dos principais tópicos relacionados à maternidade, observados durante o período de monitoramento dos perfis escolhidos. Desta maneira, buscamos categorizar – por meio dos assuntos mais comentados por cada uma delas – em temas que melhor as definem, para que pudéssemos sistematizar de maneira mais eficiente como esses discursos circulam no meio digital sobre maternidade e – se existem – quais são as singularidades experienciadas em cada maternagem.

Nesse ponto é importante pontuar a diferenciação entre maternidade e maternagem proposta por Andrea O’Reilly (*apud* MENDONÇA, 2018), visto que são consideradas bases conceituais dos estudos maternos. O termo estudos maternos, vale mencionar, foi criado por O’Reilly (*apud* MENDONÇA, 2014) com a finalidade de reconhecer e demarcar um campo de estudos específico e interdisciplinar, que envolve a maternidade e a maternagem.

A partir dos estudos de Adrienne Rich (1986), Maria Collier de Mendonça (2014) explica que há dois sentidos para o termo maternidade. O primeiro deles associa a maternidade a questões biológicas, à sua capacidade reprodutiva e à relação de poder das mães para com as crianças, entendidas como próprias da condição das mulheres (MENDONÇA, 2014). O segundo sentido compreende a maternidade como instituição, utilizando-a, a partir de elementos simbólicos e culturais, como uma forma de poder do masculino sobre o feminino materno.

Sob a influência dessa compreensão de maternidade, pesquisadoras e pesquisadores norte-americanos passaram a desenvolver estudos maternos com diferentes perspectivas, compreendendo a maternidade como instituição (*motherhood*) ou como experiência e/ou identidade (*mothering*) (MENDONÇA, 2014). A partir disso, estabeleceu-se a distinção conceitual entre maternidade

e maternagem. Assim, segundo O’Reilly (*apud* MENDONÇA, 2014), a maternidade se refere aos sentidos culturais e sociais (respaldados pela distinção biológica que possibilita à mulher gerar uma criança), e conferem institucionalidade ao papel das mães; enquanto a maternagem diz respeito às práticas relacionadas ao cuidado com as crianças, normalmente atribuídas às mães ou, de modo menos exigente/intenso, a outros/a cuidadores/as.

Aproximações e silenciamentos na relação entre feminismo e maternidade

No contexto do debate aqui proposto, é importante pontuar que os valores sociais associados ao cuidado e ao afeto são estruturantes para as desigualdades de gênero ainda hoje, tendo reflexo direto na dimensão do trabalho doméstico/privado, sendo a maternidade um dos eventos centrais para essa relação. O cuidado direto dos filhos e toda a mudança na dinâmica familiar representada por sua(s) presença(s), são atribuições social e culturalmente centradas nas figuras femininas. Além disso, importa pontuar que a maternidade também se configura no âmbito cultural e histórico como experiência fundamental para a construção das representações de feminilidade, sendo associada diretamente com o papel social prioritário das figuras femininas.

Simone de Beauvoir (2019), em seu livro *O Segundo Sexo*, originalmente publicado em 1949, introduziu os primeiros debates no movimento feminista contestando o determinismo divino e biológico atribuído às mulheres em relação à maternidade. A autora afirmava que o que se define como “mulher” é proveniente de uma série de construções sociais para as quais cada mulher é submetida ao longo de sua existência. Desta maneira, a ideia de ser mãe, entendida como um dever exclusivo das mulheres,

começou a ser questionada e não mais aceita facilmente como um definidor de identidade. Assim, em vários âmbitos dos movimentos feministas, a maternidade passou a representar um mecanismo eficiente de dominação, uma vez que fortalecia a ideia de um papel social às mães, mas as mantinha cativas à vida privada sem uma participação reconhecida no espaço público ou no exercício de autonomia na sociedade.

A partir da ascensão dos debates sobre a liberdade do corpo e sobre a emancipação feminina, a maternidade tornou-se, de certa forma, marginalizada e incompatível com as ideias presentes nas pautas centrais do movimento feminista. O uso de contraceptivos, a decisão de tornar-se mãe por suas próprias escolhas e não como uma forma de naturalismo imposto e a negação do chamado “instinto materno” – o qual era diretamente relacionado a uma condição biológica intrínseca à mulher – aliaram-se ao projeto de emancipação feminina (SCAVONE, 2016, p. 140).

Em contrapartida, o debate trouxe diversos questionamentos acerca do papel das mulheres na sociedade, especialmente sobre aquelas que optaram por ser mães. De um lado, encontravam-se, então, discursos que reivindicavam a independência da mulher no que diz respeito à concepção e à maternidade, em prol da liberdade de gênero. De outro, debatia-se, dentro do movimento, questões de identidade, atribuídas a mulher como mãe e os seus direitos.

Neste ponto, a reflexão feminista muito contribuiu para a compreensão do fenômeno social da maternidade dentro ou fora da família, ultrapassando – mediante a utilização do conceito de gênero – as interpretações sociológicas que, a partir das décadas de 1960 e 1970, buscavam a origem das diferenças sociais entre os sexos na linha bio-determinista (SCAVONE, 2016, p. 142).

Os dilemas da maternidade mostram-se conflituosos, principalmente, quando relacionados aos papéis que são atribuídos a elas no seio da instituição familiar. Embora as diferentes vertentes feministas tenham avançado na exposição de desigualdades e na conquista de direitos, ainda existe um certo distanciamento da temática maternidade dentro dos debates no movimento.

De acordo com O’Reilly (2016, *apud* MENDONÇA, 2018) até hoje a maternidade continua sendo o “elefante na sala” do feminismo acadêmico. Baseada nos estudos de Andrea O’Reilly sobre o feminismo matricêntrico, a autora afirma que, apesar de configurar um fator estruturante da dominação masculina, existe uma discrepância elevada entre o alto impacto da maternidade na vida das mulheres e sua baixa representatividade nos estudos feministas.²

Mais recentemente, o modelo de “mulher moderna” atenuou a figura feminina de sua obrigatoriedade reprodutora, mas ainda associa o feminino aos modelos de boa mãe, socialmente exigidos e perpetuados ao longo dos anos. É, portanto, um exemplo interessante de debate na esfera da desigualdade de gênero que “mudam sem mudar”.

Com o avanço das reivindicações feministas no campo do trabalho e do acesso aos direitos sociais, as discussões em torno da maternidade também avançaram, inclusive tendo progressos no campo da contracepção e da reprodução. Dessa forma, passaram a ser visíveis na esfera pública discursos que negam o desejo de ser mãe ou descolam a maternidade da ideia de “essência” feminina. Apesar dessas posições refletirem avanços no que diz respeito a busca por igualdade de gênero, é preciso caracterizá-las

2 Segundo levantamento feito por O’Reilly (*apud* Mendonça, 2018, p. 501) na década que compreende os anos de 2005 e 2015, os estudos sobre maternidade compreendiam apenas entre 1 e 3% das publicações científicas, conferências e disciplinas dos principais centros de estudos feministas internacionais.

como práticas que mantêm a lógica hegemônica, submetidas constantemente a um “jogo intenso de silenciamento trabalhando a favor de seus encerramentos” (CAVALCANTE, 2017, p. 4). Assim,

Mesmo com todos os estudos realizados na área e com os avanços em termos de igualdades entre os gêneros e desconstrução de paradigmas, a maternidade ainda é vista como uma obrigatoriedade. Essa pressão social sobre as mulheres está para além de toda a idealização introduzida culturalmente sobre a maternidade, podendo ser identificada como um símbolo do controle social sobre o corpo e as ações femininas, o que representa uma forma expressiva de opressão de gênero. (CARVALHO; SCHIAVON; SACCO, 2018, p. 6)

Em função disso, as representações que cristalizam o papel social da mãe ainda giram em torno de sentidos como completude, realização pessoal ou instinto (que aproxima ao imaginário de natureza materna). Nesses termos, as dificuldades vividas pelo enfrentamento das expectativas e valores sociais que alicerçam e romantizam a maternidade, levam as mães a sentimentos como culpa, insegurança e medo. Apesar de comuns, esses sentimentos muitas vezes são desconsiderados pela família, pelos profissionais da saúde e pelas próprias mães e, portanto, são silenciados (CARVALHO; SCHIAVON; SACCO, 2018).

Sentidos partilhados sobre maternidade: o lugar das influenciadoras nos processos de subjetivação

Com o advento das novas tecnologias da informação e da comunicação e da internet foram possibilitadas outras formas de sociabilidade pelas redes sociais digitais, o que condiciona o isolamento e a vivência solitária da maternagem à transformações contínuas. As relações no ambiente virtual viabilizaram a troca

de experiências com outras mulheres e mães, criando, assim, uma rede de apoio virtual onde elas podem expor situações cotidianas, compartilhar dificuldades e sentimentos associados ao exercício da maternagem.

É interessante perceber que as formas pelas quais as diferentes situações da experiência materna são expostas na rede integram ações performáticas dessas mães que, ao mesmo tempo em que se apropriam, negociam ou resistem aos valores dominantes, como também constroem suas *personas online*.

Os sites de redes sociais constituem, portanto, espaços que possuem recursos por meio dos quais os usuários articulam a maneira como desejam se apresentar aos demais – ainda que mediados pelos próprios *softwares* e dispositivos de interação – empreendendo, portanto, performances de si nesses espaços. São ambientes em que o usuário seleciona quais aspectos de sua personalidade, trajetória e/ou rotina serão revelados ao olhar alheio, com finalidades diversas. Assim, editar um perfil pessoal em um site como o Facebook é entendido aqui enquanto uma forma de autoapresentação e construção de identidade (BOYD E HEER, 2006; RECUERO, 2009; MILLER, 2011; POLIVANOV, 2014; KING, 2016), tendo em vista uma intencionalidade performática, projetando-a ao público pelo qual deseja ser visto (FIGUEIREDO SOUZA; POLIVANOV, 2017, p. 5).

Assim, essa inscrição e interação no espaço virtual é dotada de finalidades que, mesmo quando não acionadas de forma explícita, conduzem à observação das relações estabelecidas entre os sentidos partilhados *online* e a formação da posição social de mulheres/mães. Tratamos, portanto, uma trama de sentidos tecida individual e coletivamente, que narrou experiências da maternidade ao mesmo tempo em que as mulheres afirmam “modos alternativos de inscrição no mundo,

constituindo novas subjetividades e reinventando a si mesmas” (FIGUEIREDO SOUZA; POLIVANOV, 2017, p. 5).

Neste contexto, as redes sociais digitais expandem as possibilidades das práticas comunicacionais de diversos grupos, que tanto constroem quanto se apropriam de sentidos sobre a maternidade à medida em que compartilham informações, criam e consomem diferentes conteúdos *online*. Nessa circulação, existe um processo de identificação com algumas mães que se destacam na rede, cujos perfis passam a ser seguidos, e que repercutem entre as demais internautas. Bruno Campanella (2018) chama de microcelebridades e influenciadores as pessoas que administram esses perfis. Desta forma, através do uso de representações imagéticas e textuais sobre a maternidade em páginas de redes sociais, as influenciadoras constroem seus discursos e promovem interações entre seus públicos de seguidores/as. Embora exista, atualmente, uma possibilidade variada de interações dentro das redes sociais, Cristiane Silva e Felipe Tessarolo (2016) afirmam que a presença nas redes sociais digitais, como o *Instagram*, tem como foco principal a troca de imagens e vídeos, que expressam majoritariamente experiências e informações pessoais. O *Instagram*, através do uso de hashtags, igtvs, vídeos³ possibilita uma dinâmica de trocas ágil, permitindo que se estabeleçam relações e vínculos entre seus usuários. De acordo com Ana Cláudia Zandavelle (2018, p.81):

Com uma estrutura de público em rede, o *Instagram* é uma plataforma atrativa para pesquisadores, porque apresenta benefícios como (BOYD, 2010): persistência

3 Hashtags são recursos de busca sinalizados pelo símbolo de cerquilha “#” acompanhado de uma palavra-chave, facilitando assim, com que o usuário encontre conteúdos relacionados com maior praticidade. Já os Igtvs, são vídeos mais longos do que os permitidos pelos stories que podem ser postados no perfil do usuário.

(armazenamento de dados nos servidores), replicabilidade (conteúdos podem ser alterados e replicados facilmente), escalabilidade (o público em rede amplia a visibilidade do conteúdo) e capacidade de pesquisa (recuperação da informação de forma fácil, por meio de metadados, hashtags, usuários e API).

Possível de advir da ideia de credibilidade, o vínculo entre influenciador/a e seguidor/a ocorre a partir da produção de conteúdo, condição indispensável para reconhecer um/a influenciador/a digital. De acordo com Issaaf Karhawi (2017), não há um critério consensual sobre o que venha a ser conteúdo, pois desde fotos para o *Instagram*, até textos em blogs e vídeos postados podem vir a ser caracterizados desta forma. Assim, como cita a autora, “um influenciador pode ser tanto aquele que estimula debates ou agenda temas de discussão em nichos, quanto aquele que influencia na compra de um lançamento de determinada marca” (KARHAWI, 2017, p. 16). Em todo o caso, é importante entender que o reconhecimento de um/a influenciador/a não se restringe ao referencial quantitativo do número de seguidores *online*.

Nesse sentido, consideramos relevante pontuar a perspectiva de Gabriel Ishida (2018) que caracteriza os influenciadores digitais a partir do conceito dos capitais (social, cultural e econômico) de Pierre Bourdieu. No nosso estudo, nos concentramos em observar os aspectos voltados para os capitais cultural e social, visto que nosso foco está na abordagem temática (maternidade real) e não na dimensão comercial (capital econômico) dos perfis.

A noção de capital social diz respeito à capacidade que o/a influenciador/a tem de concentrar e estabelecer vínculos nas redes, ecoando sua mensagem/conteúdo, articulando ações e conectando pessoas (nesse caso, seguidores). Já a dimensão do capital cultural, que para Bourdieu se divide no seu estado incorporado, objetivado ou institucionalizado, nos auxilia a pensar no domínio ou

autoridade que um/a influenciador/a tem ou adquire (por experiência, posição social ou a partir de um saber formal) para falar sobre um determinado assunto (ISHIDA, 2018, p 253-254).

Procedimentos metodológicos

A partir de uma pesquisa de natureza qualitativa, a construção da problemática deste capítulo, que visa refletir sobre os aspectos da maternidade real elucidados pelas mães influenciadoras no *Instagram*, se assenta em alguns pressupostos. O primeiro deles é que a maternidade e a maternagem são apreendidas por diversos discursos: científico, religioso, governamental, legal, médico, etc. Dentre eles, temos o discurso midiático como espaço importante para análise, no qual as representações sobre maternidade circulam e refletem nas experiências das usuárias.

Diante disso, selecionamos a rede social digital *Instagram* como *locus* de observação e análise de perfis que tratam da maternidade sob a abordagem da maternidade real. Para identificar os discursos circulantes que mais repercutem na rede foi fundamental olhar para as mães influenciadoras, as quais evidenciam os temas mais comentados, sugerem mais buscas das internautas ou estimulam um maior número de interações. Assim, pelas características do *Instagram* e pelo modo como classificamos as mães – como influenciadoras digitais (ISHIDA, 2018) –, também pressupomos que as discussões sobre maternidade são ampliadas nessa rede social digital, propiciando, ainda, relações tanto de aproximação quanto de obscurecimento das fronteiras entre maternidade e feminismo.

Em um levantamento inicial, no que diz respeito à ideia de maternidade real, reconhecemos a abordagem da temática através de grupos específicos, como também de depoimentos pessoais

que, ao denunciarem o desconforto com o silenciamento social em torno das dificuldades da maternidade, tornam-se visíveis a partir de um alto número de compartilhamentos e suscitam o pertencimento através de novos depoimentos nos comentários. Em uma outra medida, circulam também sentidos sobre a maternidade real através do recurso do humor, que trata com certa leveza o desmascaramento de situações cotidianas das mães que envolvem bagunça, cansaço e falta de individualidade. Nesses casos, a crítica não gera uma reflexão e não se opõe exatamente ao protagonismo feminino da maternagem – o que nos remete a uma codificação/decodificação negociada (HALL, 2009).

Procuramos, portanto, dimensionar a participação de perfis e a respectiva circulação de postagens que abordassem a maternidade real no *Instagram*. Do ponto de vista dessa abordagem, tentamos identificar na rede

um movimento de descontinuidade, de ruptura com o que nos é ensinado sobre ser mãe, mostrando que há outras possibilidades de vivenciar este processo de outras formas. Olhar as diferentes possibilidades de maternidades através da perspectiva pós-estruturalista é uma questão central nas disputas femininas e na luta pela igualdade entre os gêneros (LAUXEN; QUADRADO, 2018, p. 9).

Com o objetivo de organizar a análise, estruturamos quatro etapas metodológicas. A primeira etapa consiste em classificar as mães como influenciadoras digitais conforme o seu capital social e cultural (ISHIDA, 2018) para, então, observar os perfis sobre maternidade no *Instagram*. Essa observação foi realizada no período de outubro a novembro de 2019. Para a seleção dos perfis, realizamos uma busca através da rede social digital com as hashtags #maternidadereal e #maereal, a fim de especificar a abordagem escolhida para este trabalho - a maternidade real.

Na sequência, a escolha dos perfis se deu pelos seguintes critérios: mulheres mães que publicam especificamente sobre maternidade, mesmo associando outros assuntos ao tema; e que possuem frequência semanal de postagens e comentários ativos. Desse processo, resultaram seis perfis, dentre os quais, selecionamos três a fim de atender os limites deste texto: @maternidade.com.ciencia, @familiaquilombo, @maeforadacaixa. A partir destes perfis, mapeamos alguns posts e comentários que consideramos mais relevantes para a análise.

A última etapa metodológica refere-se, portanto, à análise destes posts e comentários à luz do referencial teórico apresentado anteriormente sobre maternidade, feminismo, redes e influenciadoras digitais. O desenvolvimento desta etapa, que será apresentada a seguir, consiste na seguinte sequência: descrição dos perfis selecionados; identificação dos temas e abordagens proeminentes nos posts e comentários desses perfis; tensionamento entre esses temas/abordagens e a compreensão teórica sobre a maternidade real.

@maeforadacaixa

Thaís Vilarinho apresenta-se na rede social como escritora do best-seller Mãe Fora da Caixa (que foi transformado em peça teatral, em @maeforadacaixaapeca), colunista da @revis-tacrescer e propagadora de uma rede de apoio para mães. O seu perfil, atualmente, conta com 990 mil seguidores e seguidoras e possui 3.141 publicações, conforme figura 1. Thaís possibilita que suas seguidoras compartilhem as suas percepções sobre a maternidade, tornando seu perfil um espaço compartilhado e interativo de reflexões. O alto número de seguidoras e os vínculos ali articulados, nos remete à noção de capital social associada aos

influenciaries/as digitais (ISHIDA, 2018). A pesquisadora Fernanda Carrera (2012) em seu estudo sobre redes sociais digitais, conclui que utilizar dispositivos como o *Instagram*, além de visibilizar as suas publicações, é uma forma de reafirmar a construção da subjetividade “como uma prática social, na qual a colaboração do outro não só a influência, como é determinante para sua existência” (CARRERA, 2012, p. 162).

Figura 1: perfil na rede social digital *Instagram* @maeforadacaixa



Fonte: *Instagram*

As suas publicações são caracterizadas, majoritariamente, por uma foto da relação mãe e filho/filha e um título em caixa alta sobre o assunto que é desenvolvido na legenda. Thaís procura abordar temáticas interessantes às mães, as quais refletem como acolhimento às suas seguidoras, que demonstram isso em comentários como “Que texto maravilhoso!”, “Realidade de praticamente toda mãe! Como eu amo esses textos!”. A @maeforadacaixa também tornou o seu perfil um espaço compartilhado de produções textuais, uma vez que possibilita a publicação de textos de seguidoras, como é o caso da publicação a seguir (Figura 2).

Figura 2: publicação do perfil @maeforadacaixa na rede social digital Instagram



Legenda completa da publicação:

“Hoje a “culpa materna” veio pesada. De repente senti que estou fazendo tudo errado. TUDO. MESMO. Já senti isso? Só não me fala que não, não hoje. A alimentação parece errada, o horário do banho também. A hora de dormir assim como as brincadeiras. A organização da casa, o casamento, o trabalho. Está tudo errado. Deve ter algo certo, não é possível! Hoje, certo mesmo é só a certeza que está tudo errado. Será que precisa ser tão pesado? Mães não tem o “direito” de errar? Reclamar de algo é crime? “Tá reclamando por que? Não quis ser mãe?”, “Tá cansada? Ninguém pediu para nascer.” É tanta pérola carregada de falta de empatia que a gente escuta. O pior é que geralmente essas pérolas vem de pessoas que não se oferecem para absolutamente nada. Por que SÓ a mãe não pode “não estar afim” por estar em um dia ruim? De onde raios vem essa ideia que mãe tem de ser a rocha, a heroína, a mil e uma utilidades? Pedir ajuda é fraqueza? Querer

dividir tarefas é preguiça? Deixar de fazer algo, hora ou outra, é desleixo ou irresponsabilidade? Claro que NÃO! Chega dessa história! Temos que dividir TODA a carga com o parceiro. Saber aceitar e pedir ajuda de pessoas próximas é o que podemos fazer de melhor para nossa sanidade. Trocar com a nossa rede de apoio vale ouro. Um tempo pra gente, nem que seja um cafezinho na padaria com o bebê dormindo no sling é VIDA. Não temos que engolir a seco sentimentos nem frustrações. Precisamos falar a respeito, elaborar. Limpar o coração. DIVIDIR. Assim, e só assim as coisas ficarão mais leves. Só assim a culpa vai se afastar. Cada um com seu peso. Certo? Promete que vai tentar? Texto da leitora: @ritaschuenck1. Coautora: @maeforadacaixa. Virou peça: @maeforadacaixaapeça.”

Fonte: *Instagram*

A postagem escolhida para ilustrar a abordagem desse perfil é um desabafo sobre a culpa materna, escrito por Rita Meneses Schuenck (@ritaschuenck1) em que, ao descrever a sua percepção, provoca diversos sentimentos de reconhecimento, acolhida e identificação às outras mães. A culpa é um sentimento recorrente na maternidade, afinal, ser uma boa mãe implica corresponder às expectativas sociais relacionadas à prática maternal (BADINTER, 2011), o que nem sempre é possível considerando o contexto de uma sociedade capitalista, racista e patriarcal. Com relação ao papel socialmente designado às mulheres mães, Flávia Biroli (2018) comenta:

O que levou boa parte do feminismo à crítica da maternidade é que ela tem sido historicamente definida pela divisão do trabalho, sobrecarregando, assim, as mulheres e restringindo sua participação em outras esferas da vida, enquanto libera os homens das responsabilidades

e do trabalho envolvidos no cuidado das crianças. Por isso é que se transforma em fator de vulnerabilidade para as mulheres. [...] implica também restrições no envolvimento com outras dimensões da vida pública, como a política. [...] a maternidade é um fator que reduz a autonomia relativa, individual e coletiva das mulheres (BIROLI, 2018, p. 107).

A pedagoga Fabiana Marcello (2005) reflete sobre os modos de subjetivação feminina no dispositivo da maternidade com base na teoria de Foucault sobre as *tecnologias do eu* ou *tecnologias de si* (grifos da autora). Uma das tecnologias está relacionada à exigência ao sujeito-mãe de controlar os seus atos e também o seu corpo (principalmente por gestar e amamentar) em que a autora evidencia a necessidade do sujeito-mãe enunciar a si mesmo como organizado e preparado para executar as inúmeras tarefas que lhe são designadas (MARCELLO, 2005).

A abordagem da culpa, bastante presente em alguns debates sobre a maternidade, trata de uma angústia constante, provocada por um sentimento de incapacidade e impotência que é atribuído à mulher. Neste contexto, a mãe vê em si um ser insuficiente ao exercer este papel materno, se tornando um reflexo da ideia de individualização (O'REILLY, 2013) presente nas maternagens. Portanto, a reflexão proposta pela @maeforadacaixa possibilita pensar sobre o viés dialético e contraditório da maternidade, uma vez que os sentimentos de quem consome seu conteúdo podem ser comuns, pois, “o modo de ser mãe é histórico” (MARCELLO, 2005, p. 150), socialmente construído e compartilhado, inclusive na reprodução de uma lógica desigual. Contraditório porque é, ao mesmo tempo, opressão e identidade (BIROLI, 2018) e dialético por expressar-se numa constante construção, desconstrução e reconstrução, muitas vezes coletiva.

@familiaquilombo

A influenciadora Adriana Arcebispo é assistente social e aborda a maternidade em seu perfil a partir de uma perspectiva interseccional, evidenciando as particularidades da experiência materna entre mulheres negras (Figura 3). O próprio nome do perfil designa uma proposta compartilhada da maternagem: @familiaquilombo. Apesar de haver uma grande participação do marido Jonas nas postagens, Adriana aborda, de maneira predominante, o seu olhar no dia a dia como mãe, mulher e as relações de afeto que permeiam a sua família.

Figura 3: imagem de perfil do Instagram @familiaquilombo



Fonte: Instagram

O perfil Família Quilombo foi criado em 8 novembro de 2016 e, originalmente, era conhecido por Família Nutella, nome advindo de um contraponto à ideia da Família Doriana, ou seja, a família de comercial de margarina representada na mídia predominantemente por pessoas brancas, construídas a fim de corresponder a um padrão ideal de perfeição e felicidade. Durante o período de monitoramento, o perfil possuía o número de 12,4 mil seguidores e

505 publicações. Segundo a data de última verificação realizada por meio dos dados públicos do perfil, realizada em 13 de janeiro de 2020, a conta totalizava 84,7 mil seguidores e 702 publicações, apresentando um crescimento considerável de mais de 70 mil seguidores.

O aumento deste número é significativo, especialmente se considerarmos a maior dificuldade de engajamento e alcance dos canais de pessoas não-brancas, devido ao racismo algorítmico (SILVA, 2019). A expressão define o beneficiamento dos termos de busca e divulgação ao conteúdo e perfis de pessoas que apresentam padrões caucasianos, ao passo que “inclui historicamente formatações dos campos produtivos da tecnologia que favorecem o treinamento enviesado de sistemas que intensificam discriminações e opressões” (SILVA, 2019, p.4). A Família Quilombo também possui perfil ativo em outras redes sociais, como *Facebook* e *Youtube*, onde são postados vídeos e textos que, muitas vezes, complementam e aprofundam os assuntos abordados nas publicações do *Instagram* e vice-versa.

A Família se autodefine, de acordo com a bio do perfil - em 1 de outubro de 2019 - como: “*Afetividade, Educação de Filhxs e relações familiares. Família preta, na diáspora*”. De modo geral, é possível apontar que existe na abordagem das postagens uma série de temáticas inerentes ao que se compreende como maternidade hegemônica, ao falar sobre a rotina da família, educação e criação dos filhos e as dificuldades e alegrias do casamento. Entretanto, as postagens nas quais há o contexto racial e pautas sobre militância negra e feminista aparecem de maneira central e sempre intrínseca às demais temáticas publicadas no feed, sendo maioria e condizentes com a proposta do perfil desde o começo. A manutenção da pauta racial no conteúdo produzido, que parte da experiência e da posição social que ocupa a influenciadora, permite observar a pertinência de seu capital cultural incorporado e objetivado na construção de seu perfil (ISHIDA, 2018).

Adriana, através dos aspectos de sua vida, fala, principalmente, como o reconhecimento de si como mulher negra e feminista impactou sua autoestima e intercede nos aspectos de sua maternagem. A partir da construção do afeto, ela, como mãe, incentiva reflexões relacionadas diretamente à construção de uma visão positiva de si e de sua negritude, que incide no modo de criação dos filhos, reforçando e trazendo representatividade através dos discursos, das brincadeiras e da leitura. Os aspectos da maternagem, apresentados tanto por Adriana como mãe, assim como os mostrados na relação de sua própria mãe no papel de avó, se contrapõem a uma visão estereotípica da maternidade negra. Segundo Winnie Bueno (2020) a imagem de controle da *Sapphire*, a matriarca negra, foi perpetuada ao longo do tempo como agressiva, pouco afetiva e compulsoriamente trabalhadora. No caso de Adriana, há uma atuação muito presente, participativa e positiva da maternidade, sem que sejam deixados de lado as abordagens “reais” de seus aspectos.

Figura 4: @familiaquilombo



Legenda: A gente anda super cansadx, porque manter a rotina da casa, com emprego formal, com militância, com presença em rede social, com jobs que estão chegando (ouvi

um amém?) e mais a paternidade e maternidade (PRETA!) não está sendo fácil. Tem gente que fala (com razão) que a gente tem que tirar um tempo pra ser casal, pra namorar tranquilx, andar de mãos dadas, ir ao cinema – nessas ocasiões a gente dá aquelas risadas que são meio de graça e meio de desespero mesmo – tem hora que simplesmente não dá! E sim, a gente sente o peso disso e há planos para amenizar a vida e terceirizar o que for possível. Mas por enquanto seguimos na certeza de que estamos plenamente mergulhados naquilo que acreditamos e que nossa relação há de se fortalecer nessa loucura que está nossa vida agora. Marca aqui seu parceiro ou parceira da vida e conta pra gente: o que você tem feito para que sua relação sobreviva ao caos da “vida moderna”? #familiaquilombo #familia-preta #afeto #casal #paternidadepreta #maternidadepreta #casamento #vida #caos #amor #juntxs

Fonte: Instagram

Na postagem acima (figura 4), realizada dia 26 de outubro de 2019, podemos ver exemplificada de maneira breve as principais temáticas existentes ao longo das postagens do *feed*. Nela, Adriana e o marido Josimar, “Jones”, aparecem em uma foto em preto e branco, sorrindo. A legenda é um desabafo sobre a tripla jornada em que ambos precisam conciliar a rotina, empregos e a atuação como influencers e a criação dos filhos por meio de uma parentalidade preta. Adriana expõe a necessidade de descanso e como as extensas atividades acabam impactando no relacionamento do casal. Entretanto, em seu texto, expressa felicidade e completude em se sentir realizada por poder protagonizar um espaço onde há abordagem de temáticas importantes como empoderamento e negritude. A publicação denota um tom negativo/positivo, ao relacionar as dificuldades do cotidiano a um discurso de superação e realização. Através das hashtags utilizadas ao final da postagem,

podemos não somente notar um recurso de tagueamento para tornar mais fácil o encontro dos textos através dos links correlacionados com temáticas parecidas, mas também ao utilizar expressões como #familiapreta, #maternidadepreta, #paternidadepreta, #juntxs, demonstra a afirmação da divisão de papéis e reconhecimento identitário, presente na força dos núcleos familiares negros e com maternagens pautadas na negritude.

As dinâmicas de cuidado expressas nas postagens não somente aparecem como um viés de resistência e afirmação racial, mas, também, como uma visão de resistência a alguns dos pressupostos pautados na maternidade patriarcal, que perpetuam ideias essencialistas e conceitos de uma criação despolitizada, que relega a mulher à prática da maternagem opressora (O'REILLY *apud* MENDONÇA, 2014).

Por meio da observação do perfil da Família Quilombo, com destaque para as postagens feitas por Adriana, também podemos compreender um pouco mais sobre a importância da presença de vozes negras ocupando espaços, especialmente em contextos virtuais, pois “os processos de resistência que as mulheres negras precisam articular para sobreviver às dinâmicas impostas pela matriz de dominação em suas vidas, são multifacetados e caracterizados pela duplas consciência que informa o ativismo da negritude” (BUENO, 2020, p.125). Desta maneira, espaços onde é possível articular as pautas da maternidade, negritude e feminismo, são necessários como forma de resistência e desconstrução de estruturas cuja representatividade se mostra hegemonicamente branca.

@maternidade.com.ciencia

O terceiro perfil analisado é administrado por Rossana Soletti, que se define como cientista, mãe e aprendiz. O nome

de usuário @maternidade.com.ciencia refere-se à abordagem do seu conteúdo, produzido com dados científicos para informar outras mães sobre assuntos relacionados à maternidade, tendo o objetivo principal de desmistificar informações relacionadas à área da saúde. Situando-se profissionalmente na área da saúde, Rossana Soletti produz as postagens e textos a partir da própria experiência como farmacêutica e doutora em morfologia. A caracterização da influenciadora a partir do seu capital cultural está ligada diretamente ao seu conhecimento formal, institucionalizado (ISHIDA, 2018).

O perfil foi criado em conjunto com o blog de mesmo nome, no ano de 2015, atualmente contando com 79 mil seguidores e 988 postagens (Figura 5). Dentre os temas que podemos destacar, estão: consumo de alimentos; prevenção de doenças e alergias; questões acerca da gestação e do crescimento infantil; funcionamento biológico; amamentação, além de temas mais pessoais, como relatos sobre a vida da autora.

Figura 5: perfil @maternidade.com.ciencia



Fonte: Instagram.

Para a análise, escolhemos a postagem apresentada na figura 6, a seguir, por tratar de um tema muito frequente nos discursos sobre a maternidade, relacionado não apenas a questões de saúde, mas ao que é atribuído como responsabilidade da mulher. A postagem possui 441 curtidas e 36 comentários (figura 6), traz na imagem o título do que será tratado na legenda e, nesta, o desenvolvimento do assunto. A centralidade gira em torno da questão do “filho perfeito” e da preocupação e pressão constante que muitas mães sofrem acerca da idealização de uma criança.

Figura 6: Postagem do perfil @maternidade.com.ciencia



Legenda completa da publicação:

“Todo semestre, depois que os alunos aprendem sobre a complexidade dos passos para o desenvolvimento fetal sobre as muitas síndromes, condições genéticas e más-formações possíveis, sempre recebo aquela pergunta fatídica: “o que podemos fazer para garantir que nós teremos um filho perfeito?” A resposta não poderia ser mais clara: se a gente considerar “perfeito” como um bebê ou criança que

nunca terá qualquer diagnóstico relacionado ao seu desenvolvimento, então tenho que responder “Não há nada que possamos fazer para garantir isso”. Existem sim recomendações que podemos tomar antes e durante a gravidez para diminuir o risco de uma série de alterações no bebê. Porém, diminuir o risco não significa impedir! Muitas dessas recomendações existentes são conhecidas há décadas e a cada ano a ciência se aprofunda mais em descobrir novos mecanismos. Por isso mesmo é tão importante acompanharmos a evolução do conhecimento científico – só assim poderemos cada vez mais ter consciência das melhores formas de gerar e criar um filho saudável. A reflexão que quero deixar (uma reflexão materna, não científica) é que se nós idealizamos um filho de “comercial de margarina” existe uma chance grande de virmos a nos frustrar. Não seria melhor olharmos para a maternidade como uma oportunidade de aprendizado incrível e de transformações tão profundas que incluam transformar nossos conceitos de perfeição? Um exercício difícil, mas necessário e libertador!”

Fonte: *Instagram*

Quando a gravidez de uma mulher passa a afetar seu cotidiano e sua vida é também o período em que começam as idealizações. Neste momento, principalmente as mães “de primeira viagem”, passam a sofrer as consequências do acúmulo de ideais enaltecendo a imagem de uma mulher dedicada ao âmbito doméstico, à família, à casa e à educação das crianças (KEHL, 2008).

Nesse contexto, a idealização se estende ainda para além do filho perfeito. Maria Collier de Mendonça (2014) aborda o estudo da socióloga Sharon Hays, que conceitua essa construção ideológica de maternagem intensiva. Trata-se de um acúmulo de idealizações que costuma acometer a mulher durante o período de gravidez e após o parto, sobrecarregando-a ao exercer uma dedicação intensiva aos

filhos no território doméstico-familiar. As crianças devem encaixar-se nesse território que é visto como um refúgio de privacidade e harmonia e partilhar dessas características incentivadas pela mãe. Aulas de natação e dança, consulta com especialistas e técnicas de desenvolvimento cognitivo e psicológico para crianças são exemplos de atividades realizadas pela criança que contribuem para a imagem da “mãe perfeita” que administra a “casa perfeita” e tem “filhos perfeitos”. Nisso, insere-se o filho na dedicação intensiva da busca pelo ideal de maternidade perfeita (MENDONÇA, 2014).

A postagem da influenciadora incentiva uma reflexão sobre o que é essa “perfeição” e os motivos para ser desejada, mencionando que idealizações muitas vezes levam à frustração. Essa é uma questão muito presente nos debates sobre maternidade, de modo que a abordagem do post se propõe a desmistificar a romantização e se refletir para o que é “real”, amenizando a exigência sobre as mulheres e auxiliando-as a romper essas idealizações.

O processo de identificação das seguidoras com a postagem da influenciadora é visível a partir dos comentários. *“Como me conforta...”*; *“Muito bom!”*; *“É a escola mais eficiente que conheço para que evoluamos como ser humano. Nada se compara em termos de oportunidade de aprendizado!”*. Além da concordância, percebe-se a abertura para manifestações e relatos das internautas/seguidoras sobre suas próprias vidas e de seus filhos, estabelecendo, portanto, um espaço de troca e compartilhamento de experiências – o que fortalece o vínculo das participantes, mas também projeta o próprio discurso de resistência à maternidade romantizada e suas consequências.

Considerações finais

Com o intuito de refletir acerca do que dizem e como se constroem os discursos sobre maternidade real circulantes no *Instagram*,

este capítulo teve como objetivo apresentar e debater os temas e as abordagens proeminentes nesta rede social, tendo como foco específico a análise de perfis e postagens de mães influenciadoras.

Selecionamos esses perfis pelo recurso aglutinador das hashtags #maternidadereal e #maereal, pelas temáticas publicizadas e pela frequência de postagens e comentários ativos. Dessa etapa resultaram três perfis – @maeforadacaixa; @familiaquilombo; e @maternidade.com.ciencia, em que classificamos as mães como influenciadoras digitais conforme o seu capital social e cultural (ISHIDA, 2018).

A partir da análise realizada, podemos considerar que o capital social e o capital cultural, sob os quais classificamos os perfis das mães, podem ser conceitos importantes para pensar o lugar das influenciadoras no que tange a temática da maternidade real. Olhar para as mães influenciadoras sob essa perspectiva pode nos ajudar a entender que a maternidade real possui diferentes matizes, que tanto podem reafirmar os discursos que circulam na internet quanto podem vir a construir posições de resistência.

O próprio ato de criar um perfil com o objetivo de compartilhar e comunicar ideias e concepções sobre a criação de crianças e o papel materno é, em si, uma escolha para desmistificar o papel de “mãe perfeita” que é imposto às mulheres. Ao divulgar seus relatos e percepções, as mulheres têm a possibilidade de repensar aquilo que é dito como “norma”, aliviando suas culpas e responsabilidades, compreendendo que existem outras alternativas.

Através da pesquisa bibliográfica realizada, concluímos que a concepção de maternidade foi apropriada socialmente de diversas formas em contextos históricos e territoriais diferentes. Na cena atual, os pressupostos patriarcais da maternidade (O'REILLY, 2013) têm sido paulatinamente contestados pelas mulheres que vivenciam o cotidiano de ser mãe. A partir das suas redes sociais,

as influenciadoras criam um entrecruzamento de identificações com outras mulheres, em sua maioria mães, que se reconhecem nas temáticas abordadas e que partilham dos mesmos dilemas em seus cotidianos. As influenciadoras, tornam-se não somente sujeitas da rede, mas detentoras de um capital cultural e social, capaz de movimentar, impactar e atingir, de forma considerável, um número alto de seguidoras.

Percebemos, também, que a compreensão da maternidade real do ponto de vista das mães influenciadoras pode ser considerada um modo de visibilizar discursos sobre as práticas de maternagem, antes condicionadas ao espaço privado/ doméstico. A maternidade historicamente foi compreendida como algo sigiloso, pessoal e íntimo. Esse movimento proposto pelos perfis aqui apresentados contradiz a sustentação dessa ideia, ao expor e dividir seus cotidianos com quem os acompanha. As mães e, no caso da *@familiaquilombo*, as famílias se apropriam do *Instagram* para criarem uma rede de apoio, capaz fortalecer e colaborar com o reconhecimento e com a saúde mental de suas seguidoras.

A exposição de uma imagem desconstruída sobre a maternidade, permite que o público tenha contato com várias nuances na criação de crianças que perpassam não somente as questões ligadas ao gênero, mas também sobre a raça e a divisão sexual do trabalho. Isso reflete em diferentes aspectos que envolvem o ato da maternagem promovendo a humanização da figura da mãe colocando-a em um lugar onde ela não personifica uma imagem historicamente idealizada, como tem se perpetuado ao longo dos séculos.

Isso oportuniza, pela dinâmica da rede e pela ampla circulação do discurso das mães analisadas, reflexões sobre maternidade ancoradas sob diferentes prismas, tais como vimos nos perfis analisados. Temos, então, a maternidade real com ênfase nas experiências maternas; nas questões relacionadas à negritude e à ciência.

Isso nos permite inferir que os discursos sobre maternidade real não são uníssonos, mas sim, plurais, e que as redes sociais digitais demonstram ser um espaço em potencial para novas reflexões e discussões sobre o que é a maternar.

Referências

- BADINTER, Elisabeth. **O conflito: a mulher e a mãe**. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.
- BUENO, Winnie. **Imagens de Controle: Um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins**. Ed. 1ª. Porto Alegre: Editora Zouk. 2020.
- BOYD, Danah; HEER, Jeffrey. Profiles as Conversation: Networked Identity Performance on Friendster. In: KAUAI, Hi. **Proceedings of the Hawai'i International Conference on System Sciences (HICSS-39)**. IEEE Computer Society, 2006.
- CAMPANELLA, Bruno. Em busca do reconhecimento midiático: a autorrealização do sujeito na sociedade midiaticizada. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | E-compós**, v.22, n.1, jan/mar. 2019.
- CARRERA, Fernanda. Instagram no Facebook: uma reflexão sobre ethos, consumo e construção de subjetividade em sites de redes sociais. **Animus – Revista Interamericana de Comunicação Midiática**. Santa Maria, v.11, n.22, p. 148-165. 2012.
- CARVALHO, J. P.; SCHIAVON, A. A.; SACCO, A. M. **A romantização da maternidade: uma forma de opressão de gênero**. Campina Grange: Realize, 2018.
- CAVALCANTE, Clarisse Castro. Desafio da maternidade ou da adequação?

- Análise dos discursos sobre ser mãe no Facebook, a partir do depoimento de Juliana Reis. **Intercom – 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2017. Universidade Positivo – Curitiba, PA.
- FIGUEIREDO SOUZA, Ana Luiza de; POLIVANOV, Beatriz Brandão. “Sabe o que rola nessa internet que ninguém fala?”: rupturas de performances idealizadas da maternidade no Facebook. **Intercom – 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2017. Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.
- KARHAWI, Issaaf. Influenciadores digitais: conceitos e práticas em discussão. **Revista Communicare**, n.1, v.17, p. 46-61, 2017.
- KEHL, Maria Rita. **Deslocamentos do Feminino**. Rio de Janeiro: Imago, 2008.
- KING, V. “If you show your real face, you’ll lose 10 000 followers”: The Gaze of the Other and Transformations of Shame in Digitalized Relationships. **CM: Communication and Media**, v. 11, n. 38, p.71-90, 2016.
- LAUXEN, Jéssica; QUADRADO, Raquel Pereira. Maternidade sem romantismos: alguns olhares sobre as maternidades e os sujeitos-mãe na contemporaneidade. **RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, [S. l.], v. 4, 2018. DOI: 10.23899/relacult.v4i0.775. Disponível em: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/775>. Acesso em: 10 maio. 2021.
- MARCELLO, Fabiana. Enunciar-se, organizar-se, controlar-se: modos de subjetivação feminina no dispositivo da maternidade. **Revista Brasileira de Educação**, s/v(29), p. 139-151. 2005.
- MENDONÇA, Maria Collier de. O Feminismo Matricêntrico e o Ativismo Feminista No Motherhood Initiative For Research And Community Involvement (MIRCI) Liderado Por Andrea O’Reilly. In: PEDRO, Joana; ZANDONÁ, Jair. (orgs). **Jornadas do LEGH: feminismo e democracia**. Anais da III Jornadas do LEGH [recurso eletrônico]. Florianópolis : LEGH/UFSC, 2018. p. 494-505.

- MENDONÇA; Maria Collier de. **A maternidade na publicidade: uma análise qualitativa e semiótica em São Paulo e Toronto.** 338 p. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC – SP. 2014.
- MILLER, Daniel. **Tales from Facebook.** Malden: Polity Press, 2011.
- PEDRO, Joana Maria. ZANDONÁ, Jair. **Anais da III Jornadas do LEGH: feminismo e democracia.** 2018.
- POLIVANOV, Beatriz. **Dinâmicas Identitárias em Sites de Redes Sociais: Estudo com Participantes de Cenas de Música Eletrônica no Facebook.** Rio de Janeiro: Luminária, 2014.
- O'REILLY, Andrea. “It Saved My Life”: The National Association of Mothers’ Centres, Matricentric Pedagogy and Maternal Empowerment. **Journal of the Motherhood Initiative for Research and Community Involvement,** Toronto, v. 4, n. 1, p. 185-209, Spring/Summer, 2013.
- RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet.** Porto Alegre: Editora Sulina, 2009.
- SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos Pagu,** v.16. p. 137-150, 2016.
- SILVA, Tarcízio. Racismo Algorítmico em Plataformas Digitais: microagressões e discriminação em código. **VI Simpósio Internacional LAVITS,** 2019. Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, BA.
- SILVA, Cristiane Rubim Manzina; TESSAROLO, Felipe Maciel. Influenciadores Digitais e as redes sociais enquanto plataformas de mídia. **Intercom – XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação,** 2016. Faculdades Integradas Espírito Santense – FAESA, Vitória, ES.
- ZANDAVALLE, Ana Cláudia. **Análise de dados visuais no Instagram: perspectivas e aplicações.** In. Estudando Cultura e Comunicação em Mídias Sociais. Org.SILVA, Tarcízio. BUCKTEGGE, Jaqueline. ROGEDO, Pedro. Brasília, IBPAD, 2018.

Capítulo 3



[Ler capítulo 3](#)

[Voltar ao sumário](#)

Capítulo 3

Mães de todo o mundo, uni-vos! Ativismo nos blogs maternos

Elaine Muniz Pires

Universidade Federal de São Paulo

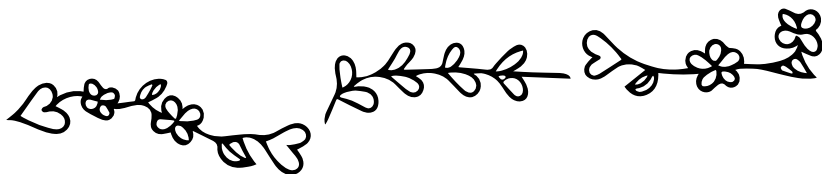
Ana Laura Godinho Lima

Universidade de São Paulo

Resumo

Este capítulo versa sobre o discurso proferido em blogs maternos brasileiros das últimas décadas, autodenominado maternidade ativa. Marcado pela defesa de práticas de parturição e de maternagem conscientes, naturais e ecológicas e pelo reconhecimento das mulheres como mamíferas, esse discurso configura-se como um ativismo em prol do protagonismo materno, do empoderamento feminino e da transformação do mundo. Apresentamos no texto características marcantes da maternidade ativa e convidamos à reflexão acerca dos aspectos contraditórios presentes nesse discurso, relativas às disputas quanto às escolhas femininas e aos comportamentos esperados da mãe ativa. Discutimos ainda essa formação discursiva no âmbito da maternagem intensiva e suas relações com aspectos da racionalidade neoliberal e com os feminismos.

Palavras-chave: Maternidade ativa. Maternagem. Ativismo. Blog materno.



Introdução

Nas primeiras décadas do século XXI, proliferaram no Brasil blogs escritos por mães e voltados para mães. Neles, as mulheres narram suas vidas à medida que criam seus filhos, narram seus partos, suas experiências com a amamentação, os cuidados e a educação das crianças. Dividem angústias, dúvidas e felicidades; escrevem à procura de acolhimento, como desabafo ou meio para elaborar a própria experiência. O espaço dos blogs, dada a facilidade de acesso e de edição, também permite que as autoras apresentem outros pontos de vista quanto à maternidade e à maternagem¹ apoiadas em experiências femininas e em conhecimentos científicos considerados alternativos. Permite-lhes se colocarem no debate, dizerem quais práticas lhes servem e quais não funcionam para elas, permite-lhes questionar saberes médicos relativos à parturição e ao cuidado infantil e propor novas formas de serem mães. Utiliza-se a blogosfera como espaço privilegiado para o ativismo em prol dos direitos reprodutivos femininos e de outras formas de cuidado infantil, em prol de um empoderamento feminino materno.

Interessou-nos nessa pesquisa esse discurso ativista presente nos blogs, discurso que divulga práticas consideradas naturais e ecológicas de cuidado e parturição, em que as mulheres se reconhecem como mamíferas, declaram militar por práticas de maternagem consciente, pelo protagonismo materno e o empoderamento feminino. Interessou-nos especialmente o discurso

1 Por maternagem compreende-se os cuidados destinados aos bebês e crianças realizados pelas mães ou por outros cuidadores que assumam este papel. O termo, oriundo da psicanálise, não se restringe ao atendimento das necessidades básicas do bebê, mas também ao suporte emocional à criança, a uma disponibilidade psíquica materna de compreender suas necessidades. Sobre o uso do conceito, ver Maria Collier de Mendonça (2014).

em que se reivindica a maternidade ativa. Neste capítulo, apresentamos algumas conclusões a que chegamos a partir da análise desses blogs realizada no âmbito da tese de doutorado *Maternidade Ativa e o Cuidado do Mundo*, defendida por Elaine Muniz Pires sob orientação de Ana Laura Godinho Lima na Faculdade de Educação da USP em 2020. A pesquisa recorre à perspectiva teórico-metodológica da análise do discurso inspirada em Michel Foucault, bem como a suas proposições relativas à governamentalidade e à biopolítica. A análise vale-se também de contribuições advindas dos estudos de gênero contemporâneos.

A decisão de pesquisar blogs se deu pelo potencial desses discursos para a compreensão das experiências de articulação entre as mães no espaço virtual e pelo ineditismo da empreitada. As pesquisas anteriores realizadas em torno da discussão da humanização do parto e do nascimento, dos significados para as mulheres de formas não hospitalizadas de parturição e de uma maternagem que se pretende mamífera, foram realizadas a partir de métodos etnográficos e contaram predominantemente como fonte com entrevistas realizadas com defensoras da humanização e/ou mulheres que passaram por essas experiências. Para nós, no entanto, interessava compreender como no nível do discurso escrito e divulgado na internet essas defesas e experiências apareciam, eram divulgadas e como acabavam por constituir um discurso maternalista de caráter mais geral, um discurso heterogêneo que abrange as especificidades dos discursos individuais. Nosso foco não era entender, portanto, como as mulheres significavam individualmente essas experiências, quanto elas podiam ter sido ou não libertadoras, e sim como esses significados eram compartilhados, divididos, disputados e construídos coletivamente.

O aspecto da construção coletiva de uma prática discursiva é particularmente importante nesta pesquisa tendo em vista a

especificidade do objeto de estudo. A maternidade ativa é fruto de um processo iniciado nos anos 1970 no Ocidente em que mulheres de classes médias a altas deixaram de seguir apenas as recomendações dos médicos dadas nos consultórios e nos manuais de maternidade, e passaram a reivindicar o direito de decidir como parir e como criar os filhos. Esse questionamento da autoridade médica se tornou possível com o surgimento de saberes médicos críticos à hospitalização do parto e ao aleitamento artificial e como reflexo da luta de movimentos feministas pela possibilidade feminina de escolher e pelo direito ao próprio corpo. Para realizá-lo, as mulheres passaram a buscar informações que embasassem as escolhas de práticas alternativas de maternagem em livros, coletivos feministas, grupos de apoio e de preparação para o parto. Com o advento e a popularização da internet, a busca materna por informação concentrou-se no universo on-line. Os sites e blogs possibilitaram a difusão de conhecimentos relativos a práticas alternativas de cuidado e propiciaram a criação de um espaço virtual no qual as mulheres podem expressar seus pontos de vista, descrever suas experiências maternas e contribuir para a construção de novas formas de maternagem. Tal é o movimento que pretendemos compreender e caracterizar na pesquisa.

Concentramos nossa análise em dois portais de blogs, o *Vila Mamífera* e o *Minha Mãe que Disse*. O portal Vila Mamífera, que se apresentava como um portal que unia blogs da maternidade ativa, defendia a (re)ligação feminina com uma natureza animal e um projeto utópico de transformação do mundo a partir da maternidade, e foi durante algum tempo referência importante no ambiente virtual quanto às práticas consideradas alternativas de parturição e cuidado. Lançado em 2013 e desativado definitivamente no início de 2019, reunia blogs de especialistas

(obstetras humanizados, pediatras, doulas, entre outros) e possuía um espaço em que as mulheres podiam publicar experiências pessoais com a maternidade, chamado *Café Mãe*. Apesar deste espaço ser anunciado no site como aberto para publicação de mães das mais variadas tribos, o conteúdo das postagens era filtrado pelas editoras (não podiam ser publicados textos em defesa da cesárea, por exemplo), o que tornava o *Café Mãe* um espaço controlado e seu conteúdo homogêneo, com defesas e relatos muito parecidos.

Já no Minha Mãe que Disse (MMqD), portal que reunia mais de mil blogs maternos e funcionou entre 2011 e 2018, eram publicados textos com conteúdos diversos, postagens polêmicas e de repercussão de outros blogs. Nele, os comentários das participantes eram livres e muitas postagens possuem mais de cem comentários, com posicionamentos divergentes e até ofensas e brigas entre as comentaristas. Por se configurar como um espaço em que era permitida a expressão sem moderação, nesse portal é possível perceber os enunciados e as práticas em disputa, os consensos e os dissensos. Por isso, o MMqD se tornou o principal lócus dessa pesquisa em blogs. Dele utilizamos postagens e comentários, sem identificar as mulheres que os fizeram a fim de preservar suas identidades.

A maior parte das publicações analisadas foi publicada no portal MMqD ou em blogs a ele associados, como o Ecomaternidade. Para a tese, selecionamos oitenta e nove postagens, publicadas entre 2011 e 2017, escritas por mães que identificamos como sendo, em sua maioria, mulheres intelectualizadas, de classe média a alta, brancas e heterossexuais. A seleção levou em consideração inicialmente aquelas postagens em que se discutia a natureza da função materna, a defesa de práticas naturais e ecológicas e a associação da maternidade a uma animalidade. A análise deste material evidenciou a recorrência de outros enunciados que

mereciam atenção a fim de compreender a composição dessa formação discursiva, o que nos levou a ampliar a busca incluindo temas como trabalho, culpa, sacrifício, a relação da maternidade com o sagrado, empoderamento, protagonismo, sustentabilidade, perfeição, feminismo.

A seguir, apresentamos inicialmente os principais enunciados do discurso da maternidade ativa e do ativismo proposto pelas mulheres mães que o constroem e defendem. Em seguida, pontuamos aspectos contraditórios dessa prática discursiva, o que inclui um ambiente de constantes disputas na blogosfera materna relativas a como ser mãe, como maternar. Nessa parte, tecemos algumas considerações com o objetivo de convidar à reflexão sobre as relações que se pode ou não estabelecer entre essas defesas e o feminismo. Depois disso, discutimos a maternidade ativa no âmbito da maternagem intensiva e suas relações com aspectos da racionalidade neoliberal presentes nos discursos examinados e finalizamos com algumas considerações sobre as características mais marcantes desse discurso maternalista.

Ativismo materno e transformação social

A ideia de uma maternidade ativa, muito referida e pouco conceituada, é frequente na blogosfera materna brasileira. Sua primeira aparição data de 2002 e o termo é divulgado posteriormente pelo blog *Mamíferas*, criado em 2008, e pelo portal de blogs *Vila Mamífera*, de 2013, intitulado portal da maternidade ativa. É possível que sua origem remeta ao conceito de parto ativo proposto por Janet Balaskas nos anos de 1980 o qual, para além da criação de condições naturais e fisiológicas do nascimento do bebê, pressupõe o resgate feminino do controle do próprio o corpo durante o trabalho de parto. A defesa da maternidade ativa,

entretanto, abrange muito mais do que uma participação ativa da mãe e do bebê no momento do nascimento, ao protagonismo da mulher no parto. Remete à adoção consciente e refletida de práticas de maternagem. Remete também à necessidade de um ativismo por mudanças nas formas de parir e maternar, tendo em vista a importância dada à atuação da mãe para assegurar não apenas o bem-estar infantil, mas também para promover a transformação da humanidade e do planeta, por meio dos cuidados dispensados à nova geração. A ideia de uma postura ativa contrapõe-se à passividade que se atribui à maioria das mulheres, quando assumem as condições de mãe, paciente e consumidora.

No discurso examinado, assume-se que o primeiro passo, e o mais importante, para que a mulher possa exercer uma maternagem considerada ativa é a busca por informação de qualidade e de fontes seguras que embasem as suas escolhas. A informação que se busca está para além daquela disponível nos consultórios médicos ou que é publicada pela grande mídia: volta-se para conhecimentos científicos que não circulam com tanta frequência nestes espaços, como os da medicina baseada em evidências², e para experiências maternas. A blogosfera é considerada pelas próprias blogueiras como o espaço propício para isso, ao possibilitar a troca de experiências, dicas e informações entre as mulheres, assim como a divulgação de outros saberes relativos à maternagem. Espera-se que a busca por informações científicas diversas e experiências femininas habilite a mulher a ser protagonista de seu parto e autônoma em suas escolhas, bem como a questionar a autoridade médica. No discurso da maternidade ativa, a escolha

2 A Medicina Baseada em Evidência (MBE), em voga no âmbito biomédico, originou-se do movimento da epidemiologia clínica anglo-saxônica no Canadá nos anos 1990 e é definida como o “processo de sistematicamente descobrir, avaliar e usar achados de investigações como base para decisões clínicas” (CASTIEL; POVOA, 2002, p. 117).

consciente, baseada em uma busca ativa por conhecimento, leva ao empoderamento materno.

Os enunciados de escolha e empoderamento guardam forte correlação com movimentos feministas ocidentais dos últimos cinquenta anos na luta por direitos reprodutivos (HAYDEN, S.; HALLSTEIN, 2010) e pela alteração radical dos processos e estruturas que reduzem a posição de subordinação das mulheres como gênero (COSTA, 2000). A autonomia requerida mediante liberdade de escolha também está em consonância com uma ilusão neoliberal de que é possível escolher livremente, independente das normas sociais, das sanções e recompensas (OKSALA, 2019) o que pode gerar um apagamento dos privilégios e a culpabilização de mulheres que não podem escolher o que lhes parece adequado. No caso da saúde pública, entendida desde os anos 1980 como um valor ético, considerada sob o âmbito individualista do comportamento ou do estilo de vida (ROSE, 2013) ou como um produto de consumo (CASTIEL, 2017), estar saudável, aderir ou não a uma prática de cuidado, passa a ser entendido como resultado de uma escolha individual. Se por um lado, essa possibilidade de escolha permite que os indivíduos deixem de ser apenas receptores das imposições dos profissionais de saúde e passem a escolher, quando podem, entre diferentes alternativas de tratamentos médicos e estilos de vida, por outro, esse discurso responsabiliza os indivíduos pela própria saúde, impõe-lhes a necessidade do autocontrole relativo a comportamentos considerados saudáveis, além de desonerar o Estado e demais estruturas sociais de investimento nos equipamentos de saúde pública.

Na maternidade ativa, as mães figuram como agentes de escolha, como agentes autônomos capazes de optar por ser mãe e quando ser mãe e pelos cuidados oferecidos à criança gerada. A busca ativa por conhecimento possibilita, nessa perspectiva, que

a mulher se coloque no mesmo patamar que o obstetra quanto aos conhecimentos relativos à parturição, podendo questionar os procedimentos médicos realizados, podendo escolher como parir e ser protagonista de seu parto, podendo fazê-lo inclusive sem a presença de um médico. Esse empoderamento feminino fundamenta-se na convicção de que o saber feminino sobre o processo de nascimento foi roubado pelo saber médico, dominado por homens que passaram a intervir de forma invasiva, e instituíram a cultura da hospitalização sobre um ato natural e fisiológico feminino. Nesse discurso, as mulheres ativas almejam assumir uma posição de poder em pé de igualdade com o corpo médico, sobretudo no que tange ao parto, em nome da autonomia e do direito ao próprio corpo, que se contrapõem à subordinação à autoridade médica predominante nos meios urbanos e que tem sido contestada pelo acesso à informação e práticas dissonantes nas últimas décadas.

Da importância do questionamento da prática médica, da necessidade do protagonismo feminino, da mulher tornar-se dona de seu corpo, de seu parto e de seus filhos, da necessidade de posicionar-se e de lutar pelas causas maternas, cresce a defesa do ativismo maternalista. E o ambiente on-line é um espaço privilegiado para que isso ocorra. Nos blogs as mulheres encontraram um lugar em que podem divulgar as informações com as quais concordam, debater com outras mães, compartilhar suas próprias experiências com a maternidade, replicar outras experiências, encontrar consolo e identificação e participar da construção de práticas e discurso alternativos ao discurso médico dominante e aos que são predominantemente defendidos na mídia, que tendem a oferecer representações tradicionais da maternidade, além de induzir ao consumismo. O próprio formato dos blogs maternos, organizado em torno das narrativas pessoais, possibilita essa

prática de militância, na medida em que o testemunho funciona como denúncia e produz efeitos de verdade (BOCCHI, 2016).

Várias blogueiras assumem que as mulheres que escrevem e debatem nas mídias sociais são, em maior ou menor medida, engajadas na causa materna e defendem bandeiras como o fim da violência obstétrica, a humanização do parto e do nascimento, o empoderamento feminino, a transformação das formas de cuidado infantil, o combate às práticas médicas e maternas ligadas ao *status quo*. As mães ativas são consideradas como pioneiras e militantes pela mudança das formas de cuidado e do futuro da humanidade (RODRIGUES, 2013, on-line), comparadas às paineiras que são “explosivas”: árvores que jogam sementes maternalistas em vários terrenos para fecundá-los (RAMMI, 2013, on-line).

A militância da maternidade ativa, centrada nos direitos femininos de como parir e maternar e nos direitos infantis de cuidado, não tem como finalidade apenas uma alteração imediata ou a curto prazo da assistência oferecida à gestante, parturiente e à criança, a promoção do protagonismo feminino e da possibilidade de escolha feminina ou o fortalecimento do vínculo mãe-bebê. Há nessa formação discursiva um ideal de transformação da humanidade e do mundo que teria início ainda na gestação. Evidência disso é o fato de que uma das sentenças mais referidas nos blogs, sites e documentos relativos à humanização do parto e do nascimento é “Para mudar o mundo é preciso mudar a forma de nascer”, da autoria do obstetra francês Michel Odent. Uma blogueira descreve a maternidade ativa como:

a forma de maternar que se pretende para um mundo novo. Uma maternidade em que as mães sejam as responsáveis por suas escolhas, que vivam aquilo que escolheram por refletirem a respeito, sem viver somente as

escolhas de outras pessoas. O que hoje buscamos é uma forma de ser mãe que liberte e fortaleça a mulher, que lhe dê autonomia, coragem e que fortaleça sua auto-estima, colocando-a como peça de mudança ativa no mundo. (...) Vivemos numa época de resgate da consciência ecológica, por termos chegado a um ponto crítico em termos ambientais. E, pelo mesmo motivo, vivemos um resgate pela maternidade ativa, consciente, conectada, intuitiva (...). Se queremos um mundo melhor para nossos filhos, também queremos filhos melhores para nosso mundo. E isso passa, diretamente, por nossas escolhas enquanto mães. (...) Ser mãe é ter a chance de ser a mudança que queremos ver no mundo (SENA, 2012, on-line).

A premissa de que, ao tornarem-se mães, as mulheres passam a querer um mundo melhor para os filhos é corroborada em vários depoimentos nos blogs. Tornar-se mãe, nessa leitura, implica em um distanciamento do imediato, do individual, para preocupar-se com o futuro, com o coletivo; implica assumir posturas reflexivas sobre suas práticas, suas decisões, a maneira de colocar-se na sociedade; implica tornar-se responsável pelo mundo em que seu filho viverá e também em deixar filhos melhores para o mundo. Ao perceber-se como “parte de uma organização, seja ela a família, a comunidade ou a humanidade em geral” (POLICARPO, 2011, on-line), a mulher que se torna mãe não pode assumir uma postura passiva e obedecer sem questionamento o funcionamento social, a opressão médica masculina sobre o corpo feminino, as exigências quanto ao cuidado infantil, as práticas poluidoras do planeta, o consumismo desenfreado. Resistir à sociedade atual para a criação de outras possibilidades individuais ou coletivas é uma atitude materna fundamental nesse discurso, quer seja se concentrando na forma de parir, de maternar, na educação dada aos filhos ou através da reconexão com a natureza e de adoção de práticas sustentáveis.

A forma de parir, debate em torno do qual se organiza boa parte do discurso nos blogs, é compreendida como um ato político de resistência e mudança. O nascimento sem violência, que respeita o tempo e o ritmo da criança, que segue o curso da liberação da ocitocina (hormônio presente no trabalho de parto e na amamentação e que, alega-se, contribui para o vínculo e o amor entre mãe e bebê), contribui para que a criança estabeleça o amor à vida e o respeito à natureza. Esse respeito deve continuar sendo estimulado posteriormente durante a maternagem, através da adoção de práticas naturais de cuidado, de alimentação, de práticas sustentáveis de consumo, de ações que promovam a conexão com a natureza e que combatam a sociedade consumista e industrializada atual, da educação dada à criança.

Aposta-se que a mudança do nascimento possibilita a criação de adultos melhores tanto em seu desenvolvimento físico e mental, quanto no respeito à natureza e aos demais seres vivos. Ao vislumbrar um futuro melhor, esse projeto revolucionário promete felicidade não apenas às envolvidas e aos seus descendentes: estende-se a toda a humanidade e a todas as formas de vida no planeta. Nesse discurso, a mulher é a principal agente revolucionária, já que é dela a responsabilidade pela transmissão às crianças de valores necessários à transformação da sociedade e do planeta, através da adoção de práticas sustentáveis, da rejeição ao consumismo, da busca por informação para fazer as melhores escolhas durante a maternagem e do investimento na educação de seus filhos.

A crença na criação de um novo ser humano, amoroso e respeitoso à humanidade e à natureza desde o nascimento, apoia-se em teorias etológicas, ecológicas e utópicas que atravessaram os discursos maternalistas nos anos de 1970. A ânsia por uma humanidade melhor se tornou premente na Europa após a Segunda

Guerra Mundial horrorizada pelo projeto eugênico nazista e suas consequências, horrorizada pela morte de europeus por europeus. O mundo que se considerava civilizado e que arrogava a si o direito de escravizar, matar e torturar outros povos teme o extermínio que pode ser causado por seus semelhantes através de tecnologias até então destinadas ao outro ou com potencial destruidor inédito, como as bombas atômicas. Datam desse período estudos realizados com órfãos que procuraram demonstrar a importância do vínculo mãe-bebê para o desenvolvimento infantil, como os realizados por Donald Winnicott e John Bowlby. Outros acontecimentos da mesma época associaram-se a esses estudos para produzir as condições que tornaram possível a emergência desse discurso maternalista preocupado com os novos seres humanos, dentre os quais é importante mencionar a hospitalização massiva do processo de nascimento nas cidades ocidentais; o temor de destruição do planeta ocasionado pelo potencial atômico desenvolvido durante a Guerra Fria e pesquisas que demonstravam os efeitos da exploração predatória dos recursos naturais. O saber ecológico, que passou a integrar o centro das racionalidades ocidentais europeias a partir da segunda metade do século XX, colocou em debate o estilo de vida consumista e o capitalismo industrial e ressignificou, entre outras coisas, a preocupação com a reprodução humana e o crescimento das taxas de natalidade, que passou a considerar seus impactos no meio ambiente. As teorias ecológicas contribuíram para uma ampliação da valorização da vida do ser humano para outros seres vivos e para o planeta. Essa preocupação foi incorporada no discurso maternalista analisado, no qual se verifica a importância do nascimento respeitoso e da rejeição dos valores sociais dominantes, como é possível verificar na teoria de Michel Odent, e na adoção de práticas consideradas naturais e sustentáveis de maternagem.

Guerra entre as mães e escolha condicionada

A defesa do engajamento feminino e da escolha do modo ideal de maternagem para promover a transformação social implica em um dos principais paradoxos da maternidade ativa, que diz respeito à escolha pelo natural. Afirmar-se a liberdade de escolha da mulher-mãe, mas as escolhas consideradas adequadas são aquelas decorrentes da busca de informações que correspondem às supostas verdades sobre uma natureza feminina materna universal e animal imbricada com uma natureza planetária. Ao analisar os blogs verificamos que a escolha consciente que empodera a mãe está restrita a comportamentos considerados ideais pelo grupo, resistentes ao sistema médico dominante e conformes às verdades sobre a natureza da mulher e da criança, como o parto natural, a amamentação prolongada e consumo sustentável. Quaisquer opções divergentes tendem a ser consideradas seja como ignorância, como subserviência ao sistema médico e consumista dominante, como puro egoísmo ou uma combinação desses fatores. Ao esclarecer-se, ao decidir como maternar embasada por informação correta e de qualidade, a mulher não poderia optar pelo processo medicalizado de parturição ou pelo aleitamento infantil por fórmula, por exemplo. Ainda que esta fosse sua vontade, ela saberia que estas não são as melhores práticas maternas, as mais condizentes com a natureza. E a mãe que se preocupa com o futuro dos filhos, com seu desenvolvimento físico e como ser humano, e com o futuro do planeta e da humanidade, seria levada, ao informar-se, a assumir uma maternidade ativa e consciente baseada no questionamento de determinadas imposições sociais, tais como as práticas medicalizadas de parturição e um estilo de vida consumista destruidor do meio ambiente.

Contraditoriamente, ainda que pregue a liberdade feminina de escolher como forma de empoderamento, a maternidade ativa restringe-a na prática a determinadas escolhas, torna a maternagem consciente e ativa nos termos estabelecidos pelo adequado conhecimento da “natureza” quase uma imposição, uma obrigação da mãe que se preocupa com o futuro dos filhos. É como se o esclarecimento feminino possibilitado por um conhecimento científico baseado em evidências e o resgate de experiências maternas, levasse as mulheres à verdadeira verdade sobre como ser mulher, como ser mãe, como parir e como maternar, tornando a escolha materna condicionada e o empoderamento feminino materno colonizado. As gestantes em busca de informação sobre o processo de gestação, o parto e a maternidade, logo percebem que se encontram em um campo de disputa pela verdade em que se confrontam, de um lado, as verdades da medicina institucionalizada nos hospitais, de outro, as verdades da natureza associadas às das experiências vividas pelas mulheres, as quais se apoiam nos saberes especializados da ecologia, da medicina e da pedagogia alternativas.

Na blogosfera materna, é comum encontrar mulheres rotuladas como “menos mãe” ou, como aparece no discurso, “menas mãe” a partir de suas práticas e defesas de maternagem e o grau de responsabilização envolvido, ainda que se professe a liberdade de escolha como um princípio da maternidade ativa. A “mais mãe” faz as melhores escolhas para os filhos, dedica uma parte maior do seu tempo à maternidade ou um tempo de melhor qualidade, se sacrifica, coloca o filho como prioridade; é uma mãe que opta pela maternidade ativa e consciente. Já a “menos mãe” aparece como aquela que se coloca como prioridade diante de seus filhos, vive anestesiada pelo consumo, pelo lazer, pelo ócio e não se culpa por isso. A “menos mãe” é, sobretudo, aquela que tem todas as

informações e ainda assim, age pensando em si mesma, atribui o cuidado do filho a outras pessoas, não os prioriza.

Evidentemente nem todas as blogueiras defendem a necessidade de que as mulheres assumam “o pacote completo”, como referem, da maternidade ativa ou que há essa separação entre mães más e boas mães. É possível encontrar questionamentos quanto à restrição da possibilidade real de escolha feminina nesse discurso e relatos de mulheres que passaram a questioná-lo ao perceber suas restrições e imposições. No entanto, o caráter impositivo, o julgamento das mães que questionam pressupostos, a culpabilização de atitudes dissonantes são marcas dessa formação discursiva na blogosfera materna.

São constantes nos blogs as disputas em torno de verdades sobre como cuidar, como parir, como ser mãe, de acordo com as próprias internautas. Várias mulheres clamam em seus comentários e *posts* por tolerância e pela diminuição no julgamento das escolhas realizadas – que seguem as possibilidades e convicções pessoais – e apontam como posturas determinantes de modos de ser ou ofensivas podem afastar mães ao invés de acolhê-las. Aponta-se a pouca abertura para críticas, agressividade das palavras de moderadoras e coordenadoras de grupos, falta de diálogo entre grupos que defendem pontos de vista diferentes.

Uma blogueira, por exemplo, acusa o tom prescritivo e autoritário da blogosfera materna em que as moderadoras ou o discurso veiculado em várias páginas acabam agindo muitas vezes como “grupos corporativos” querendo “ensinar a ser mãe, a comer, a amamentar, a parir, a educar, e que apesar de carregar a bandeira revolucionária, age como se você continuasse a ser aquela mulher do século XIX, que só tinha valor mesmo se fosse mãe” (POMBO, 2012, on-line). Segundo ela, “é muito lindo lutar por um mundo melhor, juntar um monte de mães apaixonadas

por seus filhos, criar páginas, blogs e sites, e sair querendo fazer projeto de lei, etc. e tal”, mas a realidade de alguns grupos temáticos é que estão cheios de discursos que tem a mesma postura impositiva dos médicos e consideram a mulher “menos mãe”, “menos inteligente”, “menos responsável”, “menos engajada” se ela não vive como o “movimento” prega (POMBO, 2012, on-line). Outras blogueiras corroboram este sentimento de desencantamento com a blogosfera materna e sua intolerância, composta por pessoas que se colocam no lugar de especialistas e condenam as escolhas de maternagem alheias. Para muitas mães falta debate sincero, falta acolhimento.

A diferenciação entre as “mais mães” e as “menas mães”, como se apresenta nos blogs, e o debate relativo à importância da culpa materna, evidenciam essas disputas pelas melhores formas de maternagem e de como ser mãe, e como ainda que se recuse a existência de uma mãe perfeita, a permanência de um modelo de mãe que se sacrifica pelo filho permanece, a partir de seu avesso, a “menos mãe”, e tem seus contornos cada vez mais definidos.

A falta de tolerância, a dificuldade no estabelecimento de um debate respeitoso, posturas consideradas fanáticas, retaliações e zombarias descritas nos relatos, traçam um panorama diverso daquele de união feminina, retratando a blogosfera materna como um ambiente de frequentes discussões inférteis e até brigas, como uma zona de guerra (MENEQUIN, 2013, on-line). Estudiosas do assunto, como as pesquisadoras Sharon Hays (1998), Jenna Abetz e Julia Moore (2018) também utilizam essa metáfora para se referirem a essas disputas entre as mulheres quanto aos modos de cuidar dos filhos, sobretudo entre as mães que trabalham e as que ficam em casa. Sharon Hays (1998) considera que o ato de criticar as escolhas de outras mulheres decorre de um esforço materno para validar as próprias escolhas de maternagem diante

de sua insegurança e da culpa que sente em meio às contradições culturais e às cobranças intensivas. Em busca de apoio de outras mulheres, em busca de práticas semelhantes, esses julgamentos contínuos intensificam as diferenças entre as mães e sugerem que não importa quais escolhas sejam feitas ou como: elas sofrerão críticas, levando as mulheres a sentirem-se fracassadas. Para Abetz e Moore (2018) os embates entre as mães no ambiente virtual dos porquês suas escolhas de maternagem são melhores, além de criar rivalidades, são usados para impor certas condições de subjetividade, nas quais a boa maternidade depende de autoaperfeiçoamento contínuo e de capacitação individual para tomar as melhores decisões para suas famílias.

Ainda que os blogs propiciem a criação de um sentimento de pertencimento, reforcem crenças e fortaleçam convicções nas comunidades virtuais, o anonimato e os nichos criados on-line levam à desumanização de outras mães, ampliam a vergonha e a culpa, além de funcionarem como sites de vigilância social, onde os leitores julgam os detalhes íntimos da vida das blogueiras (ABETZ; MOORE, 2018). A blogosfera materna brasileira ativa também cumpre esse duplo papel: por um lado divulga informações, acolhe, une, arregimenta mães em prol de um ativismo maternalista e do empoderamento feminino; por outro, afugenta, condena, normaliza comportamentos e impõe formas corretas de maternagem e de ser mãe. Pretendendo contrapor-se ao discurso estabelecido pelo saber-poder médico, considerado um campo de conhecimento erigido por homens, através do debate e da participação política feminina, coloca em outros termos a disputa discursiva pela verdade da maternidade, deixando a cargo das mães o patrulhamento dos comportamentos esperados. O caráter ativista que as mulheres assumem neste discurso parece acirrar ainda mais estas disputas, na medida em que, enquanto

as críticas às mães consideradas “menas” não são poupadas, o debate que coloca o próprio discurso da maternidade ativa em questão apontando incongruências e contradições, é reprimido pelo bem da causa.

Nos blogs analisados, percebemos que esta guerra não se restringe às escolhas relativas às formas de cuidado, inclui também o debate sobre se tal prática é ou não feminista. Ainda que seja recorrente na blogosfera materna o auto reconhecimento das mulheres como feministas, assim como a defesa de um feminismo materno ou mamífero de valorização das especificidades femininas como parir e matinar, é comum também o rechaço ao movimento, associado ao aumento das responsabilidades das mulheres e à geração de ambivalência entre elas, razão que leva algumas mães a não se identificarem com a causa.

Para estas blogueiras o feminismo se resume a uma luta egoísta que privilegia os direitos das mulheres em detrimentos das crianças e familiares, a uma pressão pelo retorno ao mercado de trabalho ou para ter uma vida fora do ambiente doméstico. Avalia-se que os movimentos feministas, ao encorajar a ida das mulheres ao mercado de trabalho, teriam gerado o esvaziamento, a desvalorização do lar e, conseqüentemente, o abandono infantil. Além disso, teriam imposto às mulheres a assunção de jornadas duplas e triplas de trabalho, já que agora a mulher “não pode trabalhar; ela tem que trabalhar” (MIRANDA, 2013, on-line).

Encontramos comentários que questionam se “a tal fogueira dos sutiãs” trouxe de fato liberdade e autonomia em relação aos homens ou se só trouxe mais responsabilidade às mulheres que agora devem ser ótimas mães, exímias donas de casa e ter um bom currículo. As defesas feministas do pós-guerra por possibilidade de trabalho e outras trajetórias femininas possíveis, que pregavam a recusa da maternidade como caminho para subverter

a dominação masculina teriam, para algumas blogueiras, piorado a situação das mulheres que continuam a sofrer imposições a todo momento. Para elas, “essa tal liberdade e direitos iguais só nos trouxe prejuízos e um fardo cada vez mais difícil de carregar!” (comentário apud MIRANDA, 2013, on-line). Esse fardo, diretamente relacionado à imposição do trabalho feminino, é o que leva algumas blogueiras a compreender que reafirmar o papel natural materno e privilegiar o cuidado dos filhos através de práticas voltadas ao que é considerado melhor para eles, significa resistir ao feminismo e não com ele pactuar.

Há entre as blogueiras, portanto, uma identificação do trabalho remunerado feminino fora do lar como ponto cerne do feminismo. Praticamente todos os debates relativos ao movimento feminista que analisamos orbitam em torno do retorno ao lar, do trabalho fora dele ou da conciliação entre casa, cuidado infantil e trabalho remunerado. Mesmo nas postagens voltadas às defesas da luta feminista por direitos iguais ou à importância do feminismo mamífero, a possibilidade da mulher se dedicar exclusivamente à família ou trabalhar fora de casa aparece como ponto central. Essa identificação do feminismo com a entrada da mulher no mercado de trabalho reafirma como a maternidade ativa está circunscrita a mulheres brancas intelectualizadas e de classes abastadas, já que entre negras e brancas pobres a conciliação entre trabalho fora e dentro do lar é uma constante de difícil ruptura (HOOKS, 2019). Como argumenta bell hooks (2019), a preocupação do feminismo branco da virada do século XIX e XX que associa maternidade à opressão sempre foi racializada; as mulheres negras já conheciam as dificuldades que o trabalho gerava e sabiam que a dominação masculina não depende apenas do exercício de atividades remuneradas. Reflete também a contradição cultural contemporânea da maternidade ocidental,

resultado do conflito entre a maternagem centrada na criança e a valorização da carreira profissional (HAYS, 1998) e demonstra como a ida dessas mulheres ao mercado de trabalho não as libertou da posição de principal cuidadora dos filhos.

No discurso da maternidade ativa, portanto, quase nada se questiona se há ou não uma natureza feminina materna a ser resgatada, tampouco se discute o papel da mãe como principal cuidadora das crianças. A naturalidade da função materna e a intensidade esperada da mãe durante a maternagem dela decorrente, ponto sem muitos embates entre as ativistas, transita entre enunciados que o consideram um feminismo mamífero, feminismo materno ou como uma postura que rejeita princípios feministas. Não é à toa que uma blogueira define o ativismo da maternidade ativa como diferente dos feminismos, apesar de ser possibilitado por eles, define-o como um passo além, ao focar no cuidado infantil e nas relações entre mães e filhos e não apenas na escolha da mulher (RAMMI, 2013). Esse diagnóstico paradoxal, também foi verificado pelas pesquisadoras Susan Douglas e Meredith Michaels (2004), que identificaram no ideal da maternagem intensiva baseado na possibilidade de escolha, tanto uma incitação quanto uma rejeição aos movimentos feministas. Davi Thornton (2014) propõe que isso decorre da integração dos ideais e discursos feministas à retórica da maternidade contemporânea, apresentando um entrelaçamento entre feminismo e anti-feminismo. Apesar dos atrativos apelos à autonomia e ao controle feminino, a maternidade permanece neste discurso como essência do cumprimento do papel feminino, já que ainda se espera que as mulheres sejam não apenas mães, mas boas mães dedicadas em primeiro lugar ao bem-estar de seus filhos. Esta combinação de escolha e tradição coloca as mulheres como responsáveis por administrar as demandas da maternidade e da carreira, exigências de difícil compatibilidade.

Maternagem intensiva, mamífera e neoliberal

A análise dos blogs permitiu perceber que o discurso da maternidade ativa congrega enunciados relacionados a uma maternagem naturalista, que emerge entre os anos 1960 e 1970 na Europa, práticas de militância e princípios decorrentes de movimentos feministas, e a ascensão de uma prática de maternagem intensiva na sociedade ocidental das últimas décadas, sobretudo entre mulheres ocidentais, brancas, de classe média a alta, intelectualizadas e moradoras de grandes cidades. Para a socióloga estadunidense Sharon Hays, a maternagem intensiva é um modelo centrado na criança em que a mãe é a principal responsável pelos cuidados e bem-estar do filho, considerado sagrado e inocente. Segundo ela, esse é o modelo cultural considerado socialmente adequado, resultado do conflito entre a maternagem centrada na criança e a valorização da carreira profissional pelas mulheres nas últimas décadas. Conciliar essas duas demandas, esses papéis esperados e atribuídos às mães, é o dilema, a contradição cultural contemporânea em que as mulheres se encontram e que contribui para a manutenção da hierarquia de gênero. Dentre os efeitos desse discurso nas mulheres, a autora verificou que a cobrança intensiva e a impossibilidade de cumpri-la integralmente, possua ou não a mulher uma carreira profissional, gera culpa às mães por acreditarem não serem suficientemente boas e as leva a acusar outras mulheres em suas práticas cotidianas como negligentes ou egoístas.

Esse modelo de mãe, que está em voga, combina os ideais da maternagem intensiva (HAYS, 1998) e da elasticidade materna para dar conta de todas as tarefas e papéis (im)possíveis (FERNANDES apud. MENDONÇA, 2014) e, assim, ganha novos contornos no caso da maternidade ativa. O fato do termo ter sido difundido através do blog Mamíferas, pressupõe uma adesão

ao estilo mamífero de maternagem, que o aproxima de práticas naturais e ligadas às defesas da naturalização, e essencialização (O'REILLY, 2016) agora traduzidas como a mamiferização materna. Nesse ponto, essas práticas diferem das analisadas por Hays (1998). Enquanto aquelas pressupõem uma intensidade quer a mãe realize cesárea ou parto normal, quer amamente ou não, quer trabalhe fora ou se dedique exclusivamente à família, aqui o protagonismo é defendido de forma a que a mãe consciente escolha necessariamente as alternativas com menos intervenção médica e mais apego, as mais naturais e, de preferência, não atribua a outras pessoas o cuidado infantil, deixando de trabalhar fora e preferindo exercer atividades remuneradas em casa ou tornando-se empreendedora. A maternidade ativa congrega, assim, ideais intensivos de maternagem, a adoção de práticas consideradas naturais de parturição e de cuidado infantil, o combate à medicina intervencionista, o empoderamento materno e a preocupação com um mundo melhor feito a partir de pessoas melhores. Essa prática é ainda mais intensiva do que a descrita por Hays (1998) na medida em que estabelece mais exigências a serem cumpridas pela mãe ideal, requer um ativismo pelos direitos maternos e infantis e pela causa ecológica.

A dedicação materna intensiva e a realização das escolhas consideradas melhores presentes nesse discurso estão de acordo com o papel esperado da mulher-mãe no neoliberalismo e com o investimento parental no desenvolvimento do capital humano dos descendentes. Isso porque, ainda que o modelo de mãe econômica neoliberal não implique necessariamente na adoção de práticas naturalistas de maternagem, como na formação discursiva supracitada, adotá-las parece aprofundar a intensidade da dedicação materna e a preocupação com o desenvolvimento físico, mental e moral das crianças. No contexto neoliberal, espera-se

da mulher-mãe a responsabilidade por si e pela sobrevivência e saúde da família, independentemente da mulher ocupar ou não posições no mercado de trabalho, ter interesses pessoais, estudar ou buscar prazer sexual. O trabalho intensivo materno permite não só que a mulher aja como empresa de si e da família para sua manutenção, desonerando os serviços públicos e a sociedade da assistência infantil e familiar, como também propicia que os filhos desenvolvam seu capital humano para competirem quando adultos, para que se tornem responsáveis por suas vidas, para que também funcionem em acordo com a forma empresa.

O cuidado com o planeta também reflete essa responsabilização individual liberal, já que a discussão gira em torno de atitudes maternas em prol da conservação ambiental. Tal atitude ignora, muitas vezes, se há condições financeiras e de disponibilidade de tempo para a adoção dessas práticas ecologicamente referenciadas, além de pouco refletir e propor ações direcionadas ao funcionamento social e a interesses econômicos para manutenção da exploração do meio ambiente, incluindo a venda de produtos altamente poluentes usados no cuidado infantil, como as fraldas descartáveis. Além disso, a guerra entre as mães expõe a competição e a busca do melhor desempenho possível como norma da racionalidade neoliberal, enquanto a retórica da possibilidade de escolha alinha-se ao mito de liberdade individual do liberalismo, que gera culpa e mascara condições sociais diversas relacionadas à classe, à raça, a gênero e à assistência social oferecida pelo Estado (ou à sua ausência).

Considerações finais

Quando a blogueira Gabriela Martins, ao fazer alusão à importância dos grupos maternos na blogosfera sentenciou

“mulheres do mundo: uni-vos” (MARTINS, 2015, on-line), em referência ao chamado à revolução proletária presente no Manifesto Comunista de 1848, ela explicitou como as mulheres engajadas na maternidade ativa percebem-se em relação a esse discurso: buscando união entre iguais, como revolucionárias da transformação social. Mais do que mulheres mães usando o espaço dos blogs para significar suas experiências maternas, como em diários pessoais e grupos coletivos de escuta feminina, ou como divulgadoras de práticas alternativas de maternagem, essas mulheres assumem um ativismo em defesa dos direitos reprodutivos femininos e dos direitos infantis de cuidado com vistas ao futuro, à transformação da humanidade e do planeta.

O discurso da maternidade ativa, ao colocar a mulher como agente da revolução, traz poder, fortalece e enobrece o papel social da mãe e a importância da maternagem, mas também coloca sobre seus ombros uma carga de responsabilidades e uma rigidez moral intensa e normalizadora que se choca com a defesa propagada de liberdade de escolha e empoderamento materno. Isto porque, como se procurou evidenciar, a mãe revolucionária deve empoderar-se para tornar-se responsável pelo cuidado com o planeta e com os filhos, para promover através do amor, da liberdade, do respeito à natureza e de determinados conhecimentos científicos, seres humanos mais limpos, justos, livres, amorosos e éticos, acarretando numa melhoria do planeta como um todo. Nesse sentido, parece ter ocorrido uma atualização do ideal de mãe moderna que, em fins do século XIX e início do XX ressaltava a importância da mãe para o futuro da nação (LIMA, 2007, FREIRE, 2008), o qual se deslocou para ao futuro da humanidade e do planeta. A crença na criação de um novo ser humano, que se pretende revolucionária, também encerra valores higiênicos como no ideal de mãe moderna e eugênicos,

na medida em que cria uma diferenciação entre bem nascidos, e bem educados, e aqueles cujas mães não investiram do mesmo modo em sua formação amorosa ao planeta ou o fazem em acordo com o *status quo*.

Essa formação discursiva, por mais que se pretenda libertadora, não rompe com uma idealização universalizada de como ser mãe, baseada na normalização materna através da culpa, do sacrifício, da criação (e patologização) da mãe considerada má (a “menas mãe”, como as blogueiras se referem) em oposição à boa mãe ativa, e do estabelecimento de verdades quanto às formas ideais de cuidado infantil. A definição de mãe ideal (a “mais mãe”) e de como maternar coloca em xeque as defesas recorrentes da possibilidade de escolha feminina (que aparecem nesse discurso muitas vezes restritas a certas escolhas, como o parto natural e não a cesárea, e que desconsidera as possibilidades de escolha de mulheres de classes e raças diferentes). Nesse sentido, o empoderamento materno defendido parece se constituir mais como um empoderamento restrito à esfera da família, um empoderamento colonizado (ZANELLO, 2018).

Essas contradições também aparecem quanto ao debate se a maternidade ativa é ou não uma prática feminista, na medida em que os feminismos que participam da edificação desse discurso ocupam papel controverso entre as ativistas, identificados com a imposição da entrada das mulheres no mercado de trabalho e o aumento das responsabilidades femininas exigidas dentro e fora do lar. A reunião em torno de uma mesma prática, de feministas das mais diversas vertentes, antifeministas e conservadoras, demonstra o paradoxo no interior da maternidade ativa de unir a defesa da liberdade de escolha, princípio caros aos feminismos, à delimitação de práticas maternas melhores e piores, à defesa de uma natureza materna que limita outras trajetórias femininas

possíveis e que mantém a mulher como principal cuidadora das crianças. E também reforça o perfil e o lugar de onde falam essas mulheres que escrevem e comentam nas mídias sociais. Ocupam a posição de sujeito do enunciado nessa formação discursiva em sua maioria por mulheres intelectualizadas, brancas e de classe média a alta, que são as que podem optar entre retornar ao lar ou realizar trabalhos remunerados em casa, em razão de suas condições financeiras e as profissões exercidas.

O discurso da maternidade ativa reforça, propomos, o mito de uma maternidade original e cria uma sobrecarga talvez inédita de trabalho às mães, ao demandar delas não apenas o cuidado infantil intensivo, mas também o envolvimento no ativismo feminino associado a adoção de condutas ainda mais rígidas e idealizadas do que as representações sobre a maternidade socialmente hegemônicas. Reconhecemos a potência desse discurso no questionamento da medicalização da maternidade ao contrapor-se à violência obstétrica, por exemplo, na preocupação com o cuidado infantil e em prol de outras formas de maternagem; como contracondutas às formas institucionalizadas de maternidade. Entretanto, alertamos para sua rigidez e ainda para a possibilidade desse discurso levar a um apagamento das diferenças de classe e raça e a uma política de acomodação que não desafia a estrutura das relações de gênero, mas mantém as mulheres-mães em velhos moldes, porém com uma carga de exigências, responsabilidades e trabalho nunca antes experimentada.

Referências

- ABETZ, Jena; MOORE, Julia. **“Welcome to the Mommy Wars, Ladies”**: Making Sense of the Ideology of Combative Mothering in Mommy Blogs. *Communication Culture & Critique* 11, 2018, p. 265–281. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/ccc/tsy008> . Acesso em: 10 mai. 2021.

- BOCCHI, Aline Fernandes de Azevedo. A militância feminista na Web: o funcionamento da argumentação em discursos sobre a violência no parto. **Linguagem em (Dis)curso**. vol. 16, n. 2, p. 309-328, maio/ago. 2016.
- CASTIEL, Luis David. Pode-se comer de tudo com moderação. Só precisa de auto-controle... O Observatório Brasileiro de Hábitos Alimentares – OBHA, 20 jul. 2017. Disponível em: <http://obha.fiocruz.br/index.php/2017/07/20/pode-se-comer-de-tudo-com-moderacao-so-precisa-de-auto-controle/>. Acesso em: 02 mai. 2018.
- _____; POVOA, Eduardo Conte. Medicina baseada em evidências: Novo paradigma assistencial pedagógico? **Interface** - Comunic, Saúde, Educ, vol. 6, n. 11, p. 117-32, 2002.
- COSTA, Ana Alice. Gênero, Poder e Empoderamento de Mulheres. In: PRO-GAVIÃO – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA REGIÃO DO RIO GAVIÃO. **Seminário de Aprofundamento do Trabalho com Gênero no Pró-Gavião: Textos de Apoio I**. Vitória da Conquista, 2000.
- DOUGLAS, Susan; MICHAELS, Meredith. **The Mommy Myth: The Idealization of Motherhood and How it Has Undermined All Women**. New York: Free Press. 2004.
- FREIRE, Maria Martha de Luna. ‘Ser mãe é uma ciência’: mulheres, médicos e a construção da maternidade científica na década de 1920. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, Rio de Janeiro, v.15, supl., p.153-171, jun. 2008.
- HAYDEN, Sara; HALLSTEIN, Lynn O’Brien. (Org). **Contemplating maternity in an era of choice**. Lanham, MD: Lexington Books, 2010.
- HAYS, Sharon. **Contradições culturais da maternidade**. Rio de Janeiro: Gryphus, 1998.
- HOOKS, bell. **Teoria Feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- LIMA, Ana Laura Godinho. Maternidade Higiênica: natureza e ciência nos manuais de puericultura publicados no Brasil. **História: questões e debates**. Curitiba, n. 47, p. 95-122, 2007.

- MARTINS, Gabriela. Sororidade: maternando para um mundo novo. **Minha Mãe que Disse**, publicado em 30.mar.2015. Disponível em:<http://minha-maequedissem.com/sororidade-maternando-para-um-mundo-novo/>. Acesso em 23.out.2019.
- MENDONÇA, Maria Collier de. **A maternidade na publicidade: uma análise qualitativa e semiótica em São Paulo e Toronto**. 2014. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.
- MENEGUIN, Marusia. Radicalismo a que custo. **Minha Mãe que Disse**, publicado em 25.fev.2013. Disponível em:<http://minha-maequedissem.com/radicalismo-a-que-custo/> Acesso em: 23.out.2019.
- MIRANDA, Lia. Na fogueira dos sutiãs, ficaram muitos corações. **Minha Mãe que Disse**, publicado em 25.abr.2013. Disponível em: <http://minha-maequedissem.com/na-fogueira-dos-sutias-ficaram-muitos-coracoes/> Acesso em: 23.out.2019.
- OKSALA, Johanna. O sujeito neoliberal do feminismo. In: RAGO, M; PELEGRINI, M. (orgs.). **Neoliberalismo, feminismos e contracondutas: perspectivas foucaultianas**. São Paulo: Intermeios, 2019.
- O'REILLY, Andrea. **Matricentric Feminism**. Toronto: Demeter, 2016.
- PIRES, Elaine. **Maternidade ativa e o cuidado do mundo**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.
- POLICARPO. Daniela. Por um mundo melhor. **Minha Mãe que Disse**, publicado em 20.dez.2011. Disponível em:<http://minha-maequedissem.com/por-um-mundo-melhor/> . Acesso em: 23.out.2019.
- POMBO, Carolina. As mães e os movimentos sociais. **Minha Mãe que Disse**, publicado em 07.dez.2012. Disponível em:<http://minha-maequedissem.com/as-maes-e-os-movimentos-sociais/>. Acesso em: 23.out.2019.
- RAMMI, Anne. Manifesto Maternista. **Minha Mãe que Disse**, publicado em 17.mar.2013. Disponível em:<http://minha-maequedissem.com/manifesto-maternista/>. Acesso em: 23.out.2019.
- RODRIGUES, Cláudia. Maternidade na berlinda. **Minha Mãe que Disse**,

publicado em 05.dez.2013. Disponível em:<http://minhamaequedisse.com/maternidade-na-berlinda/>. Acesso em: 23.out.2019.

ROSE, Nikolas. **A política da própria vida: biomedicina, poder e subjetividade no Século XXI**. São Paulo: Paulus, 2013.

SENA, Lígia. Maternidade ativa: mães ativas para um mundo melhor. **Cientista que virou mãe**, publicado em 12.jan.2012. Disponível em: <https://www.cientistaqueviroumae.com.br/blog/textos/maternidade-ativa-maes-para-um-mundo-melhor>. Acesso em: 29.jan.2020

THORNTON, David, Transformations of the Ideal Mother: The Story of Mommy Economicus and Her Amazing Brain. **Women's Studies in Communication**, n. 37, p. 271-291, 2014.

ZANELLO, Valeska. **Saúde Mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação**. Curitiba: Appris, 2018.

Capítulo 4



[Ler capítulo 4](#)

[Voltar ao sumário](#)

Capítulo 4

Maternidade e ciência nas mídias sociais: da invisibilidade ao lattes

Ângela Lovato Dellazzana

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

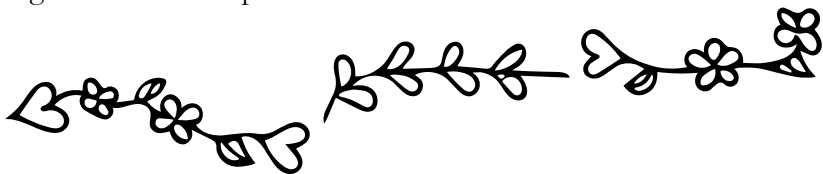
Letícia Lovato Dellazzana-Zanon

PUC-Campinas

Resumo

A maternidade no meio acadêmico vem sendo discutida pelo projeto *Parent in Science*, uma iniciativa vinculada à UFRGS para trazer à tona as dificuldades enfrentadas por pesquisadoras e cientistas que se tornam mães. A partir deste contexto, elegeu-se como objeto de estudo os comentários do público nas postagens das redes sociais do movimento *Parent in Science*, a fim de entender como a temática da maternidade mobiliza este público neste ambiente. Trata-se de um estudo de caso, focado na técnica de análise de conteúdo, relacionando conceitos de identidade e de gênero com a maternidade e o pertencimento em comunidades virtuais. Os resultados indicaram que o debate sobre a maternidade no meio acadêmico é considerado uma demanda urgente por este público, que utilizou as mídias sociais digitais para expressar apoio, indignação e comoção pela realidade enfrentada por pesquisadoras mães.

Palavras-chave: Maternidade. *Parent in Science*. Mídias sociais digitais. Gênero e pertencimento.



Introdução

A questão de gênero no meio acadêmico ganhou, em poucos anos, um enfoque que há muito precisava ser discutido: a manutenção das pesquisas comandadas por mulheres que se tornam mães. Este ponto de partida levou a outras questões que igualmente merecem atenção no meio e que colocaram em evidência os meandros que desafiam a retomada da vida profissional destas pesquisadoras. Pesquisas recentes constataram que tanto as mulheres que já alcançaram uma carreira estável quanto aquelas que engravidaram ao longo do doutorado, por exemplo, passam por situações de constrangimento, coação e até desligamento de programas de pós-graduação em função da dificuldade em manter um ritmo de produção equivalente ao período anterior à maternidade.

Esta realidade foi trazida à tona, no âmbito regional, pelo movimento *Parent in Science*, que desde 2015 estuda e discute as dificuldades enfrentadas por pesquisadoras e cientistas que se tornam mães. Divulgado como um projeto de pesquisa, hoje é possível dizer que se trata de um movimento que tem implicações a nível nacional, e se coloca como impulsionador de políticas públicas na área. Percebeu-se neste movimento uma oportunidade de pesquisar também a força da temática da maternidade nas redes sociais, cuja adesão de diversos públicos trouxe à tona questões que, apesar de estarem latentes, vêm alterando profundamente a realidade de muitas pesquisadoras e cientistas. Nesse sentido, é relevante destacar que a Organização das Nações Unidas (ONU, 2019) reconhece as dificuldades encontradas por mães que tentam progredir profissionalmente ou mesmo retomar a carreira após a licença-maternidade.

Por vivenciar esta realidade, as autoras deste capítulo, vindas da área da comunicação e da psicologia, perceberam aí uma

oportunidade de pesquisa, que acabou se tornando a retomada de suas produções acadêmicas após a chegada da maternidade. Criou-se então uma pesquisa multidisciplinar que elegeu como objeto de estudo as redes sociais do movimento *Parent in Science*, que possui mais de 24 mil seguidores atualmente (mais de 11 mil no *Facebook* e mais de 13 mil no *Instagram*). Desta maneira, justifica-se este estudo, na medida em que a abordagem sobre o comportamento dos usuários e suas motivações em engajarem-se nas publicações de uma comunidade virtual diretamente relacionada ao tema ainda carece de estudos.

De etapas anteriores desta pesquisa, já foram publicados três trabalhos e dois resumos em anais de congressos nacionais e internacionais da área da comunicação e da psicologia durante o ano de 2019, além de apresentação de pôster no II Seminário de Maternidade e Ciência, promovido pelo movimento. Nesses trabalhos, foi estudado o público da página do *Facebook* do grupo, analisando a interação nas postagens que se destacaram muito acima da média, como a que chama as pesquisadoras a inserir no Lattes o período em que estavam em licença-maternidade (DELLAZZANA e DELLAZZANA-ZANON, 2019a e 2019b). A partir dos resultados obtidos nessas etapas anteriores, acredita-se que a falta de diálogo em outras instâncias é a principal causa do engajamento, pois percebeu-se que as postagens tratam de demandas latentes na sociedade que merecem ser mais discutidas.

Verificou-se, ainda, que as redes sociais podem ser um espaço de discussão a ponto de obter visibilidade para gerar mudança de políticas públicas em relação à maternidade, como as recentes inclusões de cotas para recém-mães em editais de pesquisa. Estes editais parecem ser uma maneira de compensar o “gap” de produção em relação aos demais colegas, explicitando a identidade materna, que era “invisível” nos editais acadêmicos. Desde então,

a página vem divulgando várias iniciativas neste sentido que já estão sendo implementadas por diversas instituições de pesquisa visando amparar as pesquisadoras que se tornaram mães. Desta forma, o objetivo do movimento de criar políticas públicas parece estar sendo atingido também em função da visibilidade e da mobilização geradas pelas redes sociais, de maneira orgânica.

Percebeu-se, também, que a identificação com o tema extrapola o universo feminino, mesmo que de maneira tímida. Alguns homens que postaram comentários o fizeram para reivindicar a presença da licença-paternidade no Lattes, indicando que as questões de gênero no meio acadêmico precisam ser discutidas em relação aos pais também, ainda que a pouca presença do tema “paternidade” (1%) nos comentários analisados sugira que os filhos tenham um impacto muito menor na carreira dos homens. Da mesma forma, algumas mulheres que comentaram não são necessariamente mães, ou não evidenciaram sua maternidade em seu perfil pessoal, o que faz parecer que o tema é um assunto que mobiliza não só mães, mas mulheres que se solidarizam com as causas do universo feminino (DELLAZZANA e DELLAZZANA-ZANON, 2019a e 2019b).

Para este livro, focamos nos testemunhos que foram publicados num perfil de rede social mais recente criado pelo *Parent in Science*, o *Instagram*. Foram escolhidos os comentários da postagem com maior engajamento para serem analisados, que gerou relatos voluntários de mulheres que perceberam aí um espaço para compartilhar e até denunciar as situações particulares que viveram a partir desta realidade. Ao trazer a público seus testemunhos, é possível pensar que este espaço pode ter sido o primeiro, senão o único, em que este tema foi debatido por muitas mulheres, o que evidencia o papel das mídias sociais como agentes catalisadores de demandas sociais latentes. Assim, a questão de pesquisa que se

busca responder para este artigo é: qual é a motivação do público ao interagir com o movimento *Parent in Science* no *Instagram*? Como objetivos específicos, elencou-se: identificar a publicação com maior engajamento gerado de maneira orgânica nas postagens; identificar as motivações presentes em cada comentário desta postagem; caracterizar o funcionamento do *Instagram* do *Parent in Science*. Trata-se de um estudo de caso, focado na técnica de análise de conteúdo de Bardin (2009), relacionando conceitos de identidade, gênero e maternidade (MATTSSON, 2014) com o conceito de pertencimento em comunidades virtuais (RECUERO, 2017).

Uma opção ou uma imposição?

Ou tu é cientista ou tu tem filho. Se tu resolver fazer as duas coisas tu vais sofrer o dobro.

(Ana)

A frase acima é uma fala de uma cientista gaúcha (aqui referenciada com um nome fictício), entrevistada para a pesquisa de Silva e Ribeiro (2014), que narra a trajetória de mulheres na ciência, antes do movimento *Parent in Science* iniciar. Apesar de trazer uma fala de um profissional que trabalha em solo gaúcho, esta realidade não se restringe a um contexto restrito. Pesquisas com mulheres de diversos países têm mostrado que todas enfrentam um grande desafio: é muito difícil retomar a carreira de cientista após a maternidade (RADDON, 2002; MATTSSON, 2014; MIRICK e WLADKOWSKI, 2018). O trecho da fala de Ana deixa em aberto os motivos que a levaram a tal conclusão tão pessimista. Por que a manutenção da carreira como cientista faz a mulher que se torna mãe “sofrer o dobro”? As respostas a esta questão apareceram na bibliografia encontrada sobre o tema, onde as dificuldades das mulheres que buscam conciliar a carreira de pesquisadoras com a maternidade

são expostas de maneira tão clara que se tornam alarmantes: existe preconceito, existe coação, existe assédio moral.

Em relação aos homens, Tower e Latimer (2016) afirmam que as desvantagens são muitas, em função das diferentes identidades que pesquisadoras que se tornam mães vivenciam. Mattson (2014) afirma que a pressão constante por produtividade no meio acadêmico afeta mais as mulheres do que os homens, pois faz parte de modelos de opressão relacionados ao patriarcado, machismo e racismo, por exemplo. Quando as pesquisadoras se tornam mães, percebem que este ambiente criado a partir de um universo masculino se torna ainda menos receptivo às mulheres. Nesse sentido, o desafio que as mulheres encontram na academia ao tentarem atingir os padrões de “acadêmica ideal” e “boa mãe” é enorme (RADDON, 2002).

Silva e Ribeiro (2014, p.462-463) trazem narrativas de mulheres pesquisadoras com uma sólida e respeitada carreira que enfatizam ter optado por não ter filhos, por saber que a maternidade requer uma dedicação que tomaria tempo da carreira. Mas esta opção pode facilmente se tornar uma imposição quando a mulher está em um ambiente altamente competitivo como a carreira acadêmica, o que é evidenciado novamente na fala de Ana:

Isso eu acho que é uma coisa absurda na ciência, é muito mais complicado tu resolver ter filhos no meio da tua trajetória de formação. Essa trajetória acaba sendo muito longa e tu acabas saindo do período ideal de ter filho. Sempre achei meio absurdo tu ter que optar por não ter filhos.

Por que é assim? Bitencourt (2012), ao analisar as implicações da maternidade durante o doutorado, também conclui que o padrão masculino da carreira acadêmica é o responsável

por esta imposição. Isto é, por entrarem mais tarde neste meio – que já estava sendo conduzido exclusivamente por homens –, as mulheres e suas demandas femininas não foram contempladas no modelo de carreira acadêmica e ainda permanecem ignoradas ou até mesmo repudiadas. Esta questão se torna mais complexa quando se percebe que o padrão masculino se repete inclusive em ambientes acadêmicos já amplamente ocupados por mulheres.

Quando o assunto começou a ser debatido abertamente durante o I Simpósio Maternidade e Ciência, promovido pelo *Parent in Science*, muitas mulheres testemunharam ter passado por esta situação (as autoras deste estudo estavam lá). Na segunda edição do Simpósio algumas mulheres chegaram a comentar que tiveram orientadoras na sua trajetória de formação que também foram mães durante a carreira, mas que ainda assim mantiveram o padrão de exigência de produtividade de suas alunas durante o período da maternidade. Estes testemunhos traziam as falas das orientadoras para as alunas recém-mães, que seria algo como: “se eu consegui, tu também podes conseguir, te esforça!”. Estes relatos evidenciaram a constatação de que o padrão masculino é repetido também por mulheres e reforçaram uma das bandeiras levantadas pelo movimento: a de que é preciso institucionalizar as demandas femininas na carreira acadêmica, sendo a maternidade a mais evidente delas. Diante deste cenário, um dos principais avanços conquistados pelas ações pioneiras do *Parent in Science* foi a mudança de algumas políticas públicas no meio que já consideram a maternidade, conforme informações da página inicial do site do movimento:

Nossas ações levaram a mudanças concretas no cenário científico brasileiro, trazendo a maternidade para o centro da discussão. Hoje, diferentes editais de financiamento consideram os períodos de licença-maternidade na análise de currículos. (PARENT IN SCIENCE, 2019, s/p.).

Estas mudanças foram possíveis também pela grande adesão que o movimento obteve, muito em função de suas publicações em mídias sociais digitais. Sobre este aspecto, a pesquisa de Sena e Tesser (2017, p.220) que estuda o ciberativismo em relação à maternidade destaca o “grande potencial da internet para evidenciar violências antes pouco problematizadas”, demonstrando como o uso da internet permitiu que movimentos de mães conseguissem ampliar sua voz e tornar suas demandas ouvidas:

Isso se torna ainda mais relevante quando tais cidadãos compõem grupos historicamente oprimidos e cujos direitos vêm sendo sistematicamente negligenciados, e que, hoje, também mediados pela conectividade, vêm ganhando maior representatividade e fortalecimento de suas demandas, como é o caso das mulheres, especialmente das mulheres mães (SENA e TESSER, 2017, p. 213).

Acredita-se que o uso dessas mídias como um tipo de ciberativismo foi também uma maneira de algumas pesquisadoras perceberem que tinham direitos que estavam sendo negligenciados. Ou seja, se darem conta de que a exigência a que estavam sendo submetidas profissionalmente durante os anos iniciais da maternidade deveria ser reduzida para tornar compatível a manutenção de suas carreiras com os cuidados com os filhos. Assim, ao constatar que na bibliografia encontrada a escolha de algumas pesquisadoras em não ter filhos, muitas vezes, estava sendo mais uma imposição do que uma opção, percebeu-se como esta realidade ainda é silenciada no meio acadêmico. A grande adesão que o movimento alcançou em algumas publicações nas redes sociais parece ser em função das pesquisadoras terem encontrado, enfim, um espaço adequado e receptivo para falar publicamente sobre esta realidade. Para entender este cenário, o uso das mídias digitais como um potencializador do movimento é o tema desenvolvido a seguir.

Mídias digitais: a vez e a voz das pesquisadoras que se tornam mães

As conexões que se estabelecem no uso das mídias sociais são dinâmicas e apresentam características próprias a partir das ferramentas disponibilizadas em cada plataforma. Mesmo a partir de um perfil pessoal, é possível criar facilmente uma página, no caso do *Facebook*, ou uma conta comercial, no caso do *Instagram*, e administrá-las de maneira que podem representar para uma organização tanto um canal de comunicação, quanto uma comunidade virtual. Nesse sentido, é relevante destacar que o conceito de comunidade virtual abordado neste estudo está embasado na tipologia proposta por Recuero (2006, p.128), para quem o conceito é amplo “e compreende, simplesmente, grupos sociais, como os vários estudos mostram. A única característica comum, de tais grupos, parece ser a presença de capital e interação social e laços decorrentes dele.”

Ou seja, entende-se comunidades virtuais como estes espaços que promovem interação mediada por computador (PRIMO, 2007), a partir de laços gerados por uma identificação em comum, possibilitando a sensação de pertencimento. É importante ressaltar que os sites de redes sociais, representam, hoje, sites de mídias digitais, muito em função da grande audiência que adquiriram a partir de sua possibilidade de funcionarem como comunidades virtuais, gerando a sensação de pertencimento na audiência. Essa sensação de pertencimento, por sua vez, tem uma clara relação com os meios de comunicação, segundo a perspectiva de Souza (2010, p. 32):

o tema do sentimento de pertencimento, cada vez mais presente nos estudos culturais na contemporaneidade, é aqui trabalhado na hipótese de que sinaliza, no contexto da sociedade marcada por exclusões e desigualdades,

a busca de identidade diante de um desejado e ausente comum aglutinador. Os meios de comunicação dão visibilidade a essa busca e, por meio de suas ferramentas, possibilitam a expressão pública dessa mesma demanda.

Tal definição vai ao encontro dos objetivos previstos no site do *Parent in Science*. Percebe-se essa exclusão sinalizada por Souza (2010) na própria descrição do movimento: “O *Parent in Science* surgiu com o intuito de levantar a discussão sobre a maternidade (e paternidade!) dentro do universo da ciência do Brasil [...] para preencher um vazio, de dados e de conhecimento [...]”. Ainda que esta descrição indique que o movimento visa descobrir “o impacto dos filhos na carreira científica de mulheres e homens”, o foco é na maternidade, uma vez que o principal evento organizado pelos seus idealizadores é o Simpósio Brasileiro sobre Maternidade e Ciência, para discutir políticas de apoio às pesquisadoras mães. Dar visibilidade e promover a causa das mulheres pesquisadoras que, ao tornarem-se mães, perceberam a falta de políticas públicas específicas para apoiar a continuidade de suas pesquisas, parece ser este “desejado e ausente comum aglutinador” que Souza (2010) indica.

Recuero (2017) afirma que o interesse em comum é o tipo de dinâmica que gera a agregação neste tipo de comunidade, causando pouco desgaste entre os membros. Este interesse em comum também é abordado pela autora como um laço social, que vai gerar as conexões das redes. Nesse sentido, ela afirma que essas conexões podem indicar algum tipo de relação social, seja interação, conversação, relação de amizade ou pertencimento entre os atores. Contudo, ela alerta que o conceito de rede social não deve ser confundido com o conceito de site de rede social:

o *Facebook*, por si só, não apresenta redes sociais. É o modo de apropriação que as pessoas fazem dele que é capaz

de desvelar redes que existem ou que estão baseadas em estruturas sociais construídas por essas pessoas (muitas vezes, de modo diferente daquele previsto pela própria ferramenta). Uma vez que passem a usar o *Facebook*, os atores criarão ali redes sociais que passarão a ser exibidas por ele. (RECUERO, 2017, n.p.)

Assim, ao analisar as postagens das administradoras nas redes sociais do *Parent in Science* e a interação com os usuários, percebeu-se que não há um padrão no engajamento gerado, sendo que algumas publicações no *Facebook* receberam em torno de 100 compartilhamentos e mais de 500 comentários, enquanto outras não geraram qualquer interação. No caso do *Instagram*, o engajamento é mais tímido, sendo que o ápice de comentários foi de 65 durante o ano de 2019. Considerando-se que não há publicações pagas, esta constatação levou as pesquisadoras à indagarem-se quanto aos motivos que levaram os usuários a tal comportamento inconstante. Nesse sentido, é necessário lembrar que o desempenho das postagens na maioria das redes sociais é condicionado aos algoritmos que determinam aqueles conteúdos que serão visualizados com maior prioridade ou frequência.

Sobre este aspecto, cada site de rede social possui suas particularidades, no entanto, um aspecto em comum é possível de ser facilmente identificado na maioria deles, a saber: esta possibilidade de produzir e veicular conteúdos que geram identificação tão imediata em tantos usuários a ponto de produzir uma “epidemia” de postagens e compartilhamentos de maneira orgânica, agindo efetivamente como uma mídia digital. O ápice deste fenômeno, quando um determinado conteúdo atinge muitas pessoas em pouco tempo, sem interferência de impulsionamentos ou postagens pagas, é apontado por Gladwell (2002) como um “ponto de desequilíbrio”. O autor acredita que diferentes razões, para

além dos algoritmos e dos filtros bolhas, podem levar a tal resultado, também abordado como os conhecidos “virais”, que ainda merecem ser mais estudados academicamente.

No caso do *Parent in Science*, as postagens mais comentadas têm em comum a questão da novidade na abordagem do tema da maternidade na academia, ora num tom de denúncia, ora num tom de cumplicidade, ora num tom de chamamento, mais característico de um ativismo. Nesse sentido, a sensação de pertencimento à causa pode ter gerado as interações muito acima da média nas postagens citadas, o que remete novamente ao conceito de comunidades virtuais, que são caracterizadas por Recuero (2006) a partir de um amplo estudo sobre diferentes perspectivas. Dentre essas categorias, acredita-se que as redes sociais do movimento se encaixam como comunidades do tipo associativas, cuja manutenção da rede social independe de custo e pode ser bastante heterogênea no que tange à sua constituição e aos seus atores, desde que tenha um elemento agregador:

As comunidades associativas são baseadas na identificação dos atores com um elemento, como um objeto, lugar, ideia e são construídas com base na vinculação do ator com este elemento. Elas possuem uma estrutura bastante diferenciada, com poucas conexões e pouca densidade, uma grande quantidade de nós vinculados a ela, e vários grupos desvinculados entre si. São, geralmente, decorrentes de grandes grupos e grandes redes. (RECUERO, 2006, p. 310)

Estas conexões, ou laços sociais, podem ser entendidas também como capital social, que seria um benefício ou vantagem percebida pelo ator para participar da comunidade. Segundo a autora, essas trocas de “vantagens” estariam na base de qualquer relação social. No que tange às comunidades virtuais como as do *Parent in Science*, uma vantagem seria o acesso a informações

relevantes, a partir do recebimento de publicações ao “seguir” a página ou conta do movimento.

Nas redes sociais do *Parent in Science* estudadas, fica claro que há uma “vantagem percebida”, que gerou mais de 10.000 seguidores. Esta vantagem pode estar relacionada à evidente lacuna de políticas públicas, segundo relatado anteriormente, que pode causar nessas mães uma ausência de sensação de pertencimento no meio acadêmico. Ao tomar conhecimento do projeto, essas pesquisadoras podem perceber ali uma identificação imediata, como um “aval” de que é possível conciliar a carreira com a maternidade.

A questão que torna estas comunidades mais interessantes para este livro é que elas estão sendo usadas pelo movimento não só como uma maneira de gerar interação entre seus membros, mas principalmente como uma plataforma de mídia. Isto é, um espaço de divulgação para dar publicidade ao projeto e a outros eventos e pesquisas sobre o tema. Além disso, no *Facebook*, muitas postagens são compartilhamentos de outras páginas da rede social que pedem divulgação e apoio a diversas ações, com destaque para questionários de coleta de dados para outras pesquisas relacionadas ao tema. Já o *Instagram* não permite a criação de comunidades, mas acredita-se que a interação possibilitada em perfis abertos pode também caracterizá-los como comunidades associativas, reunidas em torno de algo em comum. Ou seja, o acúmulo de seguidores de perfis heterogêneos em função da discussão sobre maternidade na ciência acaba caracterizando-se como uma audiência segmentada que reforça o uso dessas redes sociais como mídias bastante eficientes.

Metodologia

Para dar conta dos objetivos propostos, elegemos a análise de conteúdo, segundo Bardin (2009). A autora afirma que a

análise de conteúdo, como método, está organizada a partir de três polos cronológicos, a saber: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados. Bauer (2002) acredita que a análise de conteúdo pode ser considerada uma técnica híbrida no que tange ao divisor qualidade e quantidade, caracterizada como uma análise de textos dentro das ciências sociais empíricas. Para este autor, existem duas dimensões principais sobre as quais a análise de conteúdo atua: a sintática e a semântica. As análises de cunho sintático costumam medir a frequência das palavras e sua ordenação, o vocabulário, os tipos de palavras e as características gramaticais e estilísticas. Já as análises semânticas focam nos sentidos denotativos e conotativos presentes em um texto. Nas etapas anteriores deste projeto, focamos nas análises sintáticas e semânticas, feitas a partir de comentários no Facebook. Para este artigo, trazemos as análises semânticas a partir dos comentários feitos pelo público nas postagens com maior engajamento do *Instagram*.

Nos resultados das pesquisas anteriores (DELLAZZANA e DELLAZZANA-ZANON, 2019), a pré-análise da página *Parent in Science* do Facebook, resultou como amostra um recorte do corpus que se restringe aos comentários da postagem que gerou maior engajamento do público na página, totalizando 465 comentários analisados. Esta postagem convidava as mulheres a postarem *prints* dos seus currículos na plataforma Lattes com a descrição do período em que estiveram em licença maternidade e a usar a hashtag #maternidadenolattes. Nessa fase inicial, também foi realizada uma análise do perfil de cada pessoa que escreveu um comentário na referida publicação. Sendo assim, decidiu-se verificar as fotos de perfil e de capa de cada usuário do Facebook que postou um comentário, para verificar seu grau de identificação com a causa, a partir da presença de crianças nessas fotos.

A hipótese era a de que as pessoas que postassem fotos de capa ou perfil com crianças teriam maior identificação com a causa, o que não se verificou. Os dados indicaram que a maioria das pessoas que aderiram ao chamamento proposto na publicação não exibe fotos com crianças em seu perfil e/ou foto de capa. Ainda que a grande maioria de postagens seja de mulheres, a maioria delas não evidenciam de maneira explícita sua maternidade no *Facebook*. Esse resultado sugere que a causa levantada pelo movimento *Parent in Science* chama atenção de mulheres mesmo que elas ainda não sejam mães ou que não queiram ser mães, ou, ainda, não queiram revelar suas identidades de mães. Ou simplesmente não percebem a maternidade como algo que as representa a ponto de definirem sua identidade.

Já na análise semântica dos comentários, foram identificadas seis categorias, conforme o sistema elaborado na fase de exploração do material (DELLAZZANA, DELLAZZANA-ZANON, E TALAMONI, 2019), a saber: adesão (9%); apoio (24%); ativismo (2%); depoimento (2%); só marcação (53%); paternidade (1%); dúvidas (5%) e outros (5%). Trata-se de uma categorização a *posteriori*, ou seja, as categorias foram criadas após a análise exploratória do material e cada comentário foi incluído em apenas uma categoria, a que mais se destacava no texto postado, a partir de uma análise de todo o texto do comentário.

Importante destacar que muitos comentários não foram feitos diretamente na postagem, mas como respostas a outros comentários, caracterizando uma situação de diálogo. Nesse sentido, Recuero aborda ainda o conceito de conversações em rede como esta possibilidade gerada pelas ferramentas de sites de rede social, este potencial de criar organicamente uma divulgação “gratuita”:

as características iniciais da mediação digital proporcionam que as conversações que são criadas nesses espaços permaneçam, sejam buscáveis e replicáveis independentemente da presença online dos atores. Com isso, as conversações tomam outra dimensão: elas são reproduzidas facilmente por outros atores, espalham-se nas redes entre os diversos grupos, migram e tornam-se conversações cada vez mais públicas, moldam e expressam opiniões, geram debates e amplificam ideias. (RECUERO, 2014, p.116)

Concluiu-se que essas conversações, no caso do *Parent in Science*, podem ter surgido em função de pautas que não estão recebendo atenção relevante nas mídias tradicionais. Nesse sentido, os resultados indicaram que a postagem agiu, principalmente, como uma forma de divulgar o chamamento para pessoas que não seguiam a página do Projeto, aumentando de maneira orgânica as visualizações a partir da marcação voluntária de outras pessoas. No caso da categoria *depoimento*, percebe-se que alguns comentários continham relatos de vida espontâneos, mesmo sem ser este o chamamento do post, o que pode indicar que a postagem gerou grande identificação com algumas pesquisadoras, a ponto de tornarem públicos suas dificuldades profissionais e pessoais enfrentadas ao tentarem conciliar a maternidade com a carreira acadêmica.

No caso do *Instagram*, já na pré-análise percebeu-se que não existem postagens com um grau de engajamento muito maior que a média como as encontradas no *Facebook*, (nenhuma postagem atingiu a marca de mil curtidas ou de 300 comentários, como as analisadas no *Facebook*). A hipótese agora é a de que o *Instagram* atua da mesma maneira que o *Facebook* no sentido de se caracterizar como uma mídia e como uma comunidade associativa. Por isso, optou-se por partir diretamente para a análise

semântica. Ou seja, não se considerou relevante categorizar os dados quantitativamente, mas analisá-los qualitativamente, o que já permitiria encontrar as motivações que levaram os usuários ao engajamento analisado. Ainda, é importante destacar que os resultados da etapa qualitativa da pesquisa não foram gerados a partir de algoritmos ou softwares de monitoramento de redes sociais conhecidos como análise de sentimento ou mineração de opinião, que, em sua maioria, são focados em gerar resultados polarizados (como positivo, negativo ou neutro), considerados insuficientes para os objetivos deste projeto.

Análise e discussão dos resultados

O caso estudado, o perfil do *Parent in Science* no *Instagram*, é um perfil aberto, cuja primeira postagem data de 17 de maio de 2018 e até o final do período analisado (2018-2019), contava com 105 publicações. A unidade de análise definida para este estudo é a postagem do dia 3 de dezembro de 2019 (figura 1), que recebeu a maior quantidade de comentários neste período, totalizando 67 comentários. Ainda que não tenha recebido a maior quantidade de likes da página, decidiu-se por este critério, pois os comentários são considerados reações geradas por uma maior motivação, que, quantitativamente, não chegam a ser um indicador de sucesso da postagem, pois estes comentários podem ser contrários ao que é publicado.

Trata-se da publicação de dois *print screens* de uma notícia do informativo da ADUSP – Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo, denunciando o caso de uma professora que esteve em licença-maternidade em 2014 e 2018 e que foi desligada do Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa – RDIDP.

Figura 1 - Postagem que recebeu mais comentários no Instagram



Fonte: Instagram @ParentinScience Disponível em https://www.instagram.com/p/B5m_5AknGTm/ Acesso em 15 dez. 2019

O texto completo da postagem foi transcrito a seguir:

Por que precisamos discutir maternidade dentro da academia? Por este motivo. Vivemos em um ambiente que desrespeita direitos como o da licença-maternidade. É férias, né? Outro dia recebemos um depoimento que a docente recebeu críticas por não aceitar participar de uma banca durante sua licença. As agências de fomento, em sua maioria, não estendem os prazos para entrega de relatórios e prestação de contas quando a pesquisadora está em licença. E agora temos as instituições de ensino cobrando atividades enquanto a docente está usufruindo de um direito. Precisamos urgentemente discutir nosso modelo de “meritocracia”, que em muito pouco reflete impacto e qualidade da ciência produzida. Nosso projeto trouxe dados robustos sobre o impacto da maternidade na carreira das cientistas brasileiras. Mas ainda enfrentamos resistência na adoção de políticas e regras que considerem tal impacto. Continuamos limitando mulheres, mães principalmente, sob o teto de vidro. Ou as empurrando para fora da carreira. Seguiremos na luta. Não desistiremos. Mas precisamos, mais do nunca, nos unirmos.

#maternidadecarreira #maternidadenolattes #maternidadeciencia #parentinscience #mulheresnaciencia

Segundo a postagem, a professora foi exigida a emitir relatório de atividades durante o período em que estava em licença-maternidade. Após a análise de todos os 65 comentários, verificou-se que 15 foram feitos pelo próprio perfil como respostas aos comentários do público, e por isso, não fazem parte da análise. Chegou-se ao total de 52 comentários analisados, considerando-se inclusive as respostas em outros comentários. Destes, descartamos ainda aqueles em que não foram postados textos, como o caso em que se encontram apenas marcação de outras pessoas ou emojis/figurinhas. Assim, 33 comentários foram analisados para tentar identificar o motivador do mesmo. Os resultados são apresentados a seguir, com os comentários numerados para facilitar a análise, sem relação com a ordem cronológica em que foram postados.

Nos comentários numerados de 1 a 15 percebe-se claramente como motivador uma sensação de incredulidade e indignação, gerando também relatos de experiências pessoais:

1. Absurdo total.
2. Não sei nem o que comentar, tamanho absurdo é essa notícia.
3. Um completo absurdo!!
4. Que absurdo!!!
5. que horror
6. Meu Deus o que é isso? Chocada com a falta de respeito.
7. Esse caso é tao grave! Mas vamos ter q juntar mais relatos pra expor mais o absurdo...
8. Isso eu um absurdo! E precisamos nos unir sim e colaborar com quem está com ideias pra mudar isso!
9. Incrível! Assustador! Mas real... muito real... O fato da mulher ter o ápice do seu período fértil coincidindo com “aquilo que o mundo chama de ápice da vida profissional” sempre nos colocou em situações desumanas e

muito injustas. Tenho três filhos, cada um gerado dentro dos meus processos de pós graduação. Somente no último tive licença maternidade. Com os dois primeiros (como bolsistas de mestrado e doutorado) não tive direito a licença pq as bolsistas não tinham esse “direito” ...

10. Como estudante da usp desde 2003 eu NUNCA vi isso acontecer. Ser desligado é muito raro!!! Esse departamento forçou a barra animal e o reitor ficou de qual lado???? Da mulher que nunca vai ser né? Que absurdo!!! Aqui na Escola de Engenharia de Lorena (USP) teve professora que tirou licença normalmente durante o probatório e não teve problemas!

11. [REDACTED] acontece que se a sua colega, mesmo em LM, continuou a produzir e dentro do estágio probatório, e não teve problemas, ela é uma exceção. Mas isso não é a realidade da maioria das docentes mães em estágio de experimentacao ou probatório, que na USP, são 6 anos. Muitas entram jovens, e a janela de ter filhos acaba coincidindo com os primeiros anos na universidade e consequentemente, no estágio probatório. O que aconteceu na USP e diversos outros casos estão surgindo, entre relatos principalmente, é a violação de nossos direitos reprodutivos e o enaltecimento do produtivismo acadêmico como forma de avaliar a carreira docente. Neste caso, a USP que deveria garantir os direitos, puniu a docente por falta de produção acadêmica, dentro de uma lógica que mulheres em LM são improdutivas para os anseios do patrão e assim, desligada da dedicação integral à docência. Além de sinalizar que docentes mulheres podem ser punidas por optarem em ser mães no início da carreira.

12. então, essas professoras que citei no meu relato não tiveram uma super produção! Elas voltaram a trabalhar, mas não teve perseguição no departamento. A chefe é mulher e não dedurou elas pra CERT... enfim, esse negócio de

probatório é muito sacana pra quem é mulher com filho. A CERT já está dando ano a mais pra entregar o relatório final pra vários professores aqui, porque essa mulher não recebeu anos a mais por isso também? Homem aqui receberam e não tiveram filho!

13. ah, assim, com chefia que entende a situação as coisas tem outro patamar. Mas enquanto a USP não tiver diretrizes, muita coisa ainda pode acontecer em relação as mulheres docentes mães.

14. com certeza!!! Tem que ter diretrizes pra ontem! Conheço muita gente que nem pensa em ter filhos por isso

15. É um absurdo e ainda muito comum na universidade. Precisamos ampliar esta discussão. Força e solidariedade à Cynthia

Por tratar-se de uma publicação que denuncia uma situação extrema, percebe-se que o tom de denúncia também aparece em alguns desses comentários, com falas que sinalizam a falta de políticas e diretrizes adequadas que possam amparar a maternidade em qualquer momento da vida acadêmica. Interessante destacar a conversa entre as postagens 10 e 14 que apresenta uma situação em que a maternidade foi apoiada na mesma universidade em contraposição com a denúncia da postagem, evidenciando a lógica do “produtivismo acadêmico” como fator incompatível com os anos iniciais da maternidade. Neste caso, o comentário traz a informação de que a USP não possui políticas claras, deixando as mulheres nesta situação contarem apenas com a benevolência das chefias em “não dedurar” a falta de produtividade neste período.

As postagens 16 a 19 não mostram indignação, mas solidarizam-se com a situação e trazem um caráter de comoção como principal motivador, vinculado ao apoio ao projeto:

16. Muito triste! Todas as ações desenvolvidas pelo Parent in Science e outros grupos que abordam maternidade e

ciências são de grande necessidade e urgência! As instituições precisam respeitar essa realidade e as mães precisam estar atentas a qualquer discriminação sofrida. Divulgar casos como esse ajudam nessa sensibilização! A pesquisa e a divulgação têm papel essencial no desenvolvimento de ações concretas para transformar essa realidade.

17. Que triste! Viver isso é realmente triste! Por mais que se tenha a licença, ela dificilmente é respeitada, pois é tratada como “férias” ou como “favor”. Tive um chefe muito correto nas duas gestações, mas os pedidos e os comentários em outras esferas eram recorrentes. Por essas e outras que precisamos falar. Não é mimimi, é ser correto, é falar a real. Não é fácil, nem nunca foi, ser mãe na Universidade. Quem doura a pílula é irresponsável.

18. sinto muito por isso

19. Precisamos nos unir!! Não competir entre nós... Mas sermos suporte uma das outras em nossas instituições. Triste demais saber que em pleno século 21 ainda passamos por isso!!

Evidencia-se nessas postagens a externalização da sensação de tristeza, como uma sensibilização com a situação vivida pela professora da denúncia, evidenciada no comentário 16 como discriminação e como desrespeito ao período de licença maternidade no comentário 17.

As postagens 20 a 24 parecem trazer como motivador não apenas uma sensibilização com a situação, mas uma reflexão que evidencia um desânimo em relação ao futuro de outras pesquisadoras que venham a passar por essa situação, constataando ou até mesmo já prevendo uma “derrota” da carreira das mulheres mães neste cenário.

20. sempre penso que eu (nós que lutamos por isso) tô falando sozinha. Não vejo os tomadores de decisão legislar na

causa das mães. Não vejo a iniciativa privada favorecendo o acesso de mães ao mercado de trabalho e/ou cursos profissionalizantes (vide caso @senacmaranhao) ... É desolador. Não desisto pq seria pior a sensação de não estar fazendo nada tbm

21. Somos punidas por termos filhos e ficarmos 6 (miseráveis) meses em casa cuidando dele... Isso em 2019!

22. Isso aconteceu com uma professora concursada! Penso no tamanho da minha caminhada ainda até chegar nesse patamar e nem assim ter meus direitos de mãe garantidos.

23. Lamentável saber que essa agressão não aconteceu só comigo, é algo do cotidiano das mulheres. Tantos anos de luta por nossos direitos, pleno século 21 e a violência contra a mulher em todas as formas, não muda.

24. Muito difícil. Já não é fácil conciliar carreira e criar decentemente uma criança e parece que as vezes as coisas andam para trás....desanimador!

Destacam-se, ainda, os comentários em que aparecem apenas testemunhos relacionados ao ocorrido, sem se referir diretamente ao conteúdo da postagem. Fica evidente que, nestes casos, as autoras dos depoimentos acreditam que também sofreram punições durante o período de licença maternidade e querem juntar sua experiência ao caso da professora em questão, percebendo neste espaço, ainda que público, uma audiência atenta e adequada para ouvir seus relatos sobre o tema.

25. Eu fui professora substituta duas vezes no mesmo departamento. Engravidei nas duas. Já tinha mais de 30 anos, mas sei que não preciso justificar isso a ninguém. Na primeira, informei o departamento e não tive contrato renovado e nenhum direito a licença foi sugerido (na época eu não sabia que tinha esse direito, pois era um contrato de substituto). Na segunda vez, 3 anos depois,

eu também engravidei e quis usar o meu direito a licença maternidade. Foi negado. Tive que entrar na justiça contra o departamento e claro que ganhei, pois está na constituição. Mas nem deveria precisar usar essa abordagem.

26. Eu fui desligada de um Dinter com a FSP/USP porque não compareci na segunda disciplina quando minha filha tinha 45 dias de nascida. Apresentei a licença maternidade, a qual é baseada em uma lei federal e mesmo assim fui desligada.

27. Qualifiquei na USP durante o período que era pra ser a minha licença maternidade, quando o bebê nasceu fazia só nove meses que a CAPES tinha acabado de lançar uma portaria regulamentando a licença maternidade remunerada, mas eu não sabia e fui cedendo ao sistema. Só lamento que a minha tese poderia ter ficado bem melhor se eu tivesse mais quatro meses da licença e assim tbm poderia ter dado mais atenção pro bebê, que começou a emagrecer assim que comecei a escrever o meu relatório de qualificação até ficar totalmente fora da curva de peso. Ele só foi começar a entrar na linha mais baixa da curva depois que fez um ano.

28. e eu que consegui licença e prorrogação da bolsa de mestrado e ainda assim tive que defender antes do prazo.

As postagens 29 e 30 trazem um tom irônico, provavelmente tendo como motivador a necessidade de apontar a invisibilidade da situação, ou as dificuldades de legitimar esta realidade e outras relacionadas ao ambiente masculinizado que foi vivenciado nas instâncias acadêmicas:

29. absurdo... [redacted] não existe machismo na universidade. Isso te lembra alguma coisa?

30. é td coisa da nossa cabeça: machismo, gênero, mulheres, crianças... Somos criativas para além da ciência

As postagens 31 e 32 parecem ter tido como motivador apenas o apoio à causa, pois não emitem opinião sobre a postagem em si, mas apenas consideram positivas as iniciativas do projeto:

31. que bom que há algum espaço para esse debate.
32. o @parentinscience está fazendo um ótimo trabalho, mapeando esses problemas.

Por fim, a postagem 33 tem como motivador uma dúvida, trazendo uma pergunta e, em seguida, uma denúncia, em busca de justiça para a professora prejudicada. Percebe-se como motivador nesse caso, a necessidade de exigir uma cobrança legal da Universidade, na medida em que a autora do comentário considera estas ações ilegais.

33. E qual ação legal foi tomada contra a Universidade? Porque tudo que fizeram é (ainda) contra a lei.

A análise dos resultados da postagem escolhida do perfil do *Parent in Science* no *Instagram* mostrou que as principais motivações que geraram os comentários foram: incredulidade e indignação, denúncia, solidarização com a situação, tristeza, desânimo em relação ao futuro de pesquisadoras mães, e identificação com o caso. Todas essas reações chamam atenção para a dura realidade que as pesquisadoras que decidem serem mães estão sujeitas a vivenciar. Nesse sentido, os resultados deste estudo corroboram aqueles encontrados na bibliografia que afirmam que a escolha pela maternidade pode trazer prejuízos acadêmicos importantes para a mulher (BITENCOURT, 2011; MATTSO, 2014; TOWER E LATIMER, 2016; MIRICK E WLADKOUSKI, 2018). Confirmam ainda, a hipótese de que as redes sociais digitais do *Parent in Science* caracterizam-se tanto como comunidades associativas que geram conversações entre membros heterogêneos em função de um agregador comum quanto e (talvez por causa disso)

como plataformas de mídia capazes de alcançar uma audiência considerável de maneira orgânica.

Considerações finais

O pano de fundo deste estudo foi o *Parent in Science*, um movimento vinculado à UFRGS que visa trazer à tona as dificuldades enfrentadas por pesquisadoras e cientistas que se tornam mães. O objetivo desta pesquisa foi investigar as motivações do público mobilizado pela causa nas redes sociais. Os resultados mostraram que as principais reações geradas pela postagem foram motivadas por preocupações e/ou indetificações em relação ao futuro profissional de pesquisadoras mães. Acredita-se que a sensação de pertencimento que as comunidades virtuais do tipo associativas geram – por meio da conversação em torno de um aglutinador comum – contribuíram para que as realidades pessoais ali expostas saíssem da invisibilidade. Estes relatos podem ter sido externalizados a partir deste sentimento de pertencimento que a causa gerou em cada mulher que encontrou nas ferramentas do ambiente digital um espaço e uma audiência, isto é, sua vez e sua voz.

Por ser entendida como uma situação em que uma pesquisadora está sendo punida pela maternidade, essas reações caracterizam, por meio de uma identificação com o caso, sentimentos comuns a todo o universo feminino interessado no movimento *Parent in Science*: por um lado, denunciar situações em que direitos já existentes não são garantidos; e por outro, lutar para que novas políticas sejam implementadas para pesquisadoras e cientistas que se tornam mães. As conquistas como a promessa de inserção da maternidade no Lattes mostram que as demandas extrapolaram o universo digital e começaram a ser ouvidas nas esferas competentes, conforme notícia veiculada no jornal Zero Hora:

um grupo de mães do projeto *Parent in Science* se mobilizou para transformar a plataforma Lattes em um espaço mais justo – e o pedido foi atendido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). – A queda na produção não é um fator de capacidade, mas de um afastamento natural por um período. Criamos a hashtag #MaternidadenoLattes, estruturamos uma carta e mandamos para o CNPq no ano passado. Tivemos apoio de mais de 30 sociedades científicas. Agora, o conselho acatou a sugestão e prometeu a mudança no currículo para os próximos meses – explica Fernanda Staniscuaski, coordenadora do Parent in Science, professora da UFRGS e mãe de Bruno, seis anos, Samuel, três, e Gabriel, de cinco meses. (CARAPEÇOS, 2019, on-line).

Para além de promover discussões que podem gerar mudanças fundamentais para a vida das pesquisadoras que são mães – como a possibilidade de inserir no Lattes os períodos de licença maternidade –, o *Parent in Science* alcançou outras finalidades, como a de denunciar situações em que pesquisadoras estão sofrendo por terem optado por ter filhos. Assim, os resultados deste estudo também chamam atenção para outro aspecto: o fato de que situações como as sofridas pela professora do post escolhido para a análise não estarão mais fadadas à invisibilidade, ou a aceitação resignada.

Sobre este aspecto, destaca-se também que as páginas do *Parent in Science* no *Facebook* e no *Instagram* não apenas promovem espaços em que mulheres, sejam elas mães ou não, discutam questões relacionadas à maternidade, mas também funcionam como ferramentas de denúncia, o que poderia caracterizar as ações do movimento dentro do conceito de ciberativismo. Nesse sentido, é importante destacar que, a título de curiosidade, verificou-se que a postagem analisada no *Instagram* também foi publicada

simultaneamente no grupo do *Facebook*, mas neste o engajamento foi bem aquém: ainda que tenha recebido mais de 200 curtidas e cerca de 70 compartilhamentos, recebeu apenas nove comentários, o que evidencia a necessidade de estudar ou até comparar os diferentes usos que o público faz destas duas plataformas a partir do conceito de ciberativismo, o que pode ser o objetivo de uma próxima etapa desta pesquisa.

Referências

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Edições Brasil: Portugal, 2009.
- BITENCOURT, Silvana. M. **Candidatas à ciência: a compreensão da maternidade na fase do doutorado**. 2011. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/95888> Acesso em: 10 dez. 2019. Acesso em: 14 mai. 2021.
- CARAPEÇOS, Nathália. Maternidade no Lattes: pesquisadoras poderão indicar tempo de licença no currículo. **Zero Hora**, Porto Alegre, 25 abr. 2019. Donna. Disponível em <https://gauchazh.clicrbs.com.br/donna/maternidade/noticia/2019/04/maternidade-no-lattes-pesquisadoras-poderao-indicar-tempo-de-licenca-no-curriculo-cjuvrglxl00s201rowc4q0cgi.html> Acesso em 10 dez. 2019.
- DELLAZZANA, Ângela. L.; DELLAZZANA-ZANON, Leticia. L. Gênero e pertencimento nas redes sociais: o fenômeno do movimento Parent in Science. In: Encontro de Pesquisadores em Publicidade e Propaganda. I Colóquio Internacional de Pesquisadores em Publicidade, 10., 2019, São Paulo. **Anais eletrônicos** [...]. São Paulo: ECA/USP, 2020. Disponível em: https://20ccfb7f-2aea-41e5-9b4a-c5ea67ac6651.filesusr.com/ugd/bb9c7e_62477705e747469f850b8411a090f613.pdf p. 1449-1464. Acesso em: 14 mai. 2021.

- DELLAZZANA, Ângela. L.; DELLAZZANA-ZANON, Letícia L.; TALAMONI, I. Engajamento em publicações orgânicas no Facebook: o caso da página Parent in Science. *In: Anais do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul*, 20., 2019, Porto Alegre. **Anais eletrônicos [...]**. São Paulo: Intercom, 2019. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/sul2019/index.htm>. Acesso em: 14 mai. 2021.
- GLADWELL, M. **O ponto de desequilíbrio**. Como pequenas coisas podem fazer a diferença. Rio de Janeiro, Rocco, 2002.
- MATTSSON, Tina. Intersectionality as a useful tool: anti-oppressive social work and critical reflection. **Affilia**, v. 29, n. 1, p. 8–17, 2014. Disponível em <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0886109913510659?journalCode=affa>. Acesso em: 14 mai. 2021.
- MIRICK, Rebecca. G., & WLADKOWSKI, Stephanie. P. Pregnancy, Motherhood, and Academic Career Goals: Doctoral Students' Perspectives. **Affilia**, v. 33, n. 2, p. 253–269, 2018. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0886109917753835?journalCode=affa>. Acesso em: 14 mai. 2021
- RADDON, Arwen. Mothers in the academy: positioned and positioning within discourses of the 'successful academic' and the 'good mother', **Studies in Higher Education**, v, 24, n. 4, p. 387-403, 2002. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/0307507022000011516>. Acesso em: 14 mai. 2021.
- RECUERO, Raquel. **Comunidades virtuais em redes sociais na internet: proposta de tipologia baseada no fotolog.com 2006**. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em <http://www.raquelrecuero.com/teseraquelrecuero.pdf> Acesso em: 14 mai. 2021.
- RECUERO, Raquel. Curtir, compartilhar, comentar: trabalho de face, conversação e redes sociais no Facebook. **Verso e Reverso**, São Leopoldo, v. 28, n. 68, p. 21-32, 2014. Disponível em <http://www.revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/ver.2014.28.68.06>. Acesso em: 23 nov. 2019.

- RECUERO, Raquel. **Introdução à análise de redes sociais**. Salvador: EDUFBA, 2017. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/24759>
- SENA, Lígia Moreiras; TESSER, Charles Dalcanale. Violência obstétrica no Brasil e o ciberativismo de mulheres mães: relato de duas experiências. **Interface (Botucatu)**, Botucatu , v. 21, n. 60, p. 209-220, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832017000100209&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 dez. 2019.
- SILVA, Fabiane Ferreira da; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Trajetórias de mulheres na ciência: “ser cientista” e “ser mulher”. **Ciência & Educação (Bauru)**, Bauru , v. 20, n. 2, p. 449-466, 2014 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132014000200449&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 mai. 2021. <https://doi.org/10.1590/1516-73132014000200012>.
- SOUZA, Mauro Wilton. O pertencimento ao comum mediático: a identidade em tempos de transição. In: **Revista Significação**, São Paulo, v. 37, n. 34, p. 31-52. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/significacao/article/view/68112/70670>. Acesso em: 14 mai. 2021.
- TOWER, Leslie. E., e LATIMER, Melissa. Cumulative Disadvantage: Effects of Early Career Childcare Issues on Faculty Research Travel. **Affilia**, v. 31, n. 3, p. 317–330, 2016. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0886109915622527>. Acesso em: 14 mai. 2021

Capítulo 5



[Ler capítulo 5](#)

[Voltar ao sumário](#)

Capítulo 5

Textão-desabafo no Facebook: categoria discursiva para debates sobre a maternidade

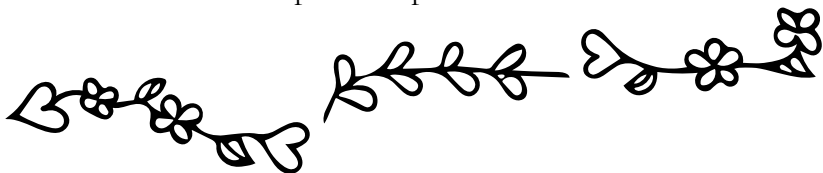
Ana Luiza de Figueiredo Souza
Universidade Federal Fluminense

Beatriz Brandão Polivanov
Universidade Federal Fluminense

Resumo

Temos observado, no Facebook, a emergência de postagens de mulheres que visam problematizar certos aspectos da maternidade. Trata-se de textos longos, popularmente conhecidos como “textões”. Argumentamos que tais narrativas de “desabafo” produzidas nas plataformas de redes sociais constituem uma categoria discursiva nova e importante para o debate de problemáticas maternas. Com base na Análise do Discurso Mediado por Computador (HERRING, 2004), três postagens (“textões”) de mães brasileiras são aqui investigadas. Concluímos que, dotadas de potencialidade para espalhamento, tais postagens são textos performáticos que apresentam potencial político ao convocarem as mulheres para se mobilizarem pelo desmantelamento de estruturas que mantenham a maternidade como exploratória, desgastante e misógina.

Palavras-chave: Maternidade. Facebook. Textão. Desabafo. Análise do Discurso Mediado por Computador.



Introdução

As plataformas de redes sociais vêm sendo apropriadas como espaços para debater a maternidade (POLIVANOV; FIGUEIREDO SOUZA, 2019). Temos observado, principalmente no Facebook, a emergência de narrativas diversas de mulheres¹ que, seja em grupos específicos, seja nos próprios perfis pessoais, visam problematizar certos aspectos da maternidade que incluem, por exemplo, tanto sua “romantização” por parte do imaginário coletivo quanto o direito à escolha de não quererem ser mães. Há textos sobre a relação com os filhos e/ou entre o casal após os filhos, piadas com a rotina materna, relatos de mães cansadas, manifestos de mulheres defendendo seu poder de decisão quanto à maternidade, dentre outros conteúdos relacionados. É frequente, ainda, a reivindicação de que possuem outros afazeres, interesses, preocupações e feitos para além da maternagem e da maternidade, havendo forte demanda para que sejam reconhecidas enquanto sujeitos complexos, profundos, em vez de reduzidas às funções maternas. A plataforma tem, assim, mediado relevantes discussões sobre o que aqui se entende enquanto conceito ampliado de maternidade (FIGUEIREDO SOUZA, 2019a): práticas, disputas, valores e construções socio-culturais e políticas em torno dela.

Considerando a importância que as chamadas mídias sociais têm ganhado na mediação de discursos sobre problemáticas relativas à maternidade que antes não obtinham a mesma visibilidade e, diante da emergência de “desabafos” acerca dela no Facebook, este trabalho se debruça sobre três postagens de mães brasileiras que problematizam diferentes questões maternas por

1 Sobretudo das camadas médias da população brasileira e com acesso regular à internet.

meio do que popularmente tem se denominado “textão”, publicados em seus perfis e/ou páginas pessoais no mesmo site. Os “textões” — discursos pessoais mais extensos do que postagens corriqueiras feitas no site e, em geral, visando atentar para alguma questão que é considerada relevante pelos/as enunciatários/as — constituem, desse modo, o corpus de análise do artigo. Especificamente, analisamos três postagens públicas:

- 1) *Nunca foi tão difícil ser tão fácil*, publicada na página pessoal de Claudia Gomes em 25 de setembro de 2018.²
- 2) *“Criação com apego”, um dos possíveis nomes para o supereu contemporâneo*, publicada no perfil pessoal de Ana Suy Sesarino Kuss em 17 de janeiro de 2019.³
- 3) *Tem uma coisa que há muito tempo me incomoda*, publicada no perfil pessoal de Cila Santos em 5 de dezembro de 2019.⁴

Tais *posts* foram escolhidos por abordarem o que investigação anterior apontou como alguns dos principais eixos de discussão acerca da maternidade nas mídias sociais (FIGUEIREDO SOUZA, 2019a): “paradoxos maternos” e “obrigações/cobranças” sobre a maternidade. O terceiro aponta, ainda, para outro elemento, o “sistema capitalista-patriarcal” como causa de vários dos problemas relativos à maternagem e à maternidade.

Cada uma das três postagens traz uma dimensão individual-coletiva distinta para os pontos levantados: a primeira, embora apresente um cenário coletivo, é basicamente calcada em uma abordagem particularizada. A segunda trata de discursos contraditórios direcionados às mães emitidos por elas próprias, demandando que, individualmente e enquanto parte de um grupo muito pressionado,

2 Disponível em: <https://bit.ly/2LSHJTV>. Último acesso em: 11 jan. 2021.

3 Disponível em: <https://bit.ly/36yJQnZ>. Último acesso em: 11 jan. 2021.

4 Disponível em: <https://bit.ly/2qRHYYe>. Último acesso em: 11 jan. 2021.

alterem determinadas condutas em relação umas às outras. Já o terceiro *post* desloca a discussão de um enquadramento personalista ao convocar as mulheres para mudanças sociais mais profundas, atentando para problemas estruturais que incidem sobre a maternidade. Representam, portanto, gradações de como discutir — e como vêm sendo discutidas — problemáticas maternas nas mídias sociais.

Pode-se entender, dessa forma, que, em tais textões, a esfera pessoal se incorpora a agendas e pautas mais abrangentes, inseridas no âmbito político, integrando um campo maior de disputas por reconhecimento e inserção sociais por meio de conversações cotidianas (CHAGAS, 2019).

Diante disso, argumentamos que as narrativas de desabafo sobre a maternidade produzidas nas plataformas de redes sociais são uma categoria discursiva nova e importante para o debate de problemáticas maternas. O capítulo pretende discutir especificamente a noção de “textões” de desabafo enquanto uma categoria de narrativa pessoal que surge na cultura digital, em anos recentes, principalmente a partir do Facebook.⁵ Tais discursos têm promovido questionamentos e problematizações quanto à maternidade a partir dos lugares de fala de mulheres “comuns”, isto é, que não são celebridades ou mesmo especialistas no assunto.

Ao analisar os três desabafos *online* selecionados — que, apesar de possuírem pontos de contato, enfatizam diferentes problemáticas maternas —, o objetivo do trabalho é investigar de que modos tais narrativas são construídas, quais aspectos relativos à maternidade mobilizam e que argumentos acionam. Para tal, a análise — inspirada nos preceitos da Análise do Discurso Mediado pelo Computador

⁵ Conforme observado empiricamente, esse fenômeno, em geral, não se dá no Twitter, YouTube, Instagram ou em outras plataformas de redes sociais, sendo muito particular do Facebook devido a sua “gramática”, que permite a publicação de textos mais longos, e à facilidade de compartilhamento desse conteúdo.

(HERRING, 2004)⁶ — se debruça sobre o nível do significado, relacionando, ainda, o que é dito a contextos históricos.

Buscamos aqui não incorrer em um posicionamento que enalteça tais plataformas e desconsidere, por exemplo, problemáticas como a disseminação de ações de desinformação e os modos não transparentes do funcionamento de seus algoritmos. Contudo, tampouco desconsideramos as possibilidades que elas trazem para a discussão materna, atentando aqui para as construções das narrativas de “desabafo” sobre o tema que têm emergido no Facebook, que podem trazer subsídios para entender complexidades do fazer materno em tempos hodiernos.

Situando questões contemporâneas sobre a maternidade

De acordo com a pesquisa *Nascer no Brasil: Inquérito Nacional Sobre Parto e Nascimento*, 55.4% das gestações nacionais não são planejadas.⁷ As explicações para esse fenômeno variam: falta de políticas públicas de assistência às mulheres, bem como voltadas para educação e planejamento familiar; cultura predominantemente machista, que tanto acarreta desinformação sobre o funcionamento do corpo feminino quanto implica que este precisa se submeter aos designios masculinos; marginalização social e/ou econômica, entre outras. Trata-se, ainda, de um país no qual o aborto é criminalizado e os índices de violência sexual contra mulheres são alarmantes. Quanto ao primeiro aspecto, se grande parte das gravidezes não são planejadas e, exceto em casos comprovados (sendo

⁶ Termo originalmente em inglês: computer-mediated discourse analysis (CMDA). Trata-se de uma abordagem cujo foco é na linguagem e seu uso em contextos mediados por computadores.

⁷ Disponível em: <https://bit.ly/2vfQke3>. Acesso em: 19 jan. 2020.

esta comprovação burocrática) de estupro, feto anencefálico ou risco de vida à mãe, não se pode interromper a gestação, significa que, pelas leis brasileiras, a mulher é obrigada a gestar e parir a(s) criança(s) caso engravide — mesmo sem desejo ou condições para isso. O aborto legal é inclusive negado em 57% dos hospitais que o governo indica para o procedimento.

Tal conjuntura — somada ao alto índice de estupros e relacionamentos abusivos que podem resultar em gestações involuntárias — possibilita problematizar a própria ideia de escolha pela maternidade, tendo em vista a quantidade de fatores que a normatizam (FIGUEIREDO SOUZA, 2020). Apesar disso, as estruturas para se ter e criar filhos no Brasil permanecem precárias, o que não raramente insere as mães em situações de vulnerabilidade social (GONÇALVES, 2017).

Ainda assim, é inegável que a maternidade se tornou menos compulsória no contexto contemporâneo do que em relação a períodos históricos anteriores, especialmente no que tange à maternagem e à possibilidade de escolha pela não maternidade. Ter ou não ter filhos, biológicos ou adotivos, quando tê-los, com quem, quantos, criá-los de que modo, como planejar um futuro do qual façam parte ou não. Tais questionamentos passaram a ser mais presentes entre as mulheres, integrando a maternidade à dimensão do *projeto de vida*, isto é, “a conduta organizada para atingir finalidades específicas” (VELHO, 2003, p. 101), decisões e escolhas que o sujeito empreende para construir sua narrativa de si. Processo este que enfatiza a responsabilidade individual: os resultados das escolhas do sujeito são consequência de suas atitudes, ideia que, segundo Beatriz Polivanov (2019), ganha força cada vez maior conforme avança o neoliberalismo.

Embora exista a dimensão da escolha, é preciso atentar para o fato de que não é o único fator que age sobre os projetos de

vida e a própria vida das mulheres, conforme se vê nos dados previamente expostos. Os indivíduos traçam seus projetos e narrativas de si influenciados pelo campo de possibilidades em que estão inseridos (VELHO, 2003), o que inclui fatores socioculturais, econômicos, religiosos, geográficos, políticos, étnicos, relacionados a gênero, entre outros. No caso brasileiro, determinações legais (como a proibição ao aborto) se misturam a pressões morais vinculadas à maternidade (entre elas, a cobrança social para que mulheres tenham filhos e que os amem com grande dedicação), junto a uma cultura de alta performance que torna a maternagem mais exigente e desgastante (FIGUEIREDO SOUZA, 2019a).

Nos modelos maternos e de maternagem hegemônicos, nota-se a influência de concepções tradicionais (amor incondicional, vocação materna, afazeres da mãe ligados ao ambiente doméstico, entre outras), aliada a exigências de otimização, respondendo a novas cobranças e definições femininas que, em boa parte, derivam do mercado (pressão estética, carisma dócil, investimento na carreira, assim por diante). A maternidade se torna mais severa quando se associa à ideia de sujeito autônomo, ilusão fortemente construída pelo neoliberalismo, que busca suprimir o fato de que qualquer pessoa depende das ações de outras, de forma direta ou indireta. Nessa lógica de estimulação intensificada, mães são cobradas (e se cobram) a exercerem suas funções maternas de forma cada vez melhor, sob os imperativos do sucesso e da felicidade (CASTELLANO, 2018; FREIRE FILHO, 2010). Isto é, a obrigação e o anseio tanto de conquistar o que se deseja pelo próprio mérito, apesar de circunstâncias (potencialmente) desfavoráveis, quanto de ser feliz com as atitudes que se empreendem.

A soma entre a noção neoliberal de sujeito autônomo, a cultura de alta performance fomentada pelo mercado capitalista e estruturas patriarcais que colocam a mãe (ou figuras femininas)

como a principal responsável por tudo que se relaciona à maternagem configura um ambiente em que o ideal de perfeição materna se intensifica, influenciando a concepção dos indivíduos, especialmente as mulheres, que nele convivem — seja para questionar tais preceitos ou para tentar segui-los.

Tal somatória também ocasiona o que a literatura acadêmica e as discussões em mídias sociais denominam esgotamento materno, sobrecarga materna ou trabalho materno invisível: o acúmulo de funções pelas mães e as diversas preocupações que as envolvem (a casa, os/as filhos/as, o/a companheiro/a, o trabalho, a família, os investimentos financeiros, entre outras) e resultam no gerenciamento de múltiplas tarefas e na convicção de que a mãe precisa fazer todos os aspectos da vida cotidiana funcionarem de maneira harmônica. Não raramente, essa exaustão leva ao sentimento de culpa materna quando algo foge do planejado ou fica aquém das (altas) expectativas ligadas à maternagem.

Antes do surgimento das mídias sociais, os lugares semi-públicos para se falar sobre essas e outras questões eram círculos sociais *offline*, mídia especializada (revistas dirigidas ao público feminino, programas televisivos, cadernos de jornal) e a esfera médica, sendo que esta última geralmente concedia legitimidade aos discursos propagados pela mídia especializada. Mais recentemente, os “textões” no Facebook têm ganhado visibilidade e ampliado o debate, além de servirem como “válvulas de escape” para se falar sobre assuntos outrora mais restritos à esfera privada.

As postagens: desabafos em relação à maternidade e à condição feminina

Quando se tratam de textões-desabafo sobre a maternidade, um caso emblemático é o *post* “Desafio NÃO aceito”, publicado

pela dona de casa Juliana Reis em seu perfil pessoal no Facebook em fevereiro de 2016, pouco após o nascimento do primeiro filho.⁸ De forma incisiva, a publicação critica práticas cotidianas e midiáticas que romantizam a maternidade ao destacarem seus aspectos positivos enquanto omitem os negativos. Isso gerou um alto número de denúncias por parte de outros usuários do site, ocasionando o bloqueio da conta de Juliana. Devido à repercussão do caso em jornais eletrônicos e no próprio Facebook — por meio de correntes de apoio de outras mulheres, fosse respaldando sua mensagem, fosse cedendo seus perfis pessoais para que ela se comunicasse através deles — a conta acabou recuperada e, desde então, postagens de teor semelhante passaram a ser produzidas com mais frequência no site (FIGUEIREDO SOUZA, 2019a).

Em 25 de setembro de 2018, a roteirista Claudia Gomes publicou o seguinte *post*⁹ em sua página pessoal.

Nunca foi tão difícil ser tão fácil.

Desde que eu postei minha primeira filha no mundo, uma questão não parava de me intrigar: como as mães das gerações anteriores faziam para criar seus filhos sem fraldas descartáveis, babás eletrônicas, esterilizador de mamadeiras, máquina de lavar e, sobretudo, Galinha Pintadinha no Ipad? Como? Como elas sobreviveram sem um Google, pra dar aquela pesquisada nas doença tudo? Sem um grupo de uatizap de mães para lembrar que hoje é dia de mandar um prato de salgado pra escola. Sem um celular com câmera para mandar a foto do cocô para o pediatra? Um beijo para todos os médicos que fazem CSI de cocô por telefone. É muita vocação, gente.

8 Disponível em: <https://bit.ly/2P8xQSJ>. Acesso em: 11 jan. 2021.

9 As transcrições buscaram alterar o mínimo possível o texto original, apenas com a inserção de pontos finais para maior clareza entre algumas frases.

Nunca foi tão fácil ser mãe, com tanta tecnologia e TV com programação infantil 24 horas e cadeirinhas que balançam seu bebê, enquanto você toma um banho. E nunca foi tão difícil. Porque a babá eletrônica faz você acordar a cada gemido do bebê. Que em 1985 não seria ouvido do quarto dos pais e, portanto, a criança poderia facilmente voltar a dormir sozinha, pasmem. Porque alguém te marca num post que explica que as fraldas descartáveis, junto com os canudos, vão acabar com o planeta. E você se sente terrivelmente culpada. E cogita usar as novas fraldas de pano, que estão voltando com tudo. Porque você viciou seu filho no Ipad e agora ele tem miopia aos 5 anos de idade e a culpa também é sua, porque quis apenas ter o prazer de fazer suas refeições no restaurante aos domingos sem ser (tão) interrompida.

Você agora tem que saber escolher entre os 48 tipos de leite em pó, com ou sem probióticos, com ferro ou sem lactose ou enriquecido em Lexotan baby. (Esse não inventaram ainda, mas bem que podiam, né não?). O esterilizador te poupou algum tempo, mas você vai gastar esse tempo vezes cinco, apenas lendo todas as conversas nos 53 grupos de uátizap de mãe. Ou todos os alertas que chegam no seu celular sobre o novo golpe que estão aplicando em crianças. Você terá que saber quem é a Momo. Aprender a caçar Pokemóns. E procurar um lugar que venda hortaliças que não tenham sido adubadas com Baygon. Você terá que saber quem são os irmãos Netto.

Você se sentirá impelida a exibir DVDs do Baby Einstein para seu bebê, porque alguém disse que ver minhocas amarelas ao som de Mozart fará dele um gênio. Ou matricular seu rebento de seis meses na natação, no inglês, nas aulas de música e de psicomotricidade. Você terá que saber o que é psicomotricidade. Porque o mundo é competitivo e criança que não chega aos três anos falando

mandarim, não terá nenhuma chance no mercado de trabalho. Para pagar tudo isso, você será obrigada a trabalhar o dobro. E ainda pode ser que perca uma manhã inteira escondida atrás da árvore da pracinha, pra saber se a babá viu quando seu filho comeu terra ou tomou uma dedada no olho. Quem nunca? Não? Só eu?

A mamadeira tem que ser sem BPA. Não, pera, alguém disse que agora a boa é a de vidro. O cinto de segurança do carrinho precisa ser de cinco pontos. Pode ser que você leve dias tentando aprender a usar o sling (nunca consegui, perdão pela falta de coordenação motora). Você gastará algum tempo lendo matérias para chegar a alguma conclusão se o seu filho será um adulto mais ou menos seguro se ele dormir sozinho no berço desde que nasce, ou na tal cama compartilhada com os pais. Cama compartilhada! Agora tem nome o famoso “bota essa criança aqui no meio, que eu só preciso dormir umas duas horas?”. De onde podemos concluir, queridas, que muitas das “facilidades” criadas para melhorar a vida da amiga-mãe-caminhoneira, sem a gente se dar conta, tornaram nossa rotina ainda mais atribulada. A gente complicou uma coisa que era extremamente simples. Criança precisa de muito pouco, a verdade é essa. Colo, tempo, se sujar de terra com outras crianças na pracinha, um peito quentinho ou uma comidinha preparada com amor. O resto é bobagem. Menos a máquina de lavar. E os lenços umedecidos. E o Google. E o CSI do cocô. E, claro, a fralda descartável. (Desculpem o baixo índice de evolução espiritual, mas voltar pra fralda de pano era pedir demais para mim). Pensando bem, criança pode até precisar de pouco. Mas mãe, não. Com todas as dificuldades das facilidades, um viva ao século 21.

(Tem a questão do planeta. Essa me preocupa de verdade. Mas eu tenho fé que com uma geração inteira criada na

base do Baby Einstein, um deles há de criar uma fralda descartável que não polua, né não? Oremos.)

Em tom humorado, a postagem compara os recursos, sobretudo tecnológicos, disponíveis para mães de décadas anteriores e mães que têm filhos dos anos 2000 em diante, concluindo que os mesmos aparatos que trazem mais conforto e facilidade às mães contemporâneas também as tornam mais condicionadas e cobradas por eles.

Não é apenas no século atual que a maternidade se transforma no contato com demandas e estímulos até então inéditos. Os trabalhos de Jurandir Freire da Costa (1999) e Maria Martha de Luna Freire (2009) mostram como as inovações tecnológicas e modificações sociais no Brasil impactaram a vida das mães ao longo dos séculos XIX e XX. A passagem da mulher dona de casa à figura da mãe-higiênica nas elites agrárias marca o novo papel social feminino nas classes mais abastadas: serem responsáveis pelo bem-estar e a formação dos filhos, tendo os médicos higienistas como aliados nesse processo. Entre as camadas populares, tal responsabilização também se cobra, ainda que deixar de trabalhar para se voltarem totalmente ao âmbito doméstico fosse impraticável para a maioria das brasileiras. Com pouquíssimo apoio do Estado, as mães em situação socioeconômica mais precária (entre elas indígenas, camponesas, escravas, ex-escravas e suas descendentes) precisam cumprir os mesmos requisitos exigidos daquelas das classes mais favorecidas para terem algum mérito.

Entre as décadas de 1910 e 1930, o crescimento da imprensa nacional permite a utilização de jornais e revistas para fomentar o que Freire (2009) denomina maternidade científica: o exercício da maternidade fundamentado em bases científicas, objeto de práticas educativas próprias e supervisionado por médicos sanitaristas. Garantir a saúde e a educação das futuras gerações

brasileiras se converte no dever feminino no projeto republicano, função abraçada por muitas mulheres — sobretudo as das camadas médias — para, a partir dela, exigir maior acesso à educação e à cidadania. Também é nesse período que se implementam fortes campanhas contrárias ao uso de suplementos alimentares e demais produtos ou serviços (amas de leite, por exemplo) que pudessem comprometer o desenvolvimento das crianças — embora o consumo de mercadorias destinadas ao público infantil tenha aumentado exponencialmente. Movimento que, conforme aponta o *post* de Cláudia, chega a um patamar bem mais elevado nos dias atuais.

A culpa materna é destacada no texto, permeando as atitudes da autora e das demais mães das quais se aproxima para construir sua narrativa. Ao longo dos parágrafos, termos como “a gente” e “você” indicam que Cláudia se insere no grupo de mães sobre o qual escreve, tomando-o como generalizante. Mães auxiliadas e cobradas por aparatos tecnológicos e discursos que, em boa medida, circulam nas mídias sociais constituem o panorama materno da autora. É a partir dele e sobre ele que produz seu desabafo.

A narrativa adquire certo teor catártico quando Cláudia enumera aquilo que as mães atuais devem fazer ou saber, em conformação com o grande contingente informacional a que têm acesso na vida cotidiana e via internet. Festas de aniversário, doenças, referências da cultura midiática, produtos infantis, práticas educativas, opções ecológicas de consumo, mercado de trabalho. Tudo isso precisa estar integrado ao conhecimento materno, o que demanda investimento financeiro, temporal e afetivo maior do que foi pedido em qualquer outra época. A autora chega a sugerir que determinados aparelhos tornam a maternagem mais intensa, usando a babá eletrônica como exemplo. Todavia, é necessário argumentar que tanto a babá eletrônica quanto os aplicativos

para monitoramento de crianças são consequência da soma entre as culturas patriarcal e de alta performance, exigindo das (ainda) principais encarregadas pelo cuidado e educação dos filhos um desempenho primoroso em todos os aspectos.

O desabafo abre espaço para algumas ponderações quando Claudia se refere àquilo que mães precisam ceder em prol dos filhos. O uso compulsivo de aparelhos cuja luminosidade agride os olhos (“você viciou seu filho no Ipad”) se justifica porque a mãe “quis apenas o prazer de fazer suas refeições no restaurante aos domingos sem ser (tão) interrompida”. Existem consequências relacionadas ao uso ou desuso de qualquer uma das “facilidades” da atual maternagem, e é preciso considerá-las. Comida industrializada, por exemplo, é uma opção para mães sem muito tempo, disposição ou capacidade para cozinhar, o que não significa que não possua impacto na dieta dos filhos, sobretudo quando em fase de crescimento. Ainda podemos tensionar a ideia de que tais tecnologias foram “criadas para melhorar a vida da amiga-mãe-caminhoneira”. Considerando a narrativa de Claudia, quem mais se beneficia com a variedade de produtos voltados aos chamados pais-helicópteros?¹⁰ Certamente não as mães.

O mesmo mercado que cria esse nicho (e cultura) de consumo é um dos grandes responsáveis pela degradação ambiental que Claudia diz temer. Mas seu discurso não faz essa correlação. Em vez disso, transfere a responsabilidade de solucionar tal problema às futuras gerações, sob a premissa de que mães do

10 Expressão utilizada para designar pais e mães superprotetores e/ou ultra-controladores que dispensam muito tempo ao monitoramento dos filhos. A parentalidade-helicóptero vem sendo criticada por especialistas devido a potenciais consequências negativas. Entre elas, tornar crianças e jovens: demasiado dependentes; incapazes de lidar com os desafios próprios de cada faixa-etária; resistentes a figuras de autoridade; mais frustrados; com dificuldade de controlarem suas emoções. Ver mais em: <https://bit.ly/35vR6nm>. Acesso em: 13 set. 2020.

“século 21” precisam de muito (auxílio tecnológico) para maternar. Além de reducionista, o argumento isenta as mães contemporâneas de se posicionarem a respeito de pautas mais amplas a partir de suas ações. Pautas que podem, inclusive, ser relevantes para os próprios filhos. O tom cômico do textão-desabafo sinaliza as contradições do próprio discurso da autora: tem acesso a dados e interações que lhe permitem conhecer determinados problemas e a pressionam a agir diante deles, mas reconhece que depende de boa parte dos recursos que critica (e que fomentam o que aponta como problemático).

As contradições inerentes à vivência materna¹¹ e à maternagem são o foco do post que a psicanalista Ana Suy Sesarino Kuss publicou em seu perfil pessoal em 17 de janeiro de 2019.

“Criação com apego”, um dos possíveis nomes para o supereu contemporâneo.

Afinal de contas, a amamentação PRECISA ser boa pra mãe e pro bebê, mas você TEM que amamentar em livre demanda até mais ou menos o ensino médio ou, quem sabe, o terceiro ano da faculdade. Uma mãe PRECISA cuidar de si, da sua vida profissional e sexual, mas TEM que fazer cama compartilhada (que horror deixar um bebê em seu próprio quarto, sua monstra!) e ficar em casa com a criança até PELO MENOS os dois anos de idade dela. Porém, de jeito nenhum deve parar de trabalhar, credo. Além disso, NENHUMA criança merece ir pra creche antes dos cinco anos e MUITO MENOS ser cuidada pela

11 Termo cunhado para abranger a relação das mulheres com a maternidade, tendo filhos ou não. Trata-se do conjunto de valores e ideologias a ela relacionados que cada mulher — por meio do convívio familiar, instituições de ensino, cotidiano social, produções midiáticas, redes de contatos, entre outros — adquire ao longo da vida, que ajuda a estabelecer o lugar reservado à maternidade dentro de seu planejamento pessoal e, também, a forma como a enxerga em termos coletivos (FIGUEIREDO SOUZA, 2019a).

avó. O bebê PRECISA se expressar, mas é URGENTE calá-lo COM O PEITO assim que ele resmungar qualquer coisa, COITADINHO. A gente PRECISA incentivar a AUTONOMIA do bebê e da mãe, mas deuzolive QUALQUER tipo de bico artificial. Além do mais, defende-se que não existe instinto materno, que a maternidade é construída a partir de cada história, mas você TEM QUE SEGUIR seu instinto materno (???) e grudar no seu bebê (não é assim que os animais fazem?!) - quanto mais melhor pra vocês dois. E a maternidade é assim, é difícil mesmo, as mulheres que se unam pela DEVASTAÇÃO e façam coro se queixando e prorrogando o puerpério e emendando com o próximo (afinal de contas, TEM QUE ter irmãozinho, judiação) ad infinitum - mas poxa, sua louca, vai mesmo querer ter mais um?!

(Respira)

Freud e Lacan nunca foram tão necessários. É a sexualidade feminina que põe um rolo de pedra na boca do crocodilo, que é o desejo da mãe. Uma mulher é não-toda mãe, para a sorte e salvação de seu bebê. Criação com apego, SIM, porque não há criação possível sem apego. Mas pelamordedeus, menos exigências, queridas. Não sejamos fiscais e policiais de maternidade umas das outras. De supereu já basta o próprio.

Utilizando-se de ironia e destaques gráficos (palavras em letras maiúsculas para transmitir o teor de urgência de determinadas afirmativas voltadas às mães), a postagem expõe os paradoxos em torno das atuais condutas e, principalmente, discursos maternos. O texto se desenvolve a partir da crítica jocosa ao conceito de criação com apego, termo utilizado para se referir a práticas parentais que valorizam o apego afetivo entre pais e filhos. Muito em voga entre orientadores, terapeutas e produtores de conteúdo sobre maternagem, o termo costuma circular em

discussões sobre a maternidade travadas nas mídias sociais. Ao associar a criação com apego ao conceito de supereu (cunhado por Freud e retomado por Lacan, conforme referencia o próprio *post*), Ana Suy entende as atitudes que constituem tal proposta de maternagem enquanto causadoras de culpa e sofrimento nas mães que não conseguem segui-las.

O tom de desabafo aparece com maior evidência ao final do texto, quando a autora faz um apelo às mães (leitoras da postagem) — “não sejamos fiscais nem policiais da maternidade umas das outras”. Implica, dessa forma, que as principais reprodutoras de discursos maternos tão exigentes quanto paradoxais são as mães entre si mesmas. Ana se inclui no grupo ao qual se refere, como também faz Claudia. Mas, diferente dela, ao longo dos parágrafos transcreve afirmativas comuns à esfera médica (com ênfase na Psicologia, sua área de atuação) e as coloca enquanto responsáveis pela propagação de ideais que contribuem para a excessiva cobrança que sustenta que as mães sofrem.

Discursos estes que oscilam entre científicos (“não existe instinto materno, a maternidade é construída a partir de cada história”) e naturalistas, da ordem do “instinto”, da comparação com demais mamíferas, do “natural” do corpo.

Apesar disso, não se dirige à classe médica ao pedir menos vigilância sobre a vivência materna alheia. Faz um apelo às próprias mães, o que reflete seu desejo (e tentativa) de que a solução para alguns dos problemas maternos seja concretizada por suas maiores afetadas; que o fariam a partir de sua atuação no âmbito particular, nas conversações cotidianas, no trato diário com a temática da maternidade e no convívio com outras mães.

O textão-desabafo deixa implícito que as condutas empreendidas pela criação com apego buscam se converter em modelos maternos e de maternagem hegemônicos. E boa parte disso se dá

pelo empenho de mães nela interessadas. Apontar as incongruências dessa proposta parental e os efeitos que causa para o público materno pode ser interpretado como um modo de atingir mães que a posicionam como referencial. Embora se possa questionar até que ponto são elas que sustentam estruturas de cobrança e fiscalização sobre a maternidade e a maternagem.

Outro *post* que busca uma reação de mudança por parte das mães às quais se dirige é o da criadora de conteúdo Cila Santos, publicado em seu perfil pessoal em 5 de dezembro de 2019.

Tem uma coisa que há muito tempo me incomoda sobre o discurso da “maternidade real”, movimento *childfree* e mesmo a militância contra maternidade compulsória que é a dificuldade que encontramos em nomear o verdadeiro vilão de toda a devastação que a maternidade representa: o sistema de dominação masculina sobre as mulheres, também conhecido como patriarcado.

Há uma frase inclusive muito famosa que é especialmente reveladora que diz “amo meu filho, mas odeio ser mãe”. O que isso significa na realidade? Porque inclusive essa frase é uma contradição em termos. Você ama seu filho por causa da relação que tem com ele que é a relação de maternagem. Você não ama o bebê da vizinha. Não é um amor universal por todos os bebês do mundo. É um amor exclusivo, característico que você sente por essa criança por ela ser quem é: seu filho. Então, na real, não dá pra “amar seu filho” mas “odiar ser mãe”, porque uma coisa está intrínseca na outra, não existe sem a outra.

Mas eu estou dizendo que a maternidade na nossa sociedade então é uma coisa boa e que as mulheres estão reclamando demais, porque o amor compensa tudo? Nem pensar uma blasfêmia dessa. O que eu estou dizendo é que se você ama seu filho, você ama ser mãe sim. Não é

a maternidade que você odeia. Você odeia tudo que a sociedade te tornou e a maneira como ela te trata em função de te obrigar a ter filhos e criá-los absolutamente sozinha e da maneira que se espera. E aí, vamos dar nome aos bois: você odeia o patriarcado. Mais especificamente aos homens. Porque são eles que fizeram isso.

Vamos responsabilizar a quem é de direito.

São os homens que, no controle das leis, nunca se preocuparam em criar legislações específicas de proteção e amparo para mulheres gestantes e mães. São os homens que, no controle das empresas, disseminam a cultura de discriminação de mulheres que têm filhos. São os homens que objetificam os seios femininos a ponto de você ter constrangimento em amamentar em público e são eles que projetam os espaços públicos e nunca se preocupam em criar espaço para mães e suas crianças. São homens que no controle das políticas públicas não constroem uma rede eficiente de creches e escola que atenda a necessidade de trabalho e descanso das mulheres.

São homens que estão no comando dos centros de pesquisa desenvolvendo métodos contraceptivos cuja responsabilidade do uso cai no colo das mulheres e nunca métodos que eles mesmos podem usar. São eles que se recusam a usar camisinha. São eles que fazem e votam as leis que não permitem a interrupção de uma gravidez indesejada.

São homens que abandonam em massa seus filhos ou exercem uma paternidade de ocasião, não dividem tarefas domésticas, exploram suas mulheres e as deixam completamente sobrecarregadas. São homens que praticam violência sistemática contra mulheres e crianças as deixando sob um regime de completo terror e desamparo.

São homens que fazem - ou não fazem - as leis que deveriam proteger mulheres e crianças. São eles que as aplicam - ou não aplicam. O desamparo da mulher-mãe

tem nome e endereço.

Se cada homem cumprisse essa obrigação mínima, no aconchego do seu lar, de fazer apenas e tão somente a sua parte, o fardo da criação já diminuiria imensamente sobre as mulheres. Se cada homem constrangesse outro homem que pratica abandono parental, que agride, que maltrata, violenta, abusa, sequestra, mata sua mulher e seus filhos, se fizessem esse mínimo, mulheres sentiriam-se mais seguras, livres, menos reféns do medo.

Escutem as mães. Escutem o que elas dizem. Quando uma mãe fala sobre sua maternidade e diz que “um sorriso paga tudo”, ou que “não existe felicidade maior”, ela não está só tentando minimizar uma situação que é de sofrimento (embora também), ela está dizendo: “olha, mas há coisas boas nessa experiência a ponto de valer a pena”. Porque mesmo homens, quando efetivamente resolvem assumir para si realmente a criação dos seus filhos, relatam encontrar esse lugar de satisfação emocional.

Não podemos ignorar a dimensão subjetiva da experiência que é a parentalidade, porque no fim, a subjetividade é essa força motriz que nos impulsiona enquanto humanidade. Com maternidade compulsória ou sem maternidade compulsória, com socialização ou sem socialização, o fato é que mulheres pariram, parem e parirão ainda por um bom tempo. E essa experiência também é um lugar que oferece recompensas emocionais para muitas e muitas delas.

O que a maternidade precisa é ser retirada desse lugar instrumentalizado. A mulher precisa ser retirada desse lugar de reprodutora de mão de obra pro capitalismo, de capataz do patriarcado. Para que uma maternagem menos sacrificante não seja quase um privilégio de classe, onde todas as demandas faltantes no processo de criar um filho são resolvidas por se ter dinheiro.

O discurso da “maternidade real” e todo o discurso que está

sendo criado sobre maternidade não está sendo efetivo para construir pontes entre a sociedade no geral e mulheres-mães e principalmente para a proteção das crianças. Que acabam sendo eleitas as grandes culpadas, afinal, elas insistem em nascer e existir. São vistas como pequenas maldições que as mulheres precisam “aguentar”. O discurso de ódio contra crianças na nossa sociedade já é consistente demais para que as próprias mulheres venham engrossar o coro.

Precisamos nomear o problema da maternidade: os homens. Não são as mulheres, não são as mães, não são as crianças. A maneira como tratamos esse tema só nos leva a um lugar onde mulheres-mães vão sendo cada vez mais isoladas, onde são vitimizadas, ostracizadas, postuladas como “coitadas”. Onde crianças vão sendo vilanizadas, como se elas fossem pequenos gremlins que só suas mães aturam. Como se o problema da maternidade fosse ter que criar essas crianças que são... veja só! Crianças! com suas demandas específicas de um ser em desenvolvimento. Como se não houvesse beleza e encantamento nesse processo para quem está envolvido. Como se algumas vezes, no final do dia, realmente um sorriso não pagasse tudo. Criar crianças, preparar seres humanos para conviver em sociedade (que é afinal do se trata a parentalidade, não?), é uma tarefa de muita beleza e muita dor. Mas essa dor só é tão intensa porque a sociedade para a qual as criamos, e na qual estamos inseridas, é esse caldeirão de injustiça, exploração e caos que vemos todos os dias. Então vamos nos organizar para atacar o problema na sua raiz, que certamente não são as mulheres, ou as crianças, mas sim, como sempre, esse sistema capitalista-patriarcal.

O tom de desabafo se dá logo no início da narrativa, quando Cila anuncia o que considera um problema inerente à

argumentação sobre “a “maternidade real”,¹² movimento *childfree* e mesmo a militância contra a maternidade compulsória”, cujos discursos são amplamente divulgados em mídias sociais. Segundo ela, nenhum deles nomeia o principal responsável por tornar a maternidade normativa e complicada — o patriarcado em aliança com um sistema capitalista que passou a pautar condutas e programas sociopolíticos, resultando em inequidades de variados tipos (econômicas, de gênero, étnicas, sociais, entre outras).

Ao longo dos parágrafos, desloca a discussão do enquadramento personalista por meio do qual geralmente é abordada e, em vez de descrever suas experiências pessoais ou as do grupo de mães com o qual mais convive, associa o patriarcado a cada uma das principais queixas relacionadas à maternidade que circulam pelas plataformas de redes sociais. Cila inclusive aponta a fonte das problemáticas maternas que Claudia e Ana Suy criticam em seus *posts*, mas não mencionam diretamente. Esgotamento. Culpa. Cobrança. Falta de amparo. Incompreensão. Preconceito. Violência. A postagem explica como o sofrimento das mulheres (mães e não mães) é causado por estruturas patriarcais criadas e ainda mantidas por homens, os grandes beneficiados pelas atuais configurações da maternidade, colocada no que a autora classifica de “lugar instrumentalizado”, isto é, voltada para determinados fins (que não os das próprias mães).

Interessante perceber que, apesar de o foco do textão-desabafo serem questões estruturais, Cila não desvaloriza a esfera pessoal nem os discursos personalistas. Argumenta inclusive que “não podemos ignorar a dimensão subjetiva da experiência que

12 Maiores reflexões sobre o assunto são articuladas em: FIGUEIREDO SOUZA, Ana Luiza de. “Maternidade real” nas mídias sociais: particularidades, tensões e novas imagens maternas. Anais eletrônicos do Seminário Internacional Fazendo Gênero 12, Florianópolis, 2021.

é a parentalidade”. Acrescenta, ainda, que independentemente de existirem ou deixarem de existir conjunturas que tornem a maternidade opressiva, mulheres continuarão a ter filhos, o que “também é um lugar que oferece recompensas emocionais para muitas e muitas delas”. Com isso, não desqualifica afirmativas geralmente criticadas em discussões sobre a maternidade (“um sorriso paga tudo”; “não existe felicidade maior”), situando-as em um contexto que é tanto particularizado quanto estrutural.

Cila retoma as conversações sobre temáticas maternas produzidas nas mídias sociais para enfatizar que o fato de não indicarem o patriarcado e o capitalismo como responsáveis pela opressão das mulheres por meio da maternidade atribui às próprias mulheres, às mães e às crianças a culpa por um cenário que não construiram. Chega a apontar uma das afirmativas mais reproduzidas nas discussões sobre a maternidade nas plataformas de redes sociais — “amo meu filho, mas odeio ser mãe” — como incoerente, visto que se só pode amar filhos sendo mãe, ou seja, vivenciando a maternidade. Para a autora, o que mães dizem odiar, na verdade, é o contexto no qual a maternidade se insere.

Em diálogo com o que afirma sobre as recompensas maternais, critica a imagem de “coitadas” comumente associada às mães (muitas vezes por elas mesmas) em conversas acerca de suas vivências e problemas. Desse modo, coloca-as enquanto sujeitos ativos, dotados de agência. Apesar disso, sua narrativa também as retrata enquanto vítimas não apenas do patriarcado capitalista, mas de outras mulheres. Entre elas, destacam-se na postagem elementos que permitem associá-las ao assim chamado movimento *childfree* (“a maneira como tratamos esse tema só nos leva a um lugar onde mulheres-mães vão sendo cada vez mais isoladas, onde são vitimizadas, ostracizadas”; “onde crianças vão sendo vilanizadas, como se elas fossem pequenos gremelins que

só suas mães aturam”) que, nas mídias sociais brasileiras, costuma gerar polêmica pelo fato de algumas páginas e grupos *childfree* debocharem de mães e crianças (FIGUEIREDO SOUZA, 2019b). Embora o post coloque o sistema capitalista-patriarcal sustentado por homens como o grande causador das opressões relacionadas à maternidade, as mulheres *childfree* — isto é, as que não têm filhos por escolha, não mães voluntárias — aparecem logo em seguida, o que constitui uma atribuição de responsabilidade passível de questionamento. Elas de fato representam tamanha ameaça às mães?

É possível ponderar, ainda, até que ponto a afirmativa “o discurso de ódio às crianças na nossa sociedade já é consistente demais” cabe na argumentação da postagem, visto que os exemplos utilizados pela autora não se relacionam a abusos, precariedades jurídicas ou maus-tratos contra infantes, mas a reclamações acerca de alguns comportamentos infantis, feitas sobretudo entre as camadas médias.

Podemos entender que o *post* de Cila, em última instância, fala sobre misoginia, traço que o capitalismo e o mercado neoliberal, por terem nascido patriarcais, têm em comum. Uma sociedade misógina não permitirá que mulheres alcancem cidadania plena nem que sejam respeitadas em seus direitos (por sua vez, cerceados). Enquanto existir patriarcado e um regime político-econômico excludente com a população feminina, os empecilhos maternos elencados nos *posts* aqui trabalhados dificilmente deixarão de se propagar.

Textão-desabafo enquanto categoria discursiva para problematização da maternidade

Com base nas três postagens acima, buscamos compreender as narrativas dessas mulheres dentro do que seriam as características

do “textão-desabafo”. Em diálogo com Nathália Marques Flores (2019), podemos afirmar que os “textões” são uma forma de expressão escrita típica do Facebook, que traz como marcas mais notáveis:

- a) a longa extensão do texto em comparação a outros *posts* no site;
- b) o tom argumentativo do/a enunciatório/a — ainda que sejam frequentes também aqueles nos quais é feita uma homenagem a alguém, não se tratando efetivamente de uma argumentação;
- c) expressões quase sempre individuais, “escritas de si”;
- d) um tema que, em geral, inspira polêmica e/ou discussão;
- e) uma estrutura que pode ser iniciada ou não com um aviso/alerta aos interlocutores de que se trata de um textão, antecipando que haverá interrupção em um fluxo navegacional que é geralmente veloz e demandando um tempo de leitura maior;
- f) uso frequente de letras em caixa alta (ainda que não obrigatório), podendo denotar que se quer chamar a atenção dos possíveis leitores.

Para além de tais especificidades, os “textões”, quando postados em perfis pessoais e, ainda mais, em perfis públicos, acabam se tornando amplificadores de um debate sobre a maternidade que antes — mesmo na cultura digital — ficava mais circunscrito a grupos específicos que se interessavam previamente pelo tema (como em blogs especializados e grupos *online*). Ao utilizar seus próprios perfis para “desabafar” e problematizar a maternidade, as enunciatórias acabam convocando uma rede mais ampla de interlocutores a integrar a conversa, a partir de suas práticas e inquietações.

Liesbet Van Zoonen (2012) sustenta que o ambiente das mídias sociais estimula uma discussão pública calcada em experiências

personais. Assim, para defender uma determinada atitude ou posicionamento, o sujeito partiria de suas próprias vivências e da maneira como as processou. Essa individualização é o que sustentaria seus argumentos e posições, em vez de um olhar sobre a coletividade ou interesses mais abrangentes do que os particulares. Nesse processo, o afeto constitui elemento relevante (FIGUEIREDO SOUZA, 2019a). Quanto mais envolvidos com alguma questão e quanto maior sua importância para eles, mais personalistas se tornam os discursos e atitudes que os indivíduos produzem sobre determinado tema, além de maior a desconfiança diante de falas e comportamentos que não reflitam suas percepções.

Diante das discussões acerca da maternidade realizadas em mídias sociais, sustentamos, com respaldo em trabalhos anteriores, a teoria de que as narrativas pessoais sobre temáticas maternas são *afetivas* e *efetivas*. Do mesmo modo que são afetadas — no sentido de se comoverem por determinada(s) questão(ões) relativa(s) à maternidade e/ou pelas demais narrativas com que têm contato — suas autoras também buscam causar (e, muitas vezes, causam) algum efeito no mundo concreto a partir das narrativas que produzem sobre a maternidade (FIGUEIREDO SOUZA, 2019a). Em vista disso, tais narrativas são tanto capazes de gerar um sentimento similar a uma catarse, ao permitirem “colocar para fora” sensações e pensamentos que antes ficavam restritos a uma esfera mais íntima, quanto dotadas de *intencionalidade performática*. Considerando o que e como escrevem, essas mulheres têm noção de que se comunicam potencialmente para centenas ou milhares de pessoas. As três narrativas pessoais aqui analisadas, todas em formato textual, funcionam não apenas para que suas autoras externalizem opiniões, mas também para surtir algum efeito no público que as lê, podendo inclusive gerar certo capital social para quem as escreve.

Uma vez que a esfera pessoal se incorpora a pautas coletivas mais abrangentes, nas conversações cotidianas travadas a partir de textos produzidos e compartilhados em mídias sociais, é possível verificar o alinhamento de quem os posta a certas agendas, integrando tais conversas ao âmbito político — aquilo que se busca salientar ou conseguir na esfera pública pela exposição desses textos performáticos em rede.

Considerações finais

Embora possuam enfoques diferentes, os desabafo maternos, construídos sob a forma de “textões” no Facebook, buscam, em maior ou menor grau, relacionar as experiências individuais que relatam a um cenário mais amplo, inclusive comparando a forma como a maternidade é atualmente encarada com seu tratamento em períodos históricos anteriores. O questionamento de modelos maternos e de maternagem hegemônicos — ou, no caso da postagem de Ana Suy Sesarino Kuss, que tentam assim se estabelecer — se une a críticas contra práticas cotidianas e midiáticas que romantizam a maternidade (Juliana Reis), configurações culturais e mercadológicas que tornam a vida das mães mais complicada (Claudia Gomes) e ao patriarcado que, criado e ainda sustentado pelos homens, mantém a maternidade e a maternagem opressivas para as mulheres (Cila Santos).

Os *posts* demonstram que muitas mães inseridas nas mídias sociais têm consciência de que são afetadas por conjunturas que lhes são externas, com as quais muitas vezes não concordam, mas que incidem diretamente sobre suas maternagem e vivência materna. Nesse sentido, os textões-desabafo de Juliana (brevemente mencionado) e Claudia se aproximam mais de um caráter catártico, cuja intencionalidade performática consiste em revelar

(mostrar que existem) determinadas reflexões e sentimentos maternos a um público de “semelhantes”, que pode se reconhecer naquelas narrativas e implementar mudanças no âmbito particular a partir do contato com elas. Já os textões-desabafos de Ana e Cila atentam para questões de cunho mais amplo, ao mesmo tempo em que convocam as leitoras a mudanças mais articuladas. Seja ao se compreenderem enquanto grupo pressionado por discursos maternos contraditórios — que, portanto, precisa se organizar para não reproduzir entre si as afirmativas que lhes causam dor, culpa, instabilidade e cansaço — seja ao concentrarem seus esforços de desconstrução e crítica naquilo que sustenta alicerces que fazem a maternidade permanecer opressiva.

Enquanto categoria discursiva para o debate da maternidade que emerge na cultura digital — dotada de potencialidade para espalhamento —, os desabafos acerca de problemáticas maternas no Facebook são textos performáticos que apresentam potencial político ao, a partir de narrativas como as de Cila Santos, convocarem as mulheres para se mobilizarem pelo dismantelamento de estruturas que mantenham a maternidade como exploratória, desgastante e misógina.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Referências

CASTELLANO, Mayka. **Vencedores e Fracassados: O Imperativo do Sucesso na Cultura da Autoajuda**. Curitiba: Appris, 2018.

- CHAGAS, Viktor. Digerindo o indigesto: a escatologia política do Vomitação. **Galáxia (Online)**, n. 40, jan./abr., p. 41-56, 2019.
- COSTA, Jurandir Freire da. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.
- FIGUEIREDO SOUZA, Ana Luiza de. Maternidade no Brasil — Uma escolha?. **Cientistas Feministas**, Ciências da Saúde, 28 abr. 2020. Disponível em: <https://cientistasfeministas.wordpress.com/2020/04/28/maternidade-no-brasil-uma-escolha/>. Acesso em: 13 set. 2020.
- FIGUEIREDO SOUZA, Ana Luiza de. **“Me deixem decidir se quero ou não ser mãe!”**: narrativas pessoais de mulheres sobre a maternidade nas mídias sociais. Dissertação (Mestrado em Comunicação) — Universidade Federal Fluminense, 2019a.
- FIGUEIREDO SOUZA, Ana Luiza de. Tabus maternos: representações e debates em mídias sociais brasileiras. **Anais eletrônicos do X Seminário da ALAIC**, Niterói-RJ, 2019b.
- FLORES, Nathália Marques. **O Textão no Facebook**: O Posicionamento do Sujeito na Rede. Dissertação (Mestrado em Letras) — Universidade Federal de Santa Maria, 2019.
- FREIRE, Maria Martha de Luna. **Mulheres, mães e médicos**: discurso maternalista no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- FREIRE FILHO, João. O anseio e a obrigação de ser feliz hoje. In: FREIRE FILHO, J. (Org.). **Ser feliz hoje**: reflexões sobre o imperativo da felicidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p. 13-25.
- GONÇALVES, Julia. Os desafios da maternidade em situação de vulnerabilidade. **Repórter Unesp**, Maternidade, 15 maio 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2H0Ec38>. Acesso em: 06 fev. 2020.
- HERRING, Susan C. Computer-mediated discourse analysis: An approach to researching online behavior. In: BARAB, Sasha.; KLING, Rob; GRAY, James H. (Eds.). **Designing for virtual communities in the service of learning**. New York: Cambridge University Press, 2004. p. 338-376.
- POLIVANOV, Beatriz Brandão. Identidades na Contemporaneidade: Uma

reflexão sobre performances em sites de redes sociais. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, n. 8, p. 103-119, jul. 2019.

POLIVANOV, Beatriz Brandão; FIGUEIREDO SOUZA, Ana Luiza de.

“Desconstruindo a Maternidade”: Narrativas Pessoais, Intimidade e Confiança em Mídias Sociais. In: POLIVANOV, Beatriz; ARAÚJO, Willian; SILVA, Tarcízio; OLIVEIRA, Caio César (Orgs.). **Fluxos em redes socio-técnicas**: das micronarrativas ao big data. Brasília: IBPAD, 2019. p. 24-52.

VAN ZONEN, Liesbet. I-Pistemology: changing truth claims in popular and political culture. **European Journal of Communication**, v. 27, n. 1, p. 56-67, 2012.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

Capítulo 6



[Ler capítulo 6](#)

[Voltar ao sumário](#)

Capítulo 6

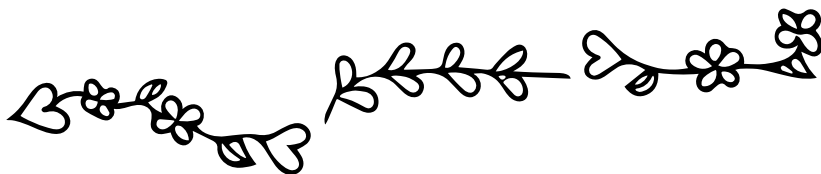
Mães de anjos: a constituição da maternidade, na perspectiva da página União Mães de Anjos (UMA)

Vívian Campos
Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo

O objetivo deste capítulo é compreender como a maternidade é constituída e apresentada pelas mães de crianças vítimas da síndrome congênita causada pelo Zika vírus (SCZV) em uma página na rede social digital Facebook - UMA (União de Mães de Anjos), de Pernambuco. A SCZV atingiu de forma mais intensa as mulheres pobres, negras e nordestinas. Assim, a perspectiva do feminismo negro interseccional é importante, do ponto de vista teórico e metodológico, para ajudar a apreender o objeto de análise. Para a metodologia, nos apropriamos do conceito de análise de conteúdo discursivo e nas interações da página notamos que a imagem da mãe cuidadora, guerreira e abnegada, que defende seus filhos e filhas foi predominante, reafirmando o entendimento social de que a tarefa do cuidado é natural das mulheres.

Palavras-chave: Mídia. Maternidade. Interseccionalidade. Cuidado. Zika Vírus.



Introdução

Em 2015 chegou ao conhecimento do país que, além da Dengue, a Febre Chikungunya e o Zika vírus também poderiam ser transmitidos pelo mosquito *Aedes aegypti*. Em abril de 2015, o Zika se espalhou pela Bahia e pelo Rio Grande do Norte e, no final daquele ano, foram identificados casos da doença em todas as cinco regiões do país. Em 28 de novembro de 2015 foi confirmada a relação entre o vírus Zika e a microcefalia, a partir de exame feito em um bebê que faleceu no Ceará, pouco após ter nascido com microcefalia¹ e outras malformações congênitas.

Esta descoberta nos leva a refletir e a problematizar acerca de diversas questões, dentre elas a da vulnerabilidade social das mulheres em relação às doenças transmissíveis, em especial às negligenciadas² e também sobre o papel discursivo secundário, quase sempre destinado às mulheres e sobre a maternidade desempenhada por elas.

O Zika vírus e sua mais grave consequência, a Síndrome Congênita causada pelo Zika Vírus (SCZV), atingem fortemente às mulheres nordestinas e, de forma mais intensa, àquelas que estão em idade reprodutiva e que são pobres e negras. Conforme informações do Boletim³, preparado pela médica Jurema Werneck- diretora executiva da Anistia Internacional no Brasil e uma

1 Nome popular pelo qual ficou conhecida a Síndrome Congênita causada pelo Zika vírus. Disponível em: <<https://agencia.fiocruz.br/zika-0>>. Acesso em: 21 abr. 2018.

2 As doenças negligenciadas são aquelas causadas por agentes infecciosos ou parasitas e são consideradas endêmicas em populações de baixa renda. <<https://agencia.fiocruz.br/doen%C3%A7as-negligenciadas>> Acesso em 05 de julho de 2019.

3 Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/a-epidemia-de-zika-virus-e-as-mulheres-negras-2o-dados-nao-oficiais-70-bebes-com-microcefalia-sao-filhos-de-negras/>>. Acesso em: 30 ago. 2017

das fundadoras da organização não governamental (ONG) Criola- as mulheres negras estão muito expostas ao Zika e às demais doenças transmitidas pelo *Aedes aegypti*. Esses agravos são de alta incidência em regiões onde a falta de saneamento básico e a necessidade de guardar água potável criam um ambiente favorável para a reprodução do mosquito. Importante ressaltar que são esses os locais mais empobrecidos do país e com o maior número de mulheres negras. De acordo com a médica, o descumprimento do direito básico de moradia, o fornecimento irregular de água e a coleta inadequada de lixo são os fatores por trás das seguidas epidemias de dengue nos últimos 30 anos e da multiplicação da Zika e da Chikungunya, mais recentemente.

Em entrevista à Agência Brasil de Comunicação (EBC)⁴, Jurema Werneck ressaltou que, embora o Estatuto da Igualdade Racial, aprovado em 2011, determine o registro de dados epidemiológicos das doenças, com recorte por raça, o Ministério da Saúde não inseriu a informação raça/cor ao criar a ficha de notificação obrigatória para o Zika. Portanto, não foi possível quantificar, com precisão, quantas mulheres negras tiveram a doença, ou quantas estão suscetíveis a gerar uma criança com a síndrome congênita.

Porém, Werneck salienta que estudos iniciais apontam que 70% dos bebês com microcefalia são filhos de mulheres negras. Apesar da ausência de dados oficiais, sabemos que, conforme informações do boletim, Pernambuco, o estado mais afetado pela epidemia, tinha até outubro de 2016, 392 casos confirmados de bebês com microcefalia; destes bebês 223 (57,3%) eram filhos de famílias vinculadas ao Cadastro Único de benefícios sociais.

4 Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-11/epidemia-de-zika-e-microcefalia-evidencia-desigualdades-sociais-e-de-genero>>. Acesso em: 19 jun. 2018.

Por este cadastro foi possível constatar que 70% das mães eram jovens de 14 a 29 anos, sendo 77% negras. Além disso, 89% delas estariam aptas a receber o Benefício de Prestação Continuada (BPC), benefício assistencial concedido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a idosos ou pessoas com alguma deficiência e que ganhem menos de um quarto do salário-mínimo por mês, o que equivalia a R\$ 220, na época. Ao cruzarmos estes dados e informações, é possível perceber o perfil predominante das mulheres, mães de crianças com microcefalia.

Em matéria da Folha de São Paulo, com dados obtidos por meio da Lei de Acesso à informação, Maisonnave (2016), revelou que oito de cada dez bebês nascidos com microcefalia e outras alterações cerebrais ligadas ao vírus da Zika eram filhos de mulheres negras, de acordo com dados do Ministério da Saúde. As informações foram referentes a somente 44,2% das 8.703 notificações, porque, conforme ressaltado, o quesito raça e cor nem sempre era preenchido.

Em consonância, o relatório produzido pela *Human Rights Watch (HRW)* e divulgado em julho de 2017, “Esquecidas e desprotegidas: o impacto do vírus Zika nas meninas e mulheres do Nordeste do Brasil”, ressalta que os impactos foram desproporcionais sobre as mulheres jovens, solteiras, negras e nordestinas. Sendo que 75% dessas mulheres, foco das entrevistas, se identificaram como sendo pretas ou pardas.

A HRW entrevistou 183 pessoas em Pernambuco e na Paraíba – dois dos estados do Nordeste mais atingidos pelo vírus – incluindo 98 mulheres e meninas entre 15 e 63 anos de idade. Dessas, 44 mulheres estavam grávidas ou tinham dado à luz recentemente e 30 entrevistadas criavam filhos com síndrome congênita. A pesquisa demonstrou que o surto do Zika vírus gerou graves consequências para as mulheres e meninas, intensificando os

problemas já existentes nessas regiões do país, como o pouco acesso à água e ao saneamento básico, as desigualdades raciais, sociais e econômicas nos serviços de saúde e também as limitações aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.

Diante deste contexto, me interessa compreender como a maternidade é constituída e apresentada por mães de crianças vítimas da SCZV. Para isso escolhi analisar postagens na página da UMA- União mães de Anjos de Pernambuco, hospedada na página da rede social midiática Facebook.

Delineamento teórico

Entendemos a comunicação como uma ação dialógica e relacional, na qual as pessoas que participam do processo comunicativo são interlocutoras, sujeitas sociais e de fala. A partir deste ponto de partida, nos apropriamos do conceito de comunicação praxiológica, desenvolvido por Louis Quéré (2018), que se contrapõe ao epistemológico, herdado do século XVII, que é representacionista e informacional. Para Quéré (2018), a linguagem deve ter uma dimensão expressiva e constitutiva, não servindo apenas para representar ou nomear as coisas. “A linguagem também desempenha um papel importante na compreensão que temos de nós mesmos e de nossas práticas ordinárias” (QUÉRÉ, 2018. p.32).

Vera França (2007) complementa, ressaltando que é por meio da ação comunicativa que as pessoas estabelecem e constroem relações e, portanto, concebem novas visões e compartilham saberes. Inesita Araújo e Janine Cardoso (2007), pesquisadoras do campo da comunicação e saúde, também adotam essa visada, elas compreendem a comunicação como um processo de produção de sentidos em que a linguagem é interpretada como um espaço de lutas e negociações. Assim, verificamos que as mães de

crianças com SCZV buscam, por meio da rede social midiática, se comunicar e dar a ver uma realidade de vida, que num primeiro olhar pode parecer uma vivência individual, mas que também diz de um problema público de saúde, que também afeta outras mães que atravessam a mesma situação.

De acordo com Ângela Marques e Luis Martino (2016) os meios de comunicação auxiliam a articular o discurso em diferentes espaços que propiciam a interação cotidiana, porque possibilitam que os temas recebam visibilidade. Segundo eles, a esfera pública é um lugar que oportuniza o diálogo, a discussão e a tomada de posições. Ela é constituída pelas pessoas que, por meio da linguagem, buscam dar a ver suas questões, com o intuito de despertar algum interesse público e, conseqüentemente, apoio para suas lutas ou reivindicações. Conforme Marques e Martino (2017), quando alguém produz relatos sobre si mesmo, fica implícita neste processo a intenção de ter controle da própria vida: “Tornar-se sujeito de si mesmo por meio do trabalho de reinvenção da própria subjetividade possibilitada pelo relato de si” (MARQUES; MARTINO, 2017, p. 13).

Convocamos também para nossa reflexão o entendimento de Judith Butler (2017), que salienta que quando alguém faz um relato de si mesmo, inicialmente, essa narrativa pode parecer solitária, mas com o tempo, irá descobrir que a história está implicada em uma temporalidade social que ultrapassa aquela existência particular. Nick Couldry (2010) defende que a narrativa, ou a capacidade de contar sobre si mesmo é uma característica básica da ação humana, isso porque o ser humano é capaz de se interpretar, sendo a voz o que possibilitaria o narrar sobre si e o mundo e essa voz é socialmente fundamentada, ela não é uma prática de indivíduos isolados. Assim, negar a importância da capacidade de cada pessoa se narrar, seria como negar a

humanidade. Tamires Coêlho (2018) enfatiza que falar de si é também uma estratégia de desafiar o discurso autorizado e único, não sendo apenas um emitir de palavras e enunciados sobre si, “mas refutar as narrativas tradicionais (legitimadas e naturalizadas) e a hierarquização de saberes” (COÊLHO, 2018, p. 139).

Outra dimensão teórica que auxilia na apreensão da página em análise são os estudos sobre gênero, que se relacionam também com as pesquisas sobre maternidade e cuidado. De forma geral, todas as pessoas irão necessitar de cuidados em algum momento de suas vidas, algumas em maior medida que outras. No entanto, serão os fatores de desigualdade de gênero, sociais e raciais que irão apontar quem provavelmente serão as pessoas cuidadoras e aquelas que receberão cuidados. Flávia Biroli (2018) ressalta que as mulheres que mais cuidam, seja por meio de um trabalho remunerado, ou pelo doméstico não remunerado, são as que menos são cuidadas.

De acordo com Laura Corrêa (2011), ser mãe, em nossa sociedade, ainda é considerado um fenômeno natural e esperado de toda mulher, porque há no senso comum a coexistência paradoxal de uma visão da maternidade como um trunfo e também como um sinal de vulnerabilidade da mulher. Enfim, a expectativa, considerando este imaginário social, é que a mulher cumpra seu destino, que seria o de ser mãe e uma mãe que também é cuidadora e que muitas vezes terá seu trabalho invisibilizado. “O trabalho do cuidado não é só invisível, como também naturalizado, considerado um dom ou uma qualidade pessoal própria da feminilidade” (CORRÊA, 2012, p. 96). Flávia Biroli (2018) comenta que embora todas as mulheres sejam de alguma maneira julgadas no que se refere à maternidade, as expectativas e julgamentos não são dirigidos da mesma maneira para todas as mulheres, pois serão a classe e a raça os determinantes no modo como cada mulher será cobrada. “Os constrangimentos

materiais e ideológicos que se impõem às mulheres variam e são vivenciados de maneiras diversificadas, de acordo com a classe social e a raça” (BIROLI, 2018, p. 37). Como mencionado, as mulheres negras (pretas e pardas, de acordo com a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE), pobres e nordestinas foram as maiores vítimas do Zika vírus e de sua implicação mais grave, a síndrome congênita, que afetou seus bebês. Por isso, consideramos essencial a reflexão a partir da dimensão teórico-metodológica do feminismo interseccional para dar conta de apreender as particularidades e as múltiplas opressões que se manifestam sobre a vida dessas mulheres.

Cidinha da Silva (2018) relembra que, no final dos anos 1970, a brasileira Lélia Gonzalez já articulava as opressões cruzadas que as mulheres negras enfrentavam. Em seus escritos e também nas práticas de vida, Lélia, assim como outras intelectuais negras, chamava a atenção para essas interseções, embora não utilizasse, naquele momento, o termo interseccionalidade. A partir de todo esse contexto e caminhada, a definição de interseccionalidade foi sistematizada pela advogada negra estadunidense Kimberlé Crenshaw em artigo publicado em 1989: *“Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics”*. Em 1991, ela trabalhou novamente com o conceito em texto que discutia as políticas de identidade e a violência contra as mulheres negras: *“Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres de cor”*. Já em 2002, em *“Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”*, Crenshaw reforça a necessidade do uso da interseccionalidade como uma ferramenta teórico-metodológica para se pensar as múltiplas opressões. Segundo o paradigma interseccional, deve-se considerar a raça, o gênero, a classe, a sexualidade, dentre outros fatores para compreender as vivências das pessoas.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais de dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Para Crenshaw, o racismo é diferente do patriarcalismo, que é distinto da opressão por classe, por exemplo. O que ocorre é que esses vários eixos se cruzam e se sobrepõem, não devendo hierarquizar as opressões. Ao se ter uma visão universalista das opressões, considerando como parâmetro de universal somente as experiências dos homens e brancos, outras opressões e vivências tendem a ser silenciadas ou colocadas em lugares marginais. Como bell hooks⁵ (2015) ressalta, as mulheres negras estão em uma posição incomum na sociedade, porque sua condição social geral é inferior à de qualquer outro grupo. A experiência de vida das mulheres negras desafia a estrutura social racista, machista e classista, já que elas estão na base da pirâmide social, fazendo com que a experiência de mundo das mulheres negras seja distinta da de quem tem algum tipo de privilégio.

Metodologia

A intenção é apresentar de que modo as mães de crianças vítimas da SCZV, que postam e interagem em uma página do Facebook, dão a ver a experiência da maternidade vivenciada por elas. Para isso escolhi, dentre várias comunidades virtuais

⁵ bell hooks é o pseudônimo adotado pela escritora negra estadunidense Gloria Jean Watkins. O nome foi inspirado na sua bisavó materna, Bell Blair Hooks. Por opção da própria autora, a grafia do nome é em minúsculo.

no Facebook, cujas interações tinham como protagonistas essas mulheres, a página da União de Mães de Anjos (UMA), do Recife/PE⁶, que foi criada em 27 de fevereiro de 2016 e é aberta para interação. Até o momento de fechamento deste capítulo, contava com 14.660 “curtidas”. A página representa a associação de mesmo nome, fundada em 22 de dezembro de 2015, por Germana Soares e Gleyce Cavalcanti, mães de crianças com SCZV e presidente e vice-presidente respectivamente da UMA. Conforme informações do site, a instituição presta assistência a mais de 400 famílias em todo o estado de Pernambuco que tiveram bebês com a SCZV.

Foram selecionados e extraídos (por meio de *prints*) seis *posts* e comentários, que englobaram: o dia das mães, nos anos de 2016 (ano de criação da página) a 2019, um *post* e comentários de 29 de abril de 2019, em que há um posicionamento do grupo sobre a questão do aborto e um *post* e os comentários alusivos ao dia Internacional da Mulher, de 08 de março de 2019. Este material foi selecionado, separado por ano, classificado em quadros descritivos e analisados os conteúdos das postagens, bem como as imagens e demais referências presentes nos *posts*. Para realizar a análise me apropriei do conceito de análise de conteúdo discursivo.

Mendonça e Simões (2012) classificam a análise de conteúdo como sendo a segunda vertente de estudos pautados pela noção de enquadramento. Essa perspectiva compartilha a noção goffmaniana de que os enquadramentos são estruturas que ajudam a orientar a percepção da realidade e a ação dos atores envolvidos na ação. O que é observado em uma situação comunicativa

6 A página da UMA foi criada em 27 de fevereiro de 2016. Disponível em: < <https://www.facebook.com/uniaodemaesdeanjos/> >. Último acesso em 20 de jan.de 2020.

serão as molduras que enquadram o comportamento das pessoas, porém, nesta visada, o foco está no próprio conteúdo dos discursos. Isso porque, será no conteúdo que irá se buscar o quadro e interpretar um sentido. Conforme os autores, a proposta deste conceito é “analisar os enunciados e discursos de natureza variada, captando o modo como a realidade é enquadrada por eles” (MENDONÇA e SIMÕES, 2012, p. 193). Para Campos (2004), a análise de conteúdo pode ser compreendida como “um conjunto de técnicas de pesquisa cujo objetivo é a busca do sentido ou dos sentidos de um documento” (CAMPOS, 2004, p. 611), a intenção deste modelo é interpretar uma mensagem. Já Bonome (2017) complementa explicando que o método de análise de conteúdo requer uma leitura crítica do significado das mensagens e também do conteúdo, seja ele explícito ou não.

Breve descrição do corpus

Conforme mencionado, selecionamos seis *posts* da UMA, referentes aos anos de 2016 a 2019. Quatro dos seis foram sobre o dia das mães, celebrado no primeiro domingo do mês de maio. Em 2016 o dia das mães foi comemorado em oito de maio; em 2017, em 14 de maio; em 2018 em 13 de maio e em 2019 em 12 de maio. Já o quinto *post* é de 08 de março de 2019, dia Internacional da Mulher. Por fim, o sexto é de 29 de abril de 2019 e apresenta o posicionamento do grupo sobre a questão do aborto e, em especial, à possibilidade de abortar nos casos de fetos diagnosticados com a SCZV.

O *post* de oito de maio de 2016 relata sobre uma atividade promovida pela UMA, que ocorreu nos dias seis e sete de maio daquele ano na loja “Ri Happy”, no Recife. Cerca de 60 mães foram convidadas para um lanche e também participaram de

atividades de estética e bem estar “para elevar a autoestima” e foi promovido também um bate papo para as mães compartilharem suas experiências. Há fotos mostrando as mulheres participando das atividades e, no momento do *print*, haviam 26 curtidas e dois comentários. Nos comentários, as pessoas colocaram um ícone que representa palmas.

A postagem de 14/05/2017 chama a atenção para uma matéria jornalística, que seria veiculada no programa comunidade da Rede Globo Nordeste, às 6h40. Ela é ilustrada por uma foto onde aparece Germana Soares, presidente da UMA, o filho dela Guilherme e a apresentadora do jornal, nos estúdios do programa. No texto é falado que Germana irá contar sobre os desafios, obstáculos e as alegrias de ser uma “mãe especial”, em meio a tantos descasos e preconceitos. No momento do *print*, haviam 88 curtidas e 2 comentários elogiosos em relação à participação de Germana. Já no dia 16/05, postaram o *link* com a matéria veiculada em 14/05. Na entrevista, Germana e outras duas mães com filhos com deficiência contam suas histórias de “luta e superação” enquanto mães de pessoas com deficiência. Elas falam do preconceito, das dificuldades e amor aos filhos.

O *post* de 13/05/17 foi uma nota de esclarecimento feita pela Germana Soares a respeito de uma reportagem, em que ela concedeu entrevista. Nele foi compartilhada uma matéria, veiculada em 12/05, de um site jornalístico da região⁷, intitulada: “Germana Soares, mãe de um dos bebês do primeiro grupo com microcefalia em Pernambuco, é fundadora da ONG União de Mães de Anjos”. De acordo a autora do *post*, que demonstra ser a Germana, a matéria é puro sensacionalismo, porque ela não afirmou que se separou do pai de seu filho em

⁷ Disponível em: <<http://www.joaualberto.com/2018/05/12/germana-soares-mae-de-um-dos-bebes-do-primeiro-grupo-com-microcefalia-em-pernambuco-e-fundadora-da-ong-uniao-de-maes-de-anjos/>> Acesso em 25 de jan, de 2020

razão da doença da criança. Ela diz que irá acionar a justiça por terem publicado uma matéria “mentirosa”. Foram registrados 88 curtidas e 15 comentários. Todos os comentários presentes foram feitos por mulheres e apresentavam um tom positivo e solidário, demonstrando empatia e apoio à Germana e crítica ao jornal e à jornalista.

O último *post* referente ao dia das mães parabeniza às que “vivem em um mundo de descobertas em que não existe só o preto no branco”. No texto é afirmado que as mães aprenderam a dar valor às coisas que o dinheiro não compra e as compara com anjos, assim como seus filhos. Além do texto, há também uma imagem com fundo rosa, corações e desenhos de anjos, em forma de crianças e uma frase: “Hoje é dia de festa no céu... é o dia da pessoa mais importante de nossa existência... hoje é seu dia mamãe de anjo. Feliz dia das mães”. A impressão que se têm é que os filhos (anjos) teriam escrito a mensagem para suas mães. Foram registradas 14 curtidas e um comentário, em que a pessoa enaltece as mães nomeando-as como guerreiras e abençoadas.

Já a postagem de oito de março de 2019 também é referente a uma data comemorativa, mas neste caso é ao dia Internacional das Mulheres. Foram feitas duas postagens com fotos e texto. O conteúdo é longo, está em um formato que lembra um poema ou uma prece e as fotos parecem ser das mulheres/mães, que fazem parte da entidade. É possível notar pelas imagens que quase todas são negras (pretas e pardas). O conteúdo do texto trata das dificuldades pelas quais as mulheres atravessam para criarem seus filhos e filhas e em cada frase fica evidenciada que ser mulher e mãe seriam quase que duas condições únicas. Aqui destaco alguns trechos:

Deus escolheu a dedo cada uma dessas mulheres; Mulheres que levantam e recomeçam o dia com muita luta; Mulheres que abrem mão de seus sonhos, de suas vidas, pois aprendem que um novo sonho surge a cada dia; Mulheres que mesmo sabendo

que seus filhos especiais vão ser o centro das atenções em lugares públicos (...) erguerão a cabeça e seguirão em frente, pois sabem que a nossa luz incomoda muita gente; Mulheres mesmo cansadas, de ouvir mais uma vez, alguns profissionais especializados desenganar seus filhos (as), irão sempre acreditar e lutar pela cura, pelo milagre; Mulheres que fazem tudo sozinhas; nós mulheres com filhos especiais aceitamos o nosso Dom, que Deus nos deu, e a nossa missão é lutar cada dia mais e desistir jamais; Mulheres que brigarão e defenderão seus filhos com unhas e dentes, e lutaram pela Inclusão escolar e social; Enfim somos guerreiras sempre, com muita coragem, amor, fé e esperança, essa é nossa missão (UMA, 2019).

Finalizando a apresentação do *corpus*, o último post selecionado foi de 29 de abril de 2019, onde é informado que a presidente da UMA participou de uma audiência no Supremo Tribunal Federal, em Brasília, em que se discutiu a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), que pedia a liberação do aborto nos casos em que a grávida estivesse infectada pelo Zika vírus e quisesse realizar o procedimento. O posicionamento da UMA era frontalmente contrário ao aborto. A ação foi de autoria da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), que requereu a liberação do aborto para grávidas infectadas pelo vírus Zika, em razão do sofrimento psicológico e contou com o apoio de diversos grupos feministas. A previsão era de que o Supremo Tribunal Federal (STF) julgaria a ação sobre a constitucionalidade do aborto para grávidas infectadas pelo vírus Zika, em outubro de 2019. No entanto, em razão da pressão de grupos cristãos e contrários ao aborto, a ação acabou sendo retirada da pauta naquele momento. Em abril de 2020 a ação voltou a ser julgada pelo STF, que a rejeitou, por maioria⁸.

8 Mais informações em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/04/30/senadores-elogiam-decisao-do-stf-que-rejeitou-aborto-para-mulheres-com-zika>> Acesso em 09 jan. 2021

Nessa mesma postagem é destacado que Germana Soares encontrou com a ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, que tem uma posição contrária ao aborto bem radical. O objetivo foi atualizar o governo da situação das pessoas com SGZV em Pernambuco. Na ocasião foi entregue um projeto com as reivindicações das famílias. Destaco aqui alguns trechos do post que reforçam o posicionamento da UMA sobre o aborto: “ao invés de discutir o direito de abortar alguém com deficiência, deve-se focar na discussão de políticas públicas de qualidade para atender quem está vivo”. A entidade afirma que o aborto em razão da contaminação pelo Zika vírus é uma “forma assassina de exclusão assassina”. No momento do print, foram registrados seis comentários, 28 curtidas e 11 compartilhamentos. Todos os comentários foram elogiosos ou eram de pessoas marcando outras.

Análises

Conforme Danila Cal, Regiane Garcêz et al. (2018), nas interações sociais - que em nosso caso em análise, foram proporcionadas pela redes sociais midiáticas - há um desvelamento de questões, muitas vezes ligadas à opressão e à desigualdade social, que antes eram invisibilizadas. Essas interações possibilitam que temas distintos ganhem visibilidade e cheguem à esfera pública. De acordo com as autoras, os media, sejam eles os tradicionais ou os novos, possibilitam uma visibilidade ampla e fomentam interações sociais das mais diversas naturezas.

Nesse sentido, compreendemos que essas mães de crianças com SCZV buscam, por meio da rede social, se comunicar, dar a ver uma realidade de vida, falar de si, dizer sobre suas vivências, reivindicar direitos, compartilhar suas experiências, que num primeiro olhar podem parecer realidades individuais,

mas que também dizem de um problema público de saúde e que afetam também outras mães que vivem a mesma situação. Não podemos desconsiderar que, de acordo com imaginário social de nossa sociedade, o que espera de nós, mulheres, é que sejamos mães e quando formos, que sejamos mães cuidadoras. Importante ressaltar que a tarefa de cuidar para uma mãe é ainda mais intensificada se esta mulher for nordestina, pobre, negra e mãe de uma criança com deficiência, ou uma “mãe de micro”, como elas costumam ser chamadas.

Por outro lado, embora possamos imaginar as dificuldades que uma “mãe de micro” vivencie, a identidade social dessas mulheres não é constituída apenas por sofrimento ou dificuldades. É importante refletir, como Raquel Alves e Yasmin Safatle (2019) nos apontam, que ser uma “mãe de micro” configura-se como uma identidade política, que é acionada por essas mulheres, ao constituírem redes de solidariedade que oferecem suporte às suas reivindicações por direitos. “Portanto, pode ser encarado como um dispositivo de agência que ilustra uma forma de protagonismo simbólico das mães” (ALVES e SAFATLE, 2019, p. 119). Mesmo encarando uma realidade dura de cansaço, de dificuldades materiais e psicológicas, elas conseguem estabelecer vínculos entre si para se fortalecerem e serem capazes de cobrar das instituições públicas seus direitos.

Isso é perceptivo em muitos dos *posts* em que elas buscam apresentar a si mesmas, enquanto mulheres “guerreiras”, mães que lutam pelo direito de seus filhos e filhas e que sempre estão dispostas a defendê-los. Para elas, a noção de cidadania perpassa também pelo acesso a um tratamento digno para suas crianças. Por meio do conteúdo analisado da página, nota-se que elas querem ser representadas como mulheres fortes, empoderadas, que foram escolhidas por uma força divina para serem mães de verdadeiros “anjos”. Outro ponto que nos cabe abordar é que, em se tratando de questões

reprodutivas, a sociedade, o Estado, a família e as religiões tendem a determinar regras, leis e costumes sobre contracepção, aborto e cuidados com as crianças. Enfim, o que se espera, considerando este imaginário social, é que a mulher não tenha ou reivindique a autonomia sobre seu próprio corpo ou escolhas.

Embora as mulheres, de maneira geral, sejam o foco de todas essas expectativas, conforme Biroli (2018) nos lembra, as cobranças e julgamentos no que se refere à maternidade, serão ainda mais acentuados, conforme o grau de vulnerabilidade social da mulher. Somado a isso, para apreendermos o sentido desses *posts*, é essencial que nosso olhar tenha por base a perspectiva interseccional, pois, como já foi apresentado, foram as mulheres negras, pobres e nordestinas as maiores vítimas do Zika vírus e de sua implicação mais grave, a síndrome congênita.

Assim, ao se analisar o material, nosso entendimento não deve partir exclusivamente de uma única perspectiva de feminismo, pois dificultaria nossa interpretação das razões que possam levar as mães das crianças com SCZV a serem contrárias à possibilidade do aborto, já que em um primeiro momento, a ação proposta visava exatamente evitar o sofrimento psicológico e garantir o direito de escolha dessas mulheres. O olhar interseccional nos leva a refletir, conforme Djamila Ribeiro (2017) nos alerta, que o grande dilema do feminismo hegemônico e branco é a universalização da categoria mulher, como se essa categoria sozinha fosse capaz de abarcar todas as peculiaridades do ser mulher, o feminismo precisa “abdicar da estrutura universal ao se falar de mulheres e levar em conta as outras interseções, como raça, orientação sexual, identidade de gênero” (RIBEIRO, 2017, p. 21).

Conforme relato de Simone Costa (2006), observação obtida a partir de seu trabalho como assistente social, para muitas jovens mulheres da periferia, a maternidade pode representar um exercício

de controle sobre o próprio corpo, de sua fertilidade e de seu poder enquanto mulher. A gestação muitas vezes representa a construção de suas próprias famílias. “A gravidez pode vir a representar a concretização de um projeto de vida” (COSTA, 2006, p.129). Em diálogo com esta afirmação, Collins (2019) pontua que para algumas mulheres, ser mãe é um passo importante para a constituição de sua condição enquanto mulher. Sendo que a “maternagem é uma experiência empoderadora para muitas mulheres negras” (COLLINS, 2019, p. 327). A autora destaca que se há algumas mulheres que encarem a maternidade como um fardo que pode sufocar sua criatividade, explorando seu trabalho e as tornando cúmplices de sua própria opressão. Há outras que acreditam que “a maternidade promove o crescimento pessoal, eleva o *status* nas comunidades negras e serve de catalisador para o ativismo social” (COLLINS, 2019, p. 296). Assim, essas aparentes contradições coexistem tanto individualmente, quanto na comunidade negra.

Patricia Hill Collins (2019) pontua que o conceito de maternidade é historicamente central nas filosofias afrodescendentes. “Em muitas comunidades afro-americanas, a exaltação em torno da maternidade negra era tanta que a ideia de que as mães deveriam viver uma vida de sacrifícios se tornou uma norma” (COLLINS, 2019, p.292). O Brasil também foi influenciado pela cultura africana, considerando a quantidade de pessoas escravizadas oriundas da África, que foram forçadas a virem ao país e por aqui viveram e também transmitiram seu modo de vida. Deste modo, essa mesma ideia de glorificação da maternidade está engendrada em nossa sociedade e, especialmente, no repertório das pessoas que são descendentes dos africanos e que hoje constituem a maior parte da população brasileira, em especial na região nordeste do país. Collins comenta que, considerando essa importância histórica, os pensadores afro-americanos glorificavam a maternidade negra, mas, ao mesmo tempo,

ignoravam os problemas enfrentados por essas mães, que muitas vezes colocavam as necessidades de seus filhos e filhas acima de suas próprias. Esta afirmação é bem adequada para nossa realidade, pois tal comportamento é visto como natural e inclusive esperado por parte de uma mãe. O que também pode ser exemplificado pelo trecho do post publicado no dia Internacional das Mulheres: “Mulheres que abrem mão de seus sonhos, de suas vidas, pois aprendem que um novo sonho surge a cada dia” (UMA, 2019).

Desse modo, ao analisar os *posts*, percebemos que as mulheres que fazem parte da UMA e que se manifestaram nas publicações, querem mostrar que ser mãe de uma criança com SCZV não é um fardo. Pelo contrário, elas se sentem fortes e vivas ao cuidar e criar uma criança com deficiência. Birolli (2018) destaca que “a mobilização da maternidade como símbolo de poder vem sendo compreendida como reação à violência e ao racismo que oprime seus filhos, não como uma forma de ação política de menor valor ou maturidade” (BIROLLI, 2018, p. 38). Acrescentamos que a mobilização da maternidade como símbolo de poder funciona também como uma reação ao preconceito com as crianças deficientes. As mães de crianças com SCZV se apresentam e são percebidas como guerreiras, empoderadas, verdadeiras “escolhidas” para serem mães de anjos e que lutarão sempre pela garantia de direitos de seus filhos.

Para tentar compreender o que impulsiona essas mulheres é essencial abandonar alguns conceitos arraigados do feminismo hegemônico, como, por exemplo, a crença de que trabalho remunerado iria possibilitar a liberdade de todas as mulheres. “A ideia de que o trabalho remunerado libertaria as mulheres é uma idealização fincada na experiência de mulheres brancas” (BIROLLI, 2018, p. 38). São as mulheres brancas, das classes mais elevadas, das regiões mais ricas do país, que têm maiores possibilidades de ter uma carreira profissional, com reconhecimento e retorno financeiros suficientes

para garantir a elas algum tipo de autonomia. As mulheres negras e pobres sempre trabalharam para poder sobreviver, porém, o trabalho, para elas, não funcionava como ferramenta de autonomia ou de libertação. É importante ponderar que para quem nasceu mulher, negra, pobre e nordestina, nem sempre as oportunidades de vida serão as mesmas ou a visão sobre o trabalho será a mesma que a de uma mulher branca, de classe média ou alta, moradora da região sudeste ou sul do país, por exemplo.

Conforme Birolli (2018) assinala, o sentido que o trabalho tem para as mulheres que muitas vezes desempenham um trabalho alienante, seja ele remunerado ou não, é bem distinto do que possa ter para as mulheres que tiveram a possibilidade de empreenderem carreiras. Por isso, a partir desse entendimento, é relevante compreender que a família pode funcionar como um dos poucos mecanismos de suporte, portanto, fica ainda mais demonstrada a importância e a essencialidade que a maternidade tem para elas. *“Abrir mão de algum sonho”*, tem sentidos pessoais para cada mulher e aprender que *“um novo sonho surge a cada dia”* também aciona diferentes sentimentos para cada uma.

Considerações finais

Quando as mães de crianças com SCZV interagem e expõem suas vivências em uma plataforma midiática de redes sociais, elas constroem uma narrativa a partir de suas experiências e do sentido que deram a elas. Além disso, as mulheres também estão comunicando, estão afetando e sendo afetadas ao compartilharem suas histórias. Por sua vez, o público daquela rede social, que é afetado por esse movimento, também irá apreender aquela realidade e dar novos sentidos. Essa dinâmica tem um potencial de despertar um movimento reflexivo que entendemos que é o que a comunicação deve evocar.

Por meio de pequenas narrativas, em primeira pessoa, em uma rede social midiática, essas mães procuraram apresentar suas dificuldades e experiências em discursos públicos, que sintetizavam o amor por seus filhos, mas também que carregavam a luta por direitos e reparação por parte do Estado, já que a doença que atingiu a seus filhos e filhas ocorreu em decorrência da iniquidade do poder público.

A epidemia do Zika vírus e sua consequência mais grave, a SCZV, atingiu mais fortemente, às mulheres pobres, que são, em sua maioria, negras e moradoras das regiões mais empobrecidas do país. Tal fato também nos aponta que o ônus mais pesado, o de cuidado dessas crianças, recaiu sobre essas mulheres. Conforme Martha Moreira, et al. 2018, em razão da divisão assimétrica do trabalho do cuidado, as mulheres se tornaram as principais responsáveis por garantir que essas crianças fossem cuidadas, exigindo que as mães vivenciassem uma rotina intensa de procura e acompanhamento de tratamentos especializados para seus filhos. Somado a isso, sabemos que a sociedade compreende o cuidado como obrigação natural da mulher, sendo que tal tarefa é reforçada a partir determinadas situações sociais, como gênero, classe, raça, dentre outros.

Assim, a responsabilidade pelo cuidado é muitas vezes destinada às mulheres, às mais pobres e às não brancas. Embora a condição de cuidadora, possa trazer algum tipo de gratificação afetiva ou simbólica a essas mulheres, a tarefa é desvalorizada e muitas vezes invisibilizada. Ainda assim, notamos que as mães de crianças com SCZV, que se expressam na página da UMA dão a ver a maternidade como algo positivo, como uma verdadeira missão. Mas Biroli (2018) nos alerta que apesar da maternidade significar afeto intenso para algumas mulheres, não deixa de ser uma tarefa que pode implicar exploração e diversas restrições, especialmente quando nos referimos às mulheres em situação de vulnerabilidade social.

Na interação midiática, a imagem da mãe cuidadora foi predominante, reafirmando os modelos de parentalidade (MOREIRA, et al. 2018), em que a mulher está identificada como única cuidadora. A representação da mãe cuidadora também dialoga com a da abnegação, que por sua vez entra em choque com a perspectiva de um feminismo branco hegemônico, que valoriza a autonomia das mulheres e questiona a noção de uma maternidade compulsória para as mulheres. Pelas interações analisadas, percebemos que as mulheres são antes de tudo, mães. As necessidades de seus filhos e filhas sempre se sobrepõem às suas próprias vontades e nesse sentido que a perspectiva interseccional nos ajudou a olhar com outra lente para essas realidades.

Lembremos do *post* do dia Internacional das Mulheres, em que todo o texto fazia referência às condições de mães - cuidadoras e não a de mulheres. Ou ainda do *post* sobre o posicionamento sobre o aborto. Para as mães, seus filhos assumem identidades de anjos, são seres especiais e elas foram escolhidas, por uma força maior, para cuidarem dessas crianças. Assim, conforme a perspectiva delas, não há espaços para discussões sobre direitos reprodutivos, por exemplo, pois a vida das crianças e a identidade de mãe/cuidadora que elas construíram estão acima de qualquer outro debate.

A concepção de maternidade que é refletida na página, ocorre a partir de um enquadramento constituído pelas próprias mulheres que gerenciam e interagem. Essas mães de crianças com SCZV não devem ser vistas apenas como vítimas de um contexto social, político, de gênero e raça que as coloca em um lugar de vulnerabilidade, elas também se apresentam e são percebidas por quem interage no grupo, como guerreiras, empoderadas, “escolhidas” para serem “mães de anjos” e que lutarão sempre pela garantia de direitos de seus filhos, incluindo o direito que eles nasçam. Elas resignificaram suas condições e construíram, por meio da narrativa em primeira

peessoa, em uma rede social midiática, uma identidade de uma mãe cuidadora e guerreira, que atravessa todas as dificuldades em nome de suas filhas e filhos, pois recebeu a tarefa de cuidar de um anjo.

Referências

- ARAÚJO Inesita; CARDOSO Janine. **Comunicação e Saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.
- BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo: crítica da violência ética**. 1ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- CAL, Danila; GARCÊS, Regiane Lucas; BARGAS, Janine de Kássia Rocha; CHOUCAIR, Thais dos Santos. **A mulher na vida pública: um mapa das moralidades no Facebook**. E-compós, Brasília, v. 21, n. 1, jan/abr. 2018. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/1430> Acesso em: 27 de jan. 2020.
- CAMPOS, Claudinei José Gomes. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 57, n. 5, p. 611-614, out. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672004000500019&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 mai. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0034-71672004000500019>.
- COÊLHO, Tamires Ferreira; MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. Sertanejas conectadas: autonomia e subjetivação política nos usos do facebook por mulheres no sertão do Piauí//Sertão. **Contemporânea - Revista de Comunicação e Cultura**, v. 13, n. 2, p. 277-293, 2015. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneapcom/article/viewFile/14000/9876>>. Acesso em: 15 ago. 2017.
- COÊLHO, Tamires Ferreira. **Sertanejas conectadas: autonomia e escrita de si de mulheres do Sertão do Piauí no Facebook**. - 2018. 348p. Tese. Doutorado

- em Comunicação Social. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2018.
- COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.
- CORRÊA, Laura Guimarães. **Mães cuidam, pais brincam: normas, valores e papéis na publicidade de homenagem**. 2011. 244 p. Tese. Doutorado em Comunicação Social. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2011.
- CORRÊA, Laura Guimarães. **Quem sempre troca a Maria? Transgressão e permanência dos papéis de gênero na publicidade**. In: FRANÇA, V. R. V.; CORRÊA, L. G. (Org.). *Mídia, instituições e valores*. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, v. 1, p. 85-96, 2012.
- COULDRY, Nick. **Why voice matters. Culture and Politics after Neoliberalism**. London: Sage, 2010. 176 p.
- CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o Encontro de especialistas em spectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, 2002, p. 171-187, jan. 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 14 maio 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>.
- DA COSTA ALVES, Raquel Lustosa. SAFATLE, Yazmin Bheringer dos Reis. “Mães de micro”: perspectivas e desdobramentos sobre cuidado no contexto da síndrome congênita do Zika vírus (SCZV) em Recife/PE. **Áltera- Revista de Antropologia**, João Pessoa, v. 1, n. 8, 2019. Dossiê antropologia com bebês e suas cuidadoras. Disponível em: < <https://periodicos.ufpb.br/index.php/altera/issue/view/2320/334>> Acesso em: 20 de jan. de 2020. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.2447-9837.2019v1n8.42464>
- EBC, Agência. **Epidemia de zika e microcefalia evidenciam desigualdades sociais e de gênero**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-11/epidemia-de-zika-e-microcefalia-evidencia-desigualdades-sociais-e-de-genero> Acesso em: 19 jun. 2018.

FACEBOOK. União mães de anjos. Disponível em: <https://www.facebook.com/uniaodemaesdeanjos/>. Acesso em: 07 de jan. 2021.

RELATÓRIO HUMAN RIGHTS WATCH. Disponível em: < <https://bit.ly/30zIk1f> >. Acesso em: 07 de jan. 2021.

FRANÇA, Vera. **Sujeito da comunicação, sujeitos da comunicação**. In: GUIMARÃES, César; FRANÇA, Vera (Org.). Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 61-88.

_____ **Discutindo o modelo praxiológico da comunicação: controvérsias e desafios da análise comunicacional**. In: FRANÇA, V.R.V.Ç.; SIMÕES, P. G. (Orgs.) O modelo praxiológico e os desafios da pesquisa em Comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2018, p. 89-117.

hooks. bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 16, p. 193-210, jan.-abr. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522015000200193&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 mai. 2021. <https://doi.org/10.1590/0103-335220151608>

GELEDES, portal. A epidemia de zika vírus e as mulheres negras: 2o dados não oficiais 70% bebês com microcefalia são filhos de negra Disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-epidemia-de-zika-virus-e-as-mulheres-negras-2o-dados-nao-oficiais-70-bebes-com-microcefalia-sao-filhos-de-negras/> Acesso em: 30 ago.2017.

LESSER, Jeffrey; KITRON, Uriel. **A geografia social do Zika no Brasil**. Tradução de Carlos Malferrari do original em inglês –The social geography of Zika in Brazil. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142016000300167>. Acesso em: 5 ago. 2017.

MAISONNAVE, Fabiano, **Oito em cada dez bebês com danos do zika nascem de mães Negras**. Folha de São Paulo, publicado em 12 set. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/09/1812302-oito-em-cada-dez-bebescom-danos-do-zika-nascem-de-maes-negras.shtml>>. Acesso em: 25 jan. 2020.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro; MARTINO, Luís Mauro Sá. **A politização**

- das conversas cotidianas e suas relações com processos deliberativos.** E-compós, n. 1, v. 20, jan/abr. 2017, p.1-22. Disponível em: <<http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/1324/916>>. Acesso em: 3 abr. 2018.
- MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. **Mídia, ética e esfera pública** [recurso eletrônico] / Ângela Cristina Salgueiro, Luís Mauro Sá Martino. Belo Horizonte: PPGCOM UFMG, 2016. 304p.
- MENDONÇA, Fabrino; SIMÕES, Paula. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Revista brasileira de ciências sociais**, São Paulo. v. 27. n. 79, p. 181-235, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v27n79/a12.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2018.
- MOREIRA, Martha Cristina Nunes; MENDES, Corina Helena Figueira; NASCIMENTO, Marcos. Zika, protagonismo feminino e cuidado: ensaiando zonas de contato. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 22, n. 66, p. 697-708, set. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832018000300697&lng=en&nrn=iso>. Acesso em 14 mai 2021. <https://doi.org/10.1590/1807-57622017.0930>.
- QUÉRE, Louis. **De um modelo epistemológico a um modelo praxiológico da comunicação.** In: França, V.R.V; Simões, P.G. (ORGs.) O modelo praxiológico e os desafios da pesquisa em Comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2018. p.15-48.
- RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala.** 1ª ed. Belo Horizonte: Letramento, 2017.
- SILVA, da Cidinha. **Feminismo Negro- De onde viemos: aproximações de uma memória.** In: HOLLANDA, H. B (Org.) Explosão feminista. São Paulo: Cia das Letras, 2018. p.252-259.
- WERNECK, Jurema.; Mendonça, Maisa. et al. **O livro da saúde das mulheres negras** — nossos passos vêm de longe. Rio de Janeiro: Criola/Pallas, (2ª. ed.) 2006.
- WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde Soc.** São Paulo, v.25, n.3, p.535-549, 2016. <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v25n3/1984-0470-sausoc-25-03-00535.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

Capítulo 7



[Ler capítulo 7](#)

[Voltar ao sumário](#)

Capítulo 7

Amamentação, faxina e os discursos de amor e cuidado maternos nas redes sociais

Tayná Leite

Universidade Federal do Paraná

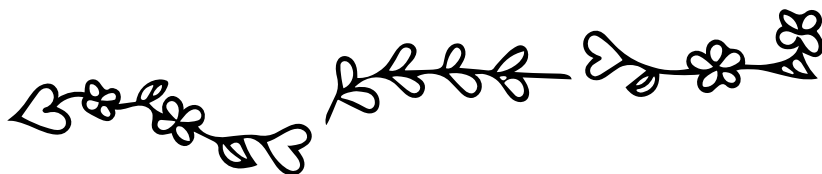
Renata Garcia Senlle

Universidade de São Paulo

Resumo

A partir de uma perspectiva de gênero e da literatura feminista sobre maternidade, este trabalho busca analisar os discursos das mulheres mães em redes sociais digitais. O objeto de análise são os comentários feitos nos perfis de Instagram da Revista AzMina, da Política é a Mãe e da Conexão feminista, em referência ao texto “Amamentar não é um ato de amor” publicada originalmente por Tayná Leite na Revista AzMina, no dia 13 de dezembro de 2019. Nele, a autora argumenta pela não romantização da maternidade propagada pela narrativa que vincula amamentação ao amor materno e o mesmo à uma maternidade essencializada, biologizante e moralizadora, atrelada a uma visão funcionalista de corpos femininos. Nos propomos a resgatar os discursos sobre maternidade construídos na sociedade ocidental e, a partir de uma análise netnográfica dos comentários nessas redes sociais digitais, avaliar se circulam narrativas de cuidado materno pautadas em um discurso moralizante e essencialista do feminino e biologizante do amor de mãe.

Palavras-chave: Maternidade e mídias sociais. Discursos maternos. Gênero e maternidade. Maternidade feminista.



Introdução

Esse trabalho pretende contribuir com as análises a respeito dos lugares sociais e discursivos da maternidade ao olharmos para interações de mulheres e mães em redes sociais feministas. Compreendemos esse espaço digital como fértil para a compreensão dos discursos fundantes do que é ser mãe e daqueles que visam desconstruir essas fundações.

Partimos de um levantamento bibliográfico na área da comunicação, com referências que situam o modo como mulheres e mães usam as redes sociais digitais desde o início dos anos 2000, para identificar quais possibilidades a internet trouxe para a articulação de narrativas maternas em rede. Trazemos um panorama da evolução das TIC (tecnologias de informação e comunicação) nos últimos anos, que desequilibraram as relações de poder entre mídia tradicional e especialistas. Nesse contexto, as mídias sociais, ao mesmo tempo em que possibilitam o tensionamento com discursos dominantes, podem ser instrumento de reforço dos mesmos. Em seguida, apresentamos uma introdução sociológica das origens dos discursos maternos que giram em torno da moralização, essencialização, biologização e feminização das atividades de cuidado, para então adentrar ao objeto.

Nos debruçamos a investigar os comentários das internautas nos perfis feministas @conexaofeminista, @politicaeamae e @revistaazmina do Instagram, num post específico em que os três perfis compartilharam o texto ‘Amamentar não é um Ato de Amor’, de autoria de Tayná Leite (também autora deste artigo), publicado originalmente na revista AzMina. Para isso, fazemos uso da análise netnográfica, que nos permite ao mesmo tempo sermos autoras, pesquisadoras e observadoras do objeto. Analisamos um a um os comentários para organizar quantitativamente

aquelas que reagiram de forma indignada à analogia entre amamentação e faxina; e aqueles que defendem ou ressaltam o amor materno sacrificado. A partir daí, elencamos exemplos para uma análise qualitativa dos comentários.

Propomos que, ainda que as redes sociais tenham possibilitado o surgimento de mídias e espaços digitais feministas – como os três perfis que estão sendo analisados – e que tenham trazido um aprofundamento do debate em torno das questões da mulher mãe dentro de uma perspectiva feminista e de gênero, ainda são fortes os discursos que mantêm a maternidade dentro do campo da moral, atribuindo às mães a principal responsabilidade pelos cuidados com os filhos, sob o viés incontestável (?) do amor. Desse modo, a investigação contribui para o entendimento de quais são as narrativas que mantêm a maternidade como símbolo de opressão feminina, que essencializam e aprisionam as mulheres ao papel compulsório de mães, que indicam a perspectiva biológica determinista de que toda mulher nasce para ser mãe e que justificam a feminização das atividades de cuidado.

No decorrer do artigo fica claro que aderimos ao princípio epistemológico de conhecedoras situadas, fazendo uso da abordagem de Patricia Hill Collins (2019), Donna Haraway (2009) e Robert Kozinets (2014), no qual somos ao mesmo tempo participantes da comunidade de mães que investigamos e investigadoras acadêmicas desse mesmo grupo a que pertencemos.

Também se faz importante situar um dos limites da pesquisa, que não foi capaz de ser esgotado nesse artigo, de fazer um recorte interseccional que delinieie de quem são e de onde ecoam as vozes que participam dessas interações comunicacionais nos três perfis analisados. Embora seja relevante compreender os marcadores sociais de raça, classe, orientação sexual, localização geográfica entre outros, a decisão neste trabalho foi se debruçar

para as narrativas em si. Contudo, esse cruzamento de discurso e perfil interseccional das seguidoras participantes pode vir a ser um desdobramento que tornaria a investigação mais completa.

Interações das Mulheres Mães nas Redes Sociais

O avanço tecnológico da internet e das novas mídias proporcionaram a pessoas “comuns”, cujas ideias e posicionamentos provavelmente jamais teriam particular alcance, um inédito espaço de conexão e compartilhamento de conteúdo, fazendo frente às mídias tradicionais, reconfigurando hábitos e papéis sociais e tensionando discursos estabelecidos. Por proporcionarem amplo espaço de interação, as redes sociais digitais se tornaram um campo fértil para organização de grupos e de novas narrativas, como os das mulheres mães. As interações online desses grupos são um corpo importante para a análise da maternidade como construção social.

Com o aumento do acesso online e da disposição para interagir em redes sociais, aumenta o interesse e a influência dessas comunidades de mulheres mães online. “Os assuntos sobre os quais falamos em comunidades eletrônicas são assuntos importantes, por isso, muitas vezes aprendemos e continuamos nos importando com causas sociais e políticas com as quais ouvimos falar por meio de nossas comunidades online” (KOZINETS, 2014. p.21). Anonimato e acessibilidade online, por exemplo, criam modalidades de interação distintas das presenciais que proporcionam participações particulares nesses ambientes.

As conversas nessas redes também nos permitem identificar as “narrativas rituais construídas por meio de elementos simbólicos (corporais, orais ou não orais) que são marcados pela repetição e intenção retórica e estão presentes nas memórias de todas as culturas e de seus integrantes” (NASSAR e FARIAS,

2018, p.348). As mídias sociais trazem a possibilidade de avaliar uma cultura online por meio das interações entre os integrantes, e identificar aqueles discursos que se repetem e que marcam os rituais que, no caso, podem trazer as definições essencializadoras e moralizantes para as mães, que analisaremos à frente.

As interações de mães em redes sociais carecem de mais estudos. Um dos primeiros trabalhos que se debruça nesta questão é o da pesquisadora Adriana Braga (2008). Braga analisou as interações comunicacionais realizadas de 2002 a 2006 no “livro de visitas” (LV) de um dos blogs expoentes da temática da maternidade, o Mothern - As incríveis aventuras de duas garotas que já pariram, no início das redes sociais digitais, em 2002. As mulheres utilizavam o espaço do blog para compartilhar relatos pessoais da maternidade, como num diário pessoal aberto a comentários. Com essas conversas, praticavam uma “teorização informal da feminilidade”, no que a autora chama de “espaço público contemporâneo”. Lá, as mães blogueiras do Mothern e as participantes questionavam a “coerção social sobre o comportamento das mulheres ao se tornarem mães” (BRAGA, 2008, p.271) e relatavam sentir insatisfação e inadequação em relação às tradicionais expectativas sociais sobre o papel da mãe, com destaque para os temas do “aborto, ingestão de álcool na presença de crianças, aleitamento materno, opções sexuais femininas, consumo de drogas, etc” (BRAGA, 2008. p.202).

Retomamos o trabalho de Braga (2008), pois ele ainda indica que as conversas realizadas nos blogs maternos trouxeram às mulheres mães um novo lugar de visibilidade para relatar e confrontar suas experiências pessoais umas com as outras. Abriram espaço para questionar as verdades estabelecidas pelos discursos de poder dos especialistas qualificados. Caso dos médicos e suas funções higienistas (FOUCAULT, 2018), muitos deles com amplo

espaço em mídias tradicionais, e com grande influência na instauração da “tecnologia de controle dos corpos”(FOUCAULT, 2017, p.138), ainda que paradoxalmente também se apoiem em argumentos científicos e biológicos para validar suas próprias visões. Além do destaque que dá a especialistas, a mídia tradicional também tem seu quinhão de responsabilidade na divulgação de discursos e expectativas em relação a maternidade. Podemos dizer que são um dos meios de divulgar o que Foucault (2017) destaca como conjunto de obrigações que se impõem aos pais e filhos (sendo um deles a amamentação) com sua série de intervenções e controles, que disciplinam e gerem a infância e atribuem às famílias uma nova responsabilidade moral.

Essa disposição para repensar, para teorizar informalmente a feminilidade na sociedade contemporânea surge como um meio de enfrentar situações concretas vividas pelas participantes no cotidiano. Interessadas em toda informação a respeito da realidade que vivem como mães, essas mulheres posicionam-se frente aos saberes tradicionais, aos saberes especializados e alternativos, às posições pessoais díspares das amigas digitais, a elaborar uma teorização informal da feminilidade que orienta suas ações no cotidiano para todos os fins práticos, mas não políticos. “Sociólogas em estado prático”, (GARFINKEL, 1984, apud BRAGA, 2008) discutem, experimentam e teorizam a feminilidade como questão privada. (BRAGA, 2008. p.257)

Vale contextualizar que em 2008, quando a tese foi publicada em formato de livro, o primeiro smartphone da Apple, o Iphone tinha sido lançado há apenas um ano (COUTINHO, 2014) e o Instagram nem existia¹. À época do *Mothern*, a grande maioria dos acessos ao blog era feita a partir do local de trabalho das

1 O Instagram foi criado em outubro de 2010.

frequentadoras, sendo mais restrito a quem tinha acesso à tecnologia (BRAGA, 2008). A rápida e progressiva popularização do *smartphone* democratizou o acesso às mídias sociais e ampliou vertiginosamente as possibilidades interativas também para esse grupo analisado, desequilibrando o jogo de forças até para as mídias tradicionais. Como destaca Renata Tomaz (2015, p.164), a pesquisa de Braga (2008) problematiza um novo espaço, dentro das novas mídias, de construção da maternidade, com maior protagonismo dessas mulheres, estabelecendo novos arranjos para o trio: mães, mídias e especialistas.

Nesse contexto, segue atual a análise de Braga (2007) de que pensar sobre esse fenômeno de interação nas redes sociais ajuda a conhecer tanto os processos comunicacionais atuais, bem como o tensionamento e as relações de poder que envolvem a maternidade e aspectos da situação social das mulheres na contemporaneidade. Doze anos depois da análise das interações do *blog Mothern* e à luz da eclosão das redes sociais e do ciberfeminismo que se seguiu, podemos dizer que pensar sobre o fenômeno de interação das mulheres mães nas redes sociais feministas também é um meio de conhecer melhor os processos comunicacionais e sociais contemporâneos, com suas possibilidades de contestação de discursos maternos que recaem no moralismo, essencialismo, biologização e feminização das atividades de cuidado.

Analisando discursos maternos

Afinal quais são os discursos maternos que sinalizam essa moralização, essencialização, biologização e feminização das atividades de cuidado? É o que nos dedicaremos a esmiuçar nesta parte. Discursos alastram-se pelo tecido social organizando e ordenando símbolos, sentidos e sínteses que nos chegam como

verdades naturais da vida, regras não escritas, mas aceitas de maneira irrefutável, não se sabe ao certo nem porque e nem como (FOUCAULT, 1971). Assim, a maternidade tampouco é pré-social ou a-histórica, muito menos o são os lugares ocupados por mães, pais e crianças, ainda que um dos mais estabelecidos “consensos” da modernidade resida justamente na sacralização moral e científica do amor e instinto maternos, práticas regulatórias e de repetição maternas não apenas produzidas por discursos hegemônicos, mas também produtoras de novas subjetividades, sustentadas em uma experiência de cuidar repleta de significações discursivas moralizadoras.

É também por isso que, somente ocupando uma posição epistêmica que seja sensível ao poder e a suas tecnologias, poderemos, longe de sermos isentas, localizarmos (HARAWAY, 1995) a maternidade dentro de um contexto específico que é urbano, industrializado e globalizado. Assim, reconhecemos que desejos, aspirações e demandas variam de acordo com o gênero, raça, classe, cultura e subjetividades (SCAVONE, 2004), sendo fundamental lançar luz sobre a complexidade das relações de poder fundantes da produção de conhecimento (RAGO, 1998, p. 5) e questionar as premissas de objetividade, neutralidade e universalidade que sustentam o discurso biomédico e sua biopolítica (TAMANINI, 2003). Dessa forma, então, entendemos ser possível incorporar a subjetividade como forma de conhecimento (RAGO, 1998), o grande salto epistemológico dos estudos feministas.

Neste contexto, escolher entre diversas formas de mater-nar, oriundas de criatividade individual e “empoderamento”, é uma característica da reflexividade moderna em que o estilo de vida se torna relevante na constituição de uma autoidentidade e o planejamento de vida passa a ser reflexivamente organizado (GIDDENS, 1993). O conhecimento especializado sobre

as práticas do maternar se torna eixo central nos processos de reorganização do eu de ao menos parte das mães. É neste cenário o que a amamentação se insere enquanto uma prática reflexiva, ainda que discursivamente rica em significados e simbologias.

Analisar os discursos maternos por um viés feminista significa romper com perspectivas universalizantes e deterministas que invisibilizam as inúmeras narrativas de maternidade possíveis e reais. É imprescindível que se investigue quais são, por onde circulam e como se legitimam dispositivos como amor materno e amamentação e porque estes dificultam sobremaneira o debate fora do campo da moral quando se trata da desconstrução dos essencialismos historicamente atrelados ao cuidado e à maternidade, mais especificamente.

Contextualizando o objeto e a metodologia

Para pensar os discursos em torno da maternidade, nos debruçamos sobre três perfis de Instagram eleitos como objeto deste artigo - a Revista AzMina (lançada em 2015, e com mais de 85 mil seguidores à época da edição deste artigo), a Conexão Feminista (lançada em 2015 e com mais de 10,5 mil seguidores à época da edição deste artigo) e o Política é a mãe (lançada em 2019 e com mais de 8 mil seguidores à época da edição deste artigo). Todos criados à luz do fenômeno das redes sociais, que permitiu maior vocalização de pautas identitárias, com novo alcance e visibilidade para o feminismo contemporâneo. Os três figuram aqui como exemplos de novas mídias feministas que divulgam as temáticas da mulher, da maternidade e de suas relações de poder, sob uma perspectiva de gênero.

Este artigo em coautoria é uma das evidências do potencial das TIC, dado que nós, autoras, nos conhecemos a partir de

interações e compartilhamentos mútuos de redes sociais, onde tratamos dos nossos feminismos maternos. Tayná Leite, está à frente da coluna de opinião que trata de maternidade sob viés de gênero na revista *AzMina*, e Renata Senlle, é colaboradora do perfil de Instagram @politicaeamae e cofundadora da plataforma digital do perfil @conexaofeminista. Unimos também os nossos focos acadêmicos, respectivamente na Sociologia e na Comunicação. Juntas, decidimos utilizar esses ambientes digitais para realizar uma análise netnográfica da repercussão do texto *Amamentar não é um ato de Amor no Instagram*, publicado em 13 de dezembro de 2019 na revista *AzMina*, de autoria de Tayná Leite e republicado no perfil do Instagram da mesma revista.

A metodologia da netnografia nos permite a um só tempo sermos observadoras e participantes de comunidades online. Oportunidade metodológica que vai ao encontro da epistemologia feminista, aqui representada pelo conceito de saberes localizados de Donna Haraway (1995), e que valorizam uma perspectiva parcial identificada no fazer científico. “É pesquisa observacional participante baseada em trabalho de campo online. Ela usa comunicações mediadas por computador como fonte de dados para chegar à compreensão e à representação etnográfica de um fenômeno cultural ou comunal” (KOZINETTS, 2014. p.61). Aqui, misturamos três modos de estar presentes em comunidades online, como ressalta Kozinets (apud BRAGA, 2008. p.88): lurker (observadoras das interações que acontecem nesse ambiente), interagentes, respondendo aos comentários; e fazedoras (ativas na realização dos conteúdos). Essa combinação metodológica é “sinceramente parcial” (KOZINETTS, 2017. p.66) e assim assumida. Ou seja, estamos implicadas nessa pesquisa dentro dos três modos descritos pelo autor, e nas três comunidades online analisadas, seguindo um método que enxerga nisso uma fortaleza.

Desse modo, seguimos com a citação do texto do post que desencadeia a análise, que trazia a seguinte mensagem junto à imagem abaixo:

Figura 1



Fonte: perfil da Revista AzMina no Instagram (2019)²

“Esta semana um site de fofocas bem mequetrefe e desconhecido no campo progressista e/ou feminista publicou uma foto da @isisvalverde (foto linda, por sinal!) na qual aparece amamentando seu filho com a legenda “hoje tem Amor de Mãe”, referindo-se à nova novela das 21h, e aproveitando o título da atração para fazer uma metáfora com sua maternidade. O site se aproveitou do post da atriz e criou um caça clique tão podre quanto evidente ao colocar na manchete: “Isis Valverde mostra os peitos em foto íntima e faz grande anúncio: ‘hoje tem’”, sexualizando a imagem da global e dando a entender que o leitor veria outro tipo de conteúdo em sua publicação. A humorista Tatá Werneck compartilhou a matéria mostrando-se

² Disponível em <https://www.instagram.com/p/B6BRwYpFXso/>. Acesso em 30/01/2020.

indignada com a sexualização da amamentação e iniciou uma “campanha” com a hashtag #nãosexualize, chamando mulheres a postarem suas fotos amamentando seus bebês. Participaram várias famosas além da Tatá, como Sabrina Sato, Débora Nascimento e Sheron Menezes, que aderiram a esta espécie de mamaço virtual. Muitas páginas e influenciadoras feministas compartilharam. Obviamente, não somos a favor da sexualização da amamentação, mas o que aconteceu aqui é que estamos tentando rebater uma narrativa de controle do corpo feminino com um argumento que cumpre o mesmo papel, que é o da romantização da maternidade e da amamentação. A romantização da maternidade que a legenda da foto traz e de tantas matérias que discutiram o fato ligam amamentação a amor e amor incondicional a amor “de mãe”. A questão é: amamentar não é um ato de amor! Continuar a ligando amamentação a amor e, maternidade a “essência do amor” serve apenas aos interesses de quem deseja exercer controle sobre os nossos corpos. A amamentação PODE SER um ato de amor? Óbvio que pode! Até faxinar a casa PODE SER um ato de amor, mas você não vê feminista por aí romantizando serviço doméstico e dizendo que as mulheres fazem isso porque amam, não é mesmo?”, escreve *_tayna_leite*. Leia a coluna completa no link da bio, em Opinião.”

Numa primeira análise da repercussão qualitativa, dois temas se sobressaíram pela indignação e ênfase expressadas nas respostas: (i) o incômodo latente com a comparação entre amamentação e faxina como possíveis de serem atos de amor; e (ii) a defesa do amor sacrificado, biológico, como destino, simbolizado na amamentação enquanto jornada da mãe dedicada e as imbricações discursivas que esses comentários apresentam. A reação motivou nosso interesse em avaliar outras interações. Para dar mais corpo à pesquisa, optamos por postar o mesmo conteúdo original, com a mesma imagem do post e o texto de legenda citado acima, nos perfis do instagram da @

politicaeamae e da @conexaofeminista. Esse conteúdo foi repostado em ambos os perfis no dia 18 de dezembro de 2019. As postagens geraram os seguintes resultados quantitativos:

Tabela 1

Perfil	Número de Curtidas do Post	Número de Comentários do Post	Número de Comentários indignados com relação Amamentação X Faxina	Número de Comentários que defendem ou ressaltam o amor materno como biológico
@azmina	4237	256	11	37
@politicaeamae	383	53	2	11
@conexaofeminista	622	66	6	18

Fonte: elaborado pelas autoras.

Ainda que à primeira vista o percentual de comentários negativos possa parecer baixo -seja indignados com a comparação considerada equivocada, seja romantizando a maternidade e o ato de amamentar - merece destaque o fato de se tratarem de três páginas feministas que se comunicam com mulheres, em sua maioria, também feministas, ao menos em tese, familiarizadas com a questão da essencialização da maternidade. Vale o destaque de que na página direcionada especificamente às mães (@politicaeamae), houve menor índice de indignação, o que pode indicar uma maior familiarização sobre a temática das construções sociais sobre o papel da mãe e as tarefas e papéis atribuídos às mulheres.

Abaixo, destacamos alguns comentários em linha com nossa análise qualitativa, preservando a identidade das mulheres que comentaram, por entender que embora os comentários estejam abertos ao público, a autoria das postagens não interfere na análise metodológica:

“Só quem pode amamentar é a mãe, faxina qualquer um pode fazer”: a moralização do debate no tabu da santificação materna.

Tabela 2

Perfil do Instagram	Comentário
@politicaeamae ³	“Entendo que amamentar nem sempre é prazeroso para a mãe, mas, ainda assim, é algo que a mãe faz pensando no bem estar do bebê. Sinceramente, não entendi a comparação com serviço doméstico. Só quem pode amamentar é a mãe, serviço doméstico qualquer um pode fazer”. [SIC]
@conexaofeminista ⁴	“Discordo. Pra mim amamentar é amor sim e passa longe de faxinar a casa a grandeza disso, foi muito difícil no começo. Choro, febre, feridas...O que me motivou a estar até hoje (8 meses) e até quando ela quiser foi exclusivamente o amor. Não nenhum padrão, sentimento de obrigação...e ainda somos olhadas na rua, nos sentimos intimidadas...se a criança for “grande” então nem se fala. Amamentar é sobre amor, alimento, segurança, aconchego...não se resume”. [SIC]
@conexaofeminista ⁵	“Achei bem bacana a reflexão...mas comparar c faxina... entendo o ponto, mas é bem...beeeeem diferente de faxinar. É algo que só a mãe pode fazer, algo que envolve “doar” seu corpo. enfim, não é romantizar a amamentação e a maternidade, mas banalizar não acho que seja a solução. Não é equivalente a nenhum trabalho! Pode não ser ato de amor necessariamente, mas não é tarefa. O limite é tenuous. Concordo c o não romantizar... mas achei o texto um tanto “insensível!”...ainda mais pro perfil de vcs sempre tão maravilhoso! [SIC]

3 Fonte: perfil Política É A Mãe no Instagram (2019). Disponível em https://www.instagram.com/p/B6Nd_JrHaUi/. Acesso em 30/01/2020.

4 Fonte: perfil Conexão Feminista no Instagram (2019) Disponível em <https://www.instagram.com/p/B6Ndw9YnFuG/>. Acesso em 30/01/2020.

5 Fonte: perfil Conexão Feminista no Instagram (2019) Disponível em <https://www.instagram.com/p/B6Ndw9YnFuG/>. Acesso em 30/01/2020.

Perfil do Instagram	Comentário
@azmina ⁶	<p>Comentário 1: “Eu amei amamentar! Acho que amamentar é um ato de amor sim!</p> <p>Comentário 2: “Comparar amamentação com faxina foi ridículo!”</p> <p>Réplica da autora Tayna Leite ao comentário 2: “pode explicar melhor pq? Pois de onde eu vejo não há diferença – que não seja moralista, determinista ou essencialista ao menos – entre 2 trabalhos reprodutivos socialmente colocado enquanto atribuição feminina e inviabilizados muitas vezes. Aliás, o quanto as pessoas se doeram com a comparação pra mim é a prova de quanto o discurso ta moralizado, sabe? Ambas as funções são um trabalho reprodutivo...</p> <p>Tréplica da autora do comentário 2: “não é questão de moralidade. Mas sim de serem coisas distintas que não há conexão nem mesmo com sentimento. Não sou mãe (então meu lugar de fala é limitado) mas não precisa de muito para entender que amamentação é ligação direta da mãe com o bebê, já a faxina é algo que pode terceirizar e atualmente homens também faxinam. Se me permite dizer na minha opinião, o exemplo não foi bem colocado.” [SIC]</p>
@azmina ⁷	<p>“Muito complexo isso. Eu compreendo super que muitas situações na vida da mulher são romantizadas para que a mulher possa ser de certa forma controlada. Mas a mulher é a única que pode amamentar na espécie humana. Está intrínseco a ela. Lógico cabe a ela a escolha de não ter filhos etc. e além de tudo não excluo toda a dificuldade e sofrimento que podem existir no ato de amamentar, mas achei muito raso comparar a fazer uma faxina.”</p>

6 Fonte: Revista AzMina no Instagram (2019). Disponível em <https://www.instagram.com/p/B6BRwYpFXso/>. Acesso em 30/01/2020.

7 Fonte: Revista AzMina no Instagram (2019). Disponível em <https://www.instagram.com/p/B6BRwYpFXso/>. Acesso em 30/01/2020.

Perfil do Instagram	Comentário
@azmina ⁸	<p>“eu não concordo sobre isso! Oque vcs não entenderam é que o amor É DA MULHER! Doi? Sim doi, é necessário? Não não é posso dar mamadeira se eu quiser resguardar meu silicone qual problema? Apenas a mãe é capaz de amar o resto da humanidade apenas sonha com esse sentimento que escrevem livros confundindo amor com tesão ou qqr outra coisa! Mas o amor da mulher vem do animal mulher! A dona da cria! Aquela que busca o macho procria e o coloca em seu lugar! Amamentação é um ato de amor sim e compulsório aliás um homem pode limpar a casa mas não pode amamentar pq assim ele escolheu. Escolha não amamentar e tudo bem! Agora não diga que uma descarga hormonal violenta intensa e constante não é amor no cérebro! Pq amor não passa de uma droga que buscamos repetição da primeira dose!” [SIC]</p>

Embora os comentários que expressavam preocupação, repulsa ou indignação com a comparação entre a amamentação, considerada moralmente superior e um ato essencialmente humano - e feminino - e a faxina, sejam apenas 5% do total de comentários, salta aos olhos a intensidade da indignação expressa nas interações. Se evidencia a aparente impossibilidade de analisar a amamentação enquanto um ato desvinculado de sentimentos, podendo configurar como mais uma entre as tantas tarefas de manutenção e reprodução da vida realizadas pelas mulheres.

Os comentários que destacamos aqui chamam atenção por partirem da premissa, absolutamente inequívoca - “Não precisa de muito para entender que não se compara”. Na visão das mulheres que os escreveram, de que “só a mãe pode amamentar” e de que a comparação é chula pois ignora “a grandeza disso” e que a amamentação “não é equivalente a nenhum trabalho”, ao contrário da faxina, que seria um serviço comum e facilmente terceirizável já que “o pai também pode fazer”.

⁸ Fonte: Revista AzMina no Instagram (2019). Disponível em <https://www.instagram.com/p/B6BRwYpFXso/>. Acesso em 30/01/2020.

Falaremos um pouco mais sobre as teias e armadilhas discursivas da ideia de que a maternidade é aprioristicamente uma relação biológica, sendo a amamentação uma de suas mais potentes expressões. E de quanto este caminho argumentativo, além de reforçar um estereótipo opressor sobre as mulheres, ao mesmo tempo invisibiliza e diminui outras formas de maternar como a adotiva e até mesmo a da mãe que por alguma razão não amamenta seu filho. Por ora, cabe perguntar o quanto dessa visão da faxina como ato sujo, possível de ser terceirizado, considerada de uma categoria “inferior” é moldada na construção de uma sociedade forjada no racismo e na escravidão e sustentada às custas do emprego doméstico explorado e precarizado, majoritariamente realizado por mulheres negras e pobres. Os dados, à exemplo da cidade de São Paulo⁹, sinalizam a abolição inconclusa da escravidão e da manutenção de poder pela elite, que manteve as pessoas negras em postos de trabalho precarizados e informais. Isso ajudou a perpetuar a normalização da ideia de que todo o serviço de higiene de uma família seja realizado por alguém estranha à mesma, normalmente uma mulher negra e mal paga, delineando um problema que tanto explicita o gênero, a raça e a classe de quem o executa, quando demonstra sua desvalorização pela sociedade enquanto um trabalho digno de direitos. Vale lembrar que apenas em 2015 houve a regulamentação da emenda que estendeu às trabalhadoras domésticas o direito ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), direito ao seguro-desemprego, adicional noturno, entre outros direitos trabalhistas - esse é um importante ponto de reflexão na análise deste discurso.

9 Mulheres negras de baixa escolaridade são maioria no emprego doméstico em São Paulo. Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/noticias/mulheres-negras-de-baixa-escolaridade-sao-maioria-no-emprego-domestico-em-sao-paulo/> Acesso em 07/09/2020.

A amamentação é talvez um dos atos mais representativos deste cuidado *feminizado* e, ao mesmo tempo em que o coloca especificamente localizado no campo da análise de sujeitos e relações de poder (FOUCAULT, 1979), também está constantemente sob o risco de ser invisibilizado e naturalizado por sua associação à bondade e abnegação intrínsecas a ele (MARTINS, 2013). Em uma sociedade que tem a maternidade como destino feminino, o amor é o dispositivo que exerce o papel de nos conduzir e nos guiar por ela: nunca aleatório e sempre inserido em uma relação de poder. “O discurso não é reflexo de uma suposta base material das relações sociais de produção, mas produtor e instituinte de ‘reais’”. (RAGO, 1998, p.5-6)

Ao preconizar a amamentação enquanto o “melhor para a criança”, o “mais natural”, “um ato de amor”, o que encontramos é o retorno de um conjunto de discursos e dispositivos que representam a maternidade e os processos a ela atrelados (gestar, parir, amamentar, etc.) como naturais. Esse discurso rechaça o emprego de ferramentas “artificiais” para os processos biológicos considerados femininos como a fórmula infantil, em oposição à amamentação, fazendo com que, gradativamente, a mulher retome sua posição como principal – ou muitas vezes única – responsável pelo cuidado à criança (BADINTER, 2011), posição da qual jamais saiu totalmente, apesar de todo o esforço da teoria e militância feministas.

“Mas, o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?” (FOUCAULT, 1971, p. 2). Ao descrever como se construiu o discurso que hoje sustenta a ideia de amor materno preconizada em quase toda a sociedade ocidental, a historiadora Elisabeth Badinter (1985) apresenta uma fundamentação teórica e empírica que demonstram que o amor materno, assim como qualquer outro, é construído discursivamente e localmente. Muda de acordo com os interesses dominantes da época e reconstrói os passos do

discurso médico a respeito da amamentação enquanto uma necessidade de saúde pública, visto que as mulheres em praticamente todas as classes terceirizavam esta tarefa a outras mulheres, de classe inferior, o que acabava contribuindo com altos índices de mortalidade infantil na França. Assim, associar a amamentação ao amor materno, e este ao conjunto de qualidades de uma “boa mulher”, era parte essencial da estratégia do Estado auxiliada também pela Igreja e a ciência racionalista cada vez mais fortalecida da época. *Em Emílio, ou da Educação*, um marco determinante do pensamento moderno europeu, Rousseau (1973) lança as bases do que viria ser considerada - ainda hoje e de muitas formas - a “*responsabilidade social*” das mulheres pela educação das crianças, fixando-as no corpo biológico de mulher-mãe, destacando a amamentação como parte deste dever “cívico”.

No Brasil republicano, a situação e a estratégia discursiva não foram muito diferentes, com a agravante da responsabilidade que o estado eugenista e racista do final do século XIX e início do século XX colocou sobre as mulheres por branquear, educar e ensinar os princípios de higiene que permitiriam ao povo brasileiro atingir os níveis de superioridade racial e, conseqüentemente, de desenvolvimento econômico (ROHDEN, 2003). Ao mesmo tempo, a medicina passou a demonizar a figura “insalubre e incivilizada” da ama-de-leite (cativa, propriedade ou locada), que continuou bastante popular na Corte carioca como brilhantemente aborda em sua tese de doutorado a historiadora Maria Elisabeth Ribeiro Carneiro (2006). Assim como a amamentação já foi considerada um ato desnecessário, destinado a mulheres escravizadas e não às virtuosas, o serviço doméstico já foi romantizado e considerado o destino biológico feminino em períodos como a década de 1950 em que era essencial que as mulheres retornassem aos lares no pós-guerra (MATCHAR, 2013). Amamentação, e a própria maternidade, não têm o mesmo significado e não produzem os mesmos discursos ao

longo do tempo/espço e, ainda que prevaleça uma ideia de diferença intrínseca entre amamentação e limpeza e manutenção de uma casa limpa para quem ali habita, quando saímos do campo moral do debate percebemos que ambas são atividades de reprodução e cuidado. E, enquanto tais, são feminizadas, precarizadas e invisibilizadas, inclusive pelo discurso que associa o cuidado ao amor e à doação, como veremos um pouco mais adiante.

“Reprodução é biologia. Amamentar é sim um ato de amor”: biopoder e biopolítica.

Tabela 3:

<p>Comentário 1: ...é ainda um ato essencial à continuidade da espécie humana. A cesariana e a fórmula estão alterando nossa composição de bactérias. Somos 90% bactéria e 10% mamíferos. A falta de amamentação gera danos pro resto da vida. Hoje já temos superbactérias. Não amamentar significa colocar um ser humano no mundo com os escudos abaixados. Sem isso nossos filhos viverão menos que nossos avós. [SIC]</p>
<p>Comentário 2: Acho que não podemos confundir ato de amor com romantização. Se romantiza ao falar como é natural e maravilhoso amamentar. Não é, é um desafio diário que vai desde dores e feridas até peitar diariamente uma sociedade que não aceita que uma mulher coloque os peito pra fora em qualquer lugar. A força do amor por nossos filhos nos impulsiona nesse ato diário de combate ao machismo e ao patriarcado. Ele transforma mulheres que nem pensam em política em seres politizados. [SIC]</p>
<p>Comentário 3: Uma afirmação como essa deixa raso um dos atos de mais amor, vínculo e humano que existe. Amamentar é sim um ato de amor e pode em muitas sociedades também ser um ato de resistência, de política. Mas ninguém tem menos amor pq não amamentou e nem é despolitizada pq não amamentou. Comentário tão prejudicial como sexualizar, querendo definir mais uma vez o controle dos nossos corpos e nossos atos. [SIC]</p>
<p>Comentário 4: A ocitocina, liberada no trabalho de parto e cujos efeitos se prolongam para após ele, é considerado o hormônio do amor. Cientificamente comprovados os efeitos positivos dela para a mulher e o bebê ao longo da vida. Penso que deveria se ter mais cuidado ao analisar e rotular todas as situações. Se a luta é pela desromantização da maternidade, a desconstrução de uma sociedade machista-patriarcal-conservadora, que seja também pela cultura do amor, que se não se nasce com, se constrói ao longo do tempo, pra cada um a</p>

sua maneira. Acima de tudo, o respeito é um ato de amor! [SIC]
Comentário 5: Eu imagino o aleitamento de milhares de outros mamíferos e não faz sentido discutir a função biológica da classe a qual fazemos parte. Tem hora que despolitizar também ajuda, afinal biologia é mais simples do que qualquer romance ou política. [SIC]
Comentário 6: reprodução é biologia, maternidade é sim amor pois não é exclusivo a quem reproduz. Muito, muito pelo contrário... [SIC]
Comentário 7: concordo com você. Gerar e parir é diferente de maternar. [SIC]

Fonte elaborada pelas autoras: coleção de comentários nos posts ‘Amamentar não é um ato de amor’ nos perfis do instagram da @conexaofeminista, @politicaeamae e @revistaazmina (2019)

Antes ainda de pensarmos a maternidade, a paternidade ou a família e seus lugares sociais, precisamos questionar os próprios pressupostos biológicos - fixos e binários – que sustentam as posições desiguais e assimétricas de obrigações de cuidado que pautam esta discussão: o sexo e o corpo natural.

desde 1970 muitos estudos adotaram o binômio sexo/gênero. Sexo sempre atribuído à categoria biológica (natureza), enquanto gênero (cultura) representaria as forças sociais, políticas e institucionais que moldam comportamentos e as constelações simbólicas do masculino e do feminino. O problema dessa posição é que, a partir da ideia inicial de que sexo se refere à anatomia e fisiologia dos corpos, construíram-se muitas interpretações explicativas para as desigualdades sociais e para as diferenças, tanto cognitivas como comportamentais, entre homens e mulheres. Muitos afirmavam que essas diferenças estavam dadas no cérebro, nos genes, ou eram provocadas por hormônios. (TAMANINI, 2003, p. 107)

Quando olhamos para as significações do sexo e do corpo dentro do discurso médico ao longo dos séculos e da diversidade de modos pelo qual os cientistas analisaram corpos masculinos e

femininos fica claro que a ideia de corpo natural como premissa empírica é um fenômeno que não pode ser compreendido fora das práticas em que este conhecimento se dá. Sexo e corpo têm história e cultura e não foram sempre lidos e entendidos, inclusive pela ciência, da mesma forma, mas fazem parte de um processo específico do fazer a ciência e os corpos. Assim, “não existe uma verdade natural sobre o corpo que seja dada diretamente e sem intermediários, e as ciências biomédicas funcionam no interior de uma sociedade que constrói determinadas concepções de corpo, traduzidas pela linguagem e pela prática”. (TAMANINI, 2003, p. 114)

O corpo, enquanto agente da cultura é também lugar de controle social (BORDO, 1997) em que se constroem discursos de um ideal de feminilidade homogeneizante que transforma corpos femininos em “corpos dóceis” que Foucault apresenta como “aqueles cujas forças e energias estão habituadas ao controle externo, à sujeição, à transformação e ao ‘aperfeiçoamento’” (BORDO, 1997, p. 20) e é também disso que Margareth Rago (1998) está falando quando afirma que “a diferença sexual inscrita nas práticas e nos fatos é sempre construída pelos discursos que a fundam e a legitimam” (RAGO, 1998, p. 5).

Vários comentários ao post foram justamente no sentido de (i) pautar a biologia como sinônimo de ciência (“não faz sentido discutir a função biológica. Biologia é mais que romance e política”; “reprodução é biologia”; “cientificamente comprovado” para se referir a pesquisas do campo médico) e (ii) validar a importância de um resgate ao “natural”, à “mamiferização” do processo de nascer e da mulher enquanto ainda mais próxima da natureza em sua função “essencial à continuidade da espécie humana” enquanto mãe.

Pensando com a biopolítica de Michel Foucault, este processo de instituição da mãe – por meio de políticas, estratégias,

saberes e discursos – está no conjunto das tecnologias discursivas e das práticas mediadas, agenciadas e constituídas por saberes e jogos de verdade relacionados a produção, ao sistema de signos, as tecnologias de poder e as tecnologias de ser, os indivíduos e os saberes são instituídos e se instituem a respeito da amamentação e dos cuidados ideais. (BRECAILO, 2017, p. 19)

A ideia de que a maternidade é um fato natural da vida da mulher e a moralização dos argumentos sobre cuidado, trazendo para o campo do afeto, do amor como instinto (da mãe, não do pai), é o dispositivo que sustenta práticas de cuidado feminizadas que estão acopladas ao discurso médico para normatizar e docilizar corpos femininos regulando seu comportamento, hábitos alimentares, de trabalho, de exercícios e até emocionais. A defesa do instinto materno, da “mulher-fêmea”, de um cérebro feminino e da biologização da vida no geral, se ampara em tecnologias e descobertas aparentemente novas. Contudo, fazem parte de enunciados construídos a partir de uma biopolítica de corpos e sujeitos que se apresenta como estratégia de regulação tanto de indivíduos, quanto de grupos específicos (FOUCAULT, 1988; 1979). A maternidade de forma ampla e a amamentação de forma mais específica, estão subjetivamente imbricadas como funções da mulher, referentes à sua natureza e necessárias para o bem-estar das crianças, e com isto, da sociedade como um todo há muito tempo, confundindo-se com o discurso sanitarista higienista e eugênico que marca a fundação da República brasileira no final do século XIX e todo o século XX. O que coincide também com o fortalecimento discursivo do que chamamos de medicina moderna (ROHDEN, 2003), cabendo invariavelmente às mulheres fazerem arranjos com seus corpos, entre elas ou com sistemas de outras instituições.

É a historicidade do corpo a partir da experiência que fazem as mulheres sobre si mesmas que permite “desconstruir a ideia de experiência invariante histórica e de base experimental fixa, fornecedora da continuidade ao longo dos séculos” (TAMANINI, 2003, p. 124) e não o contrário: a concepção da natureza e do que ela representa é que é necessariamente atravessada pelos códigos de intelegibilidade que nos permitam nomeá-la (BUTLER 2014).

Considerações finais

Cuidado é trabalho. E também é subjetividade, afeto e, por que não, desejo, seja na maternidade, seja em qualquer outra de suas dimensões. Desmoralizar este debate é imprescindível para avançarmos no questionamento e conseqüentemente na compreensão de quem se serve dos diversos discursos sobre maternidade que fazem com que “o poder se mantenha e seja aceito simplesmente porque ele não pesa só como a força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (FOUCAULT, 1979, p. 8).

É fundamental nos perguntarmos a quem servem os discursos sobre maternidade que essencializam o corpo e experiências femininas e o que eles ajudam a reproduzir para que não caiamos todas em armadilhas discursivas que se voltem contra todas nós logo ali na frente no melhor estilo “tiro que saiu pela culatra”. Esse é um campo que pode ser aprimorado em outros.

Muito do que hoje se credita, de forma ampla e genérica, a “conquistas das mulheres” foram, na verdade, disputas discursivas que, ao mesmo tempo em que emancipavam, contribuía para reforçar estereótipos e lugares opressivos. O que a historiadora Joan Scott (1991) chama de “o problema da mulher trabalhadora” é um bom exemplo daquilo a que nos

referimos. Algumas das questões¹⁰ que permeavam os debates na Inglaterra do século XIX sobre mulheres e o trabalho na fábrica serviram de argumento para ao menos uma parte dos direitos trabalhistas assegurados às mulheres e que pautavam o momento histórico e político.

Um exemplo mais moderno desta mesma lógica de construção discursiva foi o julgamento do Recurso Extraordinário que discute a constitucionalidade¹¹ do intervalo de 15 minutos concedido às mulheres antes do início da realização de horas extras. Nela, o Relator votou (acreditamos acertadamente) por manter o intervalo, alegando que a Constituição admitiu o tratamento diferenciado ao levar em conta: a “histórica exclusão da mulher do mercado de trabalho”; a existência de “um componente orgânico, biológico, inclusive pela menor resistência física da mulher”; e um componente social, pelo fato de ser comum a chamada dupla jornada – o acúmulo de atividades pela mulher no lar e no trabalho – “que, de fato, é uma realidade e, portanto, deve ser levada em consideração”.

Na mesma esteira, se, em uma sociedade distópica como a do Conto de Aia¹², as mulheres fossem “devolvidas” ao lar

10 Força física, (i) moralidade do ambiente fabril que poderia “corromper” mulheres virtuosas eram algumas das questões que, evidentemente, não se aplicavam às mulheres camponesas, escravizadas e prostitutas que sempre trabalharam fora pela sua subsistência e de suas famílias.

11 A discussão está pautada na recepção ou não do art. 384 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, que prevê a concessão, exclusivamente para as mulheres, de intervalo de 15 minutos antes do início da jornada extraordinária, à luz dos artigos 5º, I, e 7º, XXX, da Constituição Federal de 1988.

12 *The Handmaid's Tale* (O Conto da Aia) é um romance distópico de 1985 da autora canadense Margaret Atwood. Situado na Nova Inglaterra de um futuro próximo, que agora é parte de uma teocracia totalitária fundamentalista cristã que derrubou o governo dos Estados Unidos. A obra explora os temas da subjugação das mulheres e os vários meios pelos quais elas perdem individualismo e independência.

sob o argumento de que isto se dá para protegê-las das adversas condições laborais fora de casa, da dupla jornada ou para preservarem a espécie, um precedente no STF como o mencionado no parágrafo anterior, seria um enorme desserviço, pois reforça a diferença biológica e orgânica que faz com que a mulher tenha “menor resistência física”.

Intrigou-nos também como ainda nos deparamos com a vinculação entre amor, sofrimento e renúncia à maternidade. “Amor é doação”; “Amamentar é ruim, dói e é amor sim”. Sofro, logo, amo - parece ser a metáfora da maternidade que normaliza o sofrimento e a dor como símbolos de amor seja no parto, na amamentação ou em qualquer outra atividade de cuidado. Acreditamos que estas malhas discursivas sejam merecedoras de aprofundamento.

Esperamos que esse trabalho seja mais uma peça de reflexão sobre as novas mídias e suas possibilidades de interações para as mulheres mães em rede, capaz de nos auxiliar a esmiuçar as construções sociais desse público, contribuindo com a desconstrução da moral materna aprisionante, biologizante e determinista que reforça ideais de abnegação que insistem em perpetuar um lugar subalterno às mulheres, em especial às mães.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Referências

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno.**

Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. 370 p.

_____. **O conflito: a mulher e a mãe.** Rio de Janeiro: Record, 2011. 222 p.

BORDO, Susan. **O corpo e a reprodução da feminidade: uma apropriação feminista de Foucault.** In: JAGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. (org.).

- Gênero, Corpo, Conhecimento. Editora Rosa dos Tempos. 1997. p. 19-41.
- BRAGA, Adriana. **Personas materno-eletrônicas: feminilidade e interação no blog Mothern**. Porto Alegre: Sulina, 2008.
- BRECAILO, Marcela Komechen. **Experiências de mulheres no cuidado e no aleitamento: inter-relações e autonomia na maternagem**. 239f. Tese (Doutorado em sociologia). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. **Procura-se “Preta, com muito bom leite, prezada e carinhosa”: uma cartografia das amas-de-leite na sociedade carioca (1850-1888)**. 2006. 418 f. Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5162/1/2006_Maria%20Elizabeth%20Ribeiro%20Carneiro.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2020.
- COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução de Jamile Pinheiro Dias. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
- COUTINHO, Gustavo Leuzinger. **A Era dos Smartphones: Um estudo Exploratório sobre o uso dos Smartphones no Brasil**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Publicidade e Propaganda) Faculdade de Comunicação Social da Universidade de Brasília. Brasília, 2014.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Paris: Edition Gallimard, 1971. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/Ciencias.Linguagem/Foucault_OrdemDoDiscurso.pdf>. Acesso em: 01 de abr. 2019.
- _____. **A Hermenêutica do Sujeito**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes. 2006.
- _____. **Sobre a História da sexualidade**. In: _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2000. 24. p3 – 27.
- _____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 10 ed., 1979.
- FOUCAULT, Michael. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2018.

- FOUCAULT, Michael. **História da Sexualidade 1: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2017.
- GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Unesp, 1993.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 5, p. 7–41, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 14 maio. 2021.
- KOZINETTS, Robert. V. **Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online**. Tradução de Daniel Bueno. Porto Alegre: Penso, 2014.
- LEITE, Tayná. **Amamentar não é um ato de amor**. Revista AzMina. Disponível em: <https://azmina.com.br/colunas/amamentar-nao-e-um-ato-de-amor/>. Acesso em: 30 de janeiro de 2020.
- MARTINS, Ana Paula Vosne. Bondade, substantivo feminino: esboço para uma história da benevolência e da feminilização da bondade. **História: Questões & Debates**, [S.l.], v. 59, n. 2, dec. 2013. ISSN 2447-8261. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/37037>>. Acesso em: 14 may 2021. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/his.v59i2.37037>.
- MATCHAR, Emily. **Homeward Bound: why women are embracing the new domesticity**. Nova Iorque: Simon & Schuster, 2013.
- NASSAR, Paulo; FARIAS, L. A. B. **Memória, identidade e as empresas brasileiras: a difícil metamorfose**. In: FILGUEIRA, João; PEIXINHO, Ana Teresa (Orgs.). Narrativas Mediáticas e Comunicação: Construção da Memória como Processo de Identidade Organizacional. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2018. p. 331-356.
- RAGO, Margareth. **Epistemologia feminista, gênero e história**. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (Org.). Masculino, Feminino, Plural. Florianópolis: Mulheres, 1998. p. 1-17. Disponível em: <http://projcnpq.mpbnet.com.br/textos/epistemologia_feminista.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2019.
- ROHDEN, Fabiola. **A arte de enganar a natureza: contracepção, aborto**

- e infanticídio no início do século XX.** Rio de Janeiro: Editora FIO-CRUZ, 2003.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da Educação.** Trad. Sérgio Milliet. 3. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.
- SCAVONE, Lucila. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação.** UNESP, v. 5, n. 8, p. 47-59, 2001. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/30384>>. Acesso em: 14 mai. 2021.
- SCAVONE, Lucila. **Dar a vida e cuidar da vida: Feminismo e Ciências Sociais.** São Paulo: Unesp, 2004. Cap. 9. p. 171-186.
- TAMANINI, Marlene. **Novas Tecnologias Reprodutivas Conceptivas à luz da bioética e das teorias de gênero: casais e médicos no Sul do Brasil. 2003.** 381 f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.
- TOMAZ, Renata. Feminismo, maternidade e mídia: relações historicamente estreitas em revisão. **Galáxia (São Paulo)**, São Paulo, n. 29, p. 155-166, June 2015. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-25532015000100155&lng=en&nrm=iso>. access on 14 May 2021. <https://doi.org/10.1590/1982-25542015120031>.
- SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria de análise histórica. Educação e Realidade.** Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5–22, jul./dez.1990.
- _____. **A mulher trabalhadora.** In: História das Mulheres, Século XIX, (Org) Georges Duby e Michelle Perrot. São Paulo: Brasiliense, 1991. p. 443 -476.

Capítulo 8



[Ler capítulo 8](#)

[Voltar ao sumário](#)

Capítulo 8

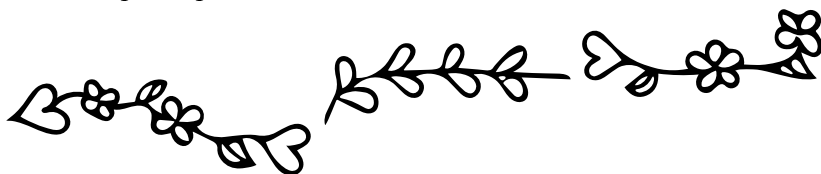
A maternidade na publicidade de mídia impressa: aprendizados em Toronto e São Paulo

Maria Collier de Mendonça
Universidade Federal de Pernambuco

Resumo

Este capítulo apresenta resultados parciais de minha pesquisa de doutorado (MENDONÇA, 2014). Neste projeto, argumentei que a publicidade reproduz e reforça ideais maternos construídos culturalmente e explorei três questões: o que significa ser mãe atualmente; que ideais maternos predominam nas mensagens e imagens publicitárias e como as mães e grávidas dialogam com signos publicitários brasileiros e canadenses. O quadro teórico-metodológico reuniu conceitos dos estudos maternos, semiótica e psicanálise, bem como a realização de pesquisa qualitativa com mães e grávidas em São Paulo e Toronto para explorar percepções sobre a maternidade, a maternagem e os anúncios pesquisados. O *corpus* de pesquisa integra anúncios veiculados nas revistas *Crescer*, *Pais & Filhos*, *Parents Canada*, *Canadian Family* e *Today's Parent* de 2006 a 2013. Por fim, a análise semiótica gerou grupos temáticos de anúncios com características comuns quanto às representações maternas, imagens, mensagens, apelos de venda e ideais culturais, propagados nos dois países.

Palavras-chave: Publicidade. Maternidade. Feminismo. Semiótica. Pesquisa qualitativa.



Introdução: motivações e questões de pesquisa

A experiência pessoal despertou minha curiosidade sobre a *Maternidade na Publicidade*. Em outubro de 2003, ao descobrir que estava grávida, comecei a ler revistas de parentalidade, tais como *Crescer* e *Pais e Filhos*. Geralmente, as linhas editoriais dessas revistas propõem dicas práticas e soluções para dificuldades dos pais em relação à criação dos filhos. Baseiam-se em opiniões de especialistas e relatos de leitores. Posicionam-se como fontes de informações confiáveis e abrangem temas diversos: gravidez, desenvolvimento infantil, alimentação saudável, moda, brincadeiras, atividades de lazer e decoração. Desta maneira, funcionam como guias de estilo de vida e são lidas nas versões impressas ou digitais. Seus públicos-alvo são mulheres urbanas de classe média que trabalham fora, possuem renda própria e têm 1 a 2 filhos com até 12 anos.

Desde o primeiro momento, os anúncios veiculados nessas publicações me intrigavam fortemente, pois, quando se referiam à gravidez e à maternidade, comunicavam mensagens e imagens que pareciam retroceder décadas, ou mesmo séculos. As mulheres grávidas eram representadas como figuras passivas, assexuadas e inexperientes no assunto maternidade; ao passo que as mães eram retratadas como mulheres puras, dóceis e totalmente dedicadas aos filhos.

Em janeiro de 2008, iniciei o mestrado¹ na PUC-SP, sob orientação do psicanalista Oscar Cesarotto, interessada em investigar porque depois de tantas lutas em prol da emancipação feminina, as polaridades nas imagens e valores culturais traduzidos pela publicidade dirigida às mulheres não-mães e mães permaneciam. Em

1 MENDONÇA, Maria Collier de. *Grávidas, mães e a comunicação publicitária. Uma análise das representações da gravidez e maternidade na publicidade contemporânea de mídia impressa*. Dissertação de Mestrado em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

minha percepção, o feminino nas mídias – e principalmente na publicidade – revelavam mundos opostos: de um lado, a sensualidade, o dinamismo e os prazeres mundanos de mulheres independentes, poderosas e sedutoras como Eva; de outro, a dedicação subserviente, pura e santa de mães, próximas à Virgem Maria. Paradoxalmente, nada disso parecia sintonizar, de fato, a multiplicidade de tarefas e papéis que as mães de carne e osso realizavam em suas vidas cotidianas.

Ao longo do mestrado, encontrei artigos, dissertações e teses brasileiras sobre as representações do feminino nas mídias e na publicidade. Todavia, não encontrei pesquisas nacionais centradas no tema da *Maternidade na Publicidade* no campo da comunicação. Por esse motivo, em outubro de 2009, fui a um congresso² internacional na *York University* organizado pela professora Andrea O’Reilly, fundadora dos *Motherhood Studies* (Estudos Maternos, em tradução nossa) em Toronto, Canadá. Em maio de 2010, defendi o mestrado. No segundo semestre do mesmo ano, iniciei o doutorado mantendo a orientação de Cesarotto e, incluindo a coorientação de O’Reilly. Quatro anos depois, defendi a tese na PUC-SP, cuja pesquisa ampliou-se para um estudo binacional envolvendo Brasil e Canadá.

A pesquisa de doutorado partiu da proposição central de que a publicidade reproduz e reforça ideais maternos que são construídos culturalmente, enquanto as experiências maternas trazem à tona vivências cotidianas extremamente relevantes para se compreender as contradições culturais deste fenômeno comunicacional. Por meio da exploração das partes constituintes do contexto investigado, ou seja, os anúncios publicitários selecionados, a escuta de seu público-alvo, bem como a análise da cultura na qual ambos estão inseridos

2 13th Association for Research on *Mothering (ARM) Conference: Mothering and the Environment - The Natural, The Social, and The Built* - October 22-25, 2009, York University, Toronto, Canadá.

e estabelecem processos comunicativos, investiguei três questões. Foram elas: o que significa ser mãe atualmente, que ideais maternos predominam nas mensagens e imagens publicitárias e como as mães e grávidas dialogam com os signos publicitários. O quadro teórico-metodológico incluiu conceitos extraídos da semiótica e da psicanálise, portanto, fundamentou-se em métodos qualitativo-interpretativos. De início, realizei a etapa de pesquisa qualitativa, aplicando as técnicas de entrevistas em profundidade e discussões em grupo com mães e grávidas em São Paulo e Toronto. Em seguida, construí um diálogo interdisciplinar, privilegiando os estudos maternos, a psicanálise e a sociologia para compreender os contextos culturais do tema estudado. Por fim, desenvolvi a análise semiótica³ de anúncios brasileiros, veiculados de 2006 a 2013 nas revistas *Crescer e Pais e Filhos*, e de anúncios canadenses, veiculados de 2010 a 2013, nas revistas *Parents Canada*, *Canadian Family* e *Today's Parent*.

A contribuição de Andrea O'Reilly na contextualização da Maternidade e Maternagem

Andrea O'Reilly (2006) cunhou o termo *Motherhood Studies* (Estudos Maternos, em tradução nossa) para demarcá-lo como um campo distinto e autônomo. De escopo interdisciplinar, o campo se constitui por meio de um diálogo frequente com os estudos das mulheres e os estudos feministas, mas também envolve contribuições de diferentes ciências humanas, sociais e biológicas. Tendo como bases teóricas os trabalhos de Adrienne Rich, Sara Ruddick,

³ Para compreender o detalhamento dos conceitos semióticos e psicanalíticos que guiaram esta pesquisa, favor consultar MENDONÇA, Maria Collier de. *A maternidade na publicidade: uma análise qualitativa e semiótica em São Paulo e Toronto*. Tese de Doutorado em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2014. Disponível em <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/4644>.

Andrea O'Reilly, Patrícia Hill Collins, dentre outras⁴, as reflexões e debates dos estudos maternos incluem, ainda, a participação de instituições não-governamentais, ativistas e demais profissionais que lidam com gestantes, mães e filhos (O'REILLY, 2010).

Segundo O'Reilly (2010), Adrienne Rich foi a primeira a escrever sobre os contrastes e complexidades relacionados às opressões e ao empoderamento, presentes na maternidade. Rich (1986, p. 13) atribuiu dois significados à palavra maternidade: o primeiro, centrado no poder biológico e na capacidade reprodutora de cada mulher; o segundo, associado à maternidade como instituição, cuja força simbólica e normativa assegura o controle masculino sobre os poderes maternos femininos. Neste sentido, a maternidade torna-se opressiva para as mulheres porque subordina-as aos valores patriarcais da cultura norte-americana.

Como trabalhei diretamente com os textos originais em inglês de Rich e O'Reilly, traduzi os termos *motherhood* e *mothering*, para maternidade e maternagem respectivamente. Em minha interpretação, maternidade é o termo que melhor traduz o conceito de *motherhood* (RICH, 1986), porque indica seu vínculo com seu poder biológico e significados simbólico-culturais na língua portuguesa. Do mesmo modo, o termo *mothering* é composto pela fusão do verbo *to mother* com o sufixo *ing*, que indica ação e processo contínuo em inglês, por isso, escolhi a palavra maternagem como sua tradução para o português. Na palavra maternagem, temos o sufixo latino *agem*, que expressa ação ou resultado de ação na língua portuguesa. Além disso, o termo maternagem já vem sendo utilizado em diversas áreas, tais como a psicologia e o serviço social, para designar cuidados com bebês e crianças realizados pelas mães ou outros cuidadores (MENDONÇA, 2014, p. 26).

4 Ver: (Org.) O'REILLY, Andrea. *Maternal Theory: Essential Readings*. Toronto: Demeter Press, 2007.

Segundo O'Reilly (2013, tradução nossa), existem dez pressupostos ideológicos que definem os significados da maternidade patriarcal. Estes atuam de maneira isolada ou coletiva, tornando-a opressiva para as mulheres. São eles: essencialização, privatização, individualização, naturalização, normalização, idealização, biologização, especialização, intensificação e despolitização da maternidade. A essencialização define a maternidade como fundamento da identidade feminina. A privatização restringe o trabalho materno às esferas reprodutiva e doméstica. De modo semelhante, a individualização entende que a maternagem é uma responsabilidade individual, centrada na figura da mãe. A naturalização pressupõe que a maternidade é algo natural para as mulheres, como se todas nós nascêssemos sabendo maternar “naturalmente” e fôssemos guiadas por “instintos” sem necessitar desenvolver habilidades nem utilizar a inteligência em tudo isso. A normalização limita as identidades e práticas maternas ao modelo da família nuclear, no qual a mãe é esposa e cuidadora dos filhos e o pai, é marido e provedor econômico. A biologização enaltece a mãe biológica como a mãe autêntica e real. A especialização e a intensificação pautam a maternidade com base no que Sharon Hays (1996) definiu como *intensive mothering* (maternagem intensiva, em tradução nossa): ideologia que defende a criação dos filhos orientada por especialistas, tornando-a exageradamente demandante em termos de gastos de energia, dinheiro e esforços maternos. A idealização promove modelos maternos inatingíveis, os quais aumentam as expectativas da sociedade sobre as mães, como também intensificam as expectativas e julgamentos das mães sobre si mesmas. Finalmente, a despolitização reduz a criação dos filhos a uma atividade apolítica e privada, sem relações nem implicações sociopolíticas (MENDONÇA, 2014, p. 27-28).

Após estabelecê-los, O'Reilly (2013) enfatizou o quanto é necessário lembrar que da mesma maneira que estes pressupostos ideológicos foram construídos culturalmente, eles podem ser

desconstruídos porque não são naturais tampouco inevitáveis às práticas de maternagem. Para a autora, ao desconstruirmos a narrativa patriarcal da maternidade, viabilizamos a desestabilização e a sustentação de seu discurso; bem como suas consequentes interferências nas práticas e significados da maternagem. Assim, criamos um espaço para articulação de contranarrativas capazes de estimular a criação de práticas de maternagem que empoderem as mulheres, em vez de oprimí-las (ibid., p.187-188).

Principais resultados da pesquisa qualitativa e análise semiótica

Iniciei o projeto ouvindo mães e grávidas em São Paulo e Toronto. Elas frequentemente comparavam as práticas de maternagem com os malabarismos circenses. Em minha interpretação, seus depoimentos sintonizavam as ideias da psicanalista Maria Helena Fernandes (2006) que analisou a figura de Helena Pera: a super-heroína elástica, mãe de três filhos, no desenho animado *Os Incríveis*, da Disney Pixar (2004). Na leitura de Fernandes (ibid.), a mãe-elástico traduz o modelo ideal da mulher pós-moderna.

Percorrendo as trilhas da história, a psicanalista argumenta que as transformações dos ideais culturais costumam derivar de novas conquistas e novos saberes, provocando, assim, o abandono de antigos interesses em função da descoberta de novas necessidades e de novos interesses. Mas, no caso das mulheres contemporâneas, o passar do tempo provocou um grande acúmulo de ideais impossíveis de serem alcançados. “Esticadas entre uma identificação passiva e materna e outra ativa e fálica, as mulheres vão tentando lidar com o excesso que caracteriza as demandas em seu cotidiano. Resulta daí um verdadeiro acúmulo que exige uma elasticidade nunca antes sequer possível de ser imaginada” (FERNANDES, 2006, p. 2).

Para Fernandes (ibid.), a mulher-elástico precisa ser magra, bonita, bem cuidada; mãe dedicada, compreensiva e bem-humorada; amante ardente e sempre disposta; culta e bem informada; economicamente independente; bem-sucedida profissionalmente, além de serena e controlada. Como resultado, sente-se cansada e culpada ao perceber que é impossível ser tudo o que se exige dela.

Endividada consigo própria e com os outros que a cercam, a mulher-elástico é, ao mesmo tempo, por definição, culpada e impotente. Experimentando sempre uma dolorosa sensação de que algo lhe escapou, de que algo transborda sempre do seu cotidiano impossível, a mulher-elástico constata, desamparada, que seu corpo dói! (FERNANDES, 2006, p. 4-5).

Em minha análise, se a elasticidade é uma demanda que sintetiza a busca pela perfeição materna, a exaustão é seu outro lado da moeda. Elásticos podem se romper e as rupturas dessa elasticidade ideal já vêm se manifestando como sintomas da cultura contemporânea, por meio da crescente incidência de psicopatologias como depressão pós-parto, síndrome do pânico, *burnout*, dentre outras.

Ser mãe hoje: semelhanças contextuais entre São Paulo e Toronto

Toronto e São Paulo ilustram o conceito de cidades globais (SASSEN, 1991), pois, concentram atividades econômicas na prestação de serviços especializados e integram redes de operações das grandes empresas multinacionais. Considerando dados demográficos, extraídos dos órgãos governamentais (IBGE⁵ no Brasil e *Statistics Canada*, no Canadá), observamos que atualmente as taxas de fertilidade correspondem a cerca de 1,6 filhos por mulher em ambos países. Brasileiras e canadenses representam mais de 40%

5 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

da população economicamente ativa de cada nação. A maioria dos lares é composta por famílias com diversas configurações, nas quais o modelo heterossexual e patriarcal – tendo o marido como pai-provedor, a esposa-mãe doméstica e cuidadora e seus respectivos filhos biológicos – tornou-se uma delas.

Ao longo da pesquisa qualitativa, aprendemos que a gravidez é uma etapa que reúne sentimentos conflitantes para entrevistadas de ambas cidades. Nesta fase, as emoções afloram e reúnem: alegria e sensação de plenitude, mas também, ansiedade, insegurança e muitas expectativas. Durante o primeiro ano de vida dos filhos, mães e bebês estabelecem vínculos intensos, corporais e afetivos. Depois disso, quando as crianças crescem e se socializam, as mulheres percebem que a maternidade e maternagem revolucionaram suas rotinas cotidianas, provocaram revisões de prioridades e lhes proporcionaram significativos amadurecimentos. Nesse contexto, retomar as atividades profissionais é algo muito difícil para brasileiras e canadenses. Mesmo que se esforcem para conciliar inúmeras tarefas e papéis, sentem que os ideais de perfeição materna afetam sua autoestima e reforçam a sensação de culpa.

Em São Paulo, as mães de classe média contam com o apoio de familiares e empregadas domésticas. Porém, em Toronto, as mães cuidam dos filhos e serviços domésticos sozinhas, por isso, sentem-se mais sobrecarregadas do que as paulistanas. Logo, ao serem expostas aos anúncios publicitários, as mulheres canadenses reagiram de maneira mais crítica do que as brasileiras.

Análise da publicidade: os grupos temáticos brasileiros e canadenses

Em ambos países, os aprendizados da pesquisa qualitativa inspiraram os critérios norteadores dos mapeamentos temáticos dos

anúncios⁶. Em seguida, a análise semiótica revelou como a publicidade reproduz e reforça ideais maternos culturalmente dominantes.

No Brasil, os signos visuais nortearam o mapeamento semiótico da publicidade porque as imagens das mães e grávidas foram os aspectos que chamaram mais atenção e geraram mais comentários ao longo do campo qualitativo com as mulheres brasileiras. Como resultados, mapeamos quatro grupos distintos (figura 1). Foram eles: grupo 1 – anúncios com imagens de mulheres grávidas, grupo 2 – anúncios com imagens de mães e bebês, grupo 3 – anúncios com figuras paternas na cena familiar e grupo 4 – anúncios que utilizam outros recursos verbais e visuais.

Figura 1. Quadro analítico: grupos temáticos dos anúncios brasileiros

<p>G1. Anúncios com imagens de mulheres grávidas</p>	<p>G2. Anúncios com imagens de mães e bebês</p>
<p>G3. Anúncios com figuras paternas na cena familiar</p>	<p>G4. Anúncios que utilizam outros recursos verbais e visuais</p>



Imagens = critério norteador

Fonte: Mendonça (2014).

6 A pesquisa baseou-se em métodos qualitativo-interpretativos. Apesar disso, vale mencionar que finalizamos o trabalho com 89 anúncios mapeados.

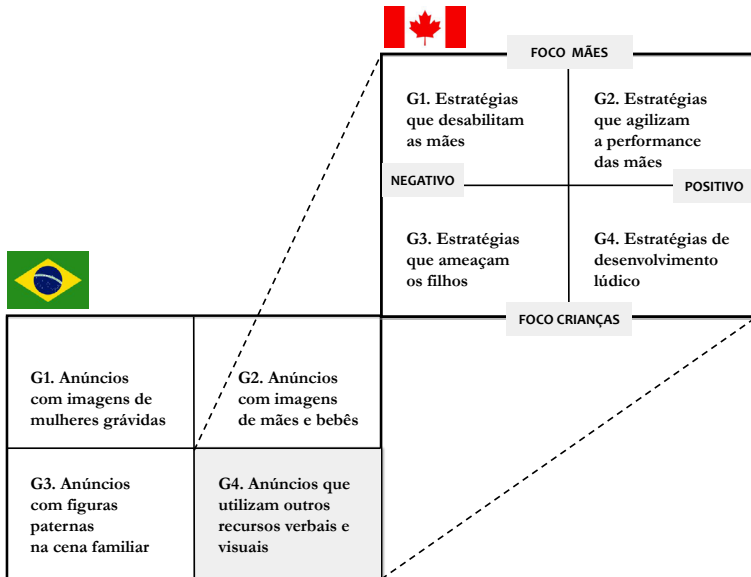
O estágio sanduíche⁷ realizado no Canadá agregou um contraponto analítico relevante à minha pesquisa doutoral. Felizmente, seus resultados ultrapassaram as contribuições teóricas de O'Reilly e enriqueceram a análise da publicidade propriamente dita. Isto ocorreu porque, em Toronto, as entrevistadas reagiram de maneira bem mais crítica às publicidades canadenses. Ao contrário do Brasil, no Canadá, os conteúdos textuais das mensagens publicitárias foram os focos de atenção na pesquisa qualitativa. Em nossa interpretação, as mulheres canadenses concentraram grande parte de seus comentários nas estratégias que a publicidade utilizava para promover práticas de maternagem intensiva (HAYS, 1996) e também para valorizar a cultura da maternidade patriarcal em sintonia com a cultura do consumo.

Por consequência, ao desenvolvermos a análise semiótica dos anúncios canadenses, escolhemos as estratégias utilizadas pelos anunciantes como o critério norteador do mapeamento temático da publicidade. Assim, identificamos quatro novos grupos temáticos, distintos dos brasileiros. Foram eles: grupo 1 – estratégias que desabilitam as mães, grupo 2 – estratégias que agilizam a performance das mães, grupo 3 – estratégias que ameaçam os filhos e grupo 4 – estratégias de desenvolvimento lúdico.

Quando voltei para o Brasil, realizei o movimento analítico final para visualizar correspondências temáticas dentre os novos grupos temáticos mapeados no Canadá com os grupos previamente mapeados em nosso país. O quadro a seguir (figura 2), ilustra como o mapeamento desenvolvido no Canadá possibilitou uma compreensão mais ampla, especialmente do quarto grupo de anúncios brasileiros:

⁷ Realizado com bolsa Capes, na *School of Gender, Sexuality and Women's Studies* da *York University* sob supervisão de O'Reilly, de janeiro a julho de 2013.

Figura 2. Quadro analítico: grupos temáticos no Brasil e Canadá



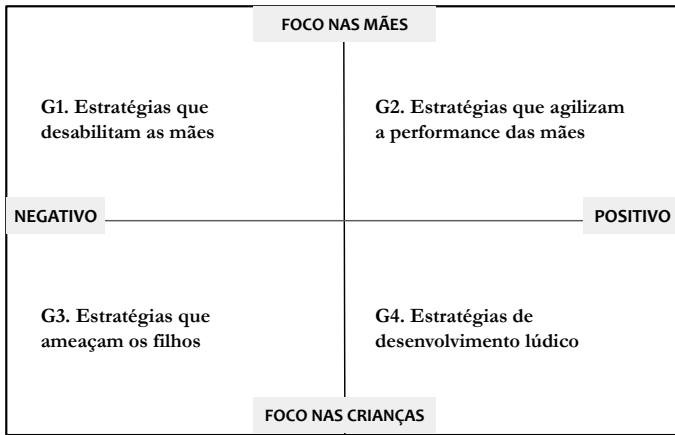
Fonte: Mendonça (2014).

O mapeamento temático da publicidade buscou realizar uma análise panorâmica para ler semioticamente os anúncios como partes integrantes de um todo, formado pelas revistas de parentalidade. Em cada grupo, foram reunidas imagens e mensagens comuns que revelassem ideais e valores culturais presentes nos contextos pesquisados de ambos países. Porém, em função da longa extensão do trabalho completo (MENDONÇA, 2014), este texto se concentrou na discussão da análise realizada no Canadá.

Mapeamento dos anúncios canadenses

As estratégias utilizadas pelos anunciantes para se comunicar com as mães norteamericanas as definições dos grupos temáticos das campanhas canadenses. No quadro analítico a seguir (figura 3), apresentamos o mapeamento dos anúncios canadenses:

Figura 3 – Quadro analítico: grupos temáticos - anúncios canadenses



Estratégias = critério norteador

Fonte: Mendonça (2014).

No quadro analítico canadense, apresentamos o primeiro grupo, ao lado esquerdo no quadrante superior, denominado “estratégias que desabilitam as mães”. Ao lado direito, no quadrante superior, vemos o segundo grupo, denominado “estratégias que agilizam a performance das mães”. Ao lado esquerdo, no quadrante inferior, vemos o terceiro grupo, denominado “estratégias que ameaçam os filhos”. Por fim, ao lado direito no quadrante inferior, vemos o quarto grupo, denominado “estratégias de desenvolvimento lúdico”.

De acordo com Hays (1996), Douglas e Michaels (2004), Katz Rothman (2007) e Warner (2005), atualmente a criação dos filhos tem sido avaliada como bem ou malsucedida, por meio de parâmetros que medem a performance e eficiência individual, extraídos do mundo público, ou seja, da lógica de mercado. Essa lógica frequentemente pauta o discurso da publicidade e das linhas editoriais das revistas nas quais os anúncios pesquisados foram veiculados.

Nesse contexto, as relações entre pais e filhos tendem a ser avaliadas como projetos de trabalho a serem bem executados e planejados

eficientemente. Almeja-se a felicidade, que é associada ao prazer, à satisfação e à completude, à realização e às conquistas materiais, mas, principalmente, ao sucesso (BIRMAN, 2010). O consumo participa do cotidiano das famílias em busca de satisfação e sucesso, integrando um jogo no qual tudo gira em torno da performance dos pais e dos filhos, pois a regra é jogar para vencer (WARNER, 2005). Pretende-se controlar o imprevisível, para isso, são vendidas receitas práticas que prometem incrementar a autonomia, autoestima e qualidade de vida das pessoas para que elas possam conquistar a felicidade (BIRMAN, 2010). Em virtude disso, duas palavras-chave destacaram-se na análise dos anúncios canadenses. São elas: performance e estratégia. O verbo *to perform* pode ser traduzido de inglês para português como *realizar*, *fazer* ou *interpretar*. Já o substantivo *performance* pode ser traduzido para a nossa língua como *desempenho*.

No campo do marketing, o planejamento estratégico é considerado extremamente importante. Segundo Stanton, Etzel e Walker (1994, p. 61), “planejar é decidir agora o que pretendemos fazer mais tarde, incluindo-se como e quando vamos fazer o que pretendemos” (ibid., p. 61). O enfoque mercadológico é, de fato, pragmático. Stanton, Etzel e Walker (1994, p. 62) afirmam que “um objetivo é simplesmente um resultado desejado”. Por isso, o planejamento eficaz necessita determinar objetivos a serem alcançados, através da implementação de planos (ibid., p. 62). Há, portanto, um denso trabalho de planejamento estratégico que define e norteia o que deve ser comunicado sobre as marcas no funcionamento do marketing e da publicidade. Afinal, as vendas dos produtos e suas campanhas publicitárias necessitam obter performances correspondentes aos objetivos de marketing e de comunicação, os quais são previamente determinados.

No entanto, quando essa lógica estratégica e performática é transferida das empresas para a vida cotidiana dos consumidores, ocorre também uma migração de métodos e até de critérios de

avaliação da performance das mães. Receitas práticas, geralmente veiculadas nas mídias, passam a indicar os modos de maternagem bem-sucedida ou socialmente adequada, mas tendem a ignorar os saberes maternos. Produtos e marcas prometem agilidade e melhor desempenho materno, tal como prazer, satisfação e ilusão de completude, além de segurança e proteção para as crianças.

Nessa perspectiva, citamos John Berger (1982), este autor defende que a publicidade trata do *vir-a-ser* dos futuros compradores, porque participa do nosso cotidiano, reproduzindo valores culturais das ideologias dominantes, por meio de discursos que projetam um imaginário de sonhos e ideais a serem perseguidos. Segundo Berger, a publicidade lida com questões sociais e comunica promessas de transformação dos futuros compradores em serem humanos invejáveis, por meio do consumo dos objetos anunciados (BERGER, 1982).

Grupo 1: Anúncios canadenses cujas estratégias desabilitam as mães

Figura 4 - Estratégias que desabilitam as mães

Enfamil A+
(Parents Canada, outubro, 2011)

Leite em pó Similac
(Today's Parent, outubro, 2012)

Fonte: Mendonça (2014)

Nos anúncios do primeiro grupo canadense (figura 4), observamos estratégias centradas em como as mães devem atuar, para que possam atender às expectativas de desempenho moldadas pela cultura da maternidade. Estas estratégias geralmente utilizam apelos que tendem a desabilitar os saberes e práticas correntes das mães ou, então, em representações maternas que retratam as mulheres em posições servis e submissas, portanto, por elas indesejadas.

Em boa parte dos anúncios deste grupo, ocorre uma apropriação dos saberes maternos por parte dos anunciantes. Seus discursos inicialmente diminuem as competências maternas, ressaltando sentimentos de culpa ou de fracasso performático nas mães; para dizerem, em seguida, que, se as mães contarem com ajuda de seus produtos e marcas, poderão desempenhar as funções maternas de maneiras plenas e satisfatórias.

Por meio dessas estratégias, a publicidade tanto ressalta a oposição binária entre as figuras míticas da mãe boa e má, quanto enaltece o ideal inatingível da perfeição materna. Logo, ao apresentar estratégias que evidenciam dificuldades maternas nas tarefas de cuidado, amamentação e nutrição dos filhos, seus textos buscam enfraquecer a autoconfiança e a autoestima das mães, para que elas se sintam desinformadas, culpadas ou inseguras e se submetam às propostas anunciadas.

Neste sentido, os leites em pó Enfamil A+ e Similac reforçam que as boas mães naturalmente desejam que os filhos se desenvolvam e sejam felizes; para isso, procuram nutri-los adequadamente e poderão ser bem-sucedidas se utilizaram seus produtos, porque eles são formulados de modos semelhantes ao leite materno, que é o alimento “ideal” para nutrir o bebê.

Os títulos dos anúncios de leite em pó Enfamil A+ afirmam: “Você quer que ela seja saudável, feliz, curiosa, brincalhona,

inteligente, bem-sucedida, enérgica, engraçada, atlética” (tradução nossa). E também dizem à mãe: “É natural querer o melhor para as lembranças, felicidade, educação, desenvolvimento, amizades, infância, saúde e futuro de seu filho. O novo Enfamil A + agora está ainda mais próximo do leite materno” (tradução nossa).

O concorrente, o leite em pó Similac Advance, constrói um discurso muito semelhante ao de Enfamil A+. Seu título afirma: “Você vai nutrir os grandes sonhos dela. E nós vamos ajudar a nutrir o seu corpo, que está em crescimento” (tradução nossa). Em seguida, o texto destaca os ingredientes da fórmula para sinalizar, ao mesmo tempo, expertise tecnológica e proximidade do produto com o leite materno: (...) “Saiba mais sobre a nossa fórmula, que é a mais próxima do leite materno, no website Similac.ca” (tradução nossa).

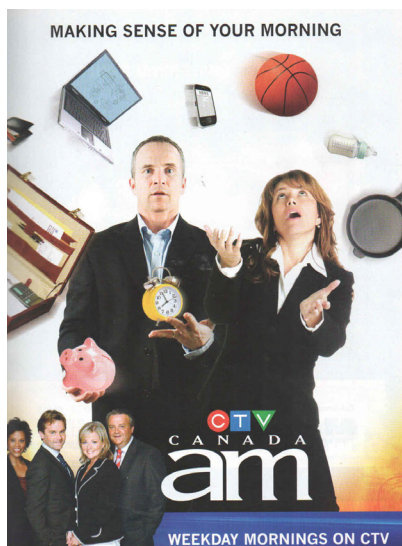
O ponto de partida nos textos desses anúncios é basicamente o mesmo: as duas marcas (Enfamil A+ e Similac Advance) partem do problema, centrado na falta materna quanto à nutrição das crianças, e posicionam seus produtos como soluções. Paradoxalmente, apesar das entrevistadas criticarem estas abordagens negativas, elas parecem tocar, de fato, em preocupações e inseguranças que realmente existem. Afinal, parte das mães canadenses nos relatou dificuldades para amamentar ou alimentar os filhos adequadamente ao longo do campo qualitativo.

Outro aspecto curioso são os nomes destes produtos. Enfamil sugere-nos reunir a palavra *enfans*, que significa *criança*, em francês, e deriva do latim *infans*: “aquele que não fala ou que não consegue se comunicar através da linguagem verbal” (VERÍSSIMO, 2011 p. 6), com *milk*, que significa *leite*, em inglês. Similac, por sua vez, sugere-nos reunir o adjetivo *similar*, comum ao inglês e ao português, ao termo *lacteal*, em inglês, que pode

ser traduzido para *láceteo*, em português; ambos são de origem latina e referentes a leite.

Grupo 2: Anúncios canadenses cujas estratégias agilizam a performance das mães

Figura 5 – Estratégias que agilizam a performance das mães



CTV Canada
(Canadian Family, inverno, 2011)



Vicks
(Parents Canada, março/abril, 2010)

No segundo grupo canadense (figura 5), reunimos peças publicitárias cujas estratégias utilizam apelos tecnológicos para facilitar as vidas das mães ou anunciantes que demonstram compreender o cotidiano intenso e atarefado de seu público-alvo, de maneiras próximas e bem-humoradas. Nos anúncios deste grupo, os discursos e imagens publicitárias abordam as “necessidades” maternas de maneiras positivas e buscam incrementar as performances de seu público-alvo. Conforme comprovamos nos relatos das entrevistadas de São Paulo e Toronto, os códigos da esfera

pública – e até mesmo do mercado de trabalho – moldam as características da maternagem socialmente adequada (HAYS, 1996). Nesse sentido, nas duas cidades pesquisadas, exige-se que as mães de classe média sejam ágeis, eficientes, versáteis e flexíveis.

As imagens e mensagens de CTV Canada e Vicks VapoRub remetem, portanto, aos malabarismos maternos de maneira bem-humorada. E, assim, procuram demonstrar compreensão do cotidiano multifacetado de seu público-alvo. Seus anúncios geram identificação com situações do dia a dia; por consequência, posicionam suas marcas como aliadas das mães, utilizando um tom leve e bem-humorado ao transmitirem a mensagem de adequação aos valores culturais do mundo externo, ou seja: dinamismo, velocidade e flexibilidade.

Grupo 3: Anúncios canadenses cujas estratégias ameaçam os filhos

Figura 6 – Estratégias que ameaçam os filhos



Fundos Children's Education Funds Inc.
(Parents Canada, março, 2010)

Protecting your baby
is your **1st** priority.

Safety 1st

Safety 1st has been the provider of innovative solutions for over 50 years.

Safety 1st is the leader in car seat safety.

Side impact collisions is by far the deadliest type of collision for children, accounting for 1 in 3 child fatalities. Nearly all of which are caused by head trauma.

It's important to know where your car seat is made. Safety 1st Air Protect car seats are designed, developed, tested and manufactured here in North America.

air protect

...it's ours too.

air protect is now available in car seats for every age and price point.

Why air protect?

Side impact collisions are the biggest threat to children on the road today.

Most crash fatalities involving children are due to head trauma.

Air Protect™ extends ride-along time, which is the number of seconds it takes to stop a child's movement in a crash.

Safety 1st presents Air Protect™ Technology—the most innovative safety feature ever offered in a car seat.

side-impact protection side-impact protection side-impact protection side-impact protection side-impact protection side-impact protection side-impact protection side-impact protection side-impact protection side-impact protection

Assento infantil para carro Safaty 1st
(Today's Parent, maio, 2012)

No terceiro grupo de anúncios (figura 6), as mensagens enfatizam os riscos relacionados à sobrevivência e ao futuro das crianças. Os anunciantes acentuam e sensibilizam as preocupações dos pais com o bem-estar dos filhos, tanto no presente quanto no futuro. Para isso, utilizam estratégias de advertência que amedrontam os pais e evidenciam ameaças à saúde, à segurança, ao desenvolvimento infantil, à educação e até mesmo à vida dos filhos. As campanhas publicitárias apelam para necessidades de precaução e de controle; posto que a ideia de fracasso performático, o sofrimento emocional

e financeiro ou até a própria morte evidenciam fragilidades e inseguranças aterrorizantes dos pais, portanto, de fato, estimulam a compra de certos produtos e serviços.

Signos emblemáticos do capitalismo, as instituições financeiras comunicam seus produtos financeiros e planos de previdência educacional utilizando estratégias ameaçadoras. Por exemplo, o anúncio dos fundos de previdência educacional *Children's Education Fund* transmite uma mensagem que tanto ameaça quanto estimula os pais a investirem no futuro dos filhos. Na página à esquerda, o título adverte: “As crianças crescem tão rápido quanto as despesas educacionais” (tradução nossa). Mas, na página à direita, já reanima os pais, dizendo: “Alimente o sonho” (tradução nossa). Como era de se esperar, em seguida, o texto finalmente oferece a solução adequada, ou seja, o *Children's Education Fund*:

Texto na página da esquerda, *Children's Education Funds*:
Antes que o seu filho cresça mais uma polegada, comece já a poupar no *Children's Education Funds Inc.* CEFI tem a melhor seleção de Planos de Previdência Educacional. É fácil e muito acessível. Você pode começar a poupar com prestações de menos de dez dólares por mês! Poupe sempre que você irá se surpreender com o quanto poderá acumular (...) Visite o website www.CEFI.CA ou ligue 1(800) 246-1203 (tradução nossa).

A página da direita, no anúncio do *Children's Education Fund*, apresenta a imagem de uma floresta com muitas árvores esverdeadas, na qual vemos um pai apontando para cima com seu filho nos ombros. O homem aponta para o topo das árvores, de modo que a criança veja o que está no alto. Anúncios como este usam estratégias que apontam caminhos para o sucesso e a realização dos filhos. A mensagem central é de avanço e progresso.

Em se falando de segurança, as campanhas publicitárias de assentos para transportar crianças em automóveis obtiveram

destaque no *corpus* canadense. O anúncio de Safety 1st é o exemplo mais significativo nesta categoria de produtos. Seu texto enfoca a importância da prevenção contra acidentes nas estradas. Para isso, apresenta estatísticas relacionadas às consequências dos acidentes envolvendo bebês e crianças pequenas.

O título afirma que proteger o bebê é a prioridade das mães e também da Safety 1st. Para comunicar a sintonia do fabricante com as preocupações maternas, são utilizados alguns recursos visuais. Ao lado esquerdo, destaca-se a imagem de um corpo grávido sem rosto, que porta um precioso feto. Sobre este ventre grávido, vemos duas mãos femininas que tanto o protegem, quanto se posicionam espelhadas de modo a ressaltar dois elementos gráficos, traçados em forma de parênteses. Estes elementos assemelham-se ao losango integrante do logotipo da marca e nele encontramos o número <1st>.

O nome do produto – <air> *protect* – também está emoldurado pelo mesmo elemento gráfico. E a imagem, na parte superior da página à direita, mostra a cabeça de um bebê sendo protegida pelas mãos de um adulto, compondo novamente uma forma losangular.

A repetição dos losangos na logomarca, no nome do produto, nas mãos envolvendo a cabeça do bebê e sobre a barriga grávida visam a reforçar a preocupação da Safety 1st com proteção e segurança. O losango é uma forma geométrica que apresenta fechamento e simetria, por isso, transmite sensações de aconchego e proteção.

Como vimos, o texto do anúncio de Safety 1st ressalta inicialmente os riscos das colisões para bebês e crianças pequenas. E, depois de alertar os pais, apresenta sua tecnologia avançada, além dos exclusivos recursos de segurança de seus produtos, como solução ideal. Segue a tradução da peça:

Safety 1st

Título: Proteger seu bebê é sua prioridade número um e

é a nossa também.

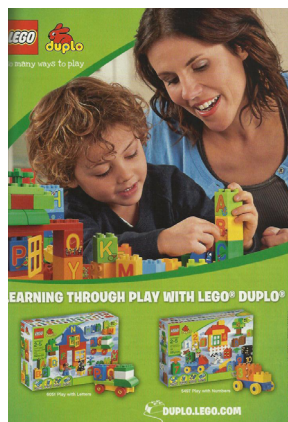
Texto: *Safety 1st* oferece soluções inovadoras há mais de 50 anos (...). *Safety 1st* é a marca líder em segurança na categoria de assentos infantis para automóveis (...). Colisões de impacto lateral são o tipo de colisão mais fatal para as crianças e respondem por 1 em cada 3 mortes infantis, sendo que quase todas estas mortes são causadas por traumatismo craniano (...). É importante saber onde seu assento para automóvel foi fabricado. Os assentos *Safety 1st Air Protect* são projetados, desenvolvidos, testados e fabricados aqui na América do Norte (...). As colisões de impacto lateral são a maior ameaça para as crianças nas estradas atualmente. A maioria das mortes em acidentes que envolveram crianças, ocorreram devido a traumatismo craniano (...). *Safety 1st* apresenta a tecnologia *Air Protect* - o recurso de segurança mais inovador que existe hoje em dia nos assentos para automóveis (tradução nossa).

Grupo 4: Anúncios canadenses cujas estratégias estimulam o desenvolvimento lúdico dos filhos

Figura 7 – Estratégias de desenvolvimento lúdico



Resort Transat Holidays
(Today's Parent, maio, 2013)



Legó
(Today's Parent, outubro, 2012)

Para Winnicott (1975), brincar é uma atividade simbólica, que tanto expressa quanto estimula o desenvolvimento da imaginação e da criatividade infantil. Segundo Bittencourt (1997), Winnicott compreende a criatividade como um fenômeno universal, que não se restringe a privilegiados, portanto, para o psicanalista britânico, viver criativamente corresponde ao modo saudável de se viver (BITTENCOURT, 1997, p. 108). Isso requer a “possibilidade de ousar experimentar o mundo, de ter ilusões, de experimentar o espanto diante da realidade e de tentar transformá-la” (BITTENCOURT, 1997, p. 109). Vale ressaltar que o brincar tem sua origem na área da ilusão, palavra que vem do latim *ludere* (ibid., p. 109).

No Canadá, o quarto grupo temático (figura 7) estimula o desenvolvimento lúdico das crianças, por meio do aprendizado cotidiano e da diversão familiar. Seus anúncios propagam mensagens educativas ilustradas por famílias reunidas dentro de casa, ou em momentos de lazer e aventuras fora de casa.

Neste grupo, os sonhos, as brincadeiras e as experiências pelo mundo afora passam a ser codificados pelo consumo. Se dentro de casa, os jogos, os brinquedos, os livros e demais objetos penetram no cotidiano visando a educar os filhos de maneiras divertidas. As decorações dos quartos, os chás de bebês e as festas infantis também incorporam esse clima de magia e cenários produzidos. Tudo deve combinar nos enxovais, nos móveis ou nas paredes dos quartos das crianças; tal como as lembrancinhas, os bolos e demais artigos que seguem o tema eleito para alegrar a festa da princesa ou do super-herói favorito. Busca-se, sobretudo, uma produção perfeita!

Fora de casa, o destino das viagens familiares nos fins de semana e nas férias são cenários perfeitos. Neles, as famílias poderão desfrutar momentos de diversão instantânea e aventuras fabulosas. Se forem juntos ao maravilhoso Transat Resorts, experimentarão “férias familiares perfeitas” (tradução nossa), “em um cenário

de tirar o fôlego, com jantares requintados, um clube infantil que seus filhos vão adorar, uma discoteca animada, um spa relaxante e serviços de qualidade superior” (tradução nossa).

Na visão de Everardo Rocha (2006), a publicidade encena uma vida semelhante ao nosso cotidiano, mas que é sem dor, angústia, dúvida ou fragilidade. Constrói-se, então, um cenário mágico e feliz, onde crianças sorriem, mulheres desejam e homens são plenos. Segundo Rocha: “a publicidade contrasta com o nosso credo racional, pois nela os objetos desejam e podem se transformar em afetos, sensações, emoções” (ROCHA, 2006, p. 49-50).

E, assim sucessivamente, a cultura do consumo capitaliza a magia das brincadeiras e das descobertas do mundo, tão necessárias ao desenvolvimento infantil. Enquanto isso, as mães incorporam a nova função de prover suas famílias com bons momentos de diversão lúdica. Mesmo dentro de casa, o cotidiano deve envolver toda essa magia, porque educar os filhos – adequadamente – agora “precisa” ser divertido. Afinal, as crianças contemporâneas necessitam de estímulos para desenvolverem a imaginação, a criatividade, a inteligência e as demais habilidades. Tudo isso requisita o envolvimento dos pais nas brincadeiras e nas novas atividades educativas dos filhos, conforme anuncia a marca de brinquedos Lego Duplo:

Lego Duplo

Título: Aprendendo através da brincadeira com Lego® Duplo®.

Assinatura: Lego® Duplo®. Muitos jeitos de brincar (tradução nossa).

Considerações finais

Quando entrevistamos as mães canadenses, os aspectos que mais nos chamaram atenção foram o exercício da maternagem

solitária e sua conseqüente exaustão, assim como a postura tendencialmente mais crítica na avaliação dos anúncios publicitários. Ainda que as receitas práticas de melhor performance materna estampassem as capas de revistas brasileiras e canadenses, os receios de fracasso performático e as ansiedades de se manterem “*always on-duty*” mostraram-se mais massacrantes no Canadá do que no Brasil.

Dessa maneira, as mães de Toronto nos ajudaram a mapear *A Maternidade na Publicidade* a partir de novas perspectivas. Suas críticas aos ideais da perfeição materna foram muito importantes, pois, elas tanto relataram como se sentiam pressionadas, quanto comprovaram que havia sintonia entre nossas pesquisas bibliográficas e suas experiências de maternagem.

Vale ressaltar que, valores individualistas e capitalistas também pautam as atuações maternas contemporâneas na América do Norte. Neste sentido, a cultura local exige que elas sejam ágeis, eficientes, versáteis e flexíveis, conforme vimos na pesquisa qualitativa e análise dos anúncios canadenses.

Em ambos países, as figuras paternas são raríssimas nas campanhas publicitárias. Deste modo, mães e crianças predominam nas cenas representadas. Por meio de diversos recursos – imagens, mensagens e estratégias de comunicação – a publicidade reproduz e reforça a maternidade patriarcal. Os anunciantes apresentam mulheres desempenhando tarefas de maternagem e assumem a voz do saber para instruir práticas de maternagem segundo o modelo patriarcal e a cultura do consumo. Neste sentido, especialmente no Brasil, a idealização do amor materno é fortemente associada às mensagens de Johnson’s e Natura, enquanto o desenvolvimento lúdico das crianças é incentivado por Omo e a performance multifacetada das mães-elásticas é reforçada por Toyota. Assim, a publicidade analisada incentiva as mães a seguirem seus conselhos, comprarem seus produtos,

mas – sobretudo – a almejem o modelo contemporâneo da mulher-mãe impossível: dinâmica, eficiente, multifacetada e flexível dentro e fora de casa.

Finalizo este capítulo agradecendo a Oscar Cesarotto e Andrea O'Reilly por terem me guiado de maneira criativa e acolhedora ao longo do prazeroso percurso de pesquisa doutoral.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Referências

- BERGER, John. **Modos de ver**. Lisboa: Edições 70, 1982.
- BIRMAN, Joel. In: FREIRE FILHO, João (Org.). **Ser feliz hoje: reflexões sobre o imperativo da felicidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2010. Cap. 1 p.27-p.47.
- BITTENCOURT, Anna-Maria de Lemos. **O brincar e a área de ilusão**. In: PODKAMENI, Angela Baraf e GUIMARÃES, Marco Antonio Chagas (Org.). Winnicott: 100 anos de um analista criativo. Rio de Janeiro: NAU, 1997. 4a. Parte: O lugar da cultura na obra de Winnicott. p. 105-114.
- DOUGLAS, J. Susan; MICHAELS, W. Meredith. **The Idealization of Motherhood and How It Has Undermined All Women: The Mommy Myth**. New York: Free Press, 2004.
- FERNANDES, Maria Helena. **A Mulher-Elástico**. In: II Congresso Internacional de Psicopatologia Fundamental, 2006, São Paulo. **Anais Eletrônicos**: PUC-SP, Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica, Laboratório de Psicopatologia Fundamental, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://psicopatologiafundamental.org/pagina-trabalhos-completos-465>> Acesso em: 29 jun. 2017.

- HAYS, Sharon. **The Cultural Contradictions of Motherhood**. New Haven & London: Yale University Press, 1996.
- KATZ ROTHMAN, Barbara. **Motherhood under Capitalism**. In: TAYLOR, Janelle S., LAYNE, Linda L. e WOZNIAK, Danielle F. *Consuming Motherhood*. New Jersey: Rutgers, 2004. Con-Texts. p. 19-30.
- _____. **Beyond Mothers and Fathers: Ideology in a Patriarchal Society**. In: **Maternal Theories: Essential Readings**. (Org.) O'REILLY, Andrea. Toronto: Demeter Press, 2007. cap.24: p.390-407.
- MENDONÇA, Maria Collier de. **Grávidas, mães e a comunicação publicitária. Uma análise semiótica das representações da gravidez e maternidade na publicidade contemporânea de mídia impressa**. Dissertação de Mestrado em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/5287>. Acesso em: 15 mai. 2021.
- _____. **A Maternidade na publicidade: uma análise qualitativa e semiótica em São Paulo e Toronto**. Tese de Doutorado em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2014. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/4644>. Acesso em: 15 mai. 2021.
- _____. Elastic Mothers at a Crossroad. A Qualitative and Semiotic Analysis of Motherhood in Advertising in Toronto and Sao Paulo. In: **Journal of the Motherhood Initiative for Research and Community Involvement**. Toronto, ed.: Communicating Motherhood/ Mothers Communicating in Popular Culture and Social Media. Spring/Summer, 2015. v.6. n.1, p.148-167. Disponível em: <https://jarm.journals.yorku.ca/index.php/jarm/article/view/40248>. Acesso em: 15 mai. 2021.
- MENDONÇA, Maria Collier de e CESAROTTO, Oscar Angel. Brazilian Mothers and Advertising: A Semiotic Approach on How Brazilian Advertising Has Been Building the Imaginary of Pregnancy and Motherhood. In: **Journal of the Motherhood Initiative for Research and Community Involvement**. Toronto, ed.: Mothering and the Environment: The

- Natural, The Social, The Built. Spring/Summer, 2011. v.2. n.1, p.242-273. Disponível em: <https://jarm.journals.yorku.ca/index.php/jarm/article/view/32370/29485>. Acesso em: 15 mai. 2021.
- NÖTH, Winfried. **Panorama da Semiótica: de Platão a Peirce**. 4a ed. São Paulo: Annablume, 2008.
- O'REILLY, Andrea. Introduction. In: **Twenty-first Century Motherhood: Experience, Identity, Policy, Agency**. (Org.) O'REILLY, Andrea. New York: Columbia University Press, 2010. p.01-20.
- _____. "It saved my life": The National Association of Mothers' Centres, Matricentric Pedagogy and Maternal Empowerment. **Journal of the Motherhood Initiative for Research and Community Involvement**. Toronto, ed.: Mothers, Education and Maternal Pedagogies, Spring/Summer, 2013, v. 4, n.1, p: 185-209. Disponível em: <https://jarm.journals.yorku.ca/index.php/jarm/article/view/36839/33478>. Acesso em: 15 mai. 2021.
- RICH, Adrienne. **Of Woman Born. Motherhood as Experience and Institution**. Norton & Company: New York: Norton & Company, 1986.
- _____. Introduction from Of Woman Born. In: **Maternal Theories: Essential Readings**. (Org.) O'REILLY, Andrea. Toronto: Demeter Press, 2007. cap.1: p.6-10.
- ROCHA, Everardo. **Representações do consumo: Estudos sobre a narrativa publicitária**. Rio de Janeiro: PUC Rio/ Mauad, 2006.
- SANTAELLA, Lucia. **O que é semiótica?** 1a ed. São Paulo: Brasiliense, 2007. (Primeiros Passos)
- STATON, William J., ETZEL, Michael J. e WALKER, Bruce J. **Fundamentals of Marketing**. International Edition/ Tenth Edition. United States of America: McGraw-Hill, 1994.
- WARNER, Judith. Perfect Madness: **Motherhood in the Age of Anxiety**. New York: Penguin Books, 2006.
- WINNICOTT, Donald. **O Brincar & a Realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

Capítulo 9



[Ler capítulo 9](#)

[Voltar ao sumário](#)

Capítulo 9

Perspectivas da maternidade no cinema: *A Cor Púrpura*, sororidade e empoderamento feminino

Elizabeth Souto Maior

Universidade Federal da Paraíba

Resumo

À luz da crítica feminista negra estadunidense (DAVIS, 1981; hooks, 1981, 1989; LORDE, 1984; HILL-COLLINS, 2000, 2016), este capítulo analisa a representação da maternidade e maternagem na adaptação fílmica de Steven Spielberg de *A Cor Púrpura* (1984), baseada no romance homônimo de Alice Walker. Narrando as histórias de dor e sofrimento de cinco mulheres negras no sul dos Estados Unidos entre 1909 e 1949, o filme enfoca a transformação pessoal de várias personagens femininas, especialmente da protagonista Celie. Desde a adolescência, Celie enfrenta inúmeros momentos de violência e opressão patriarcal, mas consegue passar do status de oprimida e silenciada à empoderada. Contando com uma rede de apoio e a sororidade de uma comunidade de mulheres negras na qual Shug se destaca, Celie é impulsionada, juntamente com Nettie, Sofia e Squeak, a vivenciar um processo de importante transformação pessoal. Na ausência das *bloodmothers* (mães biológicas), são as *othermothers* (outras mães) que exercem papel fundamental na vida das referidas personagens em busca de autonomia e liberdade. O filme aponta para uma possível conciliação dos anseios de independência das personagens com os de seus companheiros, possibilitando a concretização do empoderamento feminino negro.

Palavras-chave: Maternidade. *A Cor Púrpura*. Alice Walker. Empoderamento.

Introdução

O romance epistolar *A Cor Púrpura* (1982), de autoria de Alice Walker, uma das mais renomadas escritoras negras estadunidenses, venceu o prêmio Pulitzer de 1983 e foi adaptado para as telas do cinema em 1985, sob a direção do aclamado Steven Spielberg. Impactante, pungente, polêmico, o filme foi sucesso de público e crítica, premiado com Oscar de melhor atriz para Whoopi Goldberg, embora tenha desagradado a própria Walker, que não viu representado na telona, pelo menos com a mesma intensidade com que concebera a obra literária, a crítica ao sexismo, a denúncia da violência doméstica de mulheres negras pelos seus opressores (desta vez não os donos de escravos, mas os próprios companheiros, os homens negros), tampouco a força da relação amorosa entre as amigas Celie e Shug Avery. Segundo Walker, o romance não é apenas uma narrativa de dor, abandono e desolação através de gerações, na região estadunidense da Geórgia do início a meados do século XX, mas, acima de tudo, uma história de amor entre duas irmãs, Celie e Nettie, como também entre duas mulheres, intenção que tinha em mente no momento de escritura da obra.

Dado ao intenso ativismo de Walker, que luta contra a opressão de homens e mulheres negras em vários contextos do mundo¹, é impossível desatrelar da obra cinematográfica a insatisfação da autora com o pouco espaço dado a questões de raça e classe na sociedade estadunidense. Em entrevista sobre a intensidade da dor experimentada pela protagonista Celie face à violência sexual

1 O engajamento da escritora na luta contra a clitoridectomia forçada de mulheres no continente africano levou-a a ser co-editora do livro *Warrior Masks*, junto com Pratibha Parmar em 1997, resultante de entrevistas feitas em viagem ao referido continente.

sofrida, perpetrada pelo próprio pai negro, também abusador de sua mãe, Walker diz:

Até eu achava quase impossível deixá-la dizer o que havia acontecido a ela do modo como percebia... E por quê? Porque ao desmentir abertamente que o estupro é agradável, que as crianças não são permanentemente atingidas pela dor sexual, que a violência feita contra elas é levada embora pelo medo, silêncio e pelo tempo, você é deixado com a sensação do horror absoluto das vidas de milhares de crianças... que já foram abusadas sexualmente e a quem nunca foram permitidas usar sua própria linguagem para contar (WALKER, 1988, p.57)

A crítica feminista negra estadunidense (RICH, 1976; DAVIS, 1981; hooks, 1981, 1989; LORDE, 1984; CRENSHAW, 1991) empreende esforços constantes para lembrar à sociedade civil que os ecos da escravidão, os açoites e a exploração dos corpos de homens e mulheres negras por senhores de escravos pode ser revisitado nos dias atuais pela segregação racial ainda tão visível na sociedade. A mídia televisiva notícia, quase diuturnamente, eventos como o de Charlottesville², a violência policial gratuita sobre os corpos negros, o extermínio em massa, a gentrificação das cidades, a falta de oportunidades de trabalho para os negros nas periferias, o difícil acesso de pessoas negras à educação superior, os altos índices de mortalidade de mulheres negras após abortos clandestinos, dentre tantas outras questões.

Aqui pretendemos discutir os modos através dos quais essas questões perpassam narrativas de autoras como Walker, que em

2 Em agosto de 2017, na cidade de Charlottesville no estado da Virgínia, uma série de protestos de supremacistas brancos contra a retirada de uma estátua de um general confederado da Guerra Civil, provocou medo, insegurança e tensão racial nos Estados Unidos. Na ocasião, o grupo conhecido como *Unite the Right*, composto por mais de 900 organizações diferentes, gritava em alto brado seu descontentamento contra negros, judeus e homossexuais.

A Cor Púrpura, não apenas problematiza como enxerga que o poder do patriarcado continua a ser exercido sobre mulheres negras através de mecanismos de dominação externos e internos.

No filme, o inimigo de duas dessas mulheres são seus próprios companheiros, abusadores como Mister/Albert, ou estupra-dores como o padrasto da protagonista Celie e o oficial da prisão que abusa sexualmente de Squeak. No entanto, as mulheres de Walker lutam contra toda sorte de adversidade e encontram alternativas viáveis para cuidar umas das outras, oferecendo suporte emocional e possibilidades de reconhecimento de sua força interior. O espectador observa no filme a gigantesca capacidade de resiliência e superação das mulheres, que funciona como um catalisador da esperança de seus filhos, mesmo que tenham sido forçosamente retirados dos seus cuidados. A sororidade é o fator preponderante que permite à Nettie, por exemplo, conseguir cuidar dos filhos de sua irmã Celie, que acreditava estar morta, na África, até a vida adulta. São também outras mulheres negras que ajudam Sophia, vítima do abuso de poder do prefeito de sua cidade, na criação de suas crianças, desde muito pequenas, até que cumprisse a pena pelo crime cometido e saísse da prisão. Por último, ainda que Celie não tenha gerado os filhos do marido Albert, se vê forçada a criar crianças que a desobedecem e maltratam. Entretanto, através de sua resiliência e usando as ferramentas que tem ao seu dispor, Celie supre as necessidades afetivas dos enteados da melhor forma que encontra.

O filme *A Cor Púrpura* também trata da homossexualidade feminina, embora de modo muito mais sutil e incidental na telona do que nas páginas do romance original. Observamos que a mentoria de Shug Avery, uma mulher negra sexy e dona de si que funciona como um *role model* para Celie, a faz enxergar a potência de sua beleza, sua sexualidade inexplorada, sua capacidade para

o trabalho e para a autonomia financeira longe do companheiro abusador Mister/ Albert.

A maternagem e a salvação coletiva das mulheres em *A Cor Púrpura*

No filme *A Cor Púrpura*, o espectador presencia os efeitos do período pós-guerra civil americana, dentre os quais a impossibilidade da população negra se inserir socialmente enquanto sujeitos face a um novo *status quo*, teoricamente agora mais inclusivo, em que não se morre mais enforcado ou açotado por um capataz pelo simples fato de se ter nascido uma pessoa de cor. A adaptação fílmica concentra sua atenção nos esforços depreendidos individual e coletivamente por um grupo de personagens negras, Celie, Nettie, Shug, Sophia e Squeak, que buscam se desvencilhar das amarras de um sistema patriarcal e socioeconômico que as oprime triplamente enquanto mulheres, negras e pobres. Lutando contra forças que operam em sentido contrário à sua autonomia e liberdade, as personagens femininas reagem contra os discursos heteronormativos vigentes, reivindicando seu espaço no mundo, por um lugar para si em que possam exercer sua autonomia, gerar renda e gozarem de uma vida produtiva e feliz.

O filme inicia em um campo de flores roxas, onde duas irmãs cantam e brincam juntas a canção “Makidada/ nada vai nos separar”. A cena de alegria é substituída rapidamente por uma noite sombria e chuvosa, no inverno de 1909, em que Celie, ajudada pela irmã mais nova, dá à luz o primeiro filho, sob os olhares críticos do pai, que invade o quarto e retira abruptamente o bebê dos braços da adolescente. “Não fale a ninguém”, o homem adverte, “só Deus pode saber, [a verdade] mataria sua mãe”. O espectador ainda não possui os mesmos indícios que o leitor

recebe quando abre as primeiras páginas do romance, mas logo compreende que o bebê é fruto do estupro desse mesmo pai, que instrui a menina a se entregar sexualmente a ele, fazendo com ele “o que a mãe dela não fazia”. A cena seguinte abre com a menina, agora uma adolescente de quatorze anos de idade, acompanhando o funeral da mãe. Neste momento, assistimos a Celie clamando a Deus que a guie, uma vez que é forçada a lidar com um novo trauma, quando tem ambos os filhos (Adam e Olívia) retirados de seus braços enquanto dormia, a fim de serem vendidos a um casal de religiosos.

Somos expostos a momentos de convivência familiar em que Celie tenta, a todo custo, proteger a irmã mais nova, Nettie, dos avanços do pai que, para o alívio das duas, se casa novamente com uma jovem da cidade. Um outro homem, o viúvo Mister/Albert, aparece na narrativa, e se mostra interessado em uma união com Nettie. O pai nega a mão da filha mais nova, afirmando que é Celie quem deve se casar antes, uma vez que tem mais idade e está habituada a trabalhar duro. Mister é alertado para o fato de que, embora tenha sido deflorada duas vezes antes, será mais vantajoso levar Celie como esposa, uma vez que lhe é garantido que pode fazer com ela o que quiser, sem que a mulher corra o risco de engravidar.

O pesadelo de Celie então começa. É vendida como se gado fosse para Mister, que já este possui interesse em que seus três filhos do primeiro casamento tenham uma serviçal do lar que execute as funções domésticas. É notório que ele está interessado não em uma companheira, mas em uma ‘beast of burden’³, que possa

3 O termo ‘beast of burden’ pode ser traduzido livremente como ‘burro de carga’. A percepção de que as mulheres de cor tinham força igual à de um homem e análoga à de um animal de carga é encontrada em vários discursos que tentavam justificar a escravidão, e retomado em narrativas de escravos como a de Harriet Jacobs.

se ocupar da casa, cozinha e do cuidado dos filhos enquanto ele administra a fazenda. A cena que vemos em seguida é de Mister fazendo sexo com Celie, sem que esta seja capaz de sentir qualquer prazer na relação. No entanto, a câmera capta pela primeira vez um olhar afirmativo e curioso da protagonista, no momento em que a vemos admirar uma fotografia de uma linda mulher no criado-mudo, ao lado da cama, ao mesmo tempo em que pensa em sua irmã Nettie. A foto, Celie ainda não sabe, é da amante de Mister, que sobre ele exerce um enorme fascínio e poder.

No âmbito doméstico, as agruras de Celie serão cada vez piores. O cenário encontrado por ela na cozinha é de absoluto caos; além de ser esperado que ponha os espaços da casa em ordem, Celie se esforça de modo sobre-humano para cuidar dos filhos do marido, crianças desobedientes e violentas. Não demora para sermos levados a encarar uma forte cena de violência doméstica na qual Celie discorda de Mister quando verbaliza que será impossível pentear em um dia apenas os cabelos completamente emaranhados da filha, e é esbofetada por ‘responder nesse tom’. Percebemos que o contexto de opressão patriarcal em que a personagem vivia mudou apenas de lugar; tendo sido estuprada quando criança, agora em sua vida adulta Celie recebe um tapa do marido por não aceitar sua posição de subserviência, ou seja, por retrucar, discordando do seu ‘senhor’. Apesar do fim da escravidão, a fazenda de Mister na Geórgia ainda carrega traços de uma política de opressão baseada na regra do abuso de autoridade do mais forte (homem negro) sobre o mais fraco (mulher negra). *A Cor Púrpura* traz à tona, assim, histórias de várias mulheres vítimas de subalternidade e silenciamento, mas que em um dado momento de suas vidas, decidem ‘talk back’, retrucar, discordar, indo de encontro ao e subvertendo o patriarcado.

A Cor Púrpura como manifesto de resiliência e autonomia femininas

A teórica estadunidense bell hooks⁴ responsável por cunhar o termo *talk back*, explica que ‘retrucar’ significa falar de igual para igual com alguém em uma posição de autoridade, ousar discordar de um ponto de vista considerado normativo. A autora enumera as diversas ocasiões quando ela própria, enquanto criança, foi censurada e advertida a permanecer calada diante de pais e avós, como se o silêncio das garotas fosse a norma, o comportamento socialmente esperado, e questionar qualquer autoridade, sinal de impertinência indesejada. Nesse contexto, hooks admite que a forma de punição das mulheres negras por pensarem e terem opinião própria sempre variou com a idade. A advertência verbal, quando meninas, o castigo físico, à medida em que cresciam, no seio de suas famílias nucleares, ao desobedecer os pais, ou a violência doméstica (através da autoridade dos seus maridos, que delas esperavam um comportamento dócil e obediente, em um processo que garantisse o silêncio e a completa passividade. Aos meninos, por outro lado, falar e discordar não é apenas esperado de seus familiares, mas premiado, muitas vezes em forma de oportunidades de perseguir oportunidades profissionais onde o recurso retórico seja primordial, como nas carreiras de advogado, pastor ou pregador. Já as meninas, retrucar sempre foi considerado inadmissível, embora hooks considere ser uma atitude corajosa, talvez permitida apenas em um microcontexto doméstico, protegida por sua mãe e ou avós.

Em inúmeras cenas do filme, meninas e mulheres são punidas por suas vozes discordantes daquelas da autoridade patriarcal. Nettie,

4 bell hooks prefere grafar seu nome em letras minúsculas. O debate proposto integra um dos capítulos de *Talking back, thinking feminist: thinking black*. Boston: South End Press, 1989.

por exemplo, em visita à irmã Celie, agora casada, é assediada sexualmente em uma cena em que Mister tenta estuprá-la. Em reação à violência, a adolescente chuta Mister na região genital e consegue se desvencilhar. Sua atitude de *talk back* [retrucar, contra-argumentar] é a recusa consciente em aquiescer à posse do seu corpo pelo macho mais forte e ameaçador. Em represália, Nettie é expulsa da fazenda por Mister, em uma pungente cena de dolorosa separação, quando é proibida veementemente de visitar ou contactar a irmã Celie. Esta lhe suplica: “Escreva!” e obtém como resposta de Nettie: “Eu e você nunca vamos nos separar/ Makidada/ Não há oceano, não há mar/ capaz de afastar minha irmã de mim”. Assim, é a dor de ficar sem contato com Nettie que vai motivar a protagonista a escrever alternadamente cartas para ela e para Deus, nas quais descreve com desesperança seu cotidiano de espancamentos e humilhações a que é constantemente submetida, sob o pulso firme da autoridade de Mister, sem nunca perder um fio de esperança do reencontro.

A trajetória de Celie se entrecruza finalmente com a de outra admirável mulher negra – Sophia, que se relaciona e engravida antes de se casar com Harpo, filho de Mister. A relação de Harpo e Sophia foge dos parâmetros “normais” de relacionamento. Afinal, o comportamento de Sophia é o oposto de Celie – ela é falante, decidida, articulada, dona de sua própria opinião, capaz de retrucar, discordar das vozes de autoridade e agir independentemente da vontade dos homens ao seu redor, especialmente de seu marido. Em uma das cenas que emprestam comicidade à adaptação fílmica, Sophia chega na fazenda de Mister grávida, marchando na frente de Harpo, que intenta anunciar ao pai seu desejo de contrair matrimônio. Acusada de estar planejando o famoso ‘golpe da barriga’, Sophia se ofende com a opinião de Mister de que “Não há mulheres boas nos tempos atuais” e, também, de que provavelmente havia sido expulsa de casa pelo seu pai, devido ao fato de ser agora uma ‘mãe solteira’. Sophia

senta-se confortavelmente no sofá da sala, se colocando muito à vontade na casa de Harpo e daquele que, mesmo involuntariamente, virá a se tornar seu sogro. Não demora a esclarecer a Mister de modo assertivo que “Não, senhor, não fui expulsa de casa. [...] Não vai me dizer como cuidar de mim e do meu bebê. Posso cuidar do meu bebê sozinha.” Levanta-se, então, do sofá e demanda que Harpo fique por lá até resolver finalmente a situação com o pai. “Quando estiver livre”, diz, “eu e o bebê estaremos lhe esperando”. O espectador compreenderá, com o desenrolar da ação filmica, que é Sophia quem representa a força masculina e poderosa da relação; já Harpo é representado como o ‘homem dominado’, sem habilidades de liderança, tomada de decisão ou competência necessárias para ser um homem independente do pai e cuidar sozinho dos afazeres do quinhão de terra que lhe coube na fazenda. Mesmo que tenha sido aconselhado por Mister a espancar Sophia como método de domesticação, a fim de torná-la mais obediente, Harpo se mostra incapaz de realizar tal feito até que, por fim, é surrado no olho pela mulher.

Infelizmente, o caráter subversivo e emancipador de Sophia irá ser tolhido e quase inteiramente domado quando, ao se recusar publicamente a trabalhar na residência do prefeito, é por ele esbofetada e sofre um espancamento coletivo, uma vez que desautorizara sua imagem diante da comunidade. Assim, após o enfrentamento público da opressão, a Sophia resta aceitar a punição que lhe é conferida por desobedecer à autoridade máxima da cidade. Embora seja casada e mãe de várias crianças de pouca idade, a personagem fica na prisão por dez anos. Conterá com o apoio incondicional de Squeak, segunda esposa de Harpo, seu primeiro companheiro, no cuidado e afeto dos filhos, agora sob sua responsabilidade.

Ao ser liberada, Sophia é forçada a um outro tipo de confinamento, que consiste em servir como empregada doméstica na residência do prefeito, se tornando mais tarde a principal acompa-

nhante de sua esposa. Em demonstração óbvia de sua ótica racista, a patroa de Sophia tem frequentes rompantes de ira contra a população (especialmente masculina) negra, que teme como se fossem propensos estupradores de mulheres brancas⁵.

O debate racial e de gênero proposto pelo filme não acaba por aí. Squeak, única personagem mestiça da obra, filha de mãe negra e pai branco, também virá a sofrer violência sexual por parte de um dos guardas da prisão onde se encontra a amiga Sophia. O plano de Squeak é pedir auxílio das amigas negras para se embranquecer, vestir-se de forma sedutora para que consiga, assim, a atenção de um dos carcereiros. Em sua mente, a sedução será o passaporte essencial para intervir na soltura de Sophia. Infelizmente, Squeak será abusada sexualmente pelo guarda, em pleno exercício de sua função, em uma clara demonstração da exploração do corpo feminino negro por um homem também de cor, que deveria proteger e servir a comunidade negra. O estupro deixa marcas não apenas pela dor no corpo e na alma, mas por compreendermos que o guarda apenas promete, mas não tem nenhuma intenção real em diminuir a pena de Sophia, uma vez que tem o corpo de Squeak para explorar e usufruir todas as vezes em que esta vai à prisão visitar a amiga. A problematização da questão do racismo é justaposta à questão de classe e de gênero e ainda mais evidenciada no romance, pois sabemos não apenas que Sophia foi presa injustamente, mas a ela

5 Acerca desse fato, os estudos pós-coloniais chamam esse temor de *white men's fear of the brown men*, o que não deixa de ser uma legitimação do orientalismo, visão distorcida de que os europeus e todas as raças caucasianas seriam superiores e deveriam conquistar e colonizar os territórios desconhecidos do globo terrestre. Sob a égide imperial, era papel dos europeus levar luz e conhecimento aos confins do mundo, impondo sua cultura 'superior', mesmo que, para isso, tivessem que cometer genocídios e apagar culturas ancestrais. Assim, como o homem branco não deveria se assimilar às culturas autóctones, era necessário temer o homem negro/africano/afrocaribenho, supostamente mais propenso a comportamentos bestiais e violências sexuais.

administrada uma pena severa demais, somente pelo fato de ser uma mulher de cor.

A temática do abuso do poder patriarcal não apenas, mas principalmente por homens negros, é abordada por Walker no romance e é transposta para a adaptação fílmica. Ao demonstrar ao companheiro Harpo sua inclinação musical, é por ele desencorajada a perseguir uma carreira. Novamente, é a intervenção de Shug Avery, que age de modo a convencer Harpo que os shows musicais de Squeak poderiam lhe render ainda mais dinheiro no bar clandestino que gerencia, a mola propulsora para que personagem passe a acreditar no poder de sua voz e em seu potencial artístico. Em uma das cenas mais memoráveis do filme, a cena do banquete de Albert, Celie e todas as suas *sisters*, Squeak tem a coragem de informar ao companheiro Harpo que o abandonará para seguir carreira de cantora ao lado de Shug Avery, em Memphis. Nesse momento, Sophia anuncia que cuidará dos filhos de Squeak, invertendo novamente os papéis entre a mãe biológica e aquela que materna os filhos de outrem. Celie também ousa desafiar a autoridade patriarcal, evidenciando o seu descontentamento em ter, durante tanto tempo, se humilhado e submetido a toda sorte de abusos e violências por parte de Mister.

Não nos esqueçamos que o romance aprofunda a questão do empoderamento feminino, uma vez que Celie planeja iniciar uma fábrica de costuras de calças. Simbolicamente, as calças reforçariam a inversão de papéis contrariando a ordem 'natural' de masculinidade (calças seriam compreendidas como um item do vestuário masculino), uma vez que a feminilidade estaria atrelada a outros itens do vestuário feminino tais como vestidos e saias. Ao anunciar sua vontade de empreender no fabrico de calças de todas as cores, tecidos e modelos, empregando para a função outras mulheres negras que, juntas, contribuiriam para o sucesso do negócio, a

protagonista nos abre a possibilidade de enfrentamento aos limites impostos sobre as mulheres pelo patriarcado. O lugar da mulher negra, parece Celie gritar, é onde ela quiser, vestindo aquilo que desejar, sejam calças, saias ou vestidos, desde que seja da própria escolha e a deixe mais confortável. Finalmente, é mister ressaltar, no filme, o papel preponderante da figura de Nettie, irmã de Celie. Esta escreve inúmeras cartas endereçadas (mas nunca entregues) à irmã⁶, inicialmente de uma localidade próxima mas com o passar dos anos a correspondência continua a ser trocada quando Nettie é enviada em missão à África com um casal de missionários. Pouco tempo depois, ela descobre ser o mesmo casal que, no passado, adotara Adam e Olivia, os filhos de Celie. A morte da mãe adotiva dos sobrinhos impulsionará Nettie a assumir o papel de cuidadora dos mesmos, alimentando neles a memória de Celie, a mãe biológica, até o reencontro tão esperado, na cena final do filme.

As imagens controladoras e a luta das mulheres negras por irmandade em *A Cor Púrpura*

A teórica e socióloga estadunidense Patricia Hill-Collins (2000)⁷ afirma que há uma dinâmica de poder responsável pela criação e sustentação de uma série de imagens controladoras e estereotipadas amplamente divulgadas sobre as mulheres negras em vários espaços discursivos. Essas imagens seriam a da *Mammy*, *Jezebel*, *Matriarca* e da

6 Em *A Cor Púrpura*, Mister/ Albert intercepta todas as cartas de Nettie endereçadas à Celie. Com a ajuda de Shug Avery, sua aliada e amante, Celie descobre uma arca escondida em que todas as correspondências eram mantidas. É o estopim para Celie dar um basta na opressão, e comunicar ao companheiro, em uma cena de deliciosa subversão feminina coletiva, que pretende abandonar Mister e ir com Shug para Nova Iorque.

7 HILL-COLLINS, Patricia. *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment*. 2nd ed. London: Routledge, 2000 [1990].

*Welfare Mother*⁸ cada uma delas com características muito definidas, apoiadas e reforçadas em diferentes discursos, dentre os quais os midiáticos. É uma das tarefas do feminismo negro a compreensão da não-neutralidade dessas imagens estereotipadas, a observância e o combate à manutenção dessas visões repletas de ecos da escravidão. Obviamente, Hill-Collins argumenta, o que tem sido dito sobre as mulheres negras é parte de um projeto maior de manutenção de uma plataforma de poder baseada no silenciamento, no controle e na ausência de autodefinição por parte delas. Enfocaremos nossa atenção em apenas dois desses papéis, com o intuito de demonstrar como Walker subverte essas imagens controladoras, inserindo em seu romance (e também se percebe o mesmo cuidado de Spielberg na adaptação) a *Mammy* e a *Jezebel* de modo a desconstruir os limites desses estereótipos, transformando-as em mulheres livres e autônomas.

A primeira imagem controladora de Hill-Collins é a *Mammy*, devotada e obediente escrava, talhada para ser cuidadora, originalmente ama-de-leite de crianças brancas, que deles zelava em detrimento de seus próprios filhos, usualmente tirados de seu seio ainda bebês para serem vendidos como mercadorias. Observa-se que a total abnegação à família dos senhores era uma marca da *mammy* negra, ensinada através dos preceitos bíblicos a jamais abandonar seus senhores, e por eles nutrir um senso de eterna gratidão⁹. A

8 A *welfare mother* seria a mulher das classes trabalhadoras que necessita de assistência social e financeira do governo para, por exemplo, criar e sustentar seus filhos.

9 Observa-se que mito da *Mammy* e o do bom escravo é reforçado em algumas *slave narratives* (narrativas de escravizados) do século dezenove, especialmente *Uncle Tom's Cabin* de Harriet Beecher Stowe. Em uma das cenas, o protagonista recebe ajuda e pode, mas se recusa, a fugir da *plantation* onde é humilhado e espancado, porque assim é a vontade de Deus. No cinema, tal imagem controladora também é recorrente em *E O Vento Levou*, na figura da ama de Scarlett O' Hara, personagem cômica altamente explorada que jamais *talk back* [retruca].

devotada *mammy* neste caso é problematizada e desconstruída por Walker no filme, pois não é uma escrava per se, visto que a escravidão já havia sido proibida por lei (de juro mas não de facto) nos Estados Unidos desde 1865. No entanto, mesmo em contexto pós-abolição, a própria Celie, “mulher livre” perante a lei não consegue se desvencilhar das amarras da sociedade machista negra, sendo assim forçada a um regime de servidão autorizada pelo patriarcalismo dominante. O processo degradante de servidão de uma negra por um negro é retratado tanto no romance quanto na sua transposição para a tela do cinema, em cenas bastante contundentes de violências e abusos, cenas inclusive que fizeram a população negra se manifestar contrária ao romance na ocasião de sua publicação e os homens negros a protestar quando do lançamento do filme.

Assim, é Celie quem vai, a mando do padrasto abusivo negro que a “vende” para outro igual, servir a Mister¹⁰ (curiosamente um homem negro, e não mais branco) e sua família inteira como serviçal obediente e submissa, nos moldes das escravas das *plantations* estadunidenses dos séculos anteriores. A trajetória da personagem no filme, no entanto, a transformará de mulher/ escrava sexual/ empregada submissa e sem voz, à uma mulher negra autônoma e independente. Ao invés de permanecer com seu senhor e a ele servir abnegada e humildemente até o fim dos seus dias, a protagonista dará o seu grito de “Basta!” após o processo de autoconhecimento e empoderamento proporcionado pela convivência com Shug.

É exatamente nesta personagem Shug Avery que reside a representação do que Hill-Collins chama de Jezebel. Amante de Mister (a quem ela chama apenas de Albert, não de Mister), a

10 Interessante notar que a forma de tratamento esperada de um escravizado para com o seu senhor era *Master*.

cantora Shug apresenta aos espectadores do filme algumas possibilidades de liberdade sexual e socioeconômica um tanto incomuns às mulheres negras da época¹¹. A Jezebel¹², mulher livre do ponto de vista sexual é, no caso de Shug Avery, uma negra que exala mistério e encantamento através da sua música e canto magnetizantes¹³ e do corpo marcado por vestidos¹⁴ que reforçam sua sensualidade e a fazem exercer um fascínio total sobre os homens com quem se relaciona. Não se deixa dominar nem sucumbe ao controle deles, pelo contrário, Shug Avery tem plena consciência do impacto poderoso do seu *sex appeal*¹⁵, e usufrui da melhor forma que consegue da liberdade sexual e comportamental que a carreira de cantora/performer permite. Contrário às outras personagens desempoderadas do filme de Spielberg, Shug goza de relativa independência financeira, usa a aparência e todos esses dotes supramencionados a fim de conseguir o que deseja com os seus amantes/financiadores, que lhe presenteiam com joias, vestidos, perfumes e até um automóvel.

11 Cantoras de blues como Billie Holiday e Ella Fitzgerald eram as únicas a que as mulheres negras podiam aspirar e em quem poderiam se espelhar como modelos de autonomia feminina.

12 Na tradição Judaico-cristã, a Jezebel era uma traidora dos bons costumes, mulher de vida fácil geralmente ostracizada socialmente, que vendia seu corpo despidamente aos homens.

13 Em uma das cenas do filme, Shug canta de modo erótico e sensual para Celie em um bar. De tão impactada com a letra da música, como se hipnotizada pela voz sensual de Shug, Celie, é levada a acreditar que seu sorriso, como muitos outros traços individuais que esconde, tem sua beleza e deve, portanto, ser mostrado para o mundo.

14 O figurino reservado à personagem explora cores, tecidos e modelos que realçam as formas estonteantes da atriz Margaret Avery, que levou um Oscar de Melhor Atriz Coadjuvante por seu papel no filme de Spielberg.

15 Embora as suas *sisters* a chamem Shug *de slut, busy e heifer* no livro de Walker, termos alusivos às prostitutas, e a caluniem pelo fato de ter desenvolvido uma doença, provavelmente venérea, no filme, a animosidade entre as mulheres negras quando falam de Shug é um tanto velada, sugar-coated.

A maternagem coletiva e o *othermothering* em *A Cor Púrpura*: em busca de um futuro diferente para as novas gerações

Um dos aspectos mais tocantes do filme de Spielberg é o modo através do qual são criados elos entre as mulheres negras, elos baseados quase sempre no exercício da maternidade, do cuidado e afeto daquelas para com os seus e para com os descendentes de suas *sisters*, ou irmãs negras. Iremos chamar de maternagem o exercício do cuidar das crianças, podendo ser exercido por homens e mulheres, ao contrário da maternidade, que advém do ato de gestar, de dar à luz. Tema central em centenas de romances e contos de autoras negras transculturalmente, para Hill-Collins, “a maternidade é uma experiência empoderadora para muitas mulheres afro-americanas¹⁶”. Não só aproxima gerações, como permite que mães se conectem direta e afetivamente com o poder que reside na criação de seus filhos, contribuindo para seu bem-estar, segurança, autoafirmação, poder de fala, desenvolvimento da autoestima e valorização da cultura e da experiência negra como um todo.

Durante todos os anos em que passa na prisão, Sophia, conta com o apoio de seu marido Harpo e de várias *othermothers*¹⁷ / *outras mães*, que exercem, mesmo não sendo, o papel de mães, repassando traços culturais e valores ético-morais para os filhos

16 “Mothering is an empowering experience for many African-American women”. (HILL COLLINS, p. 214)

17 Diferentemente de *bloodmothers*, mães de sangue, ou seja, mulheres que dão à luz os próprios filhos, as *othermothers* são quaisquer mulheres de sua rede de relações que podem exercer papel de cuidadoras. Contrária à visão sustentada pela crítica feminista branca, que afirma ser a maternidade uma forma de escravidão doméstica para as mulheres, tornar-se mãe é parte essencial da cultura negra, um veículo de união e empoderamento racial e de gênero. (HILL-COLLINS, p. 212)

de Sophia, contando com orgulho a história de vida dela, mulher negra que se negou a aquiescer diante da opressão. São as outras mães, portanto, instrumentos fundamentais que contribuem para a manutenção da vida das mães biológicas, preservando suas histórias pessoais de luta, repletas de sofrimento pessoal, de humilhação e punição, no caso de Sophia, mas também de altivez e resiliência. Sophia engendra o combate dos seus iguais na busca de um ideal maior, o do resgate do amor próprio e do orgulho de todo o povo negro. São as suas irmãs de luta as responsáveis por manter, em última instância, os elos afetivos e geracionais entre a dedicada mãe Sophia e seus filhos, nutrindo a memória coletiva e não deixando portanto que esquecessem a figura da matriarca e toda a sua história de combate por respeito e igualdade racial e de gênero. Eis os motivos que nos levam, enquanto espectadores, a pungentes emoções na cena em que a personagem, agora livre da prisão, finalmente é levada pela sua patroa, de carro, a fim de se reencontrar com os filhos, que não vê há mais de uma década e que mal a reconhecem, não fosse a amiga Squeak, a *othermother*, que deles cuidou durante todo o seu período de cárcere como a própria mãe o faria.

Observamos ao longo da narrativa fílmica outros elos se formarem, como o que une Celie e Shug, fortalecido pelo afeto inesperado que nasce quando uma mulher negra altamente empoderada (Shug Avery) encontra outra sem brilho próprio (Celie), nem autoestima suficiente para amar a si e ao seu corpo, mas contribui para que a mesma aprenda a conhecer o prazer e desfrutar de sua sexualidade.

Entretanto, é a união entre as irmãs Celie e Nettie, sustentada pela escrita confessional em que se apoiam mutuamente nos momentos de desamparo e total solidão, que as mantém vivas e esperançosas acerca do futuro. Os espectadores de *A*

Cor Púrpura são apresentados à história paralela de Nettie que, sem notícias da irmã, resolve viajar para o continente africano. Se considerarmos a coincidência que faz Nettie ser escolhida de última hora pelos missionários para tal viagem à África¹⁸, em uma trajetória duradoura que a possibilitará conhecer e criar laços de afeto com os dois filhos do casal, que descobriremos serem na verdade os seus sobrinhos, veremos que há um claro propósito de manter o importante *plot twist* da obra de Walker intacto na adaptação. As crianças adotadas quando bebês pelos missionários são, nada menos do que Adam e Olívia, filhos tirados de Celie pelo seu pai na ocasião do nascimento, pois temia ter sua identidade de estuprador conhecida na comunidade negra onde vive.

Mesmo que tenha sido violentada e não optado pela maternidade, Celie sente-se responsável pelos filhos, os ama de modo intenso desde o momento em que dá à luz, e sofre quando é involuntariamente separada deles pelo pai. Percebe-se que Celie deseja a aproximação de sua filha Olívia ainda bebê, em um encontro fortuito com a esposa do missionário em que esta permite que a mãe biológica carregue (embora não o saiba) Olívia nos braços por alguns instantes. Desse modo, entendemos que a ruptura entre a personagem e seus filhos é extremamente dolorosa, sendo perceptível tanto no filme quanto no romance. Desse modo, não é a genitora biológica, mulher negra violentada, mas uma outra mãe adotiva, branca, que exercerá o papel de mãe dos filhos de Celie. Nem por isso, Adam e Olívia sentir-se-ão menos amados e acolhidos.

Como já exposto anteriormente, para Adrienne Rich, a maternagem/*mothering* pode ser performatizada por um mem-

18 A acompanhante descobre uma doença incapacitante dias antes do embarque.

bro da família, pai, tia, avó, avô, independente do gênero¹⁹. Assim, estar junto dos filhos de uma mulher negra e deles cuidar para que esta possa, dentre outras coisas, exercer suas atividades laborais fora do âmbito doméstico a fim de sustentar seus filhos, se constitui em uma estratégia de ação e empoderamento coletivo denominada por Hill-Collins (2000) de *othermothering*. Tal procedimento coletivo é muito comum na tradição negra afro-americana, não apenas por razões de baixo custo nos casos das famílias de mães solteiras e/ ou trabalhadoras, mas devido à tradição e importância dada às vozes ancestrais africanas. Uma vez compreendendo *mothering*²⁰ como um processo contínuo de cuidado, orientação ético-moral e de estratégias de sobrevivência, a teórica sustenta que, no caso das populações negras, a orientação vai desde como se comportar diante de uma situação de *bullying* no ambiente escolar, como o que fazer em uma abordagem policial, a fim de evitar assédio, violência e até mesmo a morte.

Desse modo, a maternagem quando exercida por outrem, denominada de *othermothering* seria, portanto, proteger e dar afeto a crianças não necessariamente seus próprios filhos, transmitindo-lhes valores éticos e morais capazes de contribuir para o envolvimento de todos na luta por justiça social e o empoderamento de toda a população negra, homens e mulheres, igualmente²¹. A presença

19 O debate iniciado por RICH (1976) é retomado na contemporaneidade por muitas outras estudiosas, dentre as quais HILL-COLLINS (2000) e O'REILLY (1998, 2004, 2008, 2010). Esta não só admite, mas reforça a ideia das predecessoras de que a maternagem pode ser orientada em prol do feminismo, que ela denomina feminismo matricêntrico.

20 Para uma distinção clara entre maternidade e maternagem, ver Rich (1976, 1995) e O'Reilly (2008). O debate, no entanto, foge do escopo do presente capítulo. Anna Daly também debate os efeitos deletérios do mito da maternidade perfeita.

21 No ensaio “Em busca dos jardins de nossas mães”, Walker advoga a favor do *womanismo*, uma perspectiva de empoderamento da mulher negra que advém de sua força e ancestralidade e da luta em prol do direito e da emancipação de todos, e a inclusão de mulheres e homens negros nessa conquista.

constante da irmã Nettie, que mantém viva a memória da mãe Celie para os filhos Adam e Olívia²², é fundamental no processo de aproximação que culmina com o reencontro entre os três, já nos minutos finais do filme. Nesta emocionante cena, percebemos o quão valorizado é o poder da ancestralidade e da maternidade negra por Walker, aspecto também mantido na adaptação fílmica. Assim, a maternagem de Adam e Olívia é exercida de forma ativa por duas mulheres- a mulher missionária, que lhes ensina valores cristãos, e Nettie responsável por fomentar e recuperar seu pertencimento diante da ancestralidade africana perdida, reconectando os dois à mãe que julgavam morta. Nettie é o elo de conexão entre Celie e sua prole, e a cena final aproxima *bloodmother* da *othermother*. Em um cenário idílico, um campo semelhante àquele da cena inicial, todos se encontram e as irmãs finalmente se abraçam.

Notas finais: *The Color Purple* e a maternagem coletiva inspiradora

O filme *A Cor Púrpura*, através da representação de suas personagens negras Celie, Nettie, Squeak e Sophia, resgata a autoafirmação de todo o povo negro conclamando homens e mulheres para enxergar a força de sua cultura, o valor do amor e da maternagem coletiva, e a necessidade de mudança nos valores patriarcais e nas assimetrias do poder que negaram durante tantos séculos o merecido espaço da população negra na sociedade. Como a própria Alice Walker (1981) define:

minha filha ama o meu rosto e o teria em cada página,
se ela pudesse, do mesmo modo que amei os rostos dos

22 A morte da mãe missionária, responsável pela maternagem de Adam e Olívia desde bebês até o tempo em que residem na África, abre espaço para que esse papel passe a ser exercido por Nettie.

meus pais acima de todos os outros... Estamos juntos, minha filha e eu. Mãe e filha, sim, mas de fato irmãs, contra tudo aquilo que nega o que quer que sejamos.

Essencial para o suporte emocional das personagens mães do filme, é a sororidade e o *othermothering* que levarão cada uma das mulheres negras da adaptação cinematográfica a enxergar que sua luta por liberdade das amarras do patriarcado e do racismo não foi em vão. A maternagem coletiva auxilia as mulheres negras a dar significação à sua luta contra o sexismo e o racismo, possibilita a transformação da sua dor em cura, e abre portas para um empoderamento feminino em que o futuro dos filhos não está mais completamente perdido. De submissas mulheres sem voz a pessoas de cor altamente autônomas e empoderadas, as personagens de *A Cor Púrpura* renascem mesmo face a todas as adversidades e, com resiliência, acreditam poder construir um mundo mais igualitário para si e para as próximas gerações. Um mundo em que a autonomia da mulher negra não seja apenas sonho, mas realidade.

Referências

- A Cor Púrpura.** Direção: Steven Spielberg. Produção: Steven Spielberg; Kathleen Kennedy; Quincy Jones; Frank Marshall. Estados Unidos: Amblin Entertainment; Guber-Peters Company; the Warner Bros, 1985. (154 min).
- HILL COLLINS, Patricia. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro”. In: **Revista Sociedade e Estado.** Volume 31. Número 1. Janeiro- Abril 2016.
- HILL COLLINS, Patricia. **Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment.** 2nd ed. London: Routledge, 2000.
- HOOKS, Bell. **Talking back: thinking feminist, thinking black.** Boston: South End Press, 1989.

LORDE, Audre. **Sister outsider**. New York: Crossing Press, 1984.

O'REILLY, Andrea. **Maternal Theory: Essential Readings**. Toronto: Demeter Press, 2007.

_____. **Feminist Mothering**. Albany, NY: State University Of New York Press, 2008.

_____. **Matricentric Feminism: Theory, Activism, and Practice**. Bradford: Demeter Press, 2016.

RICH, Adrienne. **Of Woman Born: Motherhood as Experience and as Institution**. 2nd ed. New York: W.W. Norton Company, 1995.

WALKER, Alice. One child of one's own: a meaningful digression within the work(s). **The Writer on Her Work**, London, v. 1, p. 47-50, 72-75. Fev. 1992.

_____. One child of one's own: a meaningful digression within the work(s). **All the women are White, all the Blacks are men, but some of us are brave**. Old Westbury, New York: Feminist Press, p. 37-44. 1981.

_____. "In search of our mothers' gardens". In: MITCHELL, Angelyn (ed.) **Within the circle: an anthology of African-American Literary Criticism from the Harlem Renaissance to the Present**. Durham and London: Duke University Press, 1994.

Capítulo 10



[Ler capítulo 10](#)

[Voltar ao sumário](#)

Capítulo 10

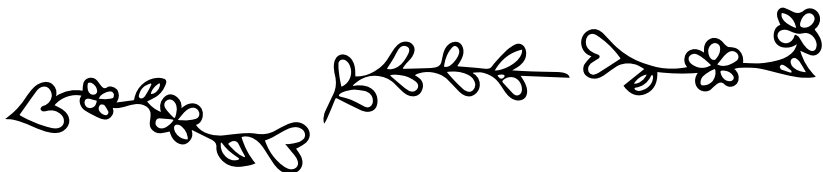
Big Little Lies: ambivalência materna e maternidade moral

Patrícia Fonseca Fanaya
Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo

Big Little Lies, série da HBO, baseada no livro homônimo de Liane Moriarty, se desenvolve em torno das relações entre cinco mulheres. Apesar de muito diferentes entre si, com graus de amizade e envolvimento diversos umas com as outras, elas têm em comum o fato de pertencerem à mesma comunidade e serem mães de crianças que frequentam a mesma escola. Em função de um incidente que resulta em morte, as vidas dessas mulheres, de perfis tão diversos, se entrelaçam de maneira irrevogável. Neste capítulo, meu objetivo é explorar as diferentes perspectivas relativas à maternidade fornecidas pelas personagens, e como elas traduzem a complexidade da maternidade nos círculos familiares e sociais. Há duas questões interessantes e fundamentais de serem tratadas aqui: 1) a ambivalência materna; e 2) o julgamento da qualidade moral da maternidade. A fim de cumprir esse objetivo, mobilizarei autoras como Rozsika Parker, Sharon Hays, Eija Sevón e Carol Smart.

Palavras-chave: Maternidade e mídia. *Big Little Lies*. Ambivalência materna. Maternidade moral.



Introdução

A minissérie, da HBO, baseada no livro homônimo de Liane Moriarty, se desenvolve em torno das relações complexas entre cinco mulheres. A primeira temporada, com sete episódios, escrita por David E. Kelly e dirigida por Jean-Marc Vallée, que seria inicialmente a única, em função de esgotar o livro de Moriarty, ganhou uma continuação com a produção da segunda temporada, escrita igualmente por Kelly e dirigida por Andrea Arnold. A segunda temporada contou com a adição da brilhante Meryl Streep ao elenco da trama, como Mary Louise Wright, sogra de Celeste, a personagem de Nicole Kidman.

Apesar de muito diferentes entre si, e com graus de amizade e envolvimento diversos umas com as outras, as personagens têm em comum o fato de pertencerem e participarem ativamente da mesma comunidade e serem mães de crianças que frequentam a mesma escola. Em função de um incidente presenciado por todas, e que resulta em uma morte, as vidas dessas mulheres se entrelaçam de maneira irrevogável.

São muitos os temas de interesse abordados na minissérie para os estudos sobre maternidade e maternagem; entretanto, neste capítulo, o objetivo é explorar as diferentes perspectivas relativas à maternidade fornecidas pelas personagens, e como elas dialogam com o ideal feminino da maternidade e traduzem a complexidade dos papéis da mulher-mãe nos círculos familiares e sociais. Há duas questões que julgo interessantes e fundamentais de serem tratadas aqui: 1) a ambivalência materna; e 2) o julgamento da qualidade moral da maternidade. A fim de cumprir esse objetivo, mobilizarei autoras como Rozsika Parker, Sharon Hays, entre outras. A seguir, farei uma breve apresentação das personagens principais, com o objetivo de

situar o leitor de modo mais apropriado em relação às questões a serem abordadas.

É através de Madeline Mackenzie (Reese Whitherspoon) que, aos poucos, vamos sendo apresentadas às outras personagens da trama. Ela é uma mulher carismática, visceral, muito ativa, espirituosa e adorável; entretanto, humana e direta demais em suas opiniões; ela também é transparente além do suportável para os padrões sociais e culturais vigentes na comunidade. Madeline é ressentida com seu ex-marido e, conforme a trama se desenrola, descobrimos que ela trai seu segundo marido. Não há como ficar indiferente a Madeline: ela é amada e odiada na mesma proporção e não parece ter problema algum com isso — a não ser, é claro, quando o ódio vem de sua filha mais velha, Abigail.

Celeste (Nicole Kidman) é muito próxima a Madeline, talvez seja sua melhor amiga. Ela é uma mulher de beleza estonteante, calma, discreta, delicada, muito elegante, verdadeira encarnação do ideal feminino e materno que povoa a mente da maioria das pessoas daquela comunidade. Celeste era advogada, mas abandonou a profissão e a carreira pela família; ela é casada com um homem igualmente bonito, bem-sucedido, rico e muito apaixonado; eles têm filhos gêmeos que estão bem integrados à escola. A vida de Celeste parece perfeita, mas ao longo da série revela-se que ela vive em meio a muitos dilemas e conflitos.

Bonnie (Zoe Kravitz) é a atual companheira do ex-marido de Madeline, Nathan — ela é bem mais jovem do que as outras personagens, exceto por Jane (Shailene Woodley). Bonnie pertence à outra geração e claramente tem outros valores: faz yoga, medita, corre, se alimenta de maneira natural, busca muito equilíbrio em tudo o que faz, se esforça para ser boa e correta o tempo todo, mas esse esforço para ser perfeita levanta suspeitas sobre o que há de errado e o que ela precisa e quer superar.

Bonnie é mãe de Sky com o ex-marido de Madeline. Abigail, filha de Madeline e Nathan, começa a se identificar com Bonnie e a querer se reaproximar do pai; mas, como adolescente típica, para quem falta maturidade emocional, não consegue fazer isso sem se voltar contra sua mãe com agressividade e virulência.

Renata (Laura Dern) é uma mulher *self-made*, profissional bem-sucedida, que está chegando ao auge da carreira e está muito rica. Ela é mãe de Amabel, uma menininha tímida, com alguns problemas de relacionamento na escola e que é superprotegida por ela. Seu marido é uma personagem meio nebulosa, que está sempre por perto, mas que não se sabe ao certo o que faz e qual o papel dele na vida da família. Renata é a antagonista declarada de Madeline, e vive o drama das mulheres que precisam equilibrar uma carreira de sucesso com a maternidade e o casamento.

Jane é a última a chegar. Ela é uma mãe solteira muito jovem, de uma classe social e econômica muito mais modesta do que as outras. Jane chega à cidade de mudança com o objetivo de refazer a vida e encontrar novas oportunidades de trabalho, após ter sofrido um duro trauma — ela tem pesadelos e *flashbacks* assustadores com um homem que nunca vemos o rosto. Jane é uma mulher de fala mansa e ponderada; é doce, tímida e carrega muita tristeza no olhar. Jane conhece Madeline por acaso, e logo no início as duas se aproximam e se tornam grandes amigas — o que seria uma relação improvável de acontecer em outras circunstâncias. Madeline se torna a protetora de Jane, agindo como uma irmã mais velha ou mesmo uma figura materna, e é ela que a introduz à comunidade e às outras mães da escola. Jane faz de tudo para não ser o centro das atenções mas, se provocada, é capaz de mostrar seu lado mais combativo. Ela é uma mãe muito amorosa, dedicada, bem-humorada e companheira de seu filho Ziggy, que é igualmente uma criança amorosa, calma, aberta, mas

que sofre por não ter um pai. Ziggy é alvo de *bullies* na escola e é frequentemente acusado daquilo que não fez. Ele tem muita dificuldade em se defender e isso é um grande problema para Jane. Ziggy quer saber sobre seu pai, mas Jane repete insistentemente que não sabe quem ele é – resposta que, por certo, à medida em que Ziggy cresce, não o satisfaz mais.

Na série fica muito evidente a busca de todas as personagens femininas pela perfeição no cumprimento de seus papéis na família, independentemente das diferenças de personalidade, de história de vida e de contexto. É clara a pressão exercida pela dinâmica da comunidade sobre as mães, mas, ainda mais insuportável é a pressão que as mulheres fazem umas sobre as outras. O incidente que une as personagens é a oportunidade que elas têm de sair do mundo das aparências sociais, dos papéis a elas impostos, e mergulharem de cabeça em suas relações pessoais, que só se constroem e mantêm a partir de emoções e sentimentos, sejam eles bons ou ruins. O que torna a trama interessante é que a narrativa não é linear e as personagens se revelam aos poucos, tanto para elas mesmas quanto para os espectadores, e ninguém é poupado dos efeitos emocionais e das consequências práticas dessas revelações.

Gostaria de finalizar esta introdução, com breves palavras sobre o título do livro e, conseqüentemente, da série televisiva. O título *Big Little Lies* se refere, por certo, à misteriosa morte de uma personagem presenciada por todas as protagonistas femininas da série, e às pequenas mentiras que, juntas, inventaram para livrarem-se das consequências de serem envolvidas no crime; arranharem suas imagens de mulheres e mães perfeitas e admiráveis; e, em última instância, perderem a credibilidade na comunidade. Entretanto, no caso dos temas tratados neste artigo, o título se aplica também às pequenas mentiras cotidianas que todas

as mulheres que são mães precisam inventar, contar e acreditar, todos os dias, para manterem-se no “páreo” para a corrida pelo título de “melhor mãe”. Essas mentirinhas, como, por exemplo, a ideia de que a maternidade é o ápice da felicidade ou o destino irrevogável na vida de todas as mulheres, são narrativas facilmente adotadas, naturalizadas e, conseqüentemente, acabam por normatizar social e culturalmente o agenciamento materno.

A competição pelo título de melhor mãe

A primeira temporada da série *Big Little Lies* (BLL) está centrada no incidente que leva à morte de uma das personagens. A primeira cena do primeiro capítulo mostra os momentos seguintes à queda da escada da personagem que se manterá desconhecida até o último capítulo. O desenrolar da narrativa se dá pela intercalação do tempo presente e passado, e é por meio de *flashbacks* que, de volta ao primeiro dia de aula, nos são apresentadas as famílias – compostas quase exclusivamente por mães – de cinco crianças pequenas que estão iniciando o primeiro ano do ensino fundamental numa escola frequentada pelos bem nascidos, em Monterey, Califórnia.

O comportamento dos pais, em geral, e das mães, em particular, na vida escolar das crianças é um termômetro importante que aponta na direção do desenrolar das dinâmicas familiares, e a série mostra isso muito bem. Desde as primeiras cenas do primeiro capítulo é flagrante a competição que se estabelece entre as mães da comunidade — o que está em jogo, em princípio, é o título imaginário de campeã da perfeição. As protagonistas da série encarnam bem aquilo que, a partir do livro de Leslie Morgan Steiner (2006), foi batizado e ficou conhecido como *mommy wars*. Inicialmente, esse fenômeno foi descrito como o

dilema vivido pelas mulheres que desejam ser mães e manter uma carreira ou não e que se deparam com as tensões, ambivalências e julgamentos morais que pesam sobre suas escolhas.

Em *BLL*, Madeline presta serviço *part-time* no teatro da comunidade e Celeste não trabalha fora: a primeira teve sua filha Abigail muito jovem e abdicou, inclusive, de fazer faculdade; já Celeste era advogada brilhante, em ascensão na carreira, quando se casou com Perry e largou a profissão para cuidar da família. Renata, Bonnie e Jane trabalham fora, porém, em circunstâncias muito diferentes. Renata é uma mulher ambiciosa, mas de origem humilde, que esconde isso de todos, inclusive dela mesma; ela se tornou uma executiva poderosa, rica e que está alcançando o auge da ascensão profissional numa empresa de alta visibilidade que está fazendo muito sucesso no mercado. Sua vida é uma eterna correria e ela precisa se cercar de inúmeros assistentes para dar conta de equilibrar a carreira e a vida pessoal. Renata é a mais fiel representante do fenômeno que Sharon Hays (1996) batizou de *intensive mothering*, ou maternagem intensiva. Bonnie é instrutora de yoga e leva uma vida aparentemente equilibrada; ela tem tempo e disponibilidade de atender às suas necessidades e também às da família. Ela dá aulas de yoga, medita, se exercita, cuida da alimentação, e é muito presente na vida de Sky (sua filha pequena com Nathan, ex-marido de Madeline). Jane está recém-chegada na cidade, é contadora, mas está desempregada e buscando qualquer trabalho que aparecer. Ela divide seu tempo entre procurar um emprego e cuidar de Ziggy.

Todas e cada uma das personagens de *BLL*, assim como as mães fora da peça de ficção, vivem buscando sentirem-se bem consigo mesmas, com a vida familiar e com a maternidade, mas essa tarefa é muito difícil em função das expectativas e dos julgamentos sociais, culturais ou mesmo familiares, que são muitos

e perversos, e os quais a série aborda de maneira muito hábil. Tomar conta da família e assumir as responsabilidades sobre os filhos são exigências que estão na base daquilo que podemos nos referir como moralidade materna. Além disso, as demandas de todos os tipos que recaem sobre as mães de maneira avassaladora, perpetuadas pelas narrativas sobre a mãe perfeita, constroem o ideal das responsabilidades maternas de maneira muito perversa.

De acordo com Hays (1996), as narrativas culturais sobre a “boa maternidade” conectam a responsabilidade materna e o papel crucial da díade mãe-filho com o desenvolvimento e com o bem-estar da criança. Essa correlação direta e exageradamente idealizada entre a saúde física e mental da criança e o desempenho da “boa maternidade” exerce um impacto muito poderoso sobre as mães, afetando suas vidas com esta missão inglória de satisfazer não só todas as necessidades, mas também todos os caprichos de seus filhos.

A confusão entre a maternidade biológica e a maternagem – que abrange a possibilidade de o cuidado com o bem-estar físico e emocional da criança ser dividido com outras pessoas, como os pais, tios, avós, auxiliares, por exemplo, ou até exercidos exclusivamente por outrem, como em casos de adoção – também faz parte das poderosas narrativas culturais que alimentam os julgamentos morais sobre a qualidade da maternagem. Se a mãe trabalha fora e divide os cuidados da criança com outros, ela é negativamente julgada por isso; caso opte por ser dona de casa e não dividir os cuidados dos filhos com outros, será julgada também por não ter tempo de se cuidar, de dar atenção ao marido, ou outro motivo qualquer. Ou seja, a consequência mais nefasta dessas expectativas culturais e sociais inflacionadas em relação ao agenciamento materno, é responsável pela mais cruel das guerras: aquela travada internamente na cabeça de cada mãe sobre a qualidade moral de sua maternidade.

De acordo com Carol Smart (1991), há de se distinguir entre o verbo cuidar, inscrito no domínio do trabalho, e, portanto, representando uma prática moral em vez de um instinto feminino materno — muitas vezes, equivocadamente dado como certo e natural — e a disposição moral de cuidar, que é outra coisa, e que está inscrita no domínio dos afetos. O peso cultural e social das narrativas sobre o cuidado materno reside no fato de a prática e a disposição moral serem fundidas numa única concepção idealizada do que seja a “boa maternagem”, e essa é a fonte primeira dos intensos julgamentos morais a que as mães estão submetidas, todos os dias, pelos outros e por elas mesmas.

Apesar de maternidade e maternagem não serem centrais à trama em *BLL*, o roteiro consegue incluir esses temas de maneira muito hábil na história das personagens, fazendo com que os espectadores se identifiquem, se questionem, se solidarizem, sofram e se alegrem junto com aquelas mulheres. Outro ponto importante a ser ressaltado, é que ao longo dos episódios de *BLL* o mito das mães e mulheres perfeitas vai se dissolvendo à medida em que os segredos de cada uma vão sendo revelados e os relacionamentos vão sendo construídos e estreitados entre as protagonistas. Madeline, em uma cena em que está sentada em seu quarto se arrumando para um compromisso na escola, diz a Abigail: “Às vezes fico presa a uma ideia de perfeição tão restrita... (que) tenho que desistir de algo.”¹ Ou Jane, que em uma conversa com Madeline e Celeste diz: “é como se eu estivesse do lado de fora olhando. Ou como (...) se eu visse essa vida e esse momento tão maravilhosos mas que eles não me pertencessem.” Também temos Celeste que confessa à Madeline: “Sinto vergonha de dizer isso, mas ser mãe não é suficiente para mim. Simplesmente não é. Não chega nem perto”.

1 Todas as traduções deste texto foram feitas pela autora para os fins exclusivos deste artigo.

No caso, Madeline está sofrendo com o fato de a filha Abigail ter decidido ir morar com o pai e com Bonnie. Ela encara isso como uma falha sua, e se enche de culpa. Jane, por seu lado, é mãe solteira de uma criança fruto de violência sexual. A guerra interna de Jane é permanente porque, ao mesmo tempo em que precisa e quer superar o trauma que a persegue a fim de ter paz e levar uma vida normal, se culpa pelo estupro e por esconder de Ziggy que ele é fruto de violência e não de amor. Celeste abandonou a carreira por exigência do marido, um homem muito ciumento, dominador, que a mantém sob um regime de terror dentro de casa, submetendo-a a seus caprichos sexuais com muita violência física, mas que é o “homem dos sonhos”, apaixonado e ardente para quem o vê de fora dessa relação. O drama de Celeste é que ela abandonou sua vida por Perry, por se sentir de alguma maneira atraída pelas fantasias de sexo violento, e confundir isso com amor e paixão. Entretanto, ela percebeu, talvez tarde demais, que o marido não queria apenas realizar suas fantasias sexuais com ela, mas humilhá-la e submetê-la a seu comportamento consistentemente violento e totalmente fora de controle. Ela sente vergonha de sua sexualidade, se culpa pelo comportamento violento dele, e tenta de todas as maneiras proteger a imagem de Perry para os filhos, alimentando a construção de uma imagem idealizada de pai para os meninos. Ao mesmo tempo em que gostaria de retomar a vida em suas próprias mãos, Celeste tem muita dificuldade em aceitar que isso será impossível enquanto Perry fizer parte dela.

O que as protagonistas de *BLL* nos mostram e relembram o tempo todo é que o agenciamento materno é repleto de ambivalências, e que o trabalho emocional que ele requer é permanente. As mães precisam lidar com seus próprios sentimentos, bons e ruins, suas dúvidas, inseguranças e medos, enquanto lidam com o

de seu(s) filho(s), marido(s), familiares; e também com as expectativas e julgamentos da(s) comunidade(s) a que pertencem. Ao menor sinal dissonante em relação à fantasia materna construída no imaginário social, colocam-se sobre os ombros das mães culpa, vergonha e raiva; além de muitas agressões serem permitidas e cometidas – tudo isso em nome de um ideal esperado de maternidade impossível de ser atingido. Não há como ser a mãe perfeita, assim como não há como ser uma pessoa perfeita.

A coexistência de sentimentos conflitantes ou como é possível amar e odiar ao mesmo tempo?

Nos primeiros parágrafos de *The Production and Purposes of Maternal Ambivalence*, Rozsika Parker (2002, p. 17) diz:

Nenhum de nós acha fácil aceitar verdadeiramente que amamos e odiamos nossos filhos. Pois a ambivalência materna constitui não uma condição anódina de sentimentos mistos, mas um estado mental complexo e contraditório, compartilhado de várias maneiras por todas as mães, no qual sentimentos de amor e ódio pelos filhos existem lado a lado. Contudo, muitas das culpas onipresentes que as mães enfrentam, decorrem de dificuldades em resistir aos sentimentos dolorosos evocados pela experimentação da ambivalência materna em uma cultura que foge da própria existência de algo que ajudou a produzir.

Parker vai direto ao ponto: há uma tendência cultural perigosa de negação da existência de sentimentos ruins, especialmente nas mães; e, ao mesmo tempo, um reforço excessivo dos valores relacionados apenas aos sentimentos tidos como puros e bons. Esse fenômeno cultural de polarização entre o bem e o mal adquire contornos ainda mais dramáticos quando é a maternidade

que está em jogo, porque mais uma vez nos defrontamos com os perigos de a tomarmos como uma graça divina que não comporta um lado ruim, ou a interpretarmos através da idealização que conduz à maternidade moral.

É crucial reconhecer a força moral das narrativas culturais dominantes (ABBOTT, 2002, 44, *apud* SEVÓN, 2007). No que diz respeito à ambivalência materna, Parker (2002, p. 17) afirma que o único ambiente relativamente seguro no qual o assunto pode ser de alguma maneira apresentado e reconhecido é o do humor, pois as confissões ficam devidamente disfarçadas pelas risadas, e as mães podem, enfim, admitir estar “enfurecidas, extasiadas, apavoradas, feridas e encantadas por seus filhos.”

Em *BLL* há muitas oportunidades de identificarmos os sentimentos ambivalentes das protagonistas em relação à maternidade, mas por questões de espaço, a atenção recairá nas personagens de Celeste e Mary Louise e Bonnie e Elizabeth, sua mãe, que são as responsáveis por grande parte das narrativas sobre ambivalência que dominam a segunda temporada da série.

Mary Louise x Celeste

Mary Louise é a sogra de Celeste que surge na segunda temporada, após a revelação de que o incidente/acidente, que terminou em morte e aproximou todas as personagens na primeira temporada, envolveu seu filho e marido de Celeste, Perry Wright. Mary Louise surge na trama, a princípio, como quem chega para ajudar a nora e os netos no momento difícil da perda do companheiro e pai. Logo percebemos que Mary Louise não se conforma com a versão oficial da morte de Perry e que tem como objetivo descobrir a verdade sobre o incidente. A personagem se esconde atrás de palavras ambíguas, que aparentemente são ditas para consolar, confortar. Ela diz coisas a Celeste como: “o luto é

para ser compartilhado: é insuperável, muito difícil de combater, para ser suportado de maneira solitária”, ao mesmo tempo em que apresenta um comportamento sorrateiro, pernicioso, no qual revira as gavetas e cerca as amigas de Celeste na rua; e paga um detetive particular para vasculhar a vida da nora. Ela é capaz de identificar rapidamente quem deve atacar e como. Também é capaz de construir narrativas críveis a partir de pequenos atos falhos e deslizes morais daqueles que quer atingir, principalmente Celeste. Mary Louise é, sem dúvidas, a personagem mais violenta, dissimulada e incontrolável da série.

A ambiguidade na relação das duas personagens passa não só pelas circunstâncias que envolveram a morte de Perry, mas também por outros motivos. A mãe de Celeste a abandonou ainda pequena e fica claro que a ela faltou uma figura materna. Mesmo percebendo indícios do comportamento maquiavélico de Mary Louise, Celeste a enxerga como uma mãe, alguém que vai a seu encontro para apoiá-la, e demora a entender e até mesmo a aceitar que seu objetivo era, afinal, destruí-la. Mary Louise não nutria qualquer sentimento bom por Celeste. Ao contrário, ela queria provar, a todo custo, que Celeste não era uma “boa mãe” para os gêmeos, até conseguir tirar-lhe a guarda das crianças por meio de uma ação judicial repleta de detalhes sórdidos sobre sua vida sexual — necessários para embasar os julgamentos morais sobre a qualidade de sua maternagem.

Assim como Celeste percebia a violência em Perry e se sentia culpada por alimentar de certo modo seu comportamento, ela sentia pena de Mary Louise pela perda do filho, além de culpa por estar envolvida no segredo que guarda sobre sua morte.

Por outro lado, Mary Louise criou uma narrativa fantástica sobre Perry, na qual o descrevia para qualquer pessoa, com os melhores adjetivos, como um homem perfeito, sem defeito

algum. Isso seria um comportamento social esperado de qualquer mãe, não fosse o fato de ela ter insistido nisso mesmo após ter tomado conhecimento da extrema violência física que ele impunha à Celeste – inclusive da tentativa de matá-la quando ela ameaçou deixá-lo –, além do estupro de Jane que, finalmente foi revelado ao fim da primeira temporada. Mary Louise tenta se aproximar de Jane por causa de Ziggy, que descobre ser seu neto, apesar de deixar claro que não acredita que Perry a tenha estuprado, mas, ao contrário, acredita mesmo é que ela o tenha seduzido. Ou seja, Mary Louise culpa Jane pelo estupro e ainda quer usufruir da companhia do neto gerado num ato de violência e não de amor, passando por cima dos sentimentos de Jane em relação a Perry e ao estupro. Não menos relevante é notar que, Jane, ao decidir ter e criar com tanto amor e dedicação uma criança fruto de um estupro, é responsável por produzir uma contranarrativa interessante aos sentimentos ambivalentes esperados, já que ela subverte a ideia de que seria impossível para uma mulher conviver com a lembrança de ato tão violento e personificado, para sempre em sua vida, na existência de seu filho.

Bonnie x Elizabeth

De acordo com Parker (2002, p. 23),

[...] a imagem de suas próprias mães pode moldar a experiência de maternidade das mulheres, tanto como uma presença reprovadora quanto como uma advertência, fazendo-as sentir que estão reproduzindo a mãe que odiavam ou decepcionando a mãe que amavam.

É assim que se apresenta a relação ambivalente entre Bonnie e sua mãe, Elizabeth, que surge na trama a partir de um chamado de Nathan que, percebendo o comportamento arreado e distante de sua mulher, atormentada pela culpa do incidente com

Perry e sobre o qual ele desconhece, convida a mãe dela para visitá-los. Bonnie sente-se extremamente desconfortável com a atitude do marido e com a presença da mãe, e descobrimos por meio de *flashbacks*, que a relação das duas sempre foi conflituosa, incluindo uma cena em que Bonnie está se afogando em uma piscina e sua mãe diz que ela precisa aprender a nadar.

Bonnie se ressentido do comportamento da mãe em relação a ela durante a infância, ao mesmo tempo sente-se culpada por ter dificuldade de superar isso e se abrir com sua mãe que veio em seu socorro quando solicitada. A situação se agrava ainda mais depois que Elizabeth tem um derrame e fica internada no hospital. Bonnie pergunta à médica se poderiam matar sua mãe, já que ela não gostaria de continuar existindo se fosse para ficar vegetando numa cama. Esse questionamento soa mais como um desejo de Bonnie do que como de sua mãe, e é acompanhado pelo olhar de horror da médica e por uma repreensão verbal de Nathan. A médica diz que isso não é permitido e Bonnie entra em uma profunda crise de consciência enquanto permanece ao lado da mãe durante todo o tempo, pensando e escrevendo coisas em um caderno. Há momentos em que Bonnie aparece em cena com um traveseiro em mãos, expressando o desejo de sufocar a mãe até matá-la. Ao final do sexto episódio da segunda temporada, assistimos Bonnie ler para a mãe, que está inconsciente, uma lista sobre as coisas que odeia (ou sempre odiou) nela — ou seja, todas as razões pelas quais ela se ressentido de Elizabeth, entre elas a revelação de que se contentou em casar com um homem que não amava, no caso, Nathan, ex-marido de Madeline. Bonnie se ressentido da mãe também por acidentalmente ter matado Perry. Ela diz: “Quando eu me joguei contra ele, era você que eu estava empurrando.”

Em um trecho inspirador do texto de Parker (2002, p. 25), ela diz:

Para recuperar seu senso de bem-estar, a mãe precisa abandonar os ideais maternos impossíveis que aumentam perigosamente o ódio próprio e o ódio pelo filho. Tendo em mente a importância do desenvolvimento materno, nomeei este processo de “individuação materna”. (...) Enfatizo que esse é um processo de uma vida toda, porque a ambivalência do adulto não é um estado estático de coisas, mas uma experiência dinâmica de conflito, com flutuações sentidas pela mãe às vezes momento a momento, em tempos diferentes no desenvolvimento do filho e variando entre os diferentes filhos.

Apesar de Parker se referir, nesse trecho, aos sentimentos ambivalentes das mães em relação aos filhos, julgo que suas considerações podem se aplicar igualmente aos sentimentos dos filhos em relação às mães. No caso de Bonnie e Elizabeth, Bonnie precisa reconhecer e aceitar o ressentimento que nutre pela mãe, abandonando os ideais de “boa filha” de uma mãe que foi idealizada, mas que nunca existiu. Quando ela diz que, ao empurrar Perry era Elizabeth quem ela queria atingir, ela confessa o desejo de ferir aquela mãe idealizada que tanto a fez sofrer na infância. Ao buscar entender e aceitar os sentimentos ambivalentes que nutre pela mãe, Bonnie parece entrever a possibilidade de se libertar da culpa que sente de odiar a mãe e transformar esse sentimento em algo construtivo em sua vida.

Como aponta Parker (2002, p. 30), o reconhecimento benigno da ambivalência faz com que o ódio, que é vital para a destruição, seja acompanhado do amor, que é o que mantém a ambivalência em nível mental e não físico. Somente a partir do momento em que Bonnie se dispôs a empreender o trabalho emocional necessário que a permitiria entender e aceitar os sentimentos ambivalentes que nutria por Elizabeth, é que ela conseguiu romper com os sentimentos que carregava de

uma infância infeliz e conflituosa e realmente individualizar-se em relação à mãe.²

Considerações finais

Big Little Lies é uma série sobre mulheres, produzida e estrelada por mulheres, baseada em um livro escrito por uma mulher. Essas não são credenciais que, por si só, garantam a qualidade e nem o sucesso que a série alcançou, mas certamente confere a ela o poder de fazer com que outras mulheres, no caso, nós, as espectadoras, se identifiquem com as protagonistas de modo imediato. Isso se deve ao fato de as personagens serem muito complexas, repletas de nuances de personalidade, sutilezas de comportamento, que vivem os sentimentos ambíguos que todas nós mulheres experimentamos em nossas relações afetivas. Elas são tão reais quanto a sua melhor amiga, sua colega de trabalho ou sua vizinha. Elas representam todas nós, mães imperfeitas, atordoadas com tantas demandas sociais e familiares; vítimas de julgamentos morais rigorosos; capazes dos maiores gestos de amor, mas também de atitudes egoístas e mesquinhas.

O roteiro não nos poupa da crueza da realidade dos fatos da vida, mas os entrelaça com a delicadeza no trato das personagens que encanta e faz com que consigamos desenvolver um enorme sentimento de empatia em relação àquelas mulheres. Ao final, apesar das diferenças de personalidades e perspectivas de maternidade, das simpatias e/ou antipatias que possamos ter desenvolvido em relação a cada uma delas, compreendemos a

² Parker (*ibid.* p. 25), inspirada no conceito de individuação de Jung, define a individuação materna como um processo contínuo em que a ambivalência, juntamente com o desejo de experimentar o bem-estar do amor materno, leva a mãe a descobrir maneiras de ser mãe que são congruentes com suas capacidades e desejos particulares, em vez de se comparar com as mitologias maternas.

complexidade do que é ser mulher e mãe, ou de como é importante pensarmos sobre nossos sentimentos ambivalentes, sobre os julgamentos morais a que somos tantas das vezes injustamente submetidas, e nos lembrarmos que não há maternidade perfeita, apenas maternidade possível.

Referências

- HAYS, Sharon. **The Cultural Contradictions of Motherhood**. New Haven: Yale University Press, 1996.
- PARKER, Rozsika. The Production and Purposes of Maternal Ambivalence. In: Brid Featherstone, Wendy Hollway, Ed(s) **Mothering and Ambivalence**. London: Routledge, 1997, p. 17-37.
- SEVÓN, Eija. Narrating Ambivalence of Maternal Responsibility. **Sociological Research Online**, Vol. 12, Issue 2, 2007. <http://www.socresonline.org.uk/12/2/sevon.html>. DOI: 10.5153/sro.1527
- SMART, Carol. The Legal and Moral Ordering of Child Custody. **Journal of Law and Society**, v. 18, no. 4, p. 485-500, 1991.

Capítulo 11



[Ler capítulo 11](#)

[Voltar ao sumário](#)

Capítulo 11

O corpo materno no espaço público: uma análise dos mameços no jornalismo on-line nacional

Ariene Rodrigues

Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

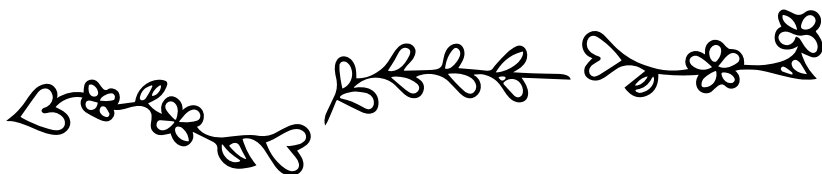
Irene Rocha Kalil

Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

Resumo

Quando surgiram no Brasil, em 2011, os mameços deram visibilidade a diversos aspectos relacionados à amamentação. Para além dos benefícios do aleitamento materno, os atos de protesto emergiram em defesa da livre prática da amamentação em público, trazendo à tona uma discussão pouco explorada até aquele momento: os direitos da mulher que amamenta. Partindo de experiência anterior - de busca de matérias publicadas em veículos on-line brasileiros sobre os mameços entre 2011 e 2016 -, a proposta deste capítulo é retomar a análise no período de 2017 a 2019, buscando observar as permanências e discontinuidades na cobertura midiática sobre a temática. Tomamos por base teórico-metodológica o “feminismo matricêntrico” (O'REILLY, 2014) e as propostas de Orlandi (1999) e Pinto (2002) para a análise de discursos (AD).

Palavras-chave: Mameços. Amamentação. Feminismo. Maternidade. Mídia.



Introdução

Com a chegada do século 21, assistimos à intensificação, sobretudo entre as classes médias, da vivência do que Badinter (2011) nomeou de maternidade ecológica. Unindo ecologia, ciências do comportamento e feminismo essencialista, tal corrente propõe a retomada da função materna sob a visão naturalista, que, além de trazer o aspecto biológico para o centro da cena, passa a olhar a maternidade como um novo tipo de trabalho. Essa espécie de empoderamento feminino por meio do exercício da maternidade, ao lado da busca constante por garantia dos direitos essenciais, permitiu às mulheres perceber e questionar algumas das experiências relacionadas aos papéis sociais a elas atribuídos.

Um exemplo da reação das mulheres, mais especificamente com relação à censura ou constrangimento de amamentar em público, foram os mameços, cujo surgimento ocorreu na França em 2006. No Brasil, a primeira manifestação de mães ocorreu em 2011, quando uma arquiteta amamentava seu filho no Itaú Cultural de São Paulo e foi convidada a se retirar do espaço de exposições com o argumento de aquele não ser um lugar para a lactação. Semanas depois, um grupo de cerca de 50 mães voltou ao local para realizar o primeiro “mameço” de que se tem notícia no país. Nesse momento inicial, os mameços deram visibilidade a diversos aspectos relacionados à amamentação. Para além da importância e benefícios do aleitamento materno, os atos de protesto emergiram em defesa da livre prática da amamentação em espaços públicos, trazendo à tona uma discussão que vinha sendo pautada de forma superficial até aquele momento: os direitos da mulher que amamenta.

Tal discussão, que se insere na perspectiva de um “feminismo matricêntrico”, termo cunhado por O’Reilly (2014), demonstrou que, a despeito de a atuação da mulher na sociedade ter se expandido

para além do espaço privado, especialmente a partir da segunda metade do século 20, a maternidade continua a ser vista e reconhecida como uma prática eminentemente doméstica. A expectativa social exacerbada sobre a dedicação feminina à maternidade, ao cuidado com o filho e suas necessidades, nomeada por Hays (1998) de “maternagem intensiva” e por Wolf (2007) de “maternidade total”, contrasta com as críticas recebidas por mulheres, em vários países, incluindo o Brasil, por amamentarem em público.

Se, por um lado, há um imperativo pela amamentação, que reforça sua importância para o bom desenvolvimento físico e emocional da criança, existe, por outro, a reprovação da exposição do corpo da mulher, sobretudo seus seios, vistos tradicionalmente como objetos do desejo masculino, durante o ato de dar de mamar. Como observou Mendonça (2017), “os corpos grávidos exibidos na publicidade brasileira carecem da sensualidade pagã e carnal tão comum nas representações contemporâneas do feminino nas mídias, quando se referem às mulheres não-mães” (p. 9). Ou seja: ao corpo feminino não grávido, erótico, deve se contrapor um corpo feminino materno, sacralizado e assexuado.

Ao lado disso, a mulher ocupou, ao longo de séculos, uma posição de exclusão do universo das coisas sérias e dos assuntos públicos, como apontou Bourdieu (2012). Isso delimitava seu espaço na vida em sociedade a determinados papéis sociais, como o de “cuidadora”, ficando sua existência restrita à esfera do privado, do lar, jamais extensiva à esfera pública, exclusivamente masculina. Como pontuou o autor, o corpo feminino pode ser compreendido como um “corpo-para-o-outro” (“*corps pour autrui*”, em oposição ao “corpo para si mesmo”, ou “*corps pour soi*”, em francês). Ele discute o lugar do ser feminino como ser-percebido, “incessantemente exposto à objetivação operada pelo olhar e pelo discurso dos outros” (p. 79).

Em uma primeira análise (KALIL; RODRIGUES, 2018), a partir de notícias on-line publicadas entre os anos de 2011 e 2016, observamos que uma das propostas iniciais trazidas pelos mamaços era, precisamente, discutir o direito das mulheres/mães de terem seus corpos ocupando espaços sem que isso fosse visto a partir de uma perspectiva sexual. Um discurso vindo de grupos da sociedade civil e baseado, sobretudo, na abordagem feminista que pregava a máxima “Meu corpo. Minhas regras”. No Brasil, eles contribuíram para que o debate sobre amamentação fosse ampliado, passando a discutir também o papel das mulheres nesse cenário: seus corpos, direitos e vontades.

Além das ações nas redes sociais, é possível observar que o tema pautou também os meios de comunicação e as casas legislativas, gerando, a partir de 2014, a publicação de leis em diversos municípios e estados do país que se dedicam a proteger o direito de amamentar em público. No entanto, ao longo dos anos e da adoção da prática como ato institucional, o discurso biomédico, que enfatiza o direito da criança ao melhor alimento, acabou prevalecendo. Essa constatação pôde ser vista na análise realizada, tendo a mídia destinado pouco espaço para outras interpretações ou perspectivas acerca das motivações do “protesto”.

Partindo da experiência de análise anterior, a proposta deste capítulo é contemplar o período de 2017 a 2019, observando as transformações da cobertura midiática sobre a temática ao longo do tempo, as principais discussões abordadas nas notícias e como elas aparecem. Tomamos por base teórico-metodológica tanto o “feminismo matricêntrico”, que considera as especificidades teóricas, práticas e políticas colocadas às mulheres que se tornam mães (O'REILLY, 2014), como as propostas de Orlandi (1999) e Pinto (2002) para a análise de discursos (AD), que tratam o elemento simbólico como essencial para compreender o discurso em questão.

Tendo como principal referência a escola francesa da AD, os discursos são definidos “como prática sociais determinadas pelo contexto sócio-histórico, mas que também são parte constitutiva daquele contexto” (PINTO, 2002, p. 21). Orlandi (1999), por sua vez, compreende a língua não como uma estrutura fechada, mas como acontecimento. Para ela, é na relação sujeito e história que são construídos os sentidos, sendo o texto “a unidade de análise afetada pelas condições de produção (...)” (p. 72), e sobretudo, lugar de jogos de sentidos, cabendo ao analista “compreender como ele produz sentidos, o que implica em saber tanto como ele pode ser lido, quanto como os sentidos estão nele” (p. 72).

Analisar os sentidos propostos na cobertura dos mameços no Brasil se faz importante neste momento, tanto pelo fato de o assunto permanecer pouco explorado na academia, quanto pelo contexto político-social atual, no qual as pautas feministas têm sido, facilmente, taxadas de “ideológicas”. Esperamos que este trabalho possa colaborar para enfatizar a adoção de uma perspectiva feminista, que enfoque os direitos das mulheres-mães, na abordagem midiática nacional, problematizando os sentidos hegemônicos que atuam na construção social da maternidade e da amamentação em nossos dias.

Sentidos dos mameços na mídia on-line brasileira

Resultados

Para compor a análise comparativa, foram utilizados dados coletados em dois períodos: 2011 a 2016 e 2017 a 2019. A pesquisa de matérias foi realizada através do buscador Google Notícias, utilizando como descritor somente a palavra ‘mameço’. Foram consideradas todas as notícias que o buscador indicou e que mostravam

a palavra citada em um dos dois textos (título e/ou breve descrição) do resultado. Foram eliminadas da soma as páginas que apareciam nos resultados, mas que, após leitura, não tratavam do tema.

Entendemos, como Pinto (2002), que “os textos não surgem isoladamente num universo discursivo dado. Eles pertencem a séries ou redes organizadas por oposição ou sequencialidade” (p. 56). Isso significa que a análise sempre levará em consideração a intertextualidade, a interdiscursividade e os diferentes contextos com o qual determinado texto se relaciona. Por isso mesmo, buscamos observar os textos selecionados na relação entre seus elementos – textos escritos, imagens, vídeos – e na sua relação uns com os outros.

A coleta anterior teve início em 2011, ano em que aconteceu o primeiro mamaço noticiado no Brasil, e contemplou 2012, ano que a ação foi incorporada ao calendário da Semana Mundial da Amamentação (Smam), que acontece de 1 a 7 de agosto e é organizada no país pelo Ministério da Saúde (MS); e, a partir deste ponto, referências bianuais, tendo sido considerados os anos de 2014 e 2016 (até o mês de setembro), totalizando 102 matérias reunidas, abrangendo 19 estados brasileiros. As matérias passaram por um processo de descrição de seus principais elementos – veículo, título, autor, presença de fotos e/ou vídeos, quem fala e o que fala – para obter informações gerais sobre o conjunto, do qual foram selecionados quatro textos para a realização da análise da produção de sentidos (KALIL; RODRIGUES, 2018).

A segunda busca, realizada em 2019, utilizou os mesmos critérios e considerou as matérias de 2017, 2018 e 2019 (até o mês de setembro), sendo registrado um crescimento no número de matérias sobre a temática. Em 2017, 10 matérias contemplaram o tema; em 2018, foram 52 textos encontrados; e, até o mês de setembro de 2019, 89 publicações abordaram os mamaços, totalizando 152 textos.

Um aspecto que nos chamou a atenção é que, em 2017, o número de matérias tenha caído consideravelmente se comparado ao crescimento dos anos anteriores, tendo sido encontradas apenas 10 publicações contra 63 de 2016. Percebemos, ainda, que a palavra ‘mamaço’ não surge em nenhum título de 2017, nem aparecem conteúdos sobre a Smam ou sobre o Agosto Dourado (mês dedicado à amamentação no Brasil). Das 10 matérias, 6 trazem conteúdos que abordam as situações de amamentação sob o ponto de vista dos direitos e benefícios das mulheres, e somente 4 delas abordam a perspectiva de mamaço como um evento voltado para benefícios da criança. Quando se fala em benefícios para a mãe, os aspectos são sobre a saúde física, sem fazer menção a outras questões, como o direito da mulher de amamentar em todos os espaços.

O ano de 2018 apresentou 52 notícias: 37 com caráter mais institucional, abordando eventos que faziam parte da Smam ou do Agosto Dourado; 14 voltadas a questões sob a perspectiva dos direitos das mulheres; e 1 que pertencia a uma categoria híbrida, posto que tratava de aspectos relacionados à criança e à mulher.

Das que abordavam os direitos sob a perspectiva de mulheres, 13 delas se deram por situações ocorridas em Belo Horizonte (MG) e Santo André (SP). No primeiro caso, uma mãe foi constrangida ao amamentar em um shopping da capital mineira por estar “expondo o seio”, e seu desabafo nas redes sociais acabou criando comoção local e levou diversas mães a realizarem um mamaço no shopping. Foram citadas as legislações municipal e estadual que proíbem este tipo de intercorrência e o caso rendeu 5 matérias. A ocorrência no Estado de São Paulo gerou pelo menos 8 textos em diferentes veículos de comunicação pelo país, além de um mamaço organizado por mães após um segurança do terminal de ônibus proibir a mãe de amamentar seu filho e acusá-la de atentado violento ao pudor.

A busca em 2019 identificou um universo de 89 matérias até o dia 30 de setembro, sendo 68 matérias fazendo referência aos direitos da criança, nutrição e evento (“Hora do Mameaço” ou Smam); 11 textos que adotavam uma perspectiva feminista; e 10 que abordavam ambos. Especialmente naquele ano, chamou a atenção o fato de os mameaços serem utilizados como ação não só dos eventos tradicionais sobre amamentação como vinham acontecendo até então, mas de outras atividades, como campanhas de doação de leite materno e até ações de marketing institucional de shoppings e marcas voltadas ao segmento de mães e bebês, reforçando a ideia da ação como estratégia de incentivo à amamentação.

Para a análise dos discursos, feita a partir de uma amostra por conveniência, as matérias selecionadas obedeceram aos seguintes critérios: texto de produção própria de veículo de comunicação; mais de uma fonte entrevistada; trazer a palavra mameaço no título; contar com imagens (foto e/ou vídeo) que ilustrem os textos; buscar dar visibilidade a diferentes veículos de comunicação. Dessa forma chegamos aos 4 textos analisados abaixo. Cada matéria foi examinada a partir de Quem Fala e O Que Fala, além de trazer uma breve descrição do material audiovisual que a compõe.

Quadro 1

MATÉRIA 1 - Mães realizam ‘mameaço’ no Terminal Vila Luzita (SP, 12/7/2018)	
FOTOS: 1) Mãe psicóloga (branca) amamenta com seio à mostra 2) Mãe empresária (branca) amamenta com seio à mostra	
QUEM FALA	O QUE FALA
Irmã da moça que foi constrangida ao amamentar “Minha irmã estava apenas amamentando o filho de um mês de vida, um direito que foi repudiado por um problema de estrutura social machista”.	

<p>Psicóloga e mãe apoiadora Contou que é comum ‘olharem torto’ quando amamenta em público. “Nos julgam, cochicham e não veem a importância de se alimentar um bebê”. Exibiu a lei estadual número 16.047, de dezembro de 2015, que assegura à criança o direito de aleitamento materno e prevê multa para os que impedem a ação entre mãe e filho.</p>
<p>Empresária e mãe apoiadora “Os olhares preconceituosos são machistas, em sua maioria, feitos por homens que veem a cena da amamentação com olhar sexual”, e que esse comportamento masculino também a incomoda bastante.</p>
<p>Suzantur, empresa que administra o terminal Por meio de uma nota oficial a empresa informa repudia atitudes como a relatada e afirma que está sendo registrado um boletim de ocorrência, para que as autoridades competentes intervenham para elucidar o fato.</p>
<p>Prefeitura de Santo André Através de nota afirma que considera inaceitável qualquer restrição ao direito da amamentação, que é garantido pela lei estadual 16.407/15. Está acompanhando o ocorrido e, com base no resultado da apuração, constatado o fato relatado pela mãe, serão aplicadas as penalidades cabíveis à empresa concessionária.</p>
<p>Pediatra “Além de alimentar, o leite materno é rico em todos os nutrientes de que o bebê necessita para crescer saudável, e por este motivo, a amamentação deve ser vista como um ato de amor, não obsceno”.</p>

Fonte: elaborado pelas autoras.

Quadro 2

<p>MATÉRIA 2 - Campinas tem “mamaço” para orientar sobre a amamentação (SP, 5/8/2018)</p>
<p>FOTOS: 1) Mãe (branca) em pé segura o bebê e outra (branca) sentada amamenta e, em primeiro plano, aparece uma placa com os dizeres: <i>Keep calm</i> (Mantenha a calma) <i>and</i> (e) amamente em livre demanda. 2) Galeria com 8 fotos, mães amamentando, o grupo reunido. Uma das fotos mostra duas crianças (negras), cada uma segurando uma placa. Uma criança menor segura a placa descrita acima, enquanto a maior exhibe uma placa com os seguintes dizeres: “Paninho pra cobrir o que? Quem sexualiza a amamentação é você.” VÍDEO: São entrevistadas a administradora de empresas e mãe, e a organizadora do evento. Além dos depoimentos e imagens das mães amamentando, o vídeo mostra uma outra placa, com os dizeres: “Peito não é estoque. É fábrica”. Também é possível ver imagens de uma mãe amamentando ao lado de uma caixa de feira repleta de tangerinas.</p>

QUEM FALA	O QUE FALA
	<p>Consultora cultural e organizadora da edição campineira do evento “Hora do Mameço” Diz que o encontro visa debater e evidenciar a amamentação, conectando mães que tenham dúvidas ou transtornos com o aleitamento, ressaltando a importância do ato, “que serve não apenas para alimentar e por questões de saúde, mas também para conectar, criar um vínculo materno”.</p> <p>“A amamentação ainda é cercada de tabus e informações que atrapalham essa relação e o vínculo que tem que ser criado”.</p> <p>“Muita gente acredita que por ter o bico do peito plano, por exemplo, não pode amamentar”.</p> <p>“Os profissionais e a família, que muitas vezes também tentam ajudar, forçando a mãe a abandonar o aleitamento por ter dificuldades pela mamadeira ou fórmulas”.</p> <p>“E não há problema em fornecer a mamadeira ou a fórmula, desde que você passe todas as informações para que a mãe possa fazer a escolha dela”.</p> <p>“Ainda precisamos de mais visibilidade e mais apoio de profissionais de saúde e da família para que essa mulher sinta sucesso na amamentação”.</p> <p>“Eu não como com um pano em cima da minha cara, então por que eu faria isso com o meu bebê?”. “Eu estou apenas alimentando e nutrindo o meu filho. Não é algo que deva ser sexualizado”.</p> <p>“O ato de buscar o bebê no berço ou apenas um copo d’água [sic] para a mãe já faz uma grande diferença” (sobre a importância do papel do pai).</p>
	<p>Administradora de empresas e mãe</p> <p>“Eu mesma achava estranho amamentar um filho grande antes de ser mãe”. “Hoje minha visão é completamente diferente”.</p> <p>Conta que sofreu muito nos primeiros meses de vida da filha. “Como eu produzia pouco leite, imaginei que um banho quente ajudaria nisso. E, realmente, ajuda. Mas banho quente também empedra todo o leite”.</p> <p>Concorda com o poder do leite materno: “Eu ainda não dei remédio para a Alice”. “Quando ela tem febre, dou de mamar e ela passa em seguida”.</p>
	<p>Médica de família</p> <p>“Por mais que o leite de cada mãe seja diferente, pois é produzido de acordo com as características corporais e hábitos de vida, tem componentes ideais para saciar a fome e a sede da criança, além de proporcionar nutrientes para prevenção de doenças que só o leite materno possui”.</p> <p>Fala que diversos estudos científicos mostram que crianças amamentadas por mais de um ano têm na vida adulta, maior QI, escolaridade e renda do que aqueles que não completaram um mês de alimentação com leite materno.</p> <p>Aborda a importância do apoio do pai na adaptação da amamentação: “O pai pode auxiliar nos cuidados com o bebê e em outras tarefas, como as domésticas”. “Dar banho no bebê, ficar com ele no colo enquanto a mãe faz uma refeição e toma banho com tranquilidade, são pequenas atitudes, mas que contribuem. Ficar com o bebê também enquanto a mãe faz massagens para aliviar a dor nos seios e preparar um local calmo e aconchegante para a hora da mamada também valem”.</p>

Esposo da administradora de empresas e mãe
 “Aqueles horinhas de dicas que você recebe na maternidade são ótimas, mas longe de ser tudo o que a gente precisa”. “E acho que é aí que entra o pai”. “Quando a gente percebe que nem tudo é tão simples”.

Quadro 3

MATÉRIA 3 - Mamaço no Rio marca Mês de Aleitamento Materno (RJ, 11/8/2018)	
FOTO: Duas mães (brancas) amamentam seus bebês, sentadas num banco em local aberto, aparentemente os próprios jardins do Palácio do Catete.	
QUEM FALA	O QUE FALA
Presidente do Comitê de Aleitamento Materno da Sociedade de Pediatria do Rio de Janeiro (Soperj)	<p>“Nas décadas de 70 e 80, ninguém aleitava no país, tínhamos média de dias de aleitamento materno. Ainda estamos longe do que gostaríamos, mas avançamos. A última pesquisa é de 2013, no Brasil temos em torno de 36% de prevalência, aumentamos sim e temos que nos orgulhar da prevalência do aleitamento prolongado”. (Sobre a recomendação da OMS de prevalência de 90% do aleitamento materno exclusivo até os seis meses de idade).</p> <p>“Esses benefícios de nós falávamos, hoje temos essa comprovação científica, de que aleitar evitar câncer de mama e de ovário, além de leucemia no bebê. Os comitês científicos das sociedades de pediatria estão buscando na indexação médica artigos de outras áreas sobre aleitamento materno e a relação com adolescentes, com alergias, por exemplo”.</p> <p>“É um alimento completo, vivo; seu conteúdo, suas propriedades são indiscutíveis, mesmo da própria mãe como por meio dos bancos de leite, da doação. A rede brasileira passou a ser a rede global de bancos de leite, estamos exportando a tecnologia para a América do Sul, América Central, Europa e agora entrando na África. A gente consegue, por meio da doação, manter, a qualidade ouro do leite materno”. (Sobre a experiência do Brasil como referência mundial em bancos de leite).</p>
Estudante de psicologia e mãe	<p>“Há uma equipe que ensina a fazer a pega, tive todo o suporte lá com a questão da ordenha. Aprendi lá, quando voltei ao trabalho, depois de um mês e meio. Surgiram algumas questões e fui perguntando. Minha prima estuda enfermagem na Uerj [Universidade do Estado do Rio de Janeiro] e me orientou bastante sobre a ordenha, me mandava material para ler”. (Sobre o Hospital Geral de Bonsucesso, onde a filha nasceu).</p> <p>“Quando vou trabalhar, há dias em que ela precisa tomar a fórmula, quando estava de quatro para cinco meses ela não ganhou peso, a gente descobriu que teve alergia ao leite, então tive que entrar com a fórmula. Eu queria ter dado amamentação exclusiva até os seis meses, me frustro muito de não ter conseguido, porque eu</p>

precisava voltar a trabalhar. Mas, em qualquer lugar, onde eu estiver, se ela quiser eu dou o peito, do jeito dela, no momento dela”.

Fonte: elaborado pelas autoras.

Quadro 4

MATÉRIA 4 - ‘Hora do Mameço’ conscientiza sobre a liberdade para a amamentação (BA, 04/08/19)	
<p>FOTOS:</p> <p>1) Grupo de mães na escadaria do shopping onde aconteceu a ação. Algumas amamentam seus filhos enquanto outras crianças estão sentadas no colo de suas mães.</p> <p>2) Mãe/psicóloga/doula (branca) e assessora em amamentação amamenta o filho de dois anos. Ao fundo, a escadaria do shopping.</p> <p>3) Mãe (negra) amamenta a filha de 2 anos e 6 meses. Ao fundo, transeuntes, principalmente mulheres e crianças.</p>	
QUEM FALA	O QUE FALA
	<p>Mãe/psicóloga/doula/assessora em amamentação</p> <p>“Durante muito tempo a mama só foi vista como algo sexual, ou algumas vezes relacionada ao câncer de mama. Nós promovemos a amamentação em público para mostrar que a mama também tem essa importância para o aleitamento materno e abordar a importância da amamentação para a criança”.</p> <p>Relembrou o histórico dos mameços em Salvador, inspirados na situação de São Paulo e acrescentou: “Tivemos por muito tempo mulheres negando o corpo, a questão do feminino para se adequar ao mercado de trabalho e se assemelhar aos homens. É um resgate desse feminino e dessa cultura”.</p>
Mãe 1, servidora pública	<p>“Percebo um vínculo maior com ele e cada dia eu aprendo uma coisa com o meu filho. Acredito que a amamentação ajuda bastante”. Contou que, após o filho ficar oito dias na UTI, o amamentou todos os dias, mesmo com mastite. Relembrou a experiência de amamentar outra filha até os 6 anos, quando o peito secou.</p>
Mãe 2	<p>“É aconchego, colo, segurança, carinho, vínculo. Eu acho superimportante. Até os 2 anos e 6 meses fiz livre demanda total e agora fui restringindo mais para os períodos de manhã ou de noite”.</p>
Mãe 3	<p>“Com o parto e o puerpério, é uma das partes mais difíceis [da maternidade]. A gente não sabe amamentar direito, tem diversas dificuldades com a pega da criança no peito e muitas pessoas ainda nos desmotivam”. Relatou o incentivo do marido mesmo nos momentos mais difíceis e que pensou em desistir.</p>

Mãe 4, museóloga

“É claro que existem dificuldades, a privação do sono, ficar com a criança o dia inteiro no peito, mas foi muito mais fácil do que antes e eu fiquei muito mais segura sabendo que o meu peito é suficiente e que eu ia conseguir amamentar. O importante é que ela está sendo amamentada e sendo nutrida do melhor alimento que ela poderia ter”. (Ao relembrar a experiência “sofrida” com a amamentação da filha mais velha, de 14 anos, e a colaboração de uma consultora de amamentação).

Vice-presidente da Sociedade Baiana de Pediatria

Lembrou que o aleitamento materno é considerado o “padrão ouro” de alimentação infantil, fortalece o vínculo entre a mãe e a criança, e traz benefícios para a saúde de ambos. Ressaltou que o desmame deve ser resolvido entre mãe e criança a partir dos dois anos. “Às vezes existe uma dificuldade da própria mãe em fazer o desmame. Ela precisa analisar até onde está sendo bom para ela e para a criança”.

Fonte: elaborado pelas autoras.

Discussão

Os mamecos ganharam espaço e destaque na mídia on-line ao longo dos anos. Se, em 2011, a novidade dos protestos idealizados por mães foi o chamariz para a imprensa, nos anos seguintes, a atuação junto aos órgãos oficiais, como MS, colocou os mamecos sob uma nova perspectiva, adotando outras funções sociais para além de protestar. Eles foram usados para a promoção de palestras, cursos e até lançamentos de espaços dentro de shoppings destinados a mães e bebês. A análise das matérias selecionadas, por meio da nomeação de alguns núcleos de sentidos propostos, ajuda-nos a compreender quais são e como são construídos os sentidos sobre amamentação na cobertura midiática.

Quadro 5 - Núcleos de sentidos sobre amamentação

Apoio	O pai/companheiro como apoiador. Visibilidade social da importância da amamentação. Papel dos profissionais de saúde.
Aprendizado	Concepção da amamentação como prática a ser aprendida: pega, ordenha, orientações de profissionais e leitura de materiais especializados. Uma das partes mais difíceis da maternidade.
Direito	Direito da mãe. Direito da criança. Garantia na legislação.
Doação	Ato de amor. Compromisso moral. Sacrifício. Dificuldades. Dor. Privação de sono. Ficar com a criança no peito o dia inteiro. Protagonismo da criança, que pode mamar onde, como e no tempo que ela quiser. Livre demanda.
Frustração	Não conseguir amamentar nos moldes preconizados por OMS e MS por motivo de retorno ao trabalho, pouco leite ou outros.
Natureza	Feminino. Destino biológico. Antes, uma negação do corpo feminino; com o retorno à amamentação natural, há um resgate desse corpo.
Saúde	Foco, sobretudo, nos atributos do leite materno. Alimento padrão ouro. Alimentação ideal. Composição do leite materno. Poder do leite materno de prevenir – ou mesmo curar – doenças. Referência mundial em Bancos de Leite Humano. Estudos científicos. Lado negativo: taxas de prevalência no Brasil ainda são menores que as preconizadas pela OMS.
Sexualização	O tabu do seio materno. Preconceito. Visão machista que erotiza o seio da mulher que amamenta. Objetificação do corpo feminino. Corpo-para-o-outro.
Vínculo	Conectar mãe e bebê. Aconchego. Colo. Segurança. Carinho. Vínculo materno.

Fonte: elaborado pelas autoras.

As falas de algumas das mulheres entrevistadas revelam as motivações que levaram essas mães a promover e participar dos protestos, trazendo fortemente o sentido da amamentação como direito. Muitas referem-se ao direito de as mulheres amamentarem seus filhos sem passar por constrangimentos, como uma mãe que questiona, na Matéria 2: “Eu não como com um pano em cima da

minha cara, então por que eu faria isso com o meu bebê?”. Isso também aparece em uma placa, mostrada em vídeo na mesma matéria: “Paninho pra cobrir o que? Quem sexualiza a amamentação é você”.

Por outro lado, em muitos momentos, os direitos das crianças é que são destacados como discurso principal nas ações. Alguns exemplos estão em placas fotografadas para a matéria citada acima. A mensagem “*Keep calm* (Mantenha a calma) and (e) Amamente em livre demanda” enfatiza a orientação oficial da Organização Mundial de Saúde (OMS) e do MS sobre a amamentação sob livre demanda, ou seja, sempre que o bebê quiser. Por sua vez, a mensagem “Peito não é estoque. É fábrica” objetifica os seios maternos e a própria mulher no processo de amamentação, o que deixa transparecer “a ideia de que é seu dever atuar no sentido da conquista da saúde física, mental e emocional de seus filhos” (KALIL; AGUIAR, 2016, p. 40).

Apesar de não existirem isoladamente, o “direito de mamar” do bebê se sobrepõe ao “direito de amamentar” da mulher na maioria das falas, característica que se aproxima ao encontrado por Kalil (2016) nos materiais oficiais sobre o tema, confirmando que a política pública dedicada ao aleitamento materno no país é “uma ação predominantemente setorial, que se dirige, prioritariamente, à saúde da criança, tendo como foco central a redução da morbimortalidade infantil” (p. 223).

O sentido da saúde fica muito presente em todas as matérias, nas quais os discursos das mães entrevistadas misturam-se aos discursos especializados dos(as) médicos(as) e representantes de comitês de aleitamento e secretarias de saúde, mostrando o processo de reconhecimento do discurso hegemônico da saúde pública e sua penetração na sociedade. Como afirma Kalil (2016), “nessa relação discursiva ou de interlocução, a posição dos produtores do discurso institucional é superior à dos usuários dos serviços de saúde, pois eles detêm a fala autorizada sobre o assunto, a fala da

medicina, pautada nas verdades e evidências científicas” (p. 242).

Ao lado da saúde física, alguns discursos enfatizam a questão do vínculo que se estabeleceria, entre mãe e bebê, por meio da amamentação. Tal sentido tem raízes na psicologia, especialmente nos estudos de Bowlby (2006), que publicou, por encomenda da OMS, o relatório Cuidados Maternos e Saúde Mental, e desenvolveu uma linha da psicologia do desenvolvimento que ficou conhecida como *attachment theory* ou “teoria do apego”, baseada no conceito de *bonding* ou “vínculo”. Na Matéria 4, as mães 2 e 3 dizem que entendem a amamentação como uma forma de criação de vínculo e confiança com seus filhos, mesmo que, para elas, esses momentos tenham sido de dificuldades e sofrimento, o que reforça o sentido de doação, também encontrado nas matérias, que compreende a amamentação como ‘ato de amor’, uma espécie de sacrifício necessário feito pela ‘boa mãe’ em prol da saúde do bebê.

Outro discurso que aparece nas matérias analisadas é o da natureza, manifesto no modelo de maternidade ecológica, o que fica evidente, em 2016, com a adoção da temática da sustentabilidade para a Smam, cujo slogan era “AMAMENTAÇÃO. Faz bem para o seu filho, para você e para o planeta”. Também nos discursos mais recentes, esse intertexto aparece, no âmbito imagético. No vídeo que compõe a Matéria 2, de 2018, vemos imagens de uma mãe amamentando ao lado de uma caixa de feira repleta de tangerinas. A amamentação, além de estar relacionada pelo discurso da saúde pública a um início de alimentação saudável das novas gerações, é também vinculada à ideia de uma sociedade mais sustentável.

A palavra ‘natural’ é utilizada na fala do pai, que afirma que “parece ser algo natural, que acontece sem nenhum tipo de necessidade de adaptação ou treino”. Em contraposição a esse núcleo

de sentido, surge, na fala dele e em outras, a ideia da amamentação como aprendizado, como uma prática que, a despeito de ser tratada com algo simples e ‘natural’, envolve tanto a necessidade de auxílio de especialistas em pega, ordenha, entre outras questões envolvendo o manejo da amamentação. Além de ser um aprendizado, a amamentação também implica apoio. Nas matérias analisadas, esse apoio é, normalmente, relacionado ao pai/companheiro, que pode ajudar a mulher que amamenta cuidando dos afazeres domésticos e envolver-se em ações de cuidado com o bebê. Outra questão que aparece na Matéria 3 é o sentimento de frustração, que uma mãe entrevistada afirma sentir, por não ter conseguido amamentar exclusivamente por seis meses por motivo de seu retorno ao trabalho. Frustração, culpa ou vergonha são sensações que podem acometer mães que não conseguem ou mesmo não querem amamentar de acordo com os moldes preconizados pelas organizações de saúde (TAYLOR; WALLACE, 2012).

A discussão sobre o porquê de haver um incômodo social pelo fato de mães amamentarem em público seus bebês tem espaço em 3 das 4 matérias analisadas em 2019, enfocando a erotização do seio feminino na sociedade ocidental e o incômodo gerado pela exposição do seio materno durante o ato de amamentar. Na realidade, para as próprias mulheres, essa dupla função do seio – erótica e materna – pode ser motivo de angústia, e esta é uma das questões abordadas por Sandre-Pereira (2003). A dualidade ‘seio de mulher, seio de mãe’ se insere, segundo a autora, “na tradicional oposição antropológica entre natureza e cultura” (SANDRE-PEREIRA, 2003, p. 474). Se, em termos de natureza, o ser humano é um mamífero e as mamas das fêmeas possuem essa função específica da amamentação, por outro lado, “o homo sapiens é um animal cultural, e no mundo da cultura o seio feminino pode perder a preeminência biológica de sua função e tornar-se a base

de diferentes representações” (p. 474), como o erotismo.

Ou seja, embora o sentido da sexualização apareça, ele nunca é problematizado, enfocando, por exemplo, dificuldades que a mulher e o casal possam ter, em sua vida sexual, durante o período de amamentação. Quando o companheiro surge nas matérias, ele geralmente é creditado como alguém que está ali para dar apoio e incentivar a amamentação, e não para falar sobre o olhar da sociedade ou de questões do casal envolvendo a prática. Aliás, as frustrações e dificuldades relatadas pelas mulheres sempre se referem ao bem-estar do filho: a dor que atrai o fim da amamentação, a dificuldade em conciliar trabalho e aleitamento, a frustração por não garantir o alimento padrão ouro, entre outras.

Destacamos, ainda, que as mães entrevistadas apontam para um padrão, em especial quando os mamecos são organizados por elas mesmas, sem participação de instituições: mulheres entre 20 e 40 anos, com educação superior e participantes de grupos de discussão sobre a maternidade. As matérias analisadas no período de 2017 a 2019 demonstram isso. As mães ouvidas são creditadas como psicóloga, empresária, administradora de empresas e estudante de psicologia, quase todas, necessariamente, pressupondo formação universitária e apresentando discurso “politicamente engajado” acerca do tema, delimitando o debate sobre os direitos da mulher a uma elite sociocultural, branca e substantivamente escolarizada. As mulheres negras e pobres ainda ficam à margem e têm seus discursos pouco explorados, apesar de comporem a maior parte das mães do país. Esses dados vão ao encontro da pesquisa de Badinter (2011), realizada na Europa. A autora assegura que a mãe que adota a premissa que “boa mãe é a que amamenta” (p. 115) tem o mesmo perfil sociocultural em todos os países desenvolvidos: “mais de 30 anos, pertence a uma categoria socioprofissional elevada, exerce uma profissão, não fuma, segue cursos de preparação para o parto e se

beneficia de uma longa licença parental” (DEBONNET-GOBIN, 2005 apud BADINTER, p. 115).

Conclusões

O aleitamento materno é a orientação de entidades nacionais e internacionais no âmbito da saúde pública. Todas enfatizam que o bebê deve ser amamentado (ou alimentado com leite materno) exclusivamente até os seis meses, salvo exceções, e, após esse período, continue a ser amamentado, com alimentação complementar, até os dois anos ou mais. Esse discurso, bastante presentes nos materiais oficiais de promoção e orientação, raramente toca nos aspectos da amamentação na perspectiva da mulher (KALIL, 2016). A visão da maternidade abnegada e da amamentação como sendo um momento único de amor entre mãe e filho é altamente difundida, e pouco se fala das dificuldades que as mulheres podem enfrentar durante a prática, entre elas a hostilidade social por amamentar em público. No entanto, na cobertura dos mameiros, vários sentidos sobre amamentação aparecem e se misturam, tanto nas falas de mães e pais, quanto no discurso dos profissionais entrevistados.

Quando tiveram início no Brasil, em 2011, como reação às situações de retaliação social, a ideia central era o “incentivo à amamentação *em público*” como forma de protesto contra as negativas e constrangimentos impingidos às mulheres. Eram organizados pelas redes sociais entre as próprias mães ou por organizações da sociedade civil que militam no âmbito dos direitos da criança e da mulher. Todavia, a análise proposta neste trabalho nos permite observar que os mameiros ganharam status de ação institucional, tornando-se prática corriqueira adotada por grupos específicos e espaços privados e sendo assimilados até em atividades propostas

pelo MS e secretarias de saúde em todo o país. Tal processo de institucionalização concorre para que eles se tornem mais uma ação de promoção e visibilidade da importância da amamentação para a saúde da criança, sem enfatizar suas implicações sociais e os direitos de mulheres nesse cenário.

A mulher é colocada em segundo plano, e pouco se fala dos empecilhos que ela possa enfrentar durante a prática da amamentação ou escolhas que possa fazer nesse processo. Conforme pudemos observar, os sentidos sobre amamentação são em sua maioria positivados pelo bem-estar da criança: a doação a qualquer custo, o estabelecimento de vínculo mãe-filho, as dificuldades ao amamentar. Todas essas questões são superadas pelo fato de a mulher estar sendo a melhor mãe que, socialmente, ela aprendeu que poderia ser.

Certamente, os mamecos conservam, de alguma maneira, seu caráter de resposta das mulheres aos discursos tradicionais, indicando que a amamentação não é apenas a alimentação do lactente, mas uma prática social que envolve sujeitos e subjetividades. Mas é preciso ir além. A necessidade de um novo olhar sobre a amamentação, como uma experiência na qual a mãe também é protagonista, implica pensar a prática para além do seu caráter naturalista e/ou biológico e enxergar a mulher em sua pluralidade de identidades e demandas que extrapolam a condição materna. E, inclusive, questionar em que medida o discurso pró-amamentação contribui para fortalecer a representação do corpo feminino como “corpo-para-o-outro”, afinal, durante esse período, o corpo da mãe não estaria, de alguma forma, cedido às necessidades da criança? Acreditamos que a mídia exerce um importante papel nesse cenário, pois, ao ouvir e reverberar velhas e novas vozes, ela colabora para a reconstrução constante de modelos de como amamentar e ser mãe na contemporaneidade.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Referências

- BADINTER, Elisabeth. **O conflito: a mulher e a mãe**. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BOWLBY, John. **Cuidados maternos e saúde mental**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- HAYS, Sharon. **Contradições culturais da maternidade**. Rio de Janeiro: Gryphus, 1998.
- KALIL, Irene Rocha; RODRIGUES, Ariene Alexandra. Mães na mídia: Os discursos sociais sobre maternidade na cobertura dos ‘mamaços’ no Brasil. **Revista Observatório**, Palmas, v.4, n. 1, p. 655-680, jan-mar. 2018.
- KALIL, Irene Rocha; AGUIAR, Adriana Cavalcanti de. Protagonista da amamentação ou instrumento da política de saúde infantil?: a enunciação da mulher nos materiais oficiais de promoção e orientação ao aleitamento materno. **Saúde Soc.** São Paulo, v.25, n.1, p.31-42, 2016.
- KALIL, Irene. **De silêncio e som: a produção de sentidos nos discursos próaleitamento materno contemporâneos**. 1ª ed. Rio de Janeiro, Multifoco, 2016.
- LEMOS, Amanda. Mães realizam ‘mamaço’ no Terminal Vila Luzita. Repórter Diário. 12 jul. 2018. Disponível em: <https://www.reporterdiario.com.br/noticia/2534950/maes-realizam-mamaco-no-terminal-vila-luzita/>. Acesso em: 11 dez. 2019.
- LOPES, Renan. Campinas tem “mamaço” para orientar sobre a amamentação.

- A CidadeON/Campinas. 5 ago. 2018. Disponível em: <https://www.acidadeon.com/campinas/cotidiano/regiao/T,0,0,1355907,campinas+tem+mamaco+para+orientar+sobre+a+amamentacao.aspx>. Acesso em: 11 dez. 2019.
- MENDONÇA, Maria Collier de. Principais resultados da pesquisa doutoral: A maternidade na publicidade. Uma análise qualitativa e semiótica em São Paulo e Toronto. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress** (Anais eletrônicos, 2017). Disponível em: < en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499102125_ARQUIVO_MaternidadenaPublicidade_Mendonca_MariaCollierde_2017_Texto_completoMM_FG.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2019.
- NITAHARA, Akemi. Mamaço no Rio marca Mês de Aleitamento Materno. Agência Brasil. 11 ago. 2018. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2018-08/mamaco-no-rio-marca-mes-de-aleitamento-materno>. Acesso em: 11 dez. 2019.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.
- O'REILLY, Andrea. Ain't I a Feminist?: Matricentric Feminism, Feminist Mamas, and Why Mothers Need a Feminist Movement/Theory of Their Own. **Motherhood Hall of Fame at the Museum of Motherhood in NYC**, 2014. Disponível em: <<https://mommuseum.org/aint-i-a-feminist-matricentric-feminism-feminist-mamas-and-why-mothers-need-a-feminist-movementtheory-of-their-own/>>. Acesso em: 06 dez. 2019.
- PINTO, Milton José. **Comunicação e discurso: introdução à análise de discursos**. São Paulo: Hacker Editores, 2002.
- SANDRE-PEREIRA, Gilza. Amamentação e sexualidade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 467-491, jul-dez 2003. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9842/9071>. Acesso em: 9 nov. 2016.
- TAYLOR, Erin N.; WALLACE, Lora Ebert. For shame: feminism, breastfeeding advocacy, and maternal guilt. **Hypatia**, v. 27, n. 1, p. 76-98,

2012. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1527-2001.2011.01238.x/pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2012.

VIGNÉ, Júlia. 'Hora do Mamaço' conscientiza sobre a liberdade para a amamentação. *Correio*. 04 ago. 2019. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/hora-do-mamaco-conscientiza-sobre-a-liberdade-para-a-amamentacao/>. Acesso em: 11 dez. 2019.

WOLF, Joan B. Is breast really best? Risk and total motherhood in the National Breastfeeding Awareness Campaign. *J Health Polit Policy Law*, v. 32, n. 4, p. 595-636, 2007. Disponível em: <<http://jhppl.dukejournals.org/content/32/4/595.full.pdf+html>>. Acesso em: 12 jul. 2011.

Capítulo 12



[Ler capítulo 12](#)

[Voltar ao sumário](#)

Capítulo 12

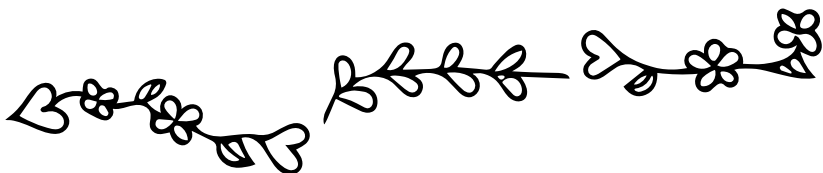
Reflexões sobre imagens de parto, artes visuais e mídias: um mergulho nas obras de Monica Sjöö e Lia Menna Barreto

Clarissa Monteiro Borges
Universidade Federal de Uberlândia

Resumo

Neste trabalho, pretendo construir diálogos entre duas obras de arte, a pintura *God Giving Birth* (1968) de Monica Sjöö e as bonecas que compõem a obra *Partinhos* (1993) de Lia Menna Barreto, a partir das relações entre estes trabalhos e a indústria cultural. Na obra de Monica Sjöö poderei aprofundar a relação difícil da artista com a mídia impressa, demonstrados pelos conflitos com o público e com a crítica jornalística da época. Já com o trabalho de Lia Menna Barreto será possível observar as estratégias de apropriação e reconfiguração de objetos banais da indústria cultural feitas por esta artista em suas obras. Quando as imagens de parto na arte contemporânea revelam obras mais explícitas e focadas no corpo feminino, podem causar grande incômodo e muitas críticas. As artes visuais dependem de um sistema de recepção e divulgação em diversas mídias, que podem ser também espaços de censura e restrição.

Palavras-chave: Maternidade. Artes Visuais. Parto. Feminismo. Comunicação.



Pensando nas imagens do parto, e em sua construção por artistas mulheres, proponho uma análise dos discursos sobre o corpo e a maternidade nas artes visuais a partir da década de 1970. As mudanças no papel feminino e nas relações maternas desde o séc. XVIII foram grandes (BADINTER, 1985). Para entender como isso acontece também nas obras de arte dois trabalhos serão abordados neste capítulo, uma pintura de 1968 da artista sueca Monica Sjöö, e uma série de objetos, datados de 1993, criados pela artista brasileira Lia Menna Barreto. Ao propor a relação entre uma imagem de 1968 e outra de 1993 não tenho intenção alguma de encontrar uma imagem original, ou sugerir que uma imagem derive da outra. Considero que as condições de possibilidade de criação de uma obra de arte se diferem, de modo que não buscarei sua significação exata, mas possibilidades de análises de discursos (FOUCAULT, 2002, 2008). As imagens produzidas por artistas mulheres sobre a maternidade nas artes visuais, apresentam muitas vezes aspectos de empoderamento, segurança e força, em vez de imagens doces, amorosas e sutis. Segundo Maria das Graças Rodrigues Strack e Dulcina Tereza Bonati Borges:

A representação que hoje se faz da figura feminina e especialmente da maternidade difere das representações de algumas décadas atrás. Grandes mudanças no campo social, afetivo e cultural, permitem um novo questionamento sobre as construções culturais a respeito das relações entre sexos. (BORGES; STRACK, 2002, p.109).

O trabalho de Monica Sjöö, *God giving birth* (1968), trás para este texto discussões acerca da aceitação da imagem da mulher que dá à luz nas exposições de arte, assim como aspectos sobre as censuras e críticas a estas imagens difundidas em jornais da época. Proponho a relação deste primeiro trabalho com as bonecas que

compõem a obra *Partinbos* (1993) de Lia Menna Barreto. Dois fios tecem as relações entre estas imagens: a similitude da abordagem compositiva de um corpo parindo e os questionamentos sobre a maternidade e mídia impostos na concepção e recepção destas imagens.

Nos trabalhos de Monica Sjöö e Lia Menna Barreto é possível observar muitas similaridades no tratamento do corpo da mulher ao parir, nas duas obras vemos o bebê com a cabeça para fora do corpo materno, mas o resto do corpo se mantém dentro. Estes corpos ainda estão em situação de separação, são mostrados no meio do processo do nascimento. A recepção destas imagens é conflitante, encontramos leituras e afirmações que questionam o fazer artístico materno, que ora desconsideram o processo criativo de mulheres mães, ora tentam qualificar o trabalho com adjetivos pejorativos. Estas questões podem revelar uma dificuldade do meio artístico, dos espectadores de arte e da mídia impressa com as imagens de parto mais explícitas e focadas no corpo feminino. Não são facilmente aceitas, pois, não correspondem aos modelos de parto e maternidade veiculados por outros meios culturais.

Criarei diálogos entre as imagens, mas não tenho intenção alguma de encontrar uma imagem original. Busco regularidades (FOUCAULT, 2002) enunciativas nas imagens, tento entendê-las a partir de seus acontecimentos. A busca por construir relações entre as imagens e o entendimento sobre o seu fazer e sua recepção faz bastante sentido quando consideramos a ação dentro de uma série, ou, neste caso, a obra de arte dentro de um sistema da História da Arte e da Comunicação. O sistema artístico se mostra excludente de tal forma que, muitas vezes, os assuntos destas obras, o parto e a maternidade, podem ser lidos como pouco importantes, mas à medida que pesquisamos essas imagens na

história é possível verificar algumas regularidades enunciativas presentes nestes trabalhos.

Ao cruzar as histórias e discursos das obras de Monica Sjöö e Lia Menna Barreto aponto para uma descrição crítica sobre a rarefação dos discursos, feita pelas inúmeras tentativas de silenciamento e censura da obra de Monica Sjöö. A história que pretendo contar aqui é justamente a que considera produções artísticas bastantes pontuais que, muitas vezes, não correspondem ao que se espera da produção em arte na época. Tendo como base as descrições críticas e as descrições genealógicas propostas por Foucault (2002, p.65-66), demonstro como, mesmo que disperso e descontínuo, o discurso sobre a imagem de parto mais explícita e crua vai se mantendo nas artes visuais.

Considerando que as imagens na arte também podem ser usadas como exemplos de maternidades a serem seguidas, considero relevante uma investigação das mesmas tecnologias criadas para o controle do corpo feminino. Susan Bordo (1997), a partir de uma abordagem foucaultiana, sugere que a disciplina dos corpos femininos se dá a partir da modernidade histórica, na qual os corpos das mulheres são os corpos “(...) cujas forças e energias estão habituadas ao controle externo, à sujeição, à transformação e ao aperfeiçoamento” (BORDO, 1997, p.20). Para a autora, a tendência desde então é tornar as mulheres sujeitos menos ligadas ao social, e ligadas fortemente à questão da modificação de seus corpos. Bordo busca em Foucault a ideia de que as relações de poder não são fixas, mas uma “rede de práticas, instituições e tecnologias que sustentam posições de dominância e subordinação dentro de um âmbito particular” (BORDO, 1997, p.21). A autora cita em diversos momentos o uso da imagem como instrumento de

modelação de corpos e condutas a serem seguidas. A imagem do corpo na arte, além de também servir como modelo a ser seguido, é afetada por modelos externos e discursos impostos ao corpo. Desta forma, as representações do corpo feminino e do corpo materno também são afetadas.

Percebo este movimento nas artes visuais, mas também no cinema, literatura, televisão e publicidade. As intenções destes espaços, onde transitam estas representações de maternidade, são bastante distintas. Na formação da história da arte observamos momentos cruciais para esta disciplina onde autoria e originalidade são valorizados, enquanto que, para Hans Belting:

A cultura de massa não sabe o que é autêntico, mas sim o que são o estereótipo e a repetição. Por isso, ela obriga a arte a se inserir nessa percepção antes que possa conduzir o observador a outra direção. A resposta da arte consiste no jogo duplo de questionar a si mesma e de se afirmar nisso. (BELTING, 2012, p. 144)

Desta forma, os modelos de imagens de parto reiterados pela cultura de massa dominam o imaginário dos espectadores sobre este acontecimento, não obstante, haverá um choque entre estes modelos e muitas das imagens propostas pelas artistas sobre o parto. Como resposta temos também artistas que se apropriam dos objetos, criados pela indústria cultural, em seus trabalhos. Conforme descreve Lúcia Santaella (2005), esta ação remonta à atitude de Duchamp ao recontextualizar objetos industriais banais, e a Arte Pop que modifica imagens recorrentes da cultura de massas. Mas enquanto nos dois casos citados acima “transpiravam deliberação, impessoalidade, distanciamento e ironia” (SANTAELLA, 2005, p. 34), veremos como nas obras de Lia Menna Barreto e Monica Sjöö, estas

ações podem estar associadas também uma postura política, que se defronta com o fazer artístico e com a maternidade.

Ao escolher duas artistas mães para este capítulo afirmo também que a visão materna e pessoal sobre o assunto é importante para a mudança deste paradigma, proporcionando uma diversidade de obras e imagens sobre o parto, que antes não apareciam nas artes visuais. Será que, para mulheres artistas, falar de maternidade e parto ainda é se colocar no lugar-comum, simplório e desvalorizado das funções culturalmente associadas ao feminino? Andrea Liss (2009) destaca que esta desvalorização da maternidade pode ter tido como consequência a sua exclusão dos temas e assuntos a serem discutidos nas artes visuais, principalmente nas produções artísticas feministas.

Chernick e Klein (2011) afirmam que o movimento feminista na arte ignorou ou foi hostil às mães e à maternidade. Apesar do estudo dessas autoras no livro *The M Word: Real Mothers in Contemporary Art* (CHERNICK; KLEIN, 2011) ser restrito às relações entre arte e maternidade nos Estados Unidos após os anos de 1970, encontrei situações similares na Inglaterra, com o trabalho da artista Monica Sjöö, e até no Brasil, como no caso da artista Aleta Valente. Observo que em determinadas circunstâncias históricas, foi necessária uma contraposição à função obrigatória da maternidade e, talvez por esta necessidade, as diversas produções feministas até a década de 1970 podem ter se debruçado sobre outras questões relativas às mulheres, como seus direitos e sexualidades. Para Chernick e Klein (2011) até 1975, a falta de textos sobre a relação supostamente ambivalente da maternidade e da criatividade dificultava a abordagem feminista destes assuntos nos EUA. As publicações que fazem uma abordagem feminista da maternidade na arte, segundo as autoras, aparecem entre

2000 e 2009 nos Estados Unidos e Inglaterra¹. Ressalto aqui também a importância das publicações do periódico *Journal of the Motherhood Initiative for Research and Community Involvement* e da editora *Demeter Press* editados por Andrea O'Reilly no Canadá; assim como das pesquisas de Roberta Barros (2016), Nadia Cruz Senna (2007) e Ana Paula Sabiá (2015) no Brasil.

Já a pesquisadora Cristina Stevens (2005) tenta entender como é possível haver preocupações feministas comuns sobre a maternidade mesmo diante de uma diversidade de mães ou maternidades possíveis na atualidade e no passado. A intensificação das produções na literatura e nos estudos feministas nas últimas três décadas intriga a pesquisadora, pois, para ela, o corpo seria uma questão central dos discursos feministas sobre a maternidade: “a problemática do corpo, a qual ainda é uma questão central dos estudos feministas, está inevitavelmente ligada à figura da mulher enquanto mãe” (STEVENS, 2005, p.36). A autora cita especificamente a questão do corpo materno representado na literatura, segundo ela:

A produção ficcional tem articulado a temática da gestação, parto e maternação a partir da perspectiva da mulher – algumas vezes de forma idealizada, ou formas que perpetuam a equação mulher/mãe, mas apresentando também outras construções discursivas que apontam para novas imagens de mãe. (STEVENS, 2005, p.62).

Contudo, as novas representações maternas vistas por Stevens na literatura são distintas de algumas imagens maternas levantadas na pesquisa de Maria Collier de Mendonça (2014), extraídas de

1 Elas citam, entre outros: Rosemary Betterton (“Promising Monsters: Pregnant Bodies, Artistic Subjectivity and maternal imagination”); Tracy LeMaster (“Third wave Feminism and the politics of motherhood” e “M/Othering the Children”); Andrea Liss (“Maternal Rites: Feminist Strategies” e “Feminist Art and the maternal”); e Rachel Epp Buller (“Reconciling Art and Motherhood”).

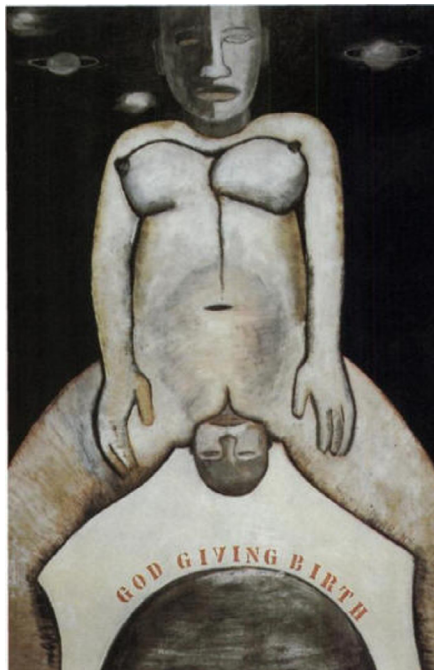
anúncios publicitários contemporâneos. Vale ressaltar que Mendonça (ibid.) estudou representações da maternidade na publicidade de mídia impressa, veiculada em revistas brasileiras e canadenses no período de 2006 e 2013. De acordo com Mendonça (2014) enquanto a publicidade impressa apresentava figuras femininas não maternas cujos corpos reforçavam características como poder, sensualidade e independência; as representações maternas na publicidade impressa brasileira frequentemente sintonizavam ideais e valores católico-cristãos, tais como pureza e devoção aos filhos, remetendo inclusive à figura da Virgem Maria.

Veremos a seguir como serão estabelecidas duas relações diferentes com as mídias e as obras de arte, através dos trabalhos de Monica Sjöö e Lia Menna Barreto. No caso da primeira obra o embate com a mídia impressa será evidente, na segunda obra outro movimento acontece, o da apropriação e ressignificação de objetos da indústria cultural.

“Deus parindo” e “Partinhos”

Ao organizarem uma coletânea de textos sobre a arte e os movimentos feministas entre 1970 e 1985, Rozsika Parker e Griselda Pollock (1987) publicaram um dossiê montado a partir de artigos e matérias de jornais sobre a exposição *Womanpower: Women's Art*, que aconteceu em 1973, na Biblioteca Pública Swiss Cottage, no norte de Londres. A publicação deste conteúdo contribuiu significativamente para esta pesquisa, pois apresenta fontes que revelam os discursos, publicados na mídia impressa da época, diante das obras de artes de artistas ligadas ao movimento feminista, mas, principalmente, diante do trabalho de Monica Sjöö, que aborda o assunto do parto na tela *God giving birth*, de 1968.

Figura 1: Monica SJÖÖ, God Giving Birth, 1968.
Óleo sobre compensado, 183 x 122 cm. Coleção
Museu Anna Nordlander, Skellftea, Suécia.



Fonte: SJÖÖ (1968)²

Esta obra foi pintada a óleo, em formato vertical, com tamanho de 183 cm por 122 cm. O tamanho deste trabalho é bastante importante, pois, verificamos que o corpo feminino apresentado é proporcionalmente enorme, se comparado com o corpo do espectador da exposição. Na pintura vemos uma mulher, sua cabeça está na parte superior do quadro, seu corpo foi centralizado na tela e está com as pernas abertas, o quadro acaba em suas panturrilhas. Trata-se de uma imagem estilizada com linhas de contorno marcadas e certa simplificação da figura humana. Ela está nua e suas mãos estão sobre as

2 http://www.artcornwall.org/features/Monica_Sjoo_God_Giving_Birth.htm

coxas, em volta de sua cabeça aparecem formas circulares que figuram planetas. A figura desta mulher não tem cabelos e seu rosto é metade branco e metade preto, tem traços similares às máscaras africanas. O fundo do quadro da cabeça até seus joelhos foi pintado de preto, como se este corpo estivesse na escuridão do universo. Mas, de sua vulva sai a cabeça de um bebê, e nesta parte da imagem o fundo é branco, o que pode fazer referência a luz. Abaixo da cabeça da criança existe um meio círculo, que pode ser lido como um planeta no universo criado pela artista.

A imagem é praticamente preta e branca, com exceção de uma frase em vermelho onde podemos ler: *God Giving Birth*. Estas palavras ficam entre a cabeça do bebê e circunscrevem o meio círculo na base do quadro, foram impressas com letras que encontramos em moldes de transferência. Ressalto aqui a inserção da frase dentro do quadro da artista, esta atitude demonstra uma apropriação feita por Monica Sjöö de objetos de cultura de massa. As letras usadas anulam a caligrafia pessoal e fazem referência a uma escrita realizada por máquina. A linguagem verbal inserida diretamente na imagem funciona como uma legenda fotográfica em um texto jornalístico: apontam para uma característica específica ressaltada pela autora, comunicando por meio da escrita o que estava sendo dito pela imagem. O uso do termo no masculino (God) não deve ser visto como distração, mas como uma proposição de inversão dos sentidos da criação, do nascimento, do parto e de um questionamento sobre a importância dada para cada um destes eventos na valorização e distinção feita na cultura ocidental entre o masculino e do feminino.

Voltando aos textos do dossiê, criado por Rozsika Parker e Griselda Pollock (1987), todos eles datam de 1973. O primeiro

deles não tem autoria definida, mas foi publicado originalmente na revista *Spare Rib*³, importante publicação ligada ao *Women's Liberation Movement* que abordava aspectos sociais, políticos e culturais do movimento feminista inglês. O segundo texto é um documento em tom de resposta da artista Monica Sjöö (1987), defendendo a exposição das críticas e ataques que vinha sofrendo. Sem referência específica sobre a forma de publicação deste documento, a diagramação e tipografia usadas denotam que o texto deve ter sido um manifesto distribuído na própria exposição⁴. O terceiro e quarto texto que integram o dossiê são duas publicações em jornais de larga escala de distribuição. No *The Guardian*, Peter Cole assina uma matéria e no *The Times*, Clive Borrell faz uma chamada sobre a visita da polícia a esta mostra de arte.

Trago aqui estes textos publicados em jornais e revistas também como um exemplo de como a relação entre as artes e as comunicações vêm convergindo desde a revolução industrial (SANTAELLA, 2005). Para além das apropriações das tecnologias midiáticas, a arte também passou a usar os meios de comunicação para sua divulgação, Para Lúcia Santaella:

(...) a arte passou a necessitar de materiais publicitários, reproduções coloridas, catálogos, críticas jornalísticas, fotografias e filmes de artistas, entrevistas com ele(a)s, programas de rádio e TV sobre ele(a)s. Embora possa parecer que tal

3 Suas edições estão disponíveis, de 1972 a 1993, nos arquivos da Biblioteca Britânica (<https://journalarchives.jisc.ac.uk/britishlibrary/spareri>). Porém, em março de 2019, um aviso foi postado sobre este conteúdo, que provavelmente sairá do ar caso o Reino Unido saia da União Europeia, conforme plebiscito nomeado de Brexit, com votos favoráveis pela saída. Link para download da edição citada neste trabalho: https://data.journalarchives.jisc.ac.uk/media_open/pdf/generated/sparerib/P.523_344_Issue12/PDF/P.523_344_Issue12_9999.pdf. Acesso em: mai. 2019.

4 Afirmo isso após consultar o folder distribuído pelas artistas durante a exposição em Londres. A Biblioteca Nacional da Austrália disponibiliza o mesmo em pdf: <http://nla.gov.au/nla.obj-51715850>

tipo de material seja secundário, cada vez mais, as mídias desempenham um papel crucial no sucesso de uma carreira. Por isso mesmo, muitos artistas buscam manipular e controlar suas imagens e disseminação de suas obras através dos vários canais de comunicação. (SANTAELLA, 2005, p. 24).

Neste sentido, é possível entender como as matérias de jornal podem afetar as produções artísticas, e também provocar reações dos artistas, como a resposta de Monica Sjöö que veremos a seguir.

Segundo a matéria da *Spare Rib* (PARKER; POLLOCK, 1987, p.187), a exposição montada na biblioteca contou com a participação de cinco artistas: Ann Berg, Monica Sjöö, Beverly Skinner, Liz Moore e Roslyn Smythe. Sua projeção na mídia local não se dá pela presença de um artista já consagrado, mas pelas inúmeras reclamações e ameaças do público, que fez várias denúncias na polícia municipal de Londres, a *Scotland Yard*. O principal motivo das reclamações era a pintura de Monica Sjöö, que mostra uma cena de parto.

As críticas não se voltaram apenas à obra, mas, particularmente ao discurso feminista, claramente presente na exposição e nos folders e textos distribuídos pelas artistas, que eram ligadas ao movimento de libertação das mulheres na Inglaterra. Sobre este aspecto, Monica Sjöö (1987), em seu manifesto, transcreve algumas das críticas do público recolhidas do livro de assinaturas da exposição:

“Quando vocês terminarem de queimar seus sutiãs, por que não queimam suas pinturas também?”

“Estas são obviamente cinco lésbicas confirmadas e mulheres pouquíssimos atraentes que não conseguem nenhum homem e este é o motivo pelo qual elas fazem estas pinturas horrorosas e agressivas” (Anônimos, apud: SJÖÖ, 1987, p.189, tradução nossa).

As frases selecionadas por Sjöö demonstram uma relação conflituosa com as obras que passa pela avaliação também de quem

é aquele sujeito artista e, segundo o pensamento demonstrado pelas frases, se ele é mulher e feminista, conseqüentemente, suas obras são horrorosas e devem ser queimadas. Demonstram uma crítica direcionada a quem é a mulher artista, e não diretamente às próprias obras de arte. Como os comentários escritos no livro da exposição são anônimos, é impossível exercer a mesma liberdade que eles tiveram e criticá-los pelo que são, pois se escondem no anonimato.

A artista Monica Sjöö (1987) não faz o mesmo, ela ataca diretamente os críticos de seu trabalho que conhece, acusa o Festival da Luz de ser “um sr. fascista” e por ter denunciado a exposição à equipe especializada em pornografia da *Scotland Yard*. Contudo, sua crítica mais contundente é direcionada ao mundo da arte. Ela descreve o contexto da arte londrina na década de 1970, que se demonstra restrito às produções artísticas monumentais e abstratas feitas por artistas homens. Segundo Sjöö, se o artista não produzisse trabalhos assim, não participaria de exposições, vendas, coleções, nem leilões que movimentam a milionária economia do mundo artístico.

Uma das passagens mais interessantes do documento escrito pela artista é a reflexão sobre as pressões estabelecidas sobre as mulheres-artistas-mães. Sua percepção é que “Os homens criaram um mito em nossa sociedade de que, a partir do momento em que uma mulher tem um filho, ela preencheu sua necessidade criativa, e qualquer outra necessidade” (SJÖÖ, 1987, tradução nossa). Monica Sjöö (1973) tem este sentimento após ter sua exposição negada em várias galerias⁵ e depois de ser questionada sobre seu motivo para

5 O grupo de cinco artistas que integram esta exposição também lançou um documento que era distribuído na Biblioteca londrina, no qual elas registram toda a trajetória ao tentar organizar a mostra, como as várias negativas no recebimento do projeto por várias galerias da cidade.

criar arte, pois ela mesma já era mãe e isto deveria ser suficiente. Os conflitos e as lutas pelo direito de ser mais do que mãe ficam claros em seu posicionamento combativo e questionador, necessário há 50 anos, e também agora. É por estas lutas e disputas que os trabalhos artísticos sobre parto e maternidade são possíveis após os anos 80 e 90, e o que torna viável também esta pesquisa.

Em muitos momentos, encontro artistas descrevendo como a maternidade impediu ou mudou seus trabalhos artísticos no Brasil, como Sjöö já apontava em 1973: “quais mulheres com crianças podem ir a uma escola de arte ou podem usar todo o seu dia para o trabalho? Este é um privilégio dos homens de classe média que tem mulheres e empregadas para fazer o trabalho sujo e cuidar de suas crianças” (SJÖÖ, 1987, p.189). Este é o caso de Lia Menna Barreto, que depois de fazer uma graduação em desenho em 1985 e iniciar uma proeminente carreira artística no início dos anos 1990 no Brasil, narra, em uma entrevista, a dificuldade e exaustão das atividades domésticas e maternas, que a afligem por dois anos depois de ter sua filha em 1996:

Quando engravidei e fiquei com um barrigão, eu já não consegui mais ir ao ateliê. Eu ia muito ao ateliê, vivia lá. Mas com a gravidez começou a ficar muito incômodo. Quando minha filha nasceu, eu tive muito trabalho! Porque mãe, com filha pequena, sem babá ou avó, é muito difícil. Um trabalho de cão. Eu fazia de tudo, dava comida, trocava, enfim. Era muito satisfatório, claro, muito gostoso. Mas eu me lembro de ter muito trabalho, de não conseguir mais trabalhar artisticamente. Então eu já estava há dois anos sem trabalhar, só cuidando da Lara. Um dia, eu resolvi fazer uma boneca pra ela. (BARRETO, apud MAUS, 2014, p.17)

Na intenção de construir uma boneca para a menina, ela se depara outra vez com o fazer manual, que era bastante presente em

suas obras anteriores, e se coloca o desafio de construir uma boneca por dia. Porém, neste trabalho específico, ela deixa seu cansaço aparecer nos objetos; nos dias difíceis, suas bonecas são como trouxas mal feitas, nos dias mais fáceis e prazerosos, as bonecas têm acabamento delicado, “elas ficavam conforme meu estado, meu ânimo.” (BARRETO apud MAUS, 2014, p.17). Esta obra é executada ao longo de um ano e, no final de 1998, a artista o nomeia: *Diário de Boneca*. A relação forte entre arte e vida encontrada neste trabalho não é tão clara na obra que encontrei sobre o parto da artista. Portanto, longe de ser uma constante, a relação com a maternidade, seus prazeres e suas dores são pontuais e seria muito apressado fazer a mesma leitura da obra, *Partinhos*, de 1993:

Figura 2 - Lia Menna Barreto, Pequenos Partos, 1993. Bonecas costuradas presas com alfinete na parede.



Fonte: Freitag (2008)⁶

Figura 3 - Lia Menna Barreto, Partinhos, 1993. Bonecas costuradas presas com alfinete na parede



Fonte: Menna Barreto (1993)⁷

Trago aqui estes dois registros distintos da mesma obra de Lia Menna Barreto, pois o encontro com estas duas imagens

6 Segundo Vanessa Freitag (2008), esta imagem estava disponível em www.arteswebbrasil.com.br.

7 <https://lia-mennabarreto.blogspot.com/2007/11/bonecas-1993-galeria-camargo-vilaa-so.html>, segundo o qual, as obras foram exibidas em São Paulo, na Galeria Camargo Vilaça, 1993.

do mesmo trabalho me fez refletir sobre a relação com as obras de arte a partir de reproduções, assim como fez Linda Nochlin (1986) sobre *L'origine du monde de Courbet*⁸. A primeira imagem é limpa, organizada, as cores estão equilibradas e o contraste é perfeito. Encontrei esta imagem em uma dissertação de mestrado que cita uma fonte que não está mais disponível *on-line*, mas que remete a uma compilação de obras de arte e artistas brasileiros construída de modo virtual. A segunda imagem é assimétrica, a composição é estranha, o fundo é cinza, o que torna o contraste precário e a saturação das cores bem menor. A imagem está disponível no *blog* da artista, em uma seção específica com o nome: “1994 bonecos”. Ao entrar nesta página, o título se modifica e vemos que se trata de uma compilação de trabalhos que foram expostos em uma mostra individual da artista em 1993, na Galeria Camargo Vilaça, na qual ela apresentava diversos trabalhos com bonecas, entre eles, as bonecas de *Partinhos*.

Apesar da tendência em mostrar somente a primeira imagem, clara e definida, decidi trazer a segunda e transformá-la em uma referência importante para este trabalho. Em primeiro lugar, interessa-me o título da obra: *Partinhos*. O uso da palavra parto no diminutivo aproxima-o de algo ainda mais banal do que as bonecas. Emitido por um adulto no Brasil, esta palavra faz parte de um vocabulário usado em alguns momentos para se comunicar com as crianças, transformando todas as palavras em diminutivo. A montagem que a artista faz com as bonecas usualmente

8 Neste texto Nochlin (1986) questiona a presença da reprodução deste quadro nos textos e artigos sobre Courbet, já que o paradeiro do quadro original era desconhecido no momento em que a autora escrevia o artigo. A autora indica claramente este conflito já no título do artigo: *The Origin without an Original (A origem sem o original)*. Deste modo, a ausência do objeto não impede que se construam teorias e análises sobre o mesmo, entendendo esta obra, *L'origine du monde* como uma das mais importantes do autor.

é descrita por críticos de arte com uma ação de perversidade, o que também poderia ser feito aqui, já que temos bebês parindo bebês. Como exemplo, separei um fragmento do texto que Diana Corso escreve sobre o trabalho da artista Lia Menna Barreto:

Lia é como este genial menino mau. Derretendo com um ferro de passar roupa, ela pode transformar uma série de brinquedos e flores de 1,99, em colchas e rendados desde onde olhos, patas e cores disputam o privilégio de serem vistos. Cabeças de bonecas ao avesso mostram a feiura de seus olhos saltados ou de ponta cabeça servem de vasos em que nascem plantas no lugar de seus corpos sem vida. (CORSO, 2014)

Porém, a artista nega este teor em seus trabalhos, pois defende que suas ações se aproximam mais da espontaneidade infantil, de encaixar e desencaixar os brinquedos, estudando possibilidades, “explorando um objeto em mutação” (MAUS, 2014, p.16). Neste sentido, na imaginação infantil, não há nada de errado em uma boneca parir outra boneca, ou da criança encenar seu parto, pois as relações são de experiências com o corpo, o seu próprio corpo, ou o corpo da boneca. A maternidade na vida de Lia Menna Barreto acontece três anos depois da realização desta obra, sua reflexão a respeito de como este momento muda também a sua vida será importante para pensar sobre as duas imagens apresentadas acima:

Eu acho que a mulher às vezes também é bruta. Ter minha filha foi uma experiência muito forte; é como ficasse meio bicho. Porque tu tens que lidar com tudo, com situações em que tu tens que limpar a criança, situações em que tu ficas suja também. Então tu também ficas mais resistente. A mulher enfrenta uma coisa brutal na gravidez. Tanto é que, depois que a Lara nasceu, meu trabalho mudou

muito. Antes eu fazia trabalhos limpinhos, com costura, era caprichosa. [...] Comecei a mexer em coisas orgânicas. O bebê é mais orgânico, ele mama no teu seio. Quando o bebê recém nasce, a mãe fica com este pique um pouco animal. O trabalho artístico é “fichinha”, perto disto. Este lado da urgência, da brutalidade, também é feminino.” (BARRETO apud MAUS, 2014, p.19-20)

O paralelo proposto aqui, entre a vida e a arte, pode ser também entendido a partir das duas fotografias tão distintas sobre o trabalho. A primeira imagem de os *Pequenos Partos*, revela o trabalho limpinho descrito pela artista; os *Partinhos*, mostra o mesmo trabalho, mas suas características se aproximam do orgânico e do brutal, ligando-se mais à obra *Diário de Boneca*, feita pela artista em 1998.

Mas *Partinhos*, liga-se também a outras obras da artista por um dado bastante comum em sua ação artística: a apropriação e manipulação de objetos encontrados, ou comprados. Objetos destinados a brincadeira, e ao universo infantil, são retirados deste contexto e ressignificados. Este movimento em direção a cultura de massa não está mais preocupado com a alta ou baixa cultura, mas segundo Hans Belting (2012), o artista hoje pode escolher se vai deixar esses objetos inalterados ou “configurá-los esteticamente de um modo estranho” (BELTING, 2012, p. 145). Segundo o autor:

Uma arte que hoje ainda está de acordo com o seu sentido cultural tem normalmente dois caminhos a seguir: ou se relaciona a distância com um ambiente que consiste apenas no presente fugidio, retirando-se para dentro de sua própria história e para seus próprios mitos; ou transforma as grifes da cultura de massa em motivos de protesto, ou seja, de metamorfose poética (BELTING, 2006, p. 142)

A metamorfose proposta pela artista transforma as bonecas em mães, de bebês do seu próprio tamanho, pois, no imaginário

e nas brincadeiras infantis a relação de escala permite facilmente esta ficção. Mas uma característica da indústria cultural é mantida: a repetição. As bonecas estão parindo, todas da mesma forma e em série. Seriam os partos assim também? Talvez o nascimento controlado e monitorado proponha justamente a transformação do nascimento em um evento serial, como demonstrado pelas bonecas repetidas de Lia Menna Barreto. Se estes são *Partinhos*, temos em contraposição a imagem de um “Partão” na enorme pintura de Monica Sjöö.

Historicamente Santaella (2005) pontua que à partir da década de 1960 intensificam-se os questionamentos sobre a clássica divisão das belas artes em pintura e escultura, para a autora, “desde então, embora muitos artistas tenham continuado a pintar e produzir aquilo que a tradição chama de escultura, essas práticas passaram a se realizar junto a novos sentidos da visualidade e a uma margem cada vez mais ampla de atividades” (SANTAELLA 2005, p. 32). Este movimento aproxima a arte e a indústria cultural, borrando os limites formais da obra de arte, aproximando a arte da cultura de massa. Extremamente explorado pelos artistas da arte pop esta estratégia não tinha como intenção a transformação da arte em cultura de massas, propunham que estes objetos fossem recontextualizados, em “um processo ativo de transformação da linguagem dos meios de massa para uma linguagem específica da arte” (SANTAELLA 2005, p. 34).

Lia Menna Barreto faz exatamente isso, ela pega as pequenas bonecas, e como ela mesma já declarou, brinca com as mesmas, cortando e colando, reorganizando e modificando seus sentidos. Manipulando conscientemente o universo da cultura de massa, que propõe por exemplo bonecas que comem, falam, dormem, mas raramente propõe bonecas que dão a luz a outras bonecas, principalmente se for por suas vaginas.

Os corpos das artistas, mulheres mães

Retomando a discussão sobre este corpo materno, relacionando-o com o corpo da artista, percebemos que, historicamente, esta é uma questão que aparece nos discursos de artistas depois da década de 1970. Neste sentido, a artista Monica Sjöö (1987) reflete sobre o papel imposto ao corpo feminino na arte e no ensino de arte dentro das academias de belas artes da Inglaterra. Para ela, os estudos de modelo vivo nestas instituições tratam o corpo feminino como uma cadeira ou peça de mobiliário. Quando este corpo entra nas pinturas dos artistas na tradição europeia, é comum que ele seja mostrado a fim de produzir relações com a sexualidade e o erotismo, direcionando o corpo feminino especificamente ao desejo do espectador masculino. A construção destes argumentos é necessária para que a artista tente entender o espanto do público diante de suas obras de arte. Para ela, o que causou a comoção e fúria de alguns espectadores ao ver sua obra *God Giving Birth* e outras na mesma exposição, não foram os corpos nus femininos, pois estes estão em todos os museus, mas a forma potente e poderosa como são retratados os corpos das mulheres pelas artistas da exposição:

Quando nós temos em nossa exposição pinturas de mulheres mostrando a crueza da sexualidade e do nascimento – quando a realidade é focada na passividade da vida doméstica, mulheres preocupadas com suas próprias identidades, mulheres como místicas, grandes sacerdotisas, e com uma pintura de deus dando a luz, aí isto é visto como uma ameaça para o papel da cultura patriarcal – então, será assim. (SJOÖ, 1987, p.188, tradução nossa)

Segundo a artista, as críticas às imagens femininas da exposição vêm de uma cultura acostumada com imagens de mulheres passivas, não agressivas, doces e delicadas apresentadas

repetidamente pela Arte, mas também pela publicidade encontrada no metrô na mesma época. Talvez seja isso que sua imagem provocasse: uma ruptura não só na imagem da maternidade, mas na imagem da mulher como potência de ação e criação, acentuada pelo título do trabalho que associa deus como uma mulher parindo:

A pintura *God giving birth* foi aquela na qual muitas críticas se concentraram...era supostamente pornográfica e uma blasfêmia. Eu diria que porque DEUS é visto como uma mulher não branca de grande dignidade, olhando para frente sem sorrir, com uma criança saindo de seu ventre, entre suas pernas...isto é perturbador. (SJÖÖ, 1987, p.189, tradução nossa)

É justamente a matéria assinada por Peter Cole no jornal *The Guardian*, sobre a exposição na qual participava a obra, que dá ênfase à questão da pornografia e das denúncias feitas na polícia londrina. Os denunciadores eram contra a visita de crianças em uma exposição com corpos masculinos e femininos nus (PARKER; POLLOCK, 1987, p.191). Segundo o gerente das artes visuais, Peter Carey, responsável pela exposição na biblioteca, não há nada de errado em crianças verem as pinturas, pois elas não têm o mesmo senso de vergonha que os adultos. Contudo, a artista Elizabeth Moore, em entrevista ao jornalista, afirma que a origem das denúncias não são os incômodos com as obras de arte apenas, mas a participação das artistas no movimento feminista. De certa forma, se os trabalhos expostos em galerias, museus e salões na época, ou mesmo antes disso, fossem analisados, seria possível ver inúmeros corpos nus, mas quase nenhum protesto ou denúncia de uma suposta imagem de imoralidade.

O mesmo enfoque na visita da polícia à biblioteca é dado na matéria publicada em 19 de abril de 1973 no *The Times*. Clive

Borrel diz que Peter Carey defendeu a permanência das obras dizendo que não tiraria nenhuma daquelas obras da exposição, mesmo que fosse processado por esta atitude. Barrel fornece, no entanto, uma informação importante sobre a montagem da exposição. Segundo o jornalista, ela foi organizada no centro da Biblioteca e a imagem que é vista logo na entrada é a de Monica Sjöö: *God Giving Birth*. Com esta grande pintura na entrada da mostra, os espectadores eram recebidos. Depois de passar por “deus”, eles estavam aptos a visitar as outras imagens, por isso aquele era um nascimento que marcava um renascimento nas expectativas e na relação com a produção de mulheres na arte, em Londres, na década de 1970.

A dificuldade de alguns espectadores com o trabalho de Monica Sjöö se estabelece, segundo os artigos lidos, tanto na relação com a suposta obscenidade da imagem, quanto no fato da produção da artista estar conectada com os movimentos feministas ingleses no mesmo período. Poderia ser previsto, talvez, que o assunto tratado por um homem artista encontrasse menos empecilhos?

Longe de pensar a resposta para esta pergunta, o necessário seria pensar então sobre a quebras dos modelos maternais propostas pelas artistas. Segundo Andrea O’Reilly:

A maternagem feminista, mesmo que seja terminantemente resistente, corajosa, hippie ou rebelde, opera como uma contra narrativa da maternidade. Pois busca interromper a narrativa principal da maternidade, imaginando e implementando uma visão da maternagem que empodera a mulher. [...] Enquanto a maternidade patriarcal define o trabalho materno como um cuidado privado e solitário na esfera doméstica, a maternagem feminista a considera como explícita e profundamente política e pública. (O’REILLY, 2006, p.326, tradução nossa)

É um ato político questionar o trabalho materno, que muitas vezes impede e ocupa o lugar da criação artística, mas também pode transformar e diversificar a produção das obras de artes destas mulheres.

A cena do parto nas artes visuais talvez tenha sido mantida com reservas antes do século XX, mas, recentemente, estas imagens têm aparecido em coleções e exposições. Imogen Tyler e Lisa Baraitser (2013) ressaltam que “nas últimas três décadas, aconteceu um aumento espetacular de representações de parto nas mídias, notavelmente no cinema, reality TV e novelas, plataformas de compartilhamento de vídeos, filmes pornográficos e nas artes visuais” (TYLER; BARAITSER, 2013). A ousadia destas artistas é justamente levar a público o privado. Realizar obras sobre parto e expô-las em coleções, galerias e museus é confrontar o espectador com imagens explícitas. Estas produções podem estabelecer novas representações do parto, do corpo materno e da criação artística de mães feministas, mas “ainda existem poucos estudos sobre as implicações desta nova cultura visual do parto e suas relações com os iniciados debates feministas sobre o tabu estético da cena do parto” (TYLER; BARAITSER, 2013). O assunto do parto, apesar de recente, já revela uma infinidade de obras de artistas interessadas em trazer para os espaços das artes visuais reflexões sobre suas experiências, como parturiente ou espectadora do parto.

As duas obras trazidas para este capítulo mostram também como podem se estabelecer relações entre as artes e as mídias. Se por um lado foi demonstrada a necessidade das artes visuais estarem presentes na mídia impressa, para promover a circulação e divulgação dos trabalhos artísticos, esta relação pode ser difícil e conflitante como foi para Monica Sjöö. Já com a obra de Lia Menna Barreto, foi possível verificar como a apropriação de objetos da cultura de massa

podem carregar características deste meio para a obra, mas pelo uso de estratégias artísticas podem se reconfigurar seus sentidos originais. Que mais *Gods Give Birth*, com *Partinhos*, ou partões, e que sejam artistas criadoras de novas perspectivas sobre o parto e as artes.

Referências

- BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: O mito do amor materno.** Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BARRETO, Lia Menna. Entrevista concedida a Lílian Maus, 18 de fevereiro de 2014. In: MAUS, Lílian (Org.). **A palavra está com elas: diálogos sobre a inserção da mulher nas artes visuais.** Porto Alegre: Panorama Crítico, 2014.
- BARRETO, Lia Menna. Homepage da Artista. Disponível em: <https://lia-mennabarreto.blogspot.com/>
- BELTING, Hans. **O fim da história da arte - uma revisão dez anos depois: Hans Belting.** São Paulo: Cosac Naify, 2012.
- BORDO, Susan. O Corpo e a reprodução da feminilidade: uma apropriação feminista de Foucault. In: BORDO, Susan, JAGGAR, Alison (ed.). **Gênero, corpo, conhecimento.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.
- BORGES, Dulcina Tereza Bonati; STRACK, Maria das Graças Rodrigues. O Ôco do Ventre: a representação da maternidade nas Artes Plásticas em Uberlândia 1980-99. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, vol. 9, n. 10/11, p. 109-146, 2º sem. 2001/1º sem. 2002.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: A experiência vivida**, volume 2. Tradução Sérgio Milliet. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- CHERNICK, Myrel.; KLEIN, Jennie (Org.). **The M Word: Real Mothers in Contemporary Art.** Canadá: Demeter Press, 2011.
- CORSO, Diana. A Infância Como Matéria-prima: Sobre o trabalho da artista plástica Lia Menna Barreto. 2014. BARRETO, Lia Menna. Homepage da Artista. Disponível em: <https://lia-mennabarreto.blogspot.com/>

- com/2014/11/a-infancia-como-materia-prima-sobre-o.html, Acesso em 22 de abr. 2019.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 8a ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2002.
- _____. A arqueologia do Saber. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. 7ed. Rio de Janeiro: Forensce Universitária, 2008.
- FREITAG, Vanessa. Tecendo os fios das memórias de infância no processo criativo docente, UFSM, 2008.
- LISS, Andrea. **Feminist Art and the Maternal**. Minnesota University of Minnesota, 2009.
- MAUS, Lilian (Org.). **A palavra está com elas: diálogos sobre a inserção da mulher nas artes visuais**. Porto Alegre: Panorama Crítico, 2014.
- MENDONÇA, Maria Collier de. **A maternidade na publicidade: uma análise qualitativa e semiótica em São Paulo e Toronto**. 2014. 338 f. Tese (Doutorado em Comunicação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.
- NOCHLIN, Linda. “Courbet’s ‘L’origine Du Monde’: The Origin without an Original.” **October**, vol. 37, 1986, pp. 77–86. Disponível em: JSTOR <www.jstor.org/stable/778520>. (Acesso em abr. 2019).
- O’REILLY, Andrea, Between the Baby and the Bathwater: Some thoughts on a Mother-Centred Theory and Practice of Feminist Mothering. **Journal of the Association for Research on Mothering**. V. 8, n.1-2, 2006. p.323-330.
- POLLOCK, Griselda. “Issue: An exhibition of social strategies by women artists”. In: PARKER, Rozsika; POLLOCK, Griselda. **Framing Feminism: art and the women’s movement 1970-1985**. London: Pandora Press, 1987.
- SANTAELLA, Lucia. As comunicações e as artes estão convergindo? **Revista Farol**, [S. l.], v. 1, n. 6, p. 20–44, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/farol/article/view/11533>. Acesso em: 12 maio. 2021.

- SJOO, Monica; MOORE, Liz; BERG, Ann. **Towards a revolutionary feminist art / Monica Sjoo, Liz Moore, Ann Berg**. Inglaterra, 1973. Disponível em: <http://nla.gov.au/nla.obj-51715850>. Acesso em 12 maio 2021.
- SJÖÖ, Monica. Some thoughts about our exhibition of “Womanpower: women’s art” at the Swiss Cottage Library. In: PARKER, Rozsika; POLLOCK, Griselda. **Framing Feminism: art and the women’s movement 1970-1985**. London: Pandora Press, 1987.
- _____. Biblioteca Nacional Australiana, [Bristol : s.n. , [19--] Disponível em: <http://nla.gov.au/nla.obj-51715850/view?partId=nla.obj-51717062#page/n12/mode/1up>. Acesso em 12 maio 2021.
- SPARE RIB**. Revista feminista inglesa (1973-1993). Disponível em: <https://www.bl.uk/spare-rib#>. Acesso em 12 maio 2021.
- STEVENS, Cristina Maria Teixeira. Maternidade e Literatura: desconstruindo mitos. In: Swain, Tânia Navarro.; Muniz, Diva do Couto Gontijo (org.) **Mulheres em ação: práticas discursivas, práticas políticas**. Florianópolis: Ed. Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2005, p.35-72.
- TYLER, Imogen; BARAITSER, Lisa. “From Abjection to Natality: Some thoughts on Helen Knoeles’ YouTube Portraits”. In: KNOWLES, Helen. **Private View: Public Birth**. London: Poppy Bowers and Helen Knowles, 2013.

Sobre as autoras



[Sobre as autoras](#)

[Voltar ao sumário](#)

Sobre as autoras

Adriana Braga é professora associada no Departamento de Comunicação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e pesquisadora CNPq. Vice-presidenta da Media Ecology Association (MEA). Pós-doutora em Etnometodologia pela Universidade de Macau, China. Doutora e Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS), com estágio de doutorado sanduíche na Universidade Beira Interior, Portugal, com bolsa CAPES. Graduada em Psicologia pela Universidade FUMEC-MG. Coordenadora do Laboratório de Mídias Digitais (LabMiD/ PUC-Rio) e do Grupo de Pesquisa em Interações Digitais (GRID, PUC-Rio/CNPq). E-mail: adrianabraga@puc-rio.br

Ana Laura Godinho Lima é professora na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). Livre-docente e Doutora em Educação (USP), com estágio sanduíche na Universidade de Wisconsin-Madison, Estados Unidos. Mestre e Licenciada em Pedagogia (USP). Integrante dos Grupos de Pesquisa: História da Escolarização no Brasil – Políticas e Discursos Especializados; e História e Historiografia das Ideias e dos Intelectuais da Educação; além de Coordenadora do Grupo de Estudos: Pedagogia, Psicologia e Relações de Poder. É mãe do Rafael (16) e da Ana Carolina (12). E-mail: alglima@usp.br

Ana Luiza de Figueiredo Souza é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF) com bolsa CAPES-PROEX. Mestre em Comunicação (UFF) e Graduada em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda – pela Universidade Federal do Rio de

Janeiro (UFRJ). Integrante do Grupo de Pesquisa Mídias Digitais, Identidade e Comunicação (MiDICOm, UFF/CNPq). E-mail: analuizafigueiredosouza@id.uff.br

Ângela Lovato Dellazzana é pós-doutoranda vinculada ao Grupo de Pesquisa Comunicação Organizacional, Cultura e Relações de Poder da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (FABICO) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutora em Comunicação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), com período de doutorado sanduíche na Universidade de Navarra, Espanha. Mestra em Comunicação e Bacharela em Comunicação Social com Habilitação em Publicidade e Propaganda (PUC-RS). É mãe do Mário Eduardo (7), do José Pedro (4) e da Maria Teresa (3 meses). Esteve em licença maternidade em 2013 e 2016. E-mail: lovato.angela@gmail.com

Ariene Rodrigues, mulher negra, é mestranda em Saúde Coletiva pelo Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente do Instituto Fernandes Figueira (IFF/Fiocruz) com bolsa CAPES. Graduada em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e Especialista em Comunicação e Saúde pelo Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT/Fiocruz). E-mail: ariene.a.rodrigues@gmail.com

Beatriz Brandão Polivanov é professora do Departamento de Estudos Culturais e Mídia e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Pós-doutora em Art History and Communication Studies pela Universidade de McGill, Canadá. Doutora e Mestra em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Graduada

(bacharelado e licenciatura) em Letras – Português e Inglês – pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Líder do Grupo de Pesquisa Mídias Digitais, Identidade e Comunicação – MiDIcon (UFF/CNPq). E-mail: beatrizpolivanov@id.uff.br

Camila Tatsch Ferrari é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Especialista em Estudos de Gênero (UFSM) e Graduada em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda – pela Universidade Franciscana (UFN). Integrante do Grupo de Pesquisa Comunicação, Gênero e Desigualdades (UFSM/CNPq). E-mail: camilatferrari@gmail.com

Clarissa Monteiro Borges é professora do curso de Artes Visuais da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Doutora em História (UFU), Mestra e Graduada (bacharelado) em Artes pela Universidade de Brasília (UnB). Integrante do Núcleo de Estudos de Gênero da UFU. Mãe do Oto (10) e Ivo (8). E-mail: clarissa.m.borges@gmail.com

Elaine Muniz Pires é técnica em assuntos educacionais na Escola de Filosofia Letras e Ciências Humanas (EFLCH) da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Doutora em Educação (2020) pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FE-USP). Mestra em História Social e licenciada em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Integrante do Grupo de Estudos: Pedagogia, Psicologia e Relações de Poder (FE-USP). É mãe da Laura (7). Esteve em licença-maternidade 2014. E-mail: elainempires@hotmail.com

Elizabeth Souto Maior é professora do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Doutora em Letras pela UFPB e Mestra em English Studies pela Oxford Brookes University. Integrante dos Grupos de Pesquisa Escritas Femininas Amefricanas (GPEFAME) e Estudos de Gênero na Literatura e Cultura: Campos de Tensão e Produção. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Intersecções África-Caribe-Brasil: Escrita de Mulheres, Violências e Transgressões (PIBIC-UFPB). Mãe do Felipe (19) e do Rafael (11). E-mail: mepsmm@academico.ufpb.br

Irene Rocha Kalil é pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde da Fiocruz. Doutora em Ciências pela Fundação Oswaldo Cruz. Mestra em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Graduada em Comunicação Social – Jornalismo, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisadora no Laboratório de Comunicação e Saúde (LACES) do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT/Fiocruz). É mãe do João (13), da Laura (9) e da Cecília (6), esteve em licença maternidade em 2008, 2012 e 2015. E-mail: irenekalil@gmail.com

Kalliandra Conrad é Doutora e Mestra em Comunicação Midiática pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Graduada em Comunicação Social – Relações Públicas (UFSM). Vice-líder do Grupo de Pesquisa Comunicação, Gênero e Desigualdades (UFSM/CNPq). E-mail: kalliandraconrad@gmail.com

Leticia Lovato Dellazzana-Zanon é professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). Doutora e Mestra em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Psicóloga pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande

do Sul (PUC-RS). Especialista em Terapia de Família e Casal (Domus). Especialista em Psicologia Clínica (Conselho Federal de Psicologia). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa: Psicologia da Saúde e Desenvolvimento da Criança e do Adolescente (PUC-Campinas). Mãe do Leonardo (7), da Cristina (5) e do Gabriel (2 meses). Esteve em licença-maternidade em 2012, 2016 e 2021. E-mail: leticiadellazzana@gmail.com

Maria Brendler Nosvitz é assistente social pela Universidade Franciscana (UFN). Especialista em Estudos de Gênero pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e integrante do Grupo de Pesquisa Comunicação, Gênero e Desigualdades (UFSM/CNPq). E-mail: maria.nosvitz@gmail.com

Maria Collier de Mendonça é professora do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Pós-doutora em Mídias do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutora e Mestre em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Realizou estágio de doutorado sanduíche na York University em Toronto, Canadá, com bolsa CAPES. Graduada em Comunicação Social com Habilitação para Publicidade e Propaganda pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM-SP) e Tecnóloga em Design Gráfico pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), Florianópolis. É pesquisadora dos grupos: PHINC (Publicidade Híbrida e Narrativas de Consumo, UFPE/ CNPq) Comunicação, Gênero e Desigualdades (UFSM/CNPq), SIGMO (Significação da Marca, Informação e Comunicação Organizacional, UFSC/ CNPq) e Sociotramas (TIDD/ PUC-SP). É mãe da Mariana (16). Esteve em licença-maternidade em 2004. E-mail: maria.cmendonca@ufpe.br

Marina Judiele dos Santos Freitas é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Graduada em Comunicação Social – Produção Editorial (UFSM). Integrante do Grupo de Pesquisa Comunicação, Gênero e Desigualdades (UFSM/CNPq). E-mail: marinafreitas.js@gmail.com

Milena Freire de Oliveira-Cruz é professora do Departamento de Ciências da Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutora em Comunicação Midiática (UFSM), com estágio de doutorado sanduíche no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, com bolsa CAPES. Mestre em Ciências Sociais e Especialista em Antropologia Urbana pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Graduada em Comunicação Social – Jornalismo (UFRN) e Comunicação Social – Publicidade pela Universidade Potiguar (UnP). Líder do Grupo de Pesquisa Comunicação Gênero e Desigualdades (UFSM/CNPq). Embaixadora do Movimento Parent in Science. É mãe do Tomás (12) e da Nina (4), esteve de licença maternidade em 2008/2009 e 2017. E-mail: milena.freire@ufsm.br


Patrícia Fonseca Fanaya é pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutora em Comunicação e Semiótica na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com estágio de doutorado sanduíche na Penn State University Pennsylvania, Estados Unidos, com bolsa CAPES/FULBRIGHT. Mestre em Estudos da Tradução (UFSC). Graduada em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda na Universidade de Brasília (UnB). Pesquisadora dos Grupos de Pesquisa: Sociotramas

(COS/PUC-SP); Transobjeto (TIDD/ PUC-SP); Epistemologia, Ciência e Sociedade (PPGFIL/UFSC). É mãe da Maria Clara (25) e do Miguel (21). E-mail: patriciafanaya@gmail.com

Renata Garcia Senlle é Mestre em Ciências da Comunicação (Interfaces Sociais da Comunicação) pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), com bolsa CNPq. Especialista em Comunicação com o Mercado pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM-SP). Graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Anhembi Morumbi. Integrante do Grupo de Estudos de Novas Narrativas (GENN, ECA-USP). É mãe do Bernardo (9 anos). E-mail: renata.senlle@usp.br

Tayná Leite é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia na Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Graduada em Direito pelo Centro Universitário Curitiba. Consultora da ONU Mulheres para empresas no programa WEPs (Women Empowerment Principles). Integrante do Núcleo de Estudos de Gênero (UFPR/CNPq). Mãe do Ricardo (4 anos), esteve em licença maternidade em 2007/2008. E-mail: tayna@selfdh.com

Vivian Campos é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em Comunicação Social (UFMG). Especialista em Gestão Estratégica da Comunicação pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-MG) e Graduada em Comunicação Social – Jornalismo (UFMG). Integrante dos Grupos de Pesquisa: CORAGEM (Comunicação Raça e Gênero, CNPq/UFMG) e GRIS (Grupo de Pesquisa em Imagem e Sociabilidade, CNPq/UFMG). E-mail: viviancampos7@gmail.com



Esta coletânea explora o tema da Maternidade nas Mídias considerando variadas questões de pesquisa, abordagens teóricas e metodológicas.

Tendo em vista a interdisciplinaridade dos estudos maternos e a amplitude do cenário midiático atual, nossa proposta é investigar que imagens, mensagens e valores culturais têm circulado nas mídias sobre maternidades e maternagens.

Além disso, debatemos como as mães interagem com as mídias para compreender os modos como elas se expressam, negociam ou criticam imagens e mensagens de formas coletivas ou individuais.

As autoras são pesquisadoras brasileiras de diferentes universidades e regiões do país, que atuam nos campos da comunicação, educação, psicologia, artes plásticas, literatura, saúde pública, filosofia, dentre outras áreas.

Milena Freire de Oliveira-Cruz e Maria Collier de Mendonça

